

**RELATÓRIO
DE
GESTÃO
2008**

Março 2009

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**

Relatório de Gestão do Exercício de 2008

Em cumprimento à Instrução Normativa nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União, que estabelece normas de organização e apresentação de processos de tomada e prestação de contas, apresentamos o Relatório de Gestão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, referente às atividades realizadas no exercício financeiro de 2008.

Brasília, 31 de março de 2009.

Luiz Fernando de Almeida
- Presidente do Iphan -

Presidente do Iphan

Luiz Fernando de Almeida

Departamento de Planejamento e Administração

Maria Emília Nascimento Santos

Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização

Dalmo Vieira Filho

Departamento de Patrimônio Imaterial

Márcia Genésia de Sant'Anna

Departamento de Museus e Centros Culturais

José do Nascimento Júnior

Coordenação-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural

Luiz Philippe Peres Torelly

Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência

Lia Motta

Coordenação de Planejamento, Orçamento e Finanças

Fernando César de Vasconcelos Azeredo

Chefe da Divisão de Planejamento e Projetos

Luiz Henrique de Azevedo Borges

Superintendências Regionais

1ª Superintendência Regional - Amazonas/Roraima

André Bazzanella

2ª Superintendência Regional - Pará/Amapá

Maria Dorotéa de Lima

Sub-Regional do Amapá

Simone da Silva Macedo

3ª Superintendência Regional - Maranhão

Kátia Santos Bogéa

4ª Superintendência Regional - Ceará

Olga Gomes de Paiva

5ª Superintendência Regional - Pernambuco

Frederico Faria Neves Almeida

6ª - Superintendência Regional - Rio de Janeiro

Carlos Fernando de Souza Leão Andrade

7ª Superintendência Regional - Bahia

Carlos Amorim

8ª Superintendência Regional - Sergipe

Eliane Maria S. Fonseca Carvalho

9ª Superintendência Regional – São Paulo

Anna Beatriz Ayroza Galvão

10ª Superintendência Regional – Paraná

José La Pastina

11ª - Superintendência Regional – Santa Catarina

Ulisses Munarim

12ª - Superintendência Regional – Rio Grande do Sul

Ana Lúcia Goelzer Meira

13ª Superintendência Regional – Minas Gerais

Leonardo Barreto de Oliveira

14ª Superintendência Regional - Goiás

Salma Saddi Wares de Paiva

Sub-Regional Tocantins

Luciana Campos de Araújo

Sub-Regional Mato Grosso

Cláudio Quoos Conte

15ª Superintendência Regional – Distrito Federal

Alfredo Gastal

16ª Superintendência Regional – Rondônia

Alberto Bertagna

Sub-Regional Acre

Fernando Figali Moreira Júnior

17ª Superintendência Regional – Alagoas

Mário Aloísio Barreto Melo

18ª - Superintendência Regional – Mato Grosso do Sul

Maria Margareth E. Ribas Lima

19ª Superintendência Regional – Piauí

Diva Maria Freire Figueiredo

20ª Superintendência Regional – Paraíba

Eliane de Castro Machado Freire

Sub-Regional Rio Grande do Norte

Jeanne Fonseca Leite Nesi

21ª Superintendência Regional – Espírito Santo

Tereza Carolina Frota de Abreu

Museus

Museu Nacional de Belas Artes – Rio de Janeiro/RJ

Mônica Figueiredo Braunschweiger Xexéo

Museu Histórico Nacional - RJ

Vera Lúcia Botrel Tostes

Museu Imperial – Petrópolis/RJ

Maurício Vicente Ferreira Júnior

Museu da República – Rio de Janeiro/RJ

Magaly de Oliveira Cabral

Museu Villa-Lobos – Rio de Janeiro/RJ

Turíbio Soares Santos

Museus Raymundo Offoni de Castro Maya – Rio de Janeiro

Vera Maria Abreu de Alencar

Museu da Inconfidência – Ouro Preto/MG

Rui Mourão

Museu Lasar Segall – São Paulo/Sp

Jorge Schwartz

Museu de Biologia Professor Mello Leitão – Santa Tereza/ES

Hélio Queiroz Boudet Fernandes

Centro Nacional de Cultura Popular – Rio de Janeiro/RJ

Cláudia Márcia Ferreira

Paço Imperial – Rio de Janeiro/Rj

Lauro Augusto de P. Cavalcanti

Sítio Roberto Burle Marx – Rio de Janeiro/RJ

Robério Dias

SUMÁRIO

1. Identificação da Unidade	08
2. Objetivos e Metas Institucionais e / ou Programáticos	14
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	238
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	239
5. Demonstrativo de Transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	240
6. Previdência Complementar Patrocinada	260
7. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos	261
8. Renúncia Tributária	262
9. Declaração Sobre a Regularidade dos Beneficiários Diretos de Renúncia	263
10. Operações de Fundos	264
11. Despesas com Cartão de Crédito	265
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	270
13. Determinações e Recomendações do TCU	271
14. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticadas no Exercício	277
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	278
16. Outras Informações Consideradas para os Responsáveis como Relevantes para a Avaliação da Conformidade e do Desempenho da Gestão	279
Bibliografia	280

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Nome completo da Unidade e sigla: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan

CNPJ: 264740560001-71

Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Executivo

Vinculação Ministerial: Ministério da Cultura

Endereço completo da sede:

SBN Quadra 02, Ed. Central Brasília, 6º andar – Brasília – DF – CEP: 70040-904.

Tel.: (61) 3414-6254, 3414-6280

Endereço da página institucional na internet : <http://www.iphan.gov.br>

Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União:

1.1 – Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, que dava nova organização ao então Ministério da Educação e Saúde Pública.

1.2 – Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937: está é a mais importante norma existente para a preservação do patrimônio histórico brasileiro, uma vez que:

- Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (ementa);
- Conceitua o patrimônio histórico e artístico nacional como o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (art. 1º);
- Cria o instituto do tombamento e define seus efeitos (capítulos II e III); e
- Estabelece penalidades (artigos 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 27 e 28).

1.3 – Código Penal Brasileiro:

- Define como crime contra o patrimônio (Parte Especial, Título II, Capítulo IV);
- Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico (art. 165); e

- Alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei (art. 166).

1.4– Lei 3.924/61 (Lei da Arqueologia):

- Dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos (ementa);
- Estabelece que os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de quaisquer naturezas existentes no território nacionais e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público (art. 1º);
- Define o que são monumentos arqueológicos ou pré-históricos (art. 2º);
- Determina como serão realizadas as escavações arqueológicas (capítulos II e III);
- Estabelece penalidades (artigos 4º, 5º, 12, 19, 21, 25 e 29).

1.5– Decreto 80.978/77:

- Promulga a convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, realizada na cidade de Paris, em 23 de novembro de 1972, que teve por objetivo adotar novas disposições convencionais que estabelecessem um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional.

1.6– Portaria Sphan (atual Iphan) 10, de 10 de setembro de 1986:

- Determina os procedimentos a serem observados nos processos de aprovação de projetos a serem executados em bens tombados pelo Iphan ou nas áreas de seus respectivos entornos (art. 1º);
- Exige expressa aprovação do Iphan para a execução de quaisquer obras de construção ou reconstrução nas áreas constituídas por bens tombados ou integrantes de seus respectivos entornos (artigos 2º e 3º);
- Determina que as prefeituras municipais, nos casos em que é exigido o licenciamento municipal, enviem previamente os pedidos formulados pelos requerentes à Superintendência Regional do Iphan para análise e aprovação dos projetos (§ 2º do art. 2º).

1.7– Constituição Federal de 1988:

- Estabelece que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural (art. 5º, LXXIII);
- Determina que é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (art. 23):
 - i. Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e os sítios arqueológicos (inciso III); e

- ii. Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural (inciso IV);
- Institui que compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre (art. 24):
 - i. Proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico (inciso VII); e
 - ii. Responsabilidade por dano a bens e direitos de valor artístico, histórico e paisagístico (inciso VIII);
- Imputa aos municípios a competência para promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (art. 30, inciso IX);
- Define o que constitui o patrimônio cultural brasileiro (art. 216), dentre o qual se incluem os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico e arqueológico (inciso V);
- Estabelece que a proteção do patrimônio cultural brasileiro será promovida pelo poder público, com a colaboração da comunidade, por meio de inventários, tombamentos, registros, dentre outras formas de acautelamento e preservação (art. 216, § 1º);
- Prevê que os danos e as ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei (art. 216, § 4º).

1.8– Lei 8.029/90 – Lei de criação do Iphan

1.9– Decreto 5.040/04: Identificação e principais competências.

De acordo com o Decreto 5.040/04, o Iphan é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, com sede em Brasília-DF, que tem por finalidade institucional proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro e exercer as competências estabelecidas na legislação específica. Suas ações são realizadas com o apoio das comunidades, dos governos municipais e estaduais e do Ministério Público.

Além dessas competências, o decreto estabelece as seguintes atribuições ao Iphan:

- Coordenar a execução da política de preservação, promoção e proteção do patrimônio cultural, em consonância com as diretrizes do Ministério da Cultura;
- Desenvolver estudos e pesquisas, visando a geração e incorporação de metodologias, normas e procedimentos para preservação do patrimônio cultural; e
- Promover a identificação, o inventário, a documentação, o registro, a difusão, a vigilância, o tombamento, a conservação, a preservação, a devolução, o uso e a revitalização do patrimônio cultural, exercendo o poder de polícia administrativa para a proteção deste patrimônio.

1.9.1 – Estrutura organizacional:

Em termos organizacionais, o Iphan está estruturado da seguinte forma:

- Órgãos colegiados:
 - o Diretoria; e
 - o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural;
- Órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete;
- Órgãos seccionais:
 - o Procuradoria Federal;
 - o Auditoria Interna; e
 - o Departamento de Planejamento e Administração;
- Órgãos específicos singulares:
 - o Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização;
 - o Departamento do Patrimônio Imaterial;
 - o Departamento de Museus e Centros Culturais;
 - o Coordenação-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural; e
 - o Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência;
- Órgãos descentralizados:
 - o Unidades Especiais: Museus e Centros Culturais; e
 - o Superintendências Regionais.

1.9.2 – Estrutura administrativa:

As ações do Iphan se desenvolvem por intermédio da seguinte estrutura administrativa:

- Administração Central;
- 21 Superintendências Regionais;
- 6 sub-regionais;
- 9 museus;
- 3 unidades especiais:
 - o Paço Imperial-RJ;
 - o Sítio Burle Marx-RJ; e
 - o Centro Nacional de Cultura Popular;
- 17 museus regionais;
- 27 escritórios técnicos;
- Palácio Gustavo Capanema.

Nome e Código no SIAFI: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 20411.

Código da Unidade Jurisdicionada [UJ] titular do relatório: 60190 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – MINC.

Tabela 01

Código das Unidades Jurisdicionadas abrangidas:

CÓDIGO UJ	NOME
8667	IPHAN 1A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - MANAUS
8666	IPHAN 2A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - BELEM
8665	IPHAN 3A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - SAO LUIZ
8664	IPHAN 4A. SUPERINTEND. REGIONAL - FORTALEZA
8663	IPHAN 5A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL - RECIFE
8662	IPHAN 6A. SUPERINTEND REGIONAL - R.DE JANEIRO
8661	IPHAN 7A. SUPERINTEND. REGIONAL - SALVADOR
8660	IPHAN 8A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL - ARACAJU
8659	IPHAN 9A. SUPERINTEND. REGIONAL - SAO PAULO
8658	IPHAN 10A. SUPERINTEND. REGIONAL - CURITIBA
8657	IPHAN 11A. SUPERINTEND REGIONAL-FLORIANOPOLIS
8656	IPHAN 12A. SUPERINTEND REGIONAL-PORTO ALEGRE
8655	IPHAN 13A. SUPERINTEND. REGIONAL B.HORIZONTE
8654	IPHAN 14A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL-GOIANIA
8653	MUSEU IMPERIAL – PETROPOLIS
8652	MUSEU HISTORICO NACIONAL - RIO DE JANEIRO
8651	MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES -RIO DE JANEIRO
8650	MUSEU DA REPÚBLICA - RIO DE JANEIRO
8649	MUSEU DA INCONFIDENCIA - OURO PRETO
8648	MUSEU LASAR SEGALL - SAO PAULO
8647	MUSEU VILLA-LOBOS - RIO DE JANEIRO
8645	PACO IMPERIAL - RIO DE JANEIRO
8644	SITIO ROBERTO BURLE MARX
8641	PALACIO GUSTAVO CAPANEMA

Situação da Unidade quanto ao funcionamento: em funcionamento

Função de governo predominante: Cultura

Tipo de Atividade: Preservação do Patrimônio Cultural

Tabela 02
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI

CÓDIGO UG	NOME
343001	IPHAN 1A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - MANAUS
343002	IPHAN 2A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - BELEM
343003	IPHAN 3A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - SAO LUIZ
343004	IPHAN 4A. SUPERINTEND. REGIONAL - FORTALEZA
343005	IPHAN 5A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL - RECIFE
343006	IPHAN 6A. SUPERINTEND REGIONAL - R.DE JANEIRO
343007	IPHAN 7A. SUPERINTEND. REGIONAL - SALVADOR
343008	IPHAN 8A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL - ARACAJU
343009	IPHAN 9A. SUPERINTEND. REGIONAL - SAO PAULO
343010	IPHAN 10A. SUPERINTEND. REGIONAL - CURITIBA
343011	IPHAN 11A. SUPERINTEND REGIONAL-FLORIANOPOLIS
343012	IPHAN 12A. SUPERINTEND REGIONAL-PORTO ALEGRE
343013	IPHAN 13A. SUPERINTEND. REGIONAL B.HORIZONTE
343014	IPHAN 14A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL-GOIANIA
343015	MUSEU IMPERIAL - PETRÓPOLIS
343016	MUSEU HISTORICO NACIONAL - RIO DE JANEIRO
343017	MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES -RIO DE JANEIRO
343018	MUSEU DA REPUBLICA - RIO DE JANEIRO
343019	MUSEU DA INCONFIDENCIA - OURO PRETO
343020	MUSEU LASAR SEGALL - SAO PAULO
343021	MUSEU VILLA-LOBOS - RIO DE JANEIRO
343022	MUSEU CASTRO MAIA - RIO DE JANEIRO
343023	PACO IMPERIAL - RIO DE JANEIRO
343024	SITIO ROBERTO BURLE MARX
343026	IPHAN
343027	MUSEU DE BIOLOGIA MELLO LEITAO
343028	PALACIO GUSTAVO CAPANEMA
343029	15º SUPERINTENDENCIA REGIONAL
343030	CENTRO NACIONAL DE CULTURA POPULAR
343031	COORDENACAO GERAL DE RECURSOS HUMANOS
343032	20A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/PB
343033	21A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/ES
343034	18A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/MS
343035	17A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/AL
343036	19A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/PI
343037	16A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/RO
403101	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E / OU PROGRAMÁTICOS

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1.1 O IPHAN E AS DIMENSÕES DA CULTURA

A partir da Constituição de 1934 introduziu-se a prerrogativa do poder público no que tange à proteção dos bens culturais brasileiros. Solicitado pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, em 24 de março de 1936, Mário de Andrade concluiu o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, que foi criado em janeiro de 1937, com a promulgação da Lei nº 378. Desde então, o Iphan, mesmo com outras denominações, tem como missão preservar o patrimônio cultural brasileiro.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan tem priorizado o desenho e o desenvolvimento de suas políticas, alinhadas com as Estratégias do Governo Federal e em particular do Ministério da Cultura - MinC, ao qual é vinculado. Para isso, além de garantir a consecução de suas obrigações constitucionais tem priorizado, desde 2003, a construção e a implementação de políticas duradouras para a área do patrimônio. Esse esforço tem por finalidade substituir ações descontínuas e de difícil articulação por iniciativas sedimentadas em uma orientação pública de longo prazo em favor da salvaguarda e acautelamento do patrimônio cultural brasileiro.

A produção cultural em tempos globalizados não é capaz de produzir uma completa homogeneização, ao contrário, propicia o enraizamento, no plano local, de valores e identidades locais, que ressaltam as idiossincrasias brasileiras. Isto faz do Brasil um dos maiores celeiros da diversidade cultural da Humanidade. No entanto, tais sentidos construídos pelos mais diversos atores sociais, inclusive pelo e para o mercado, interagem com as representações de nós mesmos e com as práticas sociais a elas associadas, modificando aspectos da organização social e dos valores enraizados pelos mesmos. Neste sentido, realidades de diferentes escalas, assim como tessituras étnicas e sociais diversas, tendem a se entrecruzar tornando as questões culturais locais indissociáveis da dinâmica sócio-econômica e política em todas as suas dimensões.

É neste contexto que o Ministério da Cultura vem conformando a sua atuação e o Iphan se afirmando como órgão responsável pela preservação e coordenação das políticas de preservação do patrimônio, com vistas a fomentar o respeito à diversidade cultural, ao fortalecimento do sentido de pertencimento a um grupo social, contribuindo ainda com o desenvolvimento educacional, econômico e social.

Apesar de não contar com volume significativo de recursos em seu orçamento, tanto o MinC quanto o Iphan, tiveram que priorizar sua atuação, sem

deixar de contemplar os segmentos culturais tradicionais e, ainda, abranger diversos segmentos que cresçam à margem dos investimentos públicos, como os relacionados com as culturas tradicionais e outros.

A nova diretriz do MinC baseou-se em uma concepção mais ampliada de Cultura, considerando-a em suas três dimensões: 1) enquanto produção simbólica (foco na valorização da diversidade, das expressões e dos valores culturais); 2) enquanto direito e cidadania (foco nas ações de inclusão social por meio da Cultura); e 3) enquanto Economia (foco na geração de empregos e renda e no fortalecimento de cadeias produtivas e regulação). Essas dimensões passaram a nortear a ação do MinC, como tripé fundamental para o desenvolvimento das novas políticas culturais sob sua responsabilidade.

Na dimensão simbólica, o conceito de Cultura é ampliado, de conjunto de formas tradicionais das belas-artes para o sentido antropológico do termo. Segundo a UNESCO [definição de Monticault, 1982], cultura é: “o conjunto de características distintas espirituais e materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Abarca além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”. [apud SANTOS, 2001].

A economia da cultura, no contexto atual, se transformou em um dos principais e mais fortes produtos do mercado nacional e internacional, além de se estabelecer como um dos principais temas quando o assunto é desenvolvimento econômico. Na citada dimensão econômica, reconhece-se a importância atual da Cultura com geradora de emprego e renda. O mercado fonográfico brasileiro, por exemplo, é um dos maiores do mundo: seu faturamento em 2008 foi de R\$ 312,5 milhões, apesar da grave crise que há anos afeta o setor que já chegou a faturar no final da década passada 1,2 bilhões de dólares, algo em torno de R\$ 2,8 bilhões. Segundo a Câmara Brasileira do Livro, o mercado editorial faturou cerca de R\$ 2 bilhões em 2000 (334 milhões de unidades vendidas, sem considerar a pirataria, que é imensa). O Brasil é um exportador de bens culturais na música e no setor audiovisual. Esse último movimentou de US\$ 8 bilhões a 10 bilhões ao ano, tendo exportado em 2001, aproximadamente US\$ 58 milhões [BRASIL, 2007a]. Além disso, se lembrarmos que praticamente todo o turismo brasileiro é motivado pela atração de belezas naturais e/ou de riquezas culturais, é fácil perceber que uma parcela significativa do PIB turístico [faturamento de hotéis, restaurantes, agências de viagens etc.] é, na realidade, fruto da preservação do patrimônio cultural.

Quanto à dimensão de cidadania, é preciso perceber que os bens culturais são úteis para proporcionar informação e entretenimento, mas também para posicionar socialmente as pessoas umas em relação às outras. Nesse último sentido, os bens culturais remetem a processos de integração e exclusão social; referem-se a processos institucionais de reconhecimento e valorização de expressões culturais diversas. Também se relacionam com a cidadania, ao expressarem o direito de acesso a informações úteis.

Portanto, alinhado à orientação do Ministério no sentido de conformar-se a uma política cultural com orientação de Estado, o Iphan passa a priorizar políticas estáveis, construídas de forma compartilhada, articuladas com outros atores e sustentáveis, por meio do desenvolvimento de novos projetos e instrumentos de preservação, geradores de resultados, sentidos diretamente pelos cidadãos.

2.1.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO CULTURAL BRASILEIRO

2.1.2.1 Problemas de acesso ao patrimônio cultural

CONSUMO

As políticas culturais estão legalmente fundamentadas no direito à cultura, estabelecido na Constituição Federal de 1988¹, afinal o consumo também tem relações com a cidadania, com o direito ao acesso a certos bens e serviços. O direito à cultura implica elementos presentes em todas as gerações de direitos, ou seja, direitos civis, políticos e sociais. Consumir, nesse caso, não significa somente o acesso a bens como aqueles relacionados às artes, mas também à informação presente e disseminada nos mais diversos meios midiáticos, tais como jornais, revistas, rádio, televisão, internet, etc. Portanto, além do consumo possuir uma dimensão cultural geral, o consumo de bens culturais também diz algo sobre a organização social e sobre como a mesma cria condições para o exercício da cidadania, a formação da opinião e a participação nos processos políticos e sociais.

No entanto, o acesso aos bens culturais no Brasil é ainda muito desigual. Apenas 13% dos brasileiros freqüentam cinema alguma vez por ano; 92% dos brasileiros nunca freqüentaram museus; 93,4% dos brasileiros jamais freqüentaram alguma exposição de arte; 78% dos brasileiros nunca assistiram a espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar; 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população [BRASIL, 2007c].

A análise da Pesquisa de Orçamentos Familiares mostra que, apesar de a cultura participar de forma relevante dos gastos familiares tanto nas famílias de alta quanto nas de baixa renda, é predominantemente consumida pelas classes médias de alto poder aquisitivo e educação (os 10% mais ricos são responsáveis por aproximadamente 40% do consumo cultural).

Embora se refira à demanda, essa pesquisa está relacionada com a acessibilidade de recursos, de equipamentos e com a disponibilidade de renda. Assim, as regiões metropolitanas concentram 41% do consumo cultural e

¹ Constituição Federal de 1988, artigo 215: "O Estado garantirá a todos, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional [...]".

respondem por parcela importante da dinâmica de consumo nas grandes regiões.

TABELA 03
Dispêndios Culturais por Região – 2002/2003

Região	R\$ (Bilhão)	%
Norte	1,32	4
Nordeste	4,66	15
Sudeste	18,82	59
Sul	5,17	16
Centro-Oeste	1,98	6
Brasil	31,95	100

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares/IBGE (POF 2002/2003).

DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS

A desigualdade espacial está bem representada na análise da oferta de equipamentos culturais municipais fornecido pelo IBGE para o ano de 2006. Como demonstram as tabelas 02 e 03, 91% dos municípios brasileiros não têm cinemas, 79% não têm teatro ou sala de espetáculos, 78% não têm museus. Fica evidente também a escassez mais acentuada desses equipamentos nas regiões norte e centro-oeste do Brasil.

TABELA 04
Número de municípios, Total e com existência de equipamentos culturais.
[valores absolutos]

Grandes Regiões	Municípios com existência de equipamentos culturais						
	Total	Bibliotecas públicas	Museus	Teatro ou salas de espetáculos	Centro cultural	Estádios ou ginásios poliesportivos	Cinemas
Norte	449	379	40	65	108	289	25
Nordeste	1.793	1.530	260	305	360	1.258	60
Sudeste	1.668	1.546	426	472	473	1.490	268
Sul	1.188	1.077	429	274	354	1.106	97
Centro-Oeste	466	423	64	65	83	441	32
Brasil	5.564	4.955	1.219	1.181	1.378	4.584	482

Fonte: IBGE, 2006

TABELA 05

Número de municípios, Total e com existência de equipamentos culturais.
[percentual]

Grandes Regiões	Municípios com existência de equipamentos culturais						
	Total	Bibliotecas públicas	Museus	Teatro ou salas de espetáculos	Centro cultural	Com estádios ou ginásios poliesportivos	Cinemas
Norte	449	84%	9%	14%	24%	64%	6%
Nordeste	1.793	85%	15%	17%	20%	70%	3%
Sudeste	1.668	93%	26%	28%	28%	89%	16%
Sul	1.188	91%	36%	23%	30%	93%	8%
Centro-Oeste	466	91%	14%	14%	18%	95%	7%
Brasil	5.564	89%	22%	21%	25%	82%	9%

Essa distribuição irregular da oferta desses equipamentos revela as desigualdades no esforço e na capacidade de alocação de recursos financeiros municipais. A capacidade financeira desigual torna a oferta de bens culturais por meio do financiamento público acessível a poucos municípios, concentrados nas capitais e regiões metropolitanas mais pujantes economicamente.

2.1.2.2 Importância Econômica

Outro aspecto fundamental do setor cultural, atualmente, é a sua capacidade de gerar desenvolvimento econômico, quer por meio do fortalecimento da atividade turística, quer por meio das indústrias do entretenimento, das atividades artesanais etc. A média brasileira de despesa mensal com cultura por família é de 4,4% do total de rendimentos, acima da educação (3,5%), ocupando a 6ª posição dos gastos mensais da família brasileira [BRASIL, 2007c].

Análises do IPEA, baseadas em dados do IBGE, demonstraram que a importância das atividades culturais no mercado de trabalho global é grande, que a dinâmica é desigual entre as regiões e que os setores culturais se concentram onde há maior densidade econômica. De acordo com esses dados, em 2002, os dispêndios culturais atingiram R\$ 31,9 bilhões, aproximadamente 2,4% do PIB [BRASIL, 2007b, p.24].

Os dados do mercado de trabalho mostram a concentração dos empregos culturais na região Sudeste, no Rio Janeiro e em São Paulo, mas também apontam que os diversos segmentos da cultura têm dinamismo fora

desse eixo, o que pode ser potencializado com políticas ativas. Por outro lado, mostra-se que os setores culturais, apesar de proclamarem valores de promoção da diversidade, convivem com forte discriminação étnica e de gênero, além de possuírem um grau elevado de informalidade.

Dessa maneira, políticas de universalização da cultura devem estar preocupadas com a alocação criteriosa de recursos para desenvolver e proporcionar condições de dinamização das economias. Além disso, fica evidente, que nesta perspectiva não bastam os conhecimentos técnicos relacionados à Arte, à História, à Arquitetura, à Antropologia, é preciso desenvolver conhecimentos relacionados também à Economia, ao Marketing, à Logística, ao Planejamento.

Não se trata mais simplesmente do Estado fazendo o papel de patrocinador das artes, de mecenas [embora esse também seja um papel importante, em muitos casos], trata-se da possibilidade de intervenção sistemática para a criação de ocupações e geração de renda relacionada às atividades culturais, levando ao desenvolvimento de regiões menos dinâmicas economicamente.

A efetiva salvaguarda de um bem do patrimônio cultural exige uma preocupação com a sua sustentabilidade. Em alguns casos, como no artesanato, a manutenção da atividade cultural envolve a necessidade de produtores conseguirem comercializar o produto. No caso do patrimônio edificado, mesmo que o poder público restaure o bem, a sua manutenção costuma ser cara, necessitando de parcerias [um ocupante adequado, um patrocinador etc.] que o mantenham².

Esta nova perspectiva sobre o papel do governo na área da cultura exige uma abordagem realmente multidisciplinar, acrescentando às qualificações habitualmente mais valorizadas nas instituições culturais, qualificações em Economia, Administração, Gestão de Políticas Públicas. Técnicos com tais qualificações atuando em áreas finalísticas dos órgãos ligados à cultura são raros, e o lphan não é exceção.

Cabe ressaltar que os gastos governamentais com a cultura estão paulatinamente se elevando. Em 2003, os gastos públicos em cultura alcançaram a cifra de R\$ 2,4 bilhões, em 2005 esse valor foi de R\$ 3,1 bilhões. Também é interessante destacar que, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), os municípios brasileiros estão investindo mais de seus orçamentos nessa função do que os Estados e a União. Tal investimento é fundamental na

² Quanto a isso, são esclarecedoras as declarações de Thierry Terrier, vice-ministro do Turismo da França, no terceiro dia do Fórum Mundial de Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável, em Salvador: "Ter um palácio como Versailles em seu território pode ser uma grande vantagem, mas também pode ser um grande desastre", afirmou Thierry Terrier, vice-ministro do Turismo da França. O palácio, um dos maiores do mundo, recebe cerca de 50 mil visitantes por dia. Mas, quando se termina a manutenção de um dos lados do seu teto, já é preciso recomeçar o processo do outro lado. No interior da construção, os trabalhos de restauração também precisam ser permanentes. Pouco tempo depois do final da construção do Palácio de Versailles, no século XVII, muitos franceses já falavam em derrubá-lo, devido aos custos altíssimos de sua manutenção.

construção da identidade local e nacional e de crescente destaque na economia do País como fonte de geração de emprego e renda.

2.1.2.3 Campo de trabalho crescente e complexo

O patrimônio cultural é formado por monumentos, conjuntos de edifícios históricos, sítios históricos, acervos documentais, saberes e fazeres etc. A característica comum a todos esses bens são a sua extrema heterogeneidade, não-reprodutibilidade, ausência de substitutos e seu caráter identitário. Um relatório de 1998 da ICOMOS/UNESCO lembra que:

A heterogeneidade é reforçada pelo caráter singular de cada monumento: há vários castelos ao longo do Loire, mas cada um deles é único. O patrimônio cultural construído como definimos anteriormente nunca, portanto, terá o caráter homogêneo de uma commodity da economia clássica. De onde surge a dificuldade de extrapolar quaisquer resultados de análises: o que é verdadeiro para um monumento em particular não é necessariamente válido para outro (OST e VAN DROOGENBROECK, 1998, p.15).

Os bens do patrimônio variam desde palácios a casebres, de fortes a casas de fazenda, de trechos de ferrovia a documentos oficiais, de cartas particulares de personagens históricos a obras de arte, de mobiliário a técnicas artesanais e ainda passando pelo rico Patrimônio Imaterial brasileiro. Materiais, técnicas construtivas, modos de fazer, técnicas de restauração, fatores de deterioração, visibilidade política, acessibilidade, legislação relacionada, aliados ou adversários na preservação, etc, variam enormemente de um bem para outro.

Mesmo no caso de monumentos aparentemente semelhantes, uma análise mais minuciosa pode revelar diferenças fundamentais. Eles podem ter sido declarados patrimônio cultural com base em valores distintos: o valor a ser preservado, portanto, será diferente em cada caso.

Além disso, a preservação de bens semelhantes à primeira vista pode enfrentar desafios muito diferentes dependendo da sua localização, dos interesses (turísticos, imobiliários, urbanísticos etc.) relacionados a cada bem, das condições econômicas, das condições climáticas, das mudanças políticas, etc.

A complexidade do campo da preservação do patrimônio cultural cresceu ainda mais em função da ampliação do conceito de cultura, abarcando não apenas os bens culturais de natureza material, mas também as diversas outras formas de expressão do povo brasileiro. Segundo a Constituição Federal de 1988, artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Tais condições tornam difícil a elaboração de planos gerais, uniformes e homogêneos para a gestão do patrimônio cultural, que tem sua riqueza exatamente na heterogeneidade. A generalização é mais difícil na cultura, do que em outras áreas de política pública. Igualmente difícil é a criação de um conjunto conciso de indicadores globais relevantes – uma espécie de “painel de controle” da cultura.

2.1.2.4 Fragmentação institucional

As instituições federais enfrentam problemas estruturais relacionados à escassez de recursos e à forte fragmentação de suas ações, que limitam seu potencial de atuação sistêmica e restringem o seu campo de ação. São grandes as dificuldades de coordenação das ações entre órgãos internos da própria Cultura, assim como entre o Ministério da Cultura e suas vinculadas com outros ministérios – como o Ministério do Turismo, o do Desenvolvimento, o das Cidades etc. – cujos objetivos e interesses têm, em muitos casos, áreas de intersecção evidentes. É igualmente precária a coordenação entre as ações das três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

Em que pese a carência de dados sobre a cultura e as dificuldades de padronização de procedimentos e avaliação de resultados, inerentes à extraordinária heterogeneidade do seu campo de trabalho, a falta de coordenação entre instituições está fortemente relacionada à incapacidade de explicitar claramente objetivos e prioridades; e de planejar a médio e longo prazos. O desconhecimento dos planos das outras entidades governamentais³ torna inviável o ajuste mútuo ou a cooperação em grande escala.

Ciente da dificuldade acima referida, o Iphan se esforça para superar esse distanciamento a partir da implementação do Sistema Nacional de Patrimônio (SNP) que objetiva integrar as ações das três esferas governamentais. Nesse sentido, no ano de 2008 foram realizados cinco encontros regionais promovidos pelos Iphan para a aproximação, criação de uma agenda e linguagem comuns entre União, Estados e Municípios, maximizando dessas formas os esforços para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

³ Muitas vezes, a falta de reflexão sobre as prioridades da própria instituição.

Como a atuação dessa esfera de governo é estratégica para a consolidação de políticas públicas culturais abrangentes e universais, as suas dificuldades se tornam dificuldades de todas as instituições culturais. Em geral, embora grande parte dos funcionários do MinC seja altamente qualificada nos temas técnicos, relacionados à cultura, falta à maioria, a capacitação administrativa, necessária para o planejamento, controle e avaliação de políticas públicas.

As dificuldades também são evidentes na limitada e desigual distribuição de recursos federais, sejam eles orçamentários ou provenientes dos incentivos fiscais. Basicamente, esses recursos chegam a poucos municípios, não seguem diretrizes coerentes de alocação e nem estão integrados a objetivos políticos claramente enunciados.

Na tabela 06, abaixo, são apresentados os gastos [empenhos] na subfunção patrimônio cultural, nas três esferas de governo, no exercício de 2007. É fácil perceber uma expressiva concentração dos recursos totais nas regiões Nordeste e Sudeste.

TABELA 06

Execução orçamentária da União, Estados e Municípios, em R\$,
na subfunção Patrimônio Cultural, em 2007⁴

Região	União	%	Estados	%	Municípios	%	Total	%
Centro-Oeste	12.099.800,00	69,59	1.791.793,19	10,31	3.495.006,09	20,10	17.386.599,28	100
Nordeste	32.863.100,00	37,22	28.166.491,26	31,90	27.266.540,93	30,88	88.296.132,19	100
Norte	11.763.700,00	45,92	11.372.672,51	44,38	2.485.994,89	9,7	25.622.367,40	100
Sudeste	51.965.100,00	32,85	43.987.884,94	27,80	62.246.981,70	39,35	158.199.966,64	100
Sul	19.679.200,00	49,8	0,0	0,0	19.836.876,18	50,2	39.516.076,16	100
Total	128.340.900,00	39,01	85.318.841,90	25,93	115.331.399,79	35,06	328.991.141,69	100

Na tabela 05 são apresentados os recursos totais empenhados na subfunção patrimônio cultural, em 2007, classificados por executora do gasto. Uma vez que há pouca coordenação entre órgãos governamentais, fica clara a fragmentação do gasto. Os recursos dos Estados estão divididos entre 27 unidades federativas; os recursos gastos pelos municípios estão distribuídos entre

⁴ Deve-se perceber que os valores executados pela União no Exterior e com abrangência Nacional foram excluídos dessa tabela. Ressalta-se que esses são os dados mais recentes no endereço eletrônico: www.tesouro.fazenda.gov - Finbra (Finanças do Brasil). A mesma ressalva serve para a Tabela 07.

mais de 5 mil unidades municipais. Na área federal, a coesão é um pouco maior devido ao fato do presidente do Iphan ser também coordenador do Programa Monumenta, responsável pela maior parte dos recursos do MINC, executados fora do Iphan.

TABELA 07

Origem dos recursos investidos na preservação do Patrimônio Cultural,
em 2007, em R\$ mil

Instituição	Empenhado	%
IPHAN [BPC+MMC]	64.183,66	13,24
MINC [exceto IPHAN]	76.219,34	15,72
Outros órgãos federais	9.020,45	1,86
Estados	85.318,84	17,59
Municípios	115.331,40	23,78
Mecenato	134.874,13	27,81
Total	484.947,82	100%

A fragmentação fica ainda mais evidente, contudo, quando se percebe que a maior fonte isolada de financiamento, na sub-função patrimônio cultural, tem sido o Mecenato [captação de recursos via Lei Rouanet]. Embora esses recursos sejam públicos [pois, uma vez que derivam de renúncia fiscal, equivalem a dinheiro de impostos], o MINC e o Iphan têm pouco controle sobre a seleção de projetos e regiões a serem beneficiadas. Nas palavras do então Ministro Gilberto Gil:

Em vez de ter uma política cultural para o país, [o governo] simplesmente entregou essa tarefa ao mercado, aos departamentos de comunicação e marketing das empresas, pela via dos incentivos fiscais. E assim chegamos a uma situação absurda: a política cultural passou a ser pensada e executada não pelo Ministério da Cultura, mas por comunicólogos e marketeiros voltados para atender aos interesses particulares de suas empresas. Por essa lógica, a cultura e suas criações só adquiriam relevância caso pudessem vir a reforçar a imagem corporativa das empresas.⁵

Embora o MINC e o Iphan nos últimos anos tenham envidado esforços para reverter essa situação, de forma a ganharem mais controle sobre a destinação dos recursos de renúncia fiscal, obtidos por meio da Lei Rouanet, a pouca capacidade de interferência do poder público ainda é uma realidade do setor cultural brasileiro.

⁵ "Cultura no Governo Lula: uma visão estratégica do MINC". Discurso do ministro Gilberto Gil no Seminário Cultura XXI, 20 de março de 2003, Fortaleza, Ceará.

2.1.3 CARACTERIZAÇÃO DO IPHAN

O Iphan é a autarquia pública federal que tem como missão preservar o patrimônio cultural brasileiro⁶. A Instituição celebrou em 2008, 71 anos. Realiza suas ações com o apoio das comunidades, dos governos municipais e estaduais e do Ministério Público, dentre outros. Estão sob a tutela da instituição, inscritos em seus Livros de Tombo, 1.362 bens, sendo que destes, 61 são sítios urbanos tombados, como cidades, bairros, ruas e praças, compostos por cerca de 20 mil imóveis.

Nos Livros de Registro, encontram-se inscritos quinze bens patrimoniais de natureza imaterial:

- A Arte Kusiwa, pintura corporal e arte gráfica dos índios Wajãpi, no Amapá;
- O Ofício das Paneleiras do Distrito de Goiabeiras, no estado do Espírito Santo;
- O Samba de Roda no Recôncavo Baiano;
- O Círio de Nazaré, celebração religiosa de Belém do Pará;
- A Viola-de-Cocho, de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;
- O Ofício da Baiana de Acarajé;
- O Jongo, antiga manifestação cultural de comunidades afro-brasileiras do Sudeste do país;
- A Cachoeira de Iauaretê, lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri, no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas;
- Feira de Caruaru;
- O Frevo, forma de expressão musical, coreográfica e poética enraizada em Recife e Olinda, no estado de Pernambuco;
- O Tambor de Crioula do Maranhão;
- As matrizes do Samba do Rio de Janeiro – samba de terreiro, partido-alto e samba-enredo.
- Modo artesanal de fazer Queijos de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre.
- A roda de capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira.
- O modo de fazer Renda Irlandesa produzida em Divina Pastora (SE).

O Brasil tem, declarados pela Unesco como Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, a Arte Kusiwa, desde 2002, e o Samba de Roda no Recôncavo Baiano, desde 2005.

Estão ainda sob a proteção legal do Iphan, cerca de 12.517 sítios arqueológicos cadastrados, 250 mil objetos museológicos, extensa documentação arquivística e bibliográfica, além de registros fotográficos, cinematográficos e videográficos, sob a guarda de suas diversas unidades.

⁶ Em 2007, o Iphan completou 70 anos de existência.

Os acervos bibliográficos e arquivísticos, base das informações sobre o patrimônio cultural, encontram-se depositados em 31 bibliotecas e 35 arquivos, contendo aproximadamente 850 mil livros e documentos bibliográficos, além de 3.400 metros lineares de documentos textuais. Entre os arquivos destaca-se o Noronha Santos, no Rio de Janeiro, guardião de valioso acervo e cuja origem remonta à criação do Serviço do Patrimônio; é o setor responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento, de entorno de bens tombados e de saída de obras de arte do país, assim como pela emissão de certidão para efeito de prova e inscrição dos bens nos Livros do Tombo.

Destaca-se também o Arquivo Aloísio Magalhães, em Brasília, cujo acervo iconográfico é constituído pelas ações de referenciamento cultural dos antigos Centros Nacional de Referência Cultural e Fundação Nacional Pró-Memória. Este acervo possui 13.200 fotografias em papel; 29.300 negativos (35mm), 8.700 slides e 14.367 contatos.

É da responsabilidade do Governo Brasileiro, por meio do Iphan e do Ibama, a preservação dos 17 bens culturais e naturais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco. São eles: cidade histórica de Ouro Preto/MG (1980); centro histórico de Olinda/PE (1982); ruínas jesuítico-guarani, de São Miguel das Missões/RS (1983); centro histórico de Salvador/BA (1985); Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo/MG (1985); Parque Nacional de Iguazu, em Foz do Iguazu/PR (1986); Plano Piloto de Brasília/DF (1987); Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato/PI (1991); Centro Histórico de São Luís do Maranhão/MA (1997); Centro Histórico da Cidade de Diamantina/MG (1999); Mata Atlântica - Reservas do Sudeste SP/PR (1999); Costa do Descobrimento - Reservas da Mata Atlântica BA/ES (1999); Parque Nacional do Jaú/AM (2000); Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal - MS/MT (2000); Centro Histórico da Cidade de Goiás/GO (2001); Áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas/GO (2001); e Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha/PE e Atol das Rocas/RN (2001).

As ações de rotina, relacionadas ao patrimônio cultural sob proteção federal, empreendidas no Iphan, compreendem vistorias, visitas técnicas e a fiscalização de núcleos históricos tombados e seu entorno, de sítios arqueológicos e de bens culturais móveis e imóveis [vide tabela 06, abaixo]; mais de duas mil análises de processos e aprovação de projetos; emissão de autorizações, notificações e embargos; acompanhamento da execução de intervenções e projetos; adoção de medidas legais em caso de furto ou dano de bens tombados; cerca de 323 análises e emissões de pareceres técnicos para o Programa Nacional de Apoio à Cultura/Pronac⁷, do Ministério da Cultura; autorização para circulação e comercialização de bens culturais; elaboração de instruções de tombamento, de inventários, de laudos técnicos e de relatórios; análise de Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental – Eia-Rima – de

⁷ 251 projetos de mecenato e 72 projetos do Fundo Nacional de Cultura [FNC].

empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio cultural brasileiro, além de emissão de pareceres sobre relatórios produzidos por outras instituições, entre outras atividades.

Na tabela 08, pode ser observado o volume de atividades fiscalizadoras de cada unidade do Iphan.

TABELA 08
Inspeções Técnicas e Fiscalizações em
2008, por superintendência.

1º SR/AM/RR	132
2º SR/PA/AP	163
3º SR/MA	629
4º SR/CE	81
5º SR/PE	1.926
6º SR/RJ	532
7º SR/BA	-
8º SR/SE	144
9º SR/SP	406
10º SR/PR	63
11º SR/SC	191
12º SR/RS	207
13º SR/MG	279
14º SR/GO/MT/TO	1.589
15º SR/DF	206
16º SR/RO/AC	140
17º SR/AL	98
18º SR/MS	53
19º SR/PI	163
20º SR/PB/RN	502
21º SR/ES	48
TOTAL	7.552

Os dados acima foram fornecidos pelas Unidades Iphan a partir de questionário das atividades de cada Superintendência elaborado pela Divisão de Planejamento e Projeto.

Apesar das inúmeras dificuldades relacionadas com a carência de pessoal, aproximadamente 1500 servidores e infra-estrutura insuficiente e dispersa no território na busca de preservar o patrimônio cultural brasileiro, premido por tantas circunstâncias, o Iphan se empenha na realização de suas tarefas imprescindíveis, sob pena de perder a respeitabilidade que obteve ao longo de sua trajetória institucional, tanto em nível nacional quanto internacional. Essas tarefas vêm sendo executadas por seus técnicos longe das condições mínimas ideais, dificultando a capacidade de resposta institucional às demandas apresentadas.

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Desde maio de 2007, a Diretoria do Iphan, composta pelos Diretores e Dirigentes das demais unidades descentralizadas, vem discutindo os problemas e oportunidades com que provavelmente a organização se defrontará ao longo dos próximos anos no desempenho de sua missão institucional. Além disso, foram avaliadas, alternativas de ação para o órgão.

A partir do resgate das discussões estratégicas encaminhadas nos últimos anos formalizou-se um conjunto de objetivos estratégicos. Por um lado, este conjunto de objetivos representa o direcionamento pretendido pela cúpula estratégica do Iphan, nos últimos anos. Alguns objetivos tendo sido mais realizados do que outros. Por outro lado, trata-se também de uma direção que em muitos aspectos se mantém válida ainda hoje, dado o caráter de função de Estado que o Instituto exerce.

A lista de objetivos estratégicos é a que segue:

- Ampliar o acesso às políticas de patrimônio pela população em geral.
- Ampliar a descentralização da gestão do Patrimônio Cultural.
- Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, por meio de iniciativas de preservação do Patrimônio Cultural.
- Promover a articulação das políticas de preservação intra e intergovernamentais com as demais políticas públicas.
- Promover o fortalecimento institucional.

Em seguida, será apresentado, em maior nível de detalhe, cada objetivo considerado pela cúpula estratégica da organização como fator crítico de sucesso para o desempenho da missão constitucional do órgão.

2.2.1 Ampliar o acesso às políticas do patrimônio pela população em geral

Pode-se observar, nos últimos anos, um sensível redirecionamento da atividade do Iphan com o objetivo de tornar o universo do patrimônio realmente

representativo da diversidade cultural brasileira, dando maior atenção às manifestações culturais de grupos menos contemplados na política pública do patrimônio, como grupos indígenas e comunidades negras tradicionais.

O ano de 2002 foi fundamental nesse redirecionamento, uma vez que nele foi dado à utilização do Registro como instrumento de acatamento do patrimônio cultural imaterial. Nesse ano, foram inscritos no Livro de Registro dos Saberes e no de Registro das Formas de Expressão, respectivamente, o Ofício das Panelas de Goiabeiras e a arte Kusiwa - Linguagem e Arte Gráfica Wajãpi.

A política de acatamento de bens materiais do patrimônio cultural também foi marcada por essa tendência. Tombamentos como o do Quilombo Ambrósio: documentação e remanescentes [Ibiá, MG], do Acervo do Museu de Imagens do Inconsciente no Rio de Janeiro [RJ] e do Terreiro de Candomblé do Bate-Folha, Salvador [BA] são exemplos desse novo direcionamento.

As políticas de acatamento das últimas décadas privilegiaram os bens culturais ligados à arquitetura colonial, concentrando por isso a responsabilidade legal do Iphan a uma parte restrita do território brasileiro – essencialmente Minas Gerais e o litoral das regiões Sudeste e Nordeste. Tal concentração, obviamente, gerou uma oferta desigual de projetos e equipamentos culturais entre as diversas regiões do país. O redirecionamento da política de acatamento é fundamental, portanto, para a democratização do acesso às políticas públicas na área do patrimônio cultural.

Ser por um lado a ampliação da diversidade de público e da distribuição geográfica dos bens culturais reconhecidos é um fundamental para a correção de distorções regionais e desigualdades de acesso, por outro, gera uma série de novas dificuldades para o órgão executor. Entre elas, encontram-se dificuldades de transporte, uma vez que os técnicos de Iphan precisam cobrir um maior espaço territorial, muitas vezes tendo de se dirigir a localidades de difícil acesso. Isso exige das unidades descentralizadas, além de um gasto maior com diárias, a utilização de meios de transporte especiais, como automóveis com tração nas quatro rodas e barcos.

Além das dificuldades acima citadas, outras se fazem presentes. Por exemplo, muitas vezes, os técnicos enfrentam dificuldades relacionadas à manutenção das atividades relacionadas a públicos que se encontram em locais de difícil acesso ou com estrutura de apoio deficiente. Nos casos onde é inevitável a aquisição de materiais nessas localidades, surge a dificuldade de encontrar fornecedores legalizados. Imagine-se, por exemplo, a dificuldade de contratar um índio, que não tem os documentos básicos [certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF] para ser tradutor em pesquisas junto a sua tribo.

Importante iniciativa do Iphan para alcançar o objetivo da ampliação do acesso, está relacionada à divulgação do patrimônio cultural e à educação

patrimonial. Como foi visto numa seção anterior, as carências de equipamentos culturais são tão grandes que provavelmente não serão superadas no médio prazo. São necessárias ações capazes de combater essa deficiência a curto prazo, de maneira a não sobrecarregar o Governo com demandas financeiras referentes à gestão de novos espaços culturais, além fomentar a sustentabilidade das ações de preservação. Tratando mais especificamente da Educação Patrimonial, o ano de 2008 ficou marcado por uma Oficina para técnicos do Iphan nessa temática e com o objetivo de fomentar atividades vinculadas a Educação Patrimonial nas “Casas do Patrimônio”. Os participantes da Oficina vivenciaram as experiências do Museu da Pessoa, Museu Imperial, Museu Emílio Goeldi, Museu do Cariri e do Anima Mundi. Espera-se um número significativo de ações em Educação Patrimonial para o ano de 2009.

Além das iniciativas convencionais de educação patrimonial, publicação de material impresso e realização de eventos, o Iphan começa a investir nas novas tecnologias de informação e comunicação [informática, telecomunicações, vídeo etc.] como meio para disseminar informações sobre o patrimônio. Embora a conexão das instituições e iniciativas culturais por tecnologias de comunicação também exijam a manutenção de estruturas mínimas de gestão, possivelmente esses dispositivos institucionais podem ser geridos como um núcleo mínimo de recursos sustentados pelo poder público. Portanto, as políticas culturais encontram na presença desses equipamentos e tecnologias uma possibilidade real de universalização do acesso à cultura e, em parte, mesmo da sua democratização.

Ainda em relação às novas tecnologias de informação e comunicação o ano de 2008 ficou marcado pela reformulação do *site* do Iphan, que se encontra, no início de 2009, em fase final de testes, que proporcionará uma navegação muito mais fácil, interativa e com um volume muito mais significativo de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro.

Sabe-se que cerca de 82% dos gastos das famílias brasileiras com cultura [BRASIL, 2007b, p.14] se referem às práticas realizadas dentro do domicílio, ou seja, com televisão, vídeo, música e leitura. Caberia perguntar, que parcela desse consumo cultural doméstico está atualmente relacionada a bens do patrimônio cultural brasileiro e como ampliar esse consumo.

No final de 2007 foi dado início a um processo de reestruturação da Coordenação de Informática do Instituto, vista atualmente como setor estratégico para o órgão e para o ano de 2009 foi criada, dentro do Programa Apoio Administrativo (0750 as ações de informática (11T00000) que tem por finalidade proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

O ano de 2008 também ficou marcado pelo início da implantação do Sistema Nacional do Patrimônio. O referido sistema objetiva unificar a linguagem

e ações no campo patrimonial nas várias esferas do estado – Federal, Estadual e Municipal. Além disso, é importante destacar que ninguém conhece melhor o seu patrimônio que os próprios habitantes de uma dada região, logo a valorização do patrimônio cultural brasileiro passa inevitavelmente por essa aproximação com os gestores locais que estão mais habilitados para tratar do patrimônio local de uma dada região. Nessa etapa foram realizados cinco encontros regionais onde representantes dos Estados e diversos Municípios discutiram encaminhamentos para uma melhor integração dos diversos níveis governamentais. No início de 2009, o Iphan passou a receber solicitações, por parte das prefeituras e secretarias municipais, de informações para participação no Programa Brasil Patrimônio Cultural, um primeiro fruto dos contatos anteriormente estabelecidos.

O Centro de Formação do Patrimônio foi aprovado em 2008 e se encontra em fase de implantação, no Rio de Janeiro. A idéia é a formação de um centro de excelência no que tange aos aspectos referentes ao patrimônio cultural e promoverá o intercâmbio entre os países de língua portuguesa e os demais da América Latina (todos eles associados ao Centro de Formação do Patrimônio).

É verdade que as práticas culturais realizadas por esses meios deverão ter significados e desdobramentos muito diversos; afinal, visitar um museu virtualmente é diverso de ir lá, ver as peças, os objetos, o espaço de memória real, as narrativas que inspiram, etc. Mas, de qualquer forma, o uso dessas tecnologias constitui um recurso que pode ser adequado às premissas de uma política cultural ampla [BRASIL, 2007b, p.64], além de instigar a curiosidade e vontade na visita *in loco* por segmentos da população brasileira.

2.2.2 Promover a articulação das políticas de preservação com as demais políticas públicas

A gestão do patrimônio cultural de um país não pode ser feita de modo puramente técnico ou normativo. Não basta baixar normas e fiscalizar a sua aplicação. A quantidade e variedade dos bens reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro crescem continuamente. Para aplicar as normas existentes, seria necessária uma enorme estrutura fiscalizadora, com seus correspondentes custos financeiros, especialmente num país de dimensões continentais, como o Brasil. Quanto à introdução de novas normas, é preciso lembrar que, numa sociedade liberal, há limites à intervenção do Estado na atividade privada. Além disso, vale lembrar que não é suficiente evitar que bens do patrimônio cultural sejam propositalmente destruídos ou desfigurados. É preciso que este bem cultural alcance sustentabilidade, uma vez que o Estado pode não possuir condições de investir continuamente na conservação de todos os bens. Para isso, a sociedade, especialmente a local, precisa estar consciente do valor e importância dos bens culturais que lhes pertencem, em suma, esses bens precisam ser entendidos como importantes elementos identitários para essa

sociedade. Só tem sentido preservar aqueles bens que são assim sentidos pela comunidade, caso contrário, representará um grande ônus para o Estado, econômico, político e social com o respectivo desinteresse por parte da população por aqueles bens culturais.

A constatação da escassez de recursos políticos e financeiros para a preservação do patrimônio leva o indivíduo a desenvolver um novo olhar sobre a realidade, a buscar alternativas de atuação. É preciso reconhecer a existência de outros atores sociais – em parte contrários, em parte favoráveis – relacionados à preservação do patrimônio cultural. Ou seja, é preciso perceber que o resultado final que se almeja – a preservação e valorização do patrimônio cultural – não é obtido pela atuação isolada de uma instituição, por mais importante que ela possa ser, mas pela atuação conjunta de uma infinidade de agentes das mais diversas áreas de atuação.

De modo geral, estão envolvidos, direta ou indiretamente, na preservação do patrimônio cultural do país: universidades; meios de comunicação, que podem eleger temas ligados ao patrimônio; hotéis e restaurantes, que se beneficiam do turismo cultural; moradores de centros históricos; escolas; organizações da sociedade civil, ligadas à cultura; governos estaduais e municipais; as incorporadoras, com interesses na especulação imobiliária; empresas que pretendem se instalar próximo a centros históricos; empresas de engenharia e arquitetura; o poder judiciário, ao julgar processos relacionados à preservação do patrimônio; o poder legislativo nas três esferas de governo; entre muitos outros possíveis agentes.

O problema da preservação de bens culturais poderá ser mais bem encaminhado se houver o envolvimento de um conjunto diferente de atores sociais. O que ocorre é que muitos atores em potencial, não demonstram disposição para se envolver nessa atividade. Desse modo, o planejamento governamental, ao ser elaborado, deverá considerar que acontecem resistências não apenas provenientes da natureza [infestações de cupins, descargas elétricas atmosféricas etc.], mas também decorrentes de diferentes percepções do homem, o qual pode atuar com diferentes objetivos, muitas vezes dissonantes das idéias de conservação e sustentabilidade, dispondo ainda de meios e possibilidades para concretização desses objetivos privados [MATUS, 1996, p.14].

Como são vários os atores que coexistem na realidade, com capacidade de planejamento diferenciadas, haverá várias explicações da realidade e todas estarão condicionadas pela inserção particular de cada ator nesta realidade, isto é, pela situação. Conseqüentemente, já não é possível o diagnóstico único e a verdade objetiva.

No processo de planejamento, é fundamental [1] que sejam mapeados os atores relevantes para cada problema relacionado à preservação; [2] que sejam levantadas as suas explicações da realidade. Este exercício revelará, para cada questão envolvendo a preservação do patrimônio, os atores

envolvidos, suas posições [favoráveis ou contrárias], a força de cada um, as possíveis áreas de acordo ou desacordo nas explicações⁸, possibilitando cooperação ou gerando conflito.

A necessidade de interlocução com outros atores gera também maiores gastos com o que se classifica como “gestão da política”, envolvendo gastos com diárias e passagens, reuniões, consultoria e levantamento de informações. Porém, em um prazo mais longo representará uma maximização dos esforços, especialmente no que tange à articulação promovida pelo Sistema Nacional de Patrimônio, afinal os municípios, estados e a União trabalharão de forma integrada evitando dessa forma esforços duplicados para um dado objetivo.

No ano de 2007, foram criadas articulações com as prefeituras de Cidades Históricas, com os Ministérios do Turismo, do Desenvolvimento Social, das Cidades, do Exército, com organizações da sociedade civil etc. Essas articulações se estreitaram no ano de 2008. Entre os resultados obtidos pode-se destacar a criação da Associação de Cidades Históricas Brasileiras; de projetos de formação de guias turísticos em Pernambuco; de projetos para a preservação das fortificações históricas brasileiras; de ações conjuntas com o Ministério do Meio Ambiente, para a preservação do patrimônio natural e do patrimônio imaterial relacionada aos povos indígenas, entre outras.

Em 2008 foram realizadas cinco Encontros Regionais por todo o Brasil para se discutir, com representantes municipais e estaduais, além da sociedade civil, a aproximação entre essas diferentes instâncias para articularem suas ações de uma maneira mais unificada. As Oficinas do Sistema Nacional de Patrimônio ocorreram em Curitiba (Região Sul), Palmas (Região Centro-Oeste)⁹, Recife (Região Nordeste), Belém (Região Norte) e Belo Horizonte (Região Sul). Nos encontros foram propostos mecanismos para a elaboração e desenvolvimentos de ações comuns.

2.2.3 Ampliar a descentralização da gestão do Patrimônio Cultural

De acordo com Mintzberg [2003, p.113], há em geral três razões para descentralizar a tomada de decisões. Primeiro, quando o ambiente de atuação é complexo e nem todas as suas decisões podem ser entendidas em um centro, em um cérebro. Às vezes, a informação necessária não pode ser levada a esse centro por ser difusa e difícil de ser transmitida. Pode ser difícil para o chefe de um

⁸ Para que isso seja viável, é preciso que o trabalho contínuo de uma “Célula de Inteligência Regional” - um técnico ou analista, que dedique parte de seu tempo [talvez um dia por semana] à busca e organização de informação sobre os problemas do patrimônio cultural de seu estado. Estas informações podem ser extraídas de declarações na imprensa, de publicações especializadas, de estatísticas públicas, questionários, entrevistas pessoais, etc., de modo a montar um cenário para os problemas do patrimônio na região. Dados considerados muito importantes e de difícil obtenção podem ser objeto de contratação de consultorias especializadas ou firmas de pesquisa. Os relatórios compilados pelas Células de Inteligência Regional serão fundamentais para alimentar a reunião de planejamento estratégico das superintendências.

⁹ Apesar do Estado do Tocantins localizar-se no Norte do país, em decorrência da divisão do próprio Iphan, na qual a citada região faz parte da 14ª SR com sede em Goiânia, optou-se por inseri-la na região Centro-Oeste.

escritório técnico explicar, em detalhes, o modo de pensar dos moradores de uma cidade do interior ou de uma tribo indígena a um gerente ou diretor em Brasília.

Às vezes, a informação pode ser transmitida a um centro, mas é de difícil processamento. Os bens do patrimônio cultural são fortemente heterogêneos, como vimos anteriormente. Como pode o presidente do Iphan, ou um diretor, conhecer os problemas específicos de milhares de bens culturais extremamente diferenciados, localizados em cidades diversas, sujeitos a interesses econômicos e políticos muito diferentes? Mesmo que um relatório sobre cada um desses bens fosse escrito, faltaria tempo para estudá-lo.

Em outros casos, a variedade de especialidades, necessária à compreensão das decisões, é maior do que seria possível a uma única pessoa [ou núcleo dirigente] dominar. Este é o caso na maioria das decisões relacionadas ao patrimônio cultural: algumas exigem conhecimentos de arquitetura, outras de história da arte, outras de antropologia, outras de iluminação de monumentos, outras de pedagogia, entre outras especialidades.

Outra razão relacionada à descentralização é aquela que permite à organização responder rapidamente às condições locais. A transmissão de informações a um centro, por meio de uma longa cadeia hierárquica costuma levar muito tempo. A descentralização é uma boa política para responder mais prontamente aos usuários dos serviços públicos.

Uma última razão para a descentralização é que ela constitui um recurso motivacional. O corpo técnico do Iphan é constituído por profissionais de nível superior, muitos com mestrado e doutorado. Trabalhar apenas cumprindo ordens, sem espaço para reflexão e tomada de decisão seria extremamente desmotivante para a maior parte da qualificada força de trabalho do Instituto.

Como foi visto em outra seção deste documento, o ambiente da preservação do patrimônio cultural é extremamente heterogêneo e complexo, justificando portanto uma política agressiva de descentralização. Esta estratégia tem sido empreendida em duas vertentes principais até o momento: a desconcentração, delegando-se maiores poderes decisórios e de execução a unidades descentralizadas [superintendências, centros culturais etc.] e a descentralização propriamente dita, com o repasse de recursos a outras esferas de governo e/ou a entidades da sociedade civil.

DESCONCENTRAÇÃO

Em 2004, operaram-se importantes mudanças estruturais no órgão. O número total de superintendências regionais foi ampliado de 15 para 21, o de sub-regionais de três para seis, o de escritórios técnicos de 11 para 27, além de terem sido criadas mais cinco unidades museológicas. Essas medidas aumentaram significativamente a capilaridade do Iphan e sua presença no

território nacional, possibilitando que, em um futuro próximo, melhore-se significativamente a relação entre a população e os gestores locais do patrimônio.

É importante ressaltar que uma nova reestruturação é esperada pelo Iphan, que terá, por exemplo, Superintendências em todas as regiões do país em lugar das sub-regionais.

Independentemente da possível reestruturação brevemente citada acima, o Iphan aprofunda a sua política de desconcentração, recurso importante não só para a própria instituição, como também para o MINC, uma vez que, dentre as vinculadas, o Iphan é o único a possuir representações em praticamente todos os Estados brasileiros¹⁰.

Os efeitos negativos dessa política são os maiores gastos com a coordenação das atividades de diversas unidades e com a manutenção de novas instalações físicas. A maior necessidade de coordenação se reflete em maiores gastos com o que se pode chamar de "gestão de política", onde estão incluídos maiores gastos com passagens e diárias, com aluguel de salões de reunião, etc.

Para tentar reduzir esses gastos, no ano de 2007, foi contratada junto ao SERPRO uma experiência de videoconferência, reunindo as diretorias e todas as superintendências. Em função do sucesso da experiência e da drástica redução dos custos de reunião, a videoconferência deve tornar-se uma prática no Instituto, no entanto, isto não altera a necessidade de que os técnicos tenham que realizar vistorias, fiscalizações e análises "in loco". Caber ressaltar que não foi realizada nenhuma videoconferência no ano de 2008, porém isso não invalidou o sucesso da primeira experiência e a retomada das mesmas em momento oportuno, porém os encontros realizados necessitaram da presença física dos participantes.

No que se refere à manutenção administrativa das unidades descentralizadas [luz, telefone, limpeza, segurança etc.], estes gastos têm aumentado em função da implantação e aparelhamento das novas unidades.

DESCENTRALIZAÇÃO

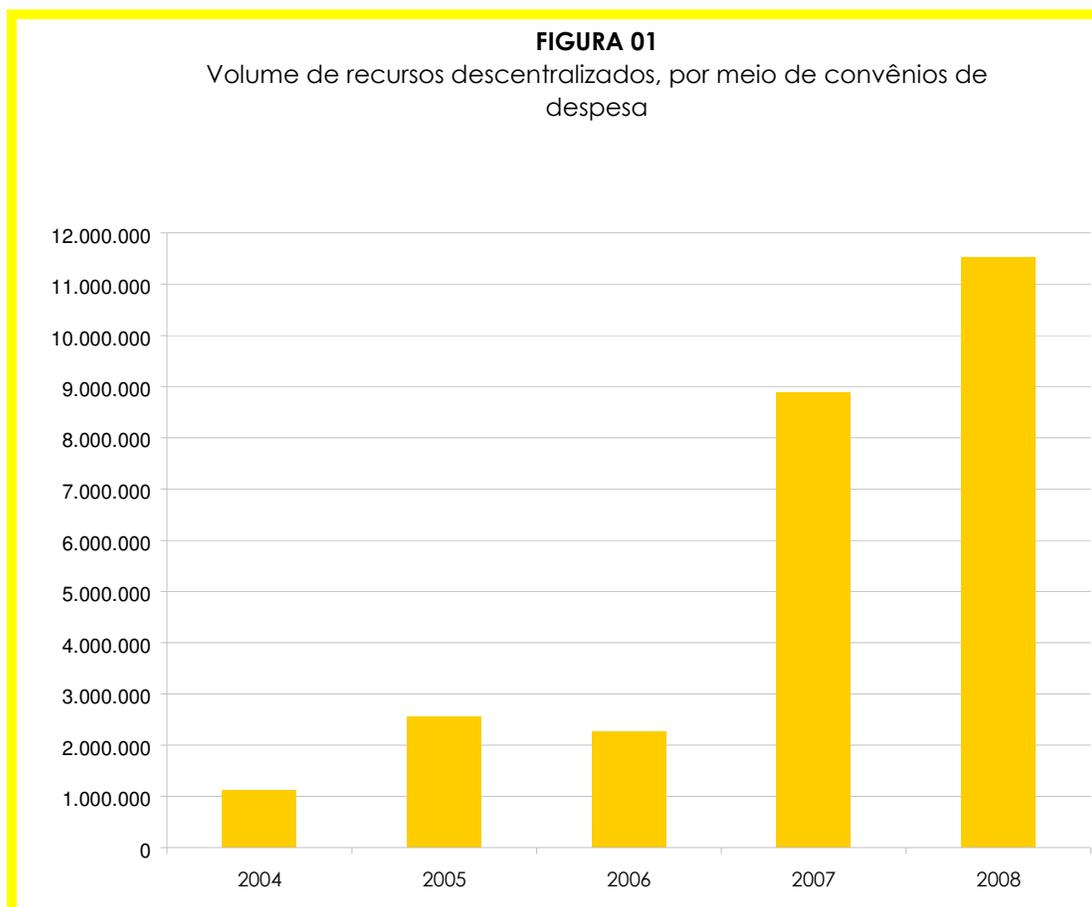
Em 2004, uma das primeiras ações implementadas pelo Departamento de Museus foi a reformulação do programa de financiamento, denominado Museu: Memória e Cidadania, cujo alcance, anteriormente restrito aos museus federais, passou a abranger todos os museus brasileiros. Deu-se início, assim, à política de descentralização das atividades de preservação, através do fomento

¹⁰ Também a Biblioteca Nacional tem representações por todo o território para a coleta de originais e registro de direitos autorais. Tratam-se, contudo, de simples postos de coleta, com muito pouca estrutura

à atividade de outros atores – fora do Governo Federal – do Sistema Nacional de Museus e de um “ambiente” de preservação, composto por diversos atores.

Utilizando-se de sistemas informatizados, foi lançado, em 2005, o Cadastro Nacional de Museus. Esse projeto foi iniciado com recursos disponibilizados pelo Ministério da Cultura da Espanha, por intermédio da Organização dos Estados Ibero-Americanos. Os dados foram surpreendentes: o Brasil iniciou o século XX com cerca de 12 museus e chegou ao século XXI, de acordo com os dados do Cadastro, com 2.208 unidades museológicas. Os mais de dois mil museus que hoje existem no Brasil são instituições públicas e privadas, visitadas por 20 milhões de pessoas por ano, gerando mais de dez mil empregos diretos.

Em 2006, ocorreram também avanços na sistematização do instrumental conceitual, técnico e metodológico necessário para se lidar com patrimônio imaterial, representados pelos editais lançados pelo programa nacional do patrimônio imaterial. Os editais, assim como aconteceu na política de museus, vêm permitindo o início de uma política de fomento à atividade de outros atores das demais esferas governamentais e da sociedade civil). Trata-se de instrumento importante para que o Iphan possa ocupar a coordenação do Sistema Nacional de Patrimônio em fase de implantação.



Fonte: CLG/DCONV/IPHAN/2009

2.2.4 Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, por meio de iniciativas de preservação do Patrimônio Cultural.

Este objetivo visa articular a preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento sócio-econômico, local e regional, por meio do apoio ao desenvolvimento do turismo cultural, do desenvolvimento de programas de reabilitação urbana nos sítios históricos e do fortalecimento da produção, circulação e distribuição de bens culturais, com vistas à melhoria das condições de vida das comunidades produtoras.

Em vista da ampliação conceitual da cultura realizada pelo MINC, fazendo-a englobar não só aspectos simbólicos, mas também econômicos e políticos, o Iphan não poderia ter deixado de propor para si, o objetivo de fortalecer a utilização econômica do patrimônio cultural brasileiro.

Com a incorporação, em 2004, do Centro Nacional de Cultura Popular [CNCPP], antes pertencente à estrutura da FUNARTE, o Iphan absorveu práticas ligadas ao fomento do artesanato, já em curso naquela unidade. Práticas que têm sido conservadas pelo Iphan.

O Iphan, contudo, se ressentia da carência de técnicos capacitados para lidar com a variável econômica dos projetos. É fundamental, para tanto, a busca de recursos humanos especializados, quer por meio de parcerias com outras instituições, quer via realização de concursos públicos. Somente assim, o Instituto terá a capacidade de ampliar a sua atuação nessa nova dimensão da política pública de cultura: analisando mercados, ambientes competitivos, fortalecendo arranjos produtivos locais, etc.

O Sistema Nacional de Patrimônio também deverá contribuir para amenizar a carência de recursos humanos no setor da preservação do patrimônio cultural brasileiro e tal cenário foi amplamente debatido nos cinco Encontros Regionais anteriormente citados.

2.2.5 Promover o fortalecimento institucional

Este objetivo traduz-se na busca de melhores condições de infraestrutura à sede do Iphan e Unidades descentralizadas, à implantação de programa de avaliação de resultados, à definição de fluxos racionais de trabalho, à elaboração e implementação de uma política de qualificação e valorização do servidor e à redução do déficit de servidores técnicos e administrativos.

O ano de 2006 foi marcado pela chegada dos 222 novos concursados ao Iphan. Há quase duas décadas o órgão não tinha recebido nenhum novo funcionário pertencente ao seu quadro efetivo. Infelizmente, parte significativa dos ingressantes abandonou a Instituição, em função do baixo salário. Ainda, em

função dos baixos salários, o desempenho do Instituto em 2007 foi fortemente prejudicado por uma greve, com 70 dias de duração. O ano de 2008 foi marcado pela continuidade dos trabalhos com o cumprimento, por parte do Governo, dos acertos salariais para o ano de 2008, lembrando que ficaram acordados novos acertos para o ano de 2009 e 2010, porém, mesmo com a nova tabela salarial a remuneração continuou baixa, especialmente se se levar em conta a capacidade técnica dos servidores do Iphan, e isso resultou em novas evasões em 2008 e que poderá voltar a ocorrer no corrente ano.

Para a manutenção de um número maior dos qualificados servidores do Iphan se faz necessário a implantação do Plano de Cargos e Salários, ansiosamente esperado pelos funcionários do Instituto e que contribuirá intensamente para o fortalecimento institucional do Iphan.

Em 2008, o Iphan manteve os investimentos voltados para a informatização de sua atividade fim. Entre esses investimentos, encontram-se os projetos ligados à digitalização de acervos, aos sistemas de monitoramento e sistemas de informação e finalmente na reformulação da página eletrônica do Instituto. A importância da digitalização de acervos, relaciona-se à facilidade dos técnicos e da sociedade civil terem acesso aos processos de tombamento, registro e de outros assuntos sobre o patrimônio cultural brasileiro. Isso é fundamental, por exemplo, na atividade de fiscalização e inspeção técnica, quando os técnicos necessitam tomar ciência dos valores [fachada, área interna, painéis, etc.] a serem preservados no bem cultural, os motivos que levaram à valorização daquele bem, etc.

Quanto aos sistemas de informação e monitoramento do patrimônio cultural, eles são fundamentais para a gestão do patrimônio cultural brasileiro. Através de sistemas on-line de inventário de bens culturais, atualizados pelas atividades de fiscalização e inspeção técnica, seria possível ter um mapa constantemente atualizado do estado de conservação de todos os bens culturais do país. Esta informação, inclusive, seria um dos principais indicadores de eficácia da atuação do órgão.

Finalmente a reestruturação do portal do Iphan permitirá um maior volume de informações acerca do patrimônio cultural brasileiro, além de um acesso mais interativo e fácil para os usuários.

Foram investidos, no Programa Brasil Patrimônio Cultural sob responsabilidade do Iphan, cerca de cinco milhões de reais em sistemas de monitoramento do patrimônio cultural e sistemas de informação. As informações desses levantamentos ainda se encontram dispersas em vários sistemas, impossibilitando uma visão global do patrimônio e a sua ligação às outras atividades da organização. Uma das prioridades do ano de 2008 é a transformação desse “arquipélago” de sistemas, em um verdadeiro continente, o que foi realizado, e resultou inclusive com na abertura, para o ano de 2009, de

orçamento próprio para a área de informática, com a ação de informática (2003) no Programa de Apoio Administrativo (0750).

Um avanço significativo no exercício de 2007 e mantido em 2008 foi a introdução de uma nova metodologia de planejamento estratégico. Ao invés de contar com consultorias para organizar o processo de planejamento, esse começou a ser elaborado “na casa”, contratando consultorias apenas para levantamento de informações específicas e bem determinadas e não mais “pacotes” externos à realidade do Iphan. Em função disso, deu-se início a um processo de aprendizado, descobrindo as melhores fontes de informação sobre o campo do patrimônio cultural, os indicadores disponíveis, a necessidade de dar foco às ações de modo a gerar impacto social, metodologias para analisar os focos regionais da atuação do Iphan antes da aprovação de projetos, etc.

Outro avanço importante em 2007 e aprimorado em 2008 foi a democratização (transparência) das informações orçamentárias. Criou-se uma competição saudável entre as unidades, por meio da distribuição para todos os técnicos de tabelas mensais de acompanhamento dos valores empenhados e pagos em cada unidade, relacionando-os com os valores previstos.

Em 2008 o Iphan investiu cerca de 525 mil reais em capacitação dos seus servidores, afinal o Instituto entende que a qualificação continuada de seu quadro técnico é fundamental para o bom funcionamento de suas atividades. Além disso, ressalte-se que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é referência internacional no que tange a preservação do Patrimônio Cultural e a manutenção dessa posição depende, em grande medida, da qualificação continuada de seus servidores. O referido Instituto também investiu 360.000,00 em editoração, que qualifica não apenas os servidores da casa que passam a contar com novas publicações na área do Patrimônio Cultural, mas a população em geral que pode, sempre que desejar, ter acesso às obras editadas pelo Iphan.

TABELA 09
Capacitação de Recursos Humanos na área do Patrimônio Cultural

Capacitação	Local	Carga horária	Sevidores	Hora/Aula	Valor
DPA					
Ofina de Negociação - Brasília	Brasília/DF	24	1	24	1.700,00
Semi Est Avan em Dir Púb e Privado	Haia/ Holanda	112	1	112	11.068,88
V Semana de Adm. ESAF	Rio de Janeiro/RJ	40	7	280	800,64
V Semana de Adm. ESAF	Fortaleza/CE	40	7	280	
V Semana de Adm. ESAF	Manaus	40	3	120	2.526,57
Esp. em Gestão de P. Públicas da Cultura	Brasília/DF	24	4	96	5.016,61
Oficina de Elaboração de Projetos Básico	Brasília/DF	16	28	448	36.925,5
Sob Medida de Gestão de Contratos de Serviços e Suprimentos	Brasília/DF	40	23	920	10.975,9
Elaboração e Gerenciamento de Projetos	Belo Horizonte	40	29	1.160	28.625,95
Processo Adm. Disciplinar	Brasília/DF	20	4	80	
Gestão por Competência e Capacitação	Brasília/DF	16	21	336	6.351,86
Oficinas Metodologia e Mapeamento de Competências	Brasília/DF	8	21	168	27.704,77
Sob Medida de Gestão de Contratos de Serviços e Suprimentos	São Paulo/SP	40	16	640	12.622,61
I Congresso Nacional de Contabilidade Pública na G. Governamental	Brasília/DF	8	1	8	380,00
Sob Medida de Gestão de Contratos de Serviços e Suprimentos	Rio de Janeiro/RJ	40	15	600	9.505,57
Sob Medida de Gestão de Contratos de Serviços e Suprimentos	São Luís/MA	40	22	880	33.421,18
Gestão e Fiscalização de Contratos	Porto Alegre/RS	32	1	32	500,00
Seminário Sobre Convênios, Prestação de Contas e outras formas de parceria	Brasília/DF	24	6	144	4.685,50
Gestão por Competência e Capacitação	Brasília/DF	16	8	128	4.685,50
Oficinas Metodologia e Mapeamento de Competências	Brasília/DF	8	6	48	50.000,00
2ª Semana de Qualidade de Vida	Brasília/DF	24	13	312	7.680,00

Oficina de Integração para Equipe do CRH	Brasília/DF	8	12	96	6.943,60
Legislação de Pessoas - 8.112/90	EAD	8	20	160	0,00
Siafi Gerencial	EAD	8	20	160	0,00
Análise e Melhoria de Processos	EAD	18	40	720	0,00
Gestão Estratégica de Pessoas	EAD	4	20	80	0,00
Ética e Serviço Público	EAD	18	10	180	0,00
Orçamento Público	EAD	27	35	945	0,00
Excel	EAD	2	40	80	0,00
Legislação Aplicada a Logística de Suprimento	EAD	8	35	280	0,00
				9517	254.440,67
PROFER					
II REUNIÃO DE TRAB De PROC do IPHAN	São João D Rey	40	13	520	60.000
DPI					
BALAI DO PATRIMÔNIO	Brasília/DF	40	98	3.920	95.000,00
BALAI DO PATRIMÔNIO	Belém/PA	40	60	2400	35.000,0
BALAI DO PATRIMÔNIO	Rio de Janeiro	40	40	1600	46.700,0
BALAI DO PATRIMÔNIO	salvador	35	40	1400	35.000,0
				9320	211.700,00
DEPAM					
Sem. de Gestão de Áreas Tombadas dos Esc. Téc. do IPHAN e Cidades Históricas	S. F. do Sul	107			360.000
COGEPROM					
Editoração	Rio de Janeiro	60	1	60	360.000,00

Finalmente, ainda objetivando ao fortalecimento institucional, o Iphan vem investindo na formação de um Banco de Projetos. Dessa maneira o órgão pretende se habilitar à captação de recursos para projetos de preservação do patrimônio cultural. Durante os últimos anos, empresas como Petrobrás, BNDES, Caixa Econômica Federal, além de instituições privadas, têm manifestado a disposição de patrocinar a preservação, sem, contudo, encontrar projetos disponíveis.

2.3 PROGRAMAS

Na década de 90, os orçamentos para a Cultura foram reduzidos ao extremo. Nesse período os órgãos ligados ao Ministério da Cultura viram-se impedidos de cumprir as suas missões constitucionais, dada a escassez de meios para isso. Nas palavras do Secretário Juca Ferreira, durante a apresentação do Programa Mais Cultura:

Nosso governo herdou um Ministério da Cultura muito aquém da grandeza cultural do país; era como se o Estado houvesse renunciado a cumprir seu papel no desenvolvimento cultural da sociedade brasileira e de gestar as políticas públicas para satisfazer as necessidades e demandas culturais da sociedade [BRASIL, 2007c].

Durante o governo Lula, o orçamento do Ministério e de suas vinculadas vem paulatinamente se recuperando. Por exemplo, é gratificante perceber que o orçamento do Iphan dobrou nos últimos cinco anos, da mesma forma como cresceu o campo do patrimônio cultural brasileiro, incluindo não apenas os bens materiais, mas também as manifestações imateriais da cultura brasileira; não só os bens materiais relacionados à cultura européia, mas os bens relacionados a todas as matrizes do povo brasileiro.

A tabela 10 representa a lista de todos os Programas executados pelo Iphan, nos últimos sete anos.

TABELA 10
Evolução da execução orçamentária [empenho]
2002-2008 por programa [R\$ Mil]

PROGRAMA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
BRASIL PATRIMONIO CULTURAL	3.306	17.903	19.862	20.521	28.694	37.279	50.431,44
CULTURA E TRADICOES: MEMORIA VIVA	0	0	2.601	0	0	0	0
GESTAO DA POLITICA DE CULTURA	184	144	279	1.006	1.023	972	1.465,6
GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	320	656	349	411	315	353	346,03
VALORIZACAO DO SERVIDOR PÚBLICO	5.036	5.745	0	0	0	0	0
OUTROS PROGRAMAS*	270	740	11	353	39	6.032	5.366

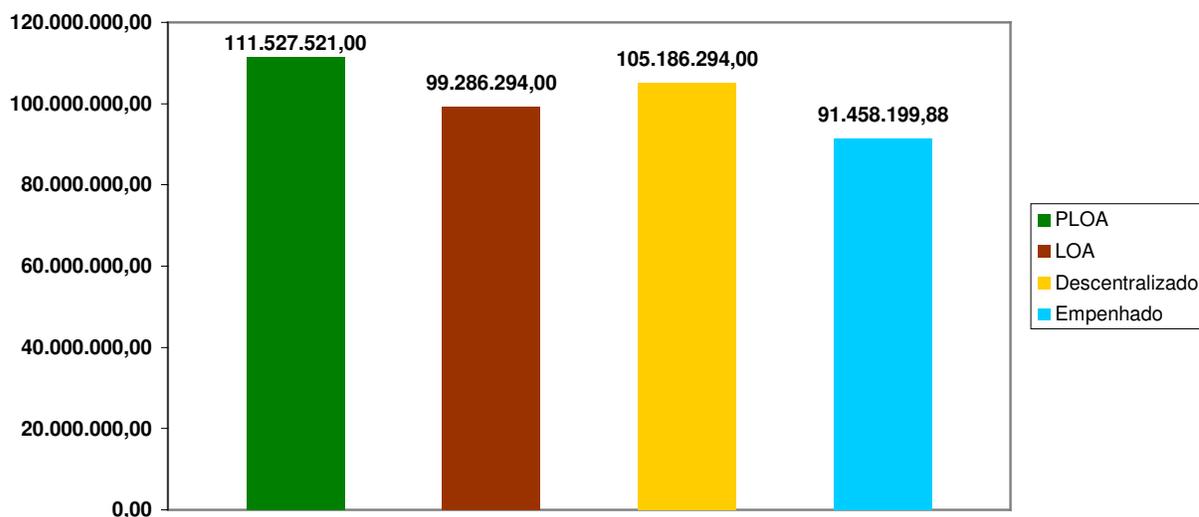
APOIO ADMINISTRATIVO	47.530	48.708	56.151	58.125	90.005	100.814	112.505,00
MUSEU MEMORIA E CIDADANIA	10.821	13.356	15.236	19.292	25.195	26.904	40.190,46
OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	305	133	0	0	0	0	0
PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	13.050	14.282	16.083	16.660	26.351	27.678	31.161,76
TOTAL	80.824	101.668	110.571	116.368	171.622	200.032	241.468,25

Tratando exclusivamente de programas finalísticos, foram empenhados no Iphan, descontado do Programa Museu, Memória e Cidadania, o valor da ação de Funcionamento de Museus¹¹, cerca de 55 milhões, em 2007. Já em 2008 esse valor se elevou para 75,8 milhões, acréscimo de 38%. Conforme a figura 02 (abaixo), a execução orçamentária [empenho] das atividades finalísticas, alcançou a ordem dos 92,11% em relação aos créditos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), percentual inferior ao alcançado no ano anterior que foi de 109%. Porém, deve-se ressaltar a elevação no valor previsto pela LO que em 2007 era em torno de 60 milhões e em 2008 alcançou a cifra de quase 100 milhões de reais.

O destaque, nas atividades finalísticas, em termos de montantes empenhados, vai para o programa Brasil Patrimônio Cultural [50,4 milhões], seguido pelo programa Museu, Memória e Cidadania [40,1 milhões]. Os dois programas citados apresentaram elevação em seus valores, mas o destaque maior ficou por conta do Museu, Memória e Cidadania, que apresentou em 2007 um valor empenhado da ordem de 10,4 milhões e em 2008 40,1 milhões, elevação de mais de 280%. Já o Programa Brasil Patrimônio Cultural, empenhou em 2007 o valor de 37,3 milhões e em 2008 50,4 milhões, elevação de 35,1%.

¹¹ No Programa Museu, Memória e Cidadania há uma ação – Funcionamento de Museus – que embora seja finalística, tem a função de pagar despesas continuadas de manutenção dos museus [luz, telefone, segurança, limpeza, jardinagem]. É correta a classificação dessa ação como finalística, uma vez que os museus atendem ao público, as suas despesas de manutenção geram produtos diretamente para a sociedade. Contudo, como no programa Brasil Patrimônio Cultural não há uma ação desse tipo, sendo tais despesas das unidades descentralizadas restantes [superintendências] pagas em outro programa [de Apoio Administrativo], a presença da ação de funcionamento de museus dificulta a saudável comparação de desempenho entre os programas. Para corrigir essa distorção, excluímos dos valores empenhados no programa Museu, Memória e Cidadania a ação de Funcionamento de Museus. Os dados da ação de Funcionamento de Museus serão apresentados posteriormente, junto com os dados do Programa de Manutenção Administrativa.

FIGURA 02
Comparativo da Execução Orçamentária total,
em reais, em 2008.



Programas: BPC, MMC, GPC, GPOI **sem** emendas constitucionais. Emendas: 500.000 para o GPC e 1.296.752,79 para o BPC.

Fonte: SIAFI/09

TABELA 11
Execução Orçamentária e Financeira dos programas pelo IPHAN,
em reais, em 2008.

PROGRAMA	LEI ORÇAMENTÁRIA	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EMPENHADO
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	27.994.713,00	31.377.798,00	31.161.755,55
0167 BRASIL PATRIMONIO CULTURAL	53.228.831,00	60.425.583,79	50.431.438,16
0171 MUSEU MEMORIA E CIDADANIA	44.085.760,00	44.085.760,00	40.190.463,71
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA	0,00	100.000,00	93.850,00
0173 GESTAO DA POLITICA DE CULTURA	1.472.203,00	1.972.203,00	1.967.562,36
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	499.500,00	499.500,00	346.034,43
0697 DEFESA DO CONSUMIDOR	0,00	227.336,82	133.232,98
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	95.415.292,00	114.943.913,00	112.505.046,95
0813 MONUMENTA	0,00	20.633.175,01	17.396.606,59
0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	1.092.049,00	1.082.479,00	0,00

1137	REABILITACAO DE AREAS URBANAS CENTRAIS	300.000,00	300.000,00	142.009,38
1141	CULTURA, IDENTIDADE E CIDADANIA	0,00	1.200.000,00	1.051.321,20
1142	ENGENHO DAS ARTES	0,00	265.050,00	265.050,00
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	0,00	1.515.945,67	1.253.831,97
1342	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA	0,00	350.000,00	74.696,84
1432	PROMOCAO DE POLITICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACI	0,00	100.000,00	88.250,66
1453	NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	0,00	2.575.200,00	2.575.200,00
TOTAL		224.088.348,00	281.653.944,29	259.676.350,78

Fonte: SIAFI/2009.

São considerados principais, por materializarem a razão de existir do órgão, os programas “Brasil Patrimônio Cultural” e “Museu, Memória e Cidadania”. Em função disso, nas análises a seguir, serão abordados em maior nível de detalhes, apenas esses dois programas.

2.3.1 PROGRAMA 0167 – BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro

Gerente do Programa: Luiz Fernando de Almeida

Gerente Executivo: Maria Emília Nascimento Santos

Indicadores: Índice de Preservação do Patrimônio Material e Número de Registros do Patrimônio Cultural Imaterial

Público-alvo: Sociedade brasileira

O Ministério da Cultura, na área do patrimônio histórico, artístico, paisagístico e arqueológico deve atuar com o objetivo de reverter o quadro de degradação dos bens integrantes do patrimônio de caráter histórico-cultural, notadamente os centros históricos, igrejas, monumentos, bens integrados, acervos, bens paisagísticos, mediante a implementação de políticas e medidas voltadas para o desenvolvimento sustentado, conservação, revitalização e restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias, geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população. Há a necessidade de romper com o processo de deterioração e descaracterização desses bens culturais de natureza material em suas diversas vertentes, diante da escassez de iniciativas de conservação preventiva, como os decorrentes de origem fortuita. Isto requer esforços visando aprimorar o processo de fiscalização sobre esses bens, como ainda sensibilizar e comprometer a sociedade para, em conjunto com o estado, possibilitar a permanência desse patrimônio que passa a ser visto não mais como um problema, mas como uma solução alternativa para o desenvolvimento local e regional.

Nesse sentido, o turismo cultural representa uma das bases de sustentação na diversidade do patrimônio cultural, pelo crescente interesse das pessoas por lugares diferenciados e capazes de enriquecer sua experiência de vida. A indústria do turismo apresenta grande potencial de geração de emprego e renda para todos os níveis da população, constituindo-se em um dos eixos de fomento definidos pelo BID para a região da América Latina. A organização mundial do turismo prevê um crescimento de 4,8% para o setor nessa região, no período de 1995 a 2020. A preocupação com a proteção do patrimônio cultural brasileiro volta-se, de um lado, para a preservação da memória nacional e, de outro, para o desenvolvimento local. A conservação e restauração de nossas igrejas e monumentos históricos são fundamentais para que voltem a ser utilizados pela população. A devolução para a comunidade de um bem que estava em mau estado de conservação e sem utilização ou com a utilização de forma precária, contribui ainda para atrair um turismo qualificado para a localidade.

A riqueza do patrimônio cultural, distribuído por todo o território nacional, indica um enorme potencial econômico a ser explorado, enquanto opção turística, que começa a ser bastante procurado por aqueles que viajam. O trabalho de recuperação do patrimônio gera empregos diretos e indiretos, seja durante a obra, ou depois de ela estar concluída, em função da possibilidade do incremento do turismo nas localidades, contribuindo para a revitalização dessas cidades beneficiadas e para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. A preocupação com a preservação dos monumentos históricos não se concentra apenas na sua integridade física.

Com o progresso dos processos e do entendimento do que possa ser um patrimônio cultural, preza-se muito a repercussão que ele possa dar à comunidade local em termos de consciência cultural, desenvolvimento social e sustentabilidade econômica. Isso diz respeito aos objetivos do Patrimônio Brasileiro de cumprir seu papel cultural e social. Os sítios arqueológicos históricos e pré-coloniais e áreas de interesse arqueológico necessitam ser inseridos nas políticas de gestão urbana para evitar sua destruição e propiciar a necessária reintegração.

A pesquisa básica, os cursos de formação e conseqüentemente os melhores recursos do setor estão concentrados na faixa litorânea do país. Entretanto, os sítios arqueológicos mais bens conservados localizam-se em regiões inversamente proporcionais ao desenvolvimento econômico. Dessa forma, a zona de tensão para a preservação do patrimônio está nas frentes agropecuárias de expansão e áreas de menor densidade demográfica, como o Centro-oeste, o Nordeste e a Amazônia. Estas regiões necessitam de políticas específicas de fomento à preservação do patrimônio arqueológico. O comércio de bens arqueológicos, proibido no território nacional, desenvolve-se especialmente na Amazônia. O fato deve-se especialmente à cultura material de grande beleza plástica das sociedades complexas que habitaram a região. Urge que sejam adotadas medidas educativas e coercitivas para regularizar a situação.

A tabela 12 lista todas as ações do programa Brasil Patrimônio Cultural, aproveitando ainda para apresentar o desempenho orçamentário de cada ação. Chama a atenção, a ausência de empenho na ação referente à construção do Edifício Sede do Iphan que devolveu integralmente o crédito superior a 3 milhões de reais. Também foram integralmente devolvidos os valores destinados para preservação de bens em Sousa – Paraíba no valor de 400 mil reais (duas ações) e finalmente, o fomento na área do patrimônio no estado do Paraná que devolveu 300 mil reais. Apenas nessas 5 ações foram devolvidos em torno de 3.8 milhões de reais, o que elevaria para em torno de 54,2 milhões de reais e permitira o empenho de praticamente 90% do que foi definido do Limite Orçamentário.

TABELA 12
Execução Orçamentária e Financeira das ações
do programa Brasil Patrimônio Cultural, em reais, em 2008.

BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL - 2008			
AÇÃO	LEI ORÇAMENTÁRIA	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EMPENHADO
GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL -	1.438.126,00	1.028.749,00	1.003.969,39
FISCALIZAÇÃO E INSPECAO TEC. DE BENS CULT. - NACIONAL -	1.412.250,00	1.412.250,00	1.341.364,49
CAPACITAÇÃO DE RH NA AR. DO P. CULTURAL - NACIONAL -	963.468,00	963.468,00	810.583,28
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO INSTIT - NO DISTRITO FEDERAL -	5.620.000,00	3.116.000,00	0,00
PRESERV. ACERVOS DOC. PRIV. PRESID. DA REP. - NACIONAL -	300.000,00	300.000,00	196.438,27
PRESERV. DE BENS CULT. DE NATUR. MATERIAL - NACIONAL -	18.593.271,00	23.829.911,00	21.805.607,86
PRESERV. DE BENS CULT. DE NAT. MAT – REC. EST. IG. MATRIZ – SOUSA - PB	200.000,00	200.000,00	0,00
PRESERV. DE BENS CULT. DE NAT. MAT – REC. EST. IG. MATRIZ – SOUSA - PB	200.000,00	200.000,00	0,00
EDUC. PATRIMONIAL EM AREAS DE BENS CULT. - NACIONAL -	752.276,00	752.276,00	635.997,86
PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS EM PC ¹² - NACIONAL -	1.814.000,00	1.814.000,00	1.476.630,92
PROD. E DISTRIBUICAO DE MATERIAL SOBRE PC - NACIONAL -	1.279.232,00	1.279.232,00	1.279.232,00
ACAUTELAMENTO DE BENS CULT. DE NAT. MAT. - NACIONAL -	517.222,00	517.222,00	408.453,52
IDENTIFICACAO E INVENTARIO DE BENS CULT IMAT – NACIONAL -	2.080.412,00	2.080.412,00	1.919.985,53
AMPLIACAO DE ACERVOS DOC. DO PC - NACIONAL -	405.135,00	405.135,00	250.135,47
FOMENTO A PROJETOS NA AREA DO PC - NACIONAL -	9.748.021,00	10.143.033,00	9.170.485,69
PESQUISAS SOBRE PRESERVACAO DO PC - NACIONAL -	471.679,00	471.679,00	444.549,06

¹² PC – Ler “Patrimônio Cultural”.

SALVAGUARDA DE BENS CULT. DE NAT. IMATERIAL- NACIONAL -	1.058.464,00	1.058.464,00	969.124,14
REGISTRO DE BENS CULT. DE NAT. IMATERIAL - NACIONAL -	1.336.531,00	1.336.531,00	1.335.901,55
PRESERV. ACERV. DOC., ARQ. E BIBLIOG., DO PC - NACIONAL	1.262.676,00	1.262.676,00	1.024.952,39
GESTAO E MANUT. BENS ... RFFSA - NACIONAL -	4.800.000,00	4.800.000,00	3.553.203,15
AMP. E MOD. DE ÁERAS DE CONS. RESTAUR. DE B. CULT – NAC. -	349.900,00	349.900,00	323.546,86
IDENTIFICACAO E INVENTARIO DE BENS CULT MAT - NACIONAL	1.807.893,00	1.807.893,00	1.503.977,95
PRESERVACAO DE BENS CULTURAIS DE NATU - PAROQUIA NOSSA SENHO -	0,00	500.000,00	480.545,99
PRESERVACAO DE BENS CULTURAIS DE NATU - CONSERVACAO DO ENGEN -	0,00	200.000,00	200.000,00
PRESERVACAO DE BENS CULTURAIS DE NATU - REFORMA E ADEQUACAO -	0,00	296.752,79	296.752,79
FOMENTO A PROJETOS NA AREA DO PATRIMO - NO ESTADO DO PARANA -	0,00	300.000,00	0,00
TOTAL	56.410.556,00	60.425.583,79	50.431.438,16

Fonte: SIAFI/2009

Empenhos abaixo de 70% ocorreram nas ações de Preservação dos Acervos Documentais da Presidência da República (65,48%) e Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural (61,74%).

TABELA 13

Execução Orçamentária e Financeira, valores percentuais, das ações do programa Brasil Patrimônio Cultural, em reais, em 2008.

BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL - 2008			
AÇÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	PERCENTUAL EMPENHADO	CRÉDITO DEVOLVIDO
GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL -	1.028.749,00	97,59%	24.779,61
FISCALIZAÇÃO E INSPECAO TEC. DE BENS CULT. - NACIONAL -	1.412.250,00	94,98%	70.885,51
CAPACITAÇÃO DE RH NA AR. DO P. CULTURAL - NACIONAL -	963.468,00	84,13%	152.884,72
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO INSTIT - NO DISTRITO FEDERAL -	3.116.000,00	0,00%	3.116.000,00
PRESERV. ACERVOS DOC. PRIV. PRESID. DA REP. - NACIONAL -	300.000,00	65,48%	103.561,73
PRESERV. DE BENS CULT. DE NATUR. MATERIAL - NACIONAL --	23.829.911,00	91,51%	2.024.303,14
PRESERV. DE BENS CULT. DE NAT. MAT – REC. EST. IG. MATRIZ –SOUSA - PB	200.000,00	0,00%	200.000,00
PRESERVACAO DE BENS CULTURAIS DE NATU - SOUSA - PB -	200.000,00	0,00%	200.000,00
EDUC. PATRIMONIAL EM AREAS DE BENS CULT. - NACIONAL -	752.276,00	84,54%	116.278,14

PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS EM PC - NACIONAL	1.814.000,00	81,40%	337.369,08
PROD. E DISTRIBUICAO DE MATERIAL SOBRE PC - NACIONAL -	1.279.232,00	100,00%	0,00
ACAUTELAMENTO DE BENS CULT. DE NAT. MAT. - NACIONAL -	517.222,00	78,97%	108.768,48
IDENTIFICACAO E INVENTARIO DE BENS CULT IMAT – NACIONAL -	2.080.412,00	92,29%	160.426,47
AMPLIACAO DE ACERVOS DOC. DO PC - NACIONAL -	405.135,00	61,74%	154.999,53
FOMENTO A PROJETOS NA AREA DO PC - NACIONAL -	10.143.033,00	90,41%	972.547,31
PESQUISAS SOBRE PRESERVACAO DO PC - NACIONAL -	471.679,00	94,25%	27.129,94
SALVAGUARDA DE BENS CULT. DE NAT. IMATERIAL- NACIONAL -	1.058.464,00	91,56%	89.339,86
REGISTRO DE BENS CULT. DE NAT. IMATERIAL - NACIONAL -	1.336.531,00	99,95%	629,45
PRESERV. ACERV. DOC., ARQ. E BIBLIOG., DO PC - NACIONAL	1.262.676,00	81,17%	237.723,61
GESTAO E MANUT. BENS ... RFFSA - NACIONAL -	4.800.000,00	74,03%	1.246.796,85
AMP. E MOD. DE ÁERAS DE CONS. RESTAUR. DE B. CULT – NAC. -	349.900,00	92,47%	26.353,14
IDENTIFICACAO E INVENTARIO DE BENS CULT MAT - NACIONAL	1.807.893,00	83,19%	303.915,05
PRESERVACAO DE BENS CULTURAIS DE NATU - PAROQUIA NOSSA SENHO -	500.000,00	96,11%	19.454,01
PRESERVACAO DE BENS CULTURAIS DE NATU - CONSERVACAO DO ENGEN -	200.000,00	100,00%	0,00
PRESERVACAO DE BENS CULTURAIS DE NATU - REFORMA E ADEQUACAO -	296.752,79	100,00%	0,00
FOMENTO A PROJETOS NA AREA DO PATRIMO - NO ESTADO DO PARANA -	300.000,00	0,00%	300.000,00
TOTAL	60.425.583,79	83,46%	9.994.145,63

Fonte: SIAFI/2009

A tabela 14 (abaixo) apresenta os valores empenhados de acordo com o objetivo do gasto. Na lista de todos os projetos financiados pelo programa Brasil Patrimônio Cultural, cada projeto foi classificado não só de acordo com a sua ação orçamentária, mas também de acordo com o objetivo visado.

TABELA 14
Valores empenhados no Programa Brasil Patrimônio Cultural em 2008, por objetivo do gasto.

Objeto do gasto	Valor	%
Aquisição de livros	172.392,00	0,31%
Sistema de Informação	260.890,00	0,47%
Fomento ao turismo, centros culturais e parques.	285.000,00	0,51%

Apoio a agentes externos	295.000,00	0,53%
Exposições	365.445,00	0,65%
Digitalização de acervos, aquisição e fabricação de material digital e audiovisual.	693.876,00	1,24%
Tratamento de documentação	775.024,00	1,38%
Instruções, acautelamento, processos de tombamento e /ou salvaguarda.	853.116,00	1,52%
Projetos em Educação Patrimonial	912.499,00	1,63%
Sistema de monitoramento	1.150.259,00	2,05%
Serviços de Divulgação	1.304.537,00	2,33%
Fiscalização	1.351.250,00	2,41%
Modernização e funcionamento de bibliotecas de áreas de conservação e ampliação de acervos	1.534.695,00	2,74%
Publicações	1.667.164,41	2,98%
Manutenção administrativa	1.877.615,00	3,35%
Gestão da Política	1.943.685,97	3,47%
Prêmios e eventos em Patrimônio Cultural, cursos e concursos.	2.040.408,76	3,64%
Capacitação de servidores e agentes	3.092.159,43	5,52%
Aquisição de imóveis	4.102.200,00	7,32%
Estudos, diagnósticos e pesquisa.	4.601.008,99	8,21%
Inventários	5.770.519,04	10,30%
Obras de conservação do PC	5.946.353,36	10,62%
Obras emergenciais e de restauração do Patrimônio Cultural	15.013.564,11	26,81%
Total	56.008.662,07	100,00%

Foi investido em 2008 apenas 295 mil (em 2007 foram 1,7 milhões) de reais em Fomento à ação de outros agentes do sistema nacional de patrimônio cultural [incluindo aí, bolsas de especialização, editais de projetos, etc]; cerca de 2,0 milhões foram gastos na gestão da política do patrimônio [reuniões de gerenciamento das ações, encontros de avaliação pública da política, encontros com prefeitos etc.], ressaltando que o ano de 2008 ficou marcado pelos cinco encontros regionais do Sistema Nacional do Patrimônio. No que se refere à capacitação de servidores, ação essencial para o aprendizado contínuo dos mesmos, foram gastos cerca de 3,1 milhões no programa Brasil Patrimônio Cultural. Também foram investidos 4,1 milhões para a aquisição de imóveis, como

realizou a 15ª SR / Brasília, que adquiriu um imóvel próprio que, além de comportar a nova sede, será também uma Casa do Patrimônio e representará a economia do aluguel do local em que atualmente se encontra instalada a citada Superintendência. Praticamente 40% dos gastos realizados do Programa Brasil Patrimônio Cultural ocorreram nas ações de Inventário (10,3%); Obras de Conservação do Patrimônio Cultural (10,62%) e finalmente em Obras emergenciais e de restauração do Patrimônio Cultural (26,81%). Em relação ao último ponto, é importante ressaltar que o valor de aproximadamente 15 milhões ainda é pequeno em relação às necessidades, porém poderia ser reduzido, ao menos percentualmente, se os recursos em Obras de Restauração fossem maiores, desta forma agindo preventivamente e não emergencialmente, quando já há o risco de se perder em definitivo aquele Patrimônio Cultural.

No que poderíamos chamar de promoção do patrimônio [campanhas, digitalização de acervos, divulgação, publicação ou educação patrimonial, exposições, eventos de inauguração de obras ou de lançamento de publicações, funcionamento de bibliotecas] foram gastos 7 milhões de reais; no fomento ao desenvolvimento econômico através do turismo, foram empenhados apenas 285 mil reais, grande redução quando comparado ao ano anterior (2007) que alcançou o valor de 1,6 milhão do programa Brasil Patrimônio Cultural;

Em estudos, diagnósticos e pesquisas para tombamento e ou registro, foi gasto 4,6 milhões. Com sistemas de informação e monitoramento [ex. inventários], foram gastos cerca de 1,4 milhões, no programa Brasil Patrimônio Cultural; se somarmos a isso o gasto com a fiscalização [1,3 milhão], será obtido um gasto de cerca de 2,7 milhões com sistemas de monitoramento do patrimônio.

A seguir será aprofundada a análise dos resultados das principais ações do programa Brasil Patrimônio Cultural.

2.3.1.1 PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

São consideradas como principais ações do programa Brasil Patrimônio Cultural, por materializarem os objetivos do programa, as ações de [1] Preservação de Bens Culturais de Natureza Material, na qual é realizadas a maioria das restaurações em bens culturais; [2] Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural ; [3] Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, responsável pela condução de processos de Registro de novos bens do patrimônio imaterial e [4] Educação Patrimonial em Área de Bens Culturais.

→ GESTÃO DAS AÇÕES

Preservação de Bens Culturais de Natureza Material

- DADOS GERAIS

Tipo: Orçamentária

Finalidade

Promover ações que visem à preservação dos bens culturais protegidos, perpetuando assim suas características físicas, filosóficas, históricas e culturais para uso, aprendizado, visitação e contemplação de gerações presentes e futuras de toda a sociedade brasileira.

Descrição

Conservação, restauração e revitalização de bens imóveis, móveis e integrados, paisagísticos e arqueológicos protegidos; incentivo e apoio à formulação e implementação de planos de preservação de sítios históricos protegidos; implantação de sinalização em sítios históricos e arqueológicos; projetos de reabilitação de sítios históricos protegidos; controle das intervenções em bens culturais em seu entorno; elaboração e apoio a planos de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial que foram objeto de inventário e registro; promoção do patrimônio cultural como fator de desenvolvimento humano e da interface com o turismo sustentável; aquisição de equipamentos e material permanente que visem subsidiar as ações acima.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DEPAM/DF

Unidades executoras: Superintendências Regionais e DEPAM/DF

Coordenador nacional da ação: Sérgio da Silva Abrahão.

- RESULTADOS

Produto: Bem Preservado

Metas

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
202	15.820.923	196	22.405.606

SIGPlan/19.03.2009

□ Principais realizações da Ação

As obras de conservação e restauro do patrimônio urbano e rural são as principais realizações desta ação, seguidas pela contratação de projetos para reabilitação urbana e promoção do patrimônio protegido.

- Programa do Patrimônio Azulejar do Brasil: Projeto de recuperação azulejar do Convento e Igreja franciscanos de Sirinhaém.
- Restauração dos Altares da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres - Jaboatão dos Guararapes – PE
- Levantamentos e projeto de restauro da antiga Usina de Itaicy
- Restauração emergencial de dois painéis do retábulo-mor da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco do Recife - PE
- Oficina Escola de Laranjeiras - Aquisição de material de construção para restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos.
- Desenvolvimento do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do Patrimônio Material - SICG.
- Serviços emergenciais para reconstrução do Muro do Convento de N. Sra Dos Anjos do Penedo/AL.
- Identificação de sítios arqueológicos ao longo do Rio São Francisco entre as cidades de Jatobá e Cabrobó-PE.
- Fonte em Cantaria - Retirada, Transporte e Reinstalação
- Restauração de imagens sacras (imagens de N. S. da Conceição; N. S. das Candeias; Sant'Anna Mestra, Reis Magos de Arez e o conjunto da Morte de Nossa Senhora).
- Levantamento cadastral e projeto de restauração para bens imóveis tombados em risco, no estado da Bahia.
- Levantamento cadastral do núcleo urbano: cidade de Ouro Preto.
- Restauração de bens tombados no Estado do Rio Grande do Sul.
- Complementação para o Projeto Obras de Restauração do Claustro do Convento de São Francisco em Salvador.
- Remanescentes do Patrimônio Material Relacionado com a Coluna Prestes - etapa 01
- A Pintura Invisível de Padre Jesuíno do Monte Carmelo – resgate de um painel colonial – Fase 2 – Aditamento.
- Obras de adaptação do edifício e exposição permanente do Museu Nacional do Mar – DEPAM
- Projetos de Restauração da Igreja Matriz de N. Sra Conceição de Antônio Dias em Ouro Preto/MG.
- Obras para socialização do Sítio Mirante na área arqueológica de Presidente Médici / RO

- Estudos dos Remanescentes Urbanos, Edifícios e Caminhos Relacionados com as “Comissões Rondon” - 1ª Parte- Estado de Mato Grosso.
- Prestar apoio técnico às Unidades Descentralizadas do IPHAN.
- Obras emergenciais para o Conjunto Arquitetônico da Antiga Fazenda de Paraty Mirim.
- Restauração arquitetônico-estrutural da Capela-mor da Igreja da Santíssima Trindade – Tiradentes/MG.
- Pesquisas e estudos sobre o Centro Histórico e a Ponte Internacional de Jaguarão e Centro Histórico de Bagé no Rio Grande do Sul
- Restauração do telhado da Capela mor da Igreja Senhor dos Passos, Ordem Terceira do Carmo.
- Obras de conservação e restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré.
- Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, em Porto Calvo/AL: Restauo do altar-mor e imagens sacras, tratamento geral de umidade ascendente e descendente, readequação luminotécnica e embutimento de instalações elétricas.
- Obras de conservação e restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos – Santo Amaro(BA).
- Restauração e Conservação de Acervos Culturais Protegidos
- Obras emergenciais em bens imóveis tombados no Estado da Bahia.
- Recuperação da cobertura da Igreja do Carmo de São João Del Rei.
- Tratamento e impermeabilização das celas das casamatas leste da Fortaleza de São José de Macapá
- Projeto de Restauo e Adaptação da antiga FÁBRICA SANTA AMÉLIA para o campus avançado da UFMA no centro histórico de São Luís-MA.
- Incrementando a acessibilidade na Babilônia/Pirenópolis-GO.
- Restauração de forro com cimalha e retábulos da Igreja Conventual Nossa Senhora do Carmo (1ª etapa)
- Obra Emergencial de Consolidação Estrutural na Igreja do Mosteiro de São Bento, em Olinda (PE).
- Elaboração de Projetos Executivo e Estudo Complementares para o Restauo da Igreja de São Pedro dos Clérigos - Recife - PE
- Regularização do uso turístico e socialização dos sítios arqueológicos com pintura rupestres no Seridó/RN
- Recuperação da estrutura e coberturas do Prédio da Oficina de Refino da Fabrica de Ferro Ipanema, Iperó-SP
- Recuperação do Sistema de Sustentação do Forro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo/PB - 2ª Fase
- Obras de restauração do edifício e exposição permanente do Museu Nacional do Mar
- Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico do Piauí

- 1ª Etapa - Serviço Emergencial de Restauração de Elementos Artísticos da Igreja Matriz Nossa Senhora do Perpetuo Socorro
- Restauração de bens tombados no Estado do Rio Grande do Sul.
- DEPAM - Elaboração de projetos de socialização de sítios arqueológicos na Amazônia: musealização, educação e turismo
- Obra de manutenção, conservação e combate à incêndio na atual sede do Escritório Técnico II Petrópolis, localizada no Prédio da Casa da Guarda do Conjunto Arquitetônico do Palácio Rio Negro.
- Sítios Históricos de SC: Preservação dos Sítios Arqueológicos e do Patrimônio Paisagístico da Ilha do Campeche, Florianópolis/ SC
- Preservação de Embarcações Tradicionais Brasileiras de relevância Nacional - Proposta de aquisição de acervos para o Museu Nacional do Mar.
- A Pintura Invisível de Padre Jesuíno do Monte Carmelo – resgate de um painel colonial – FASE 2
- Obra emergencial em bem tombado no município de Campos dos Goytacazes.
- Execução de projeto de instalações elétricas/luminotécnica, segurança eletrônica, telecomunicações e sonorização da igreja nossa senhora da boa morte localizada na cidade de Barbacena.
- Restauração arquitetônica da Igreja Nossa Senhora do Carmo, Cidade de Goiás/GO.
- Restauração do altar-mor da Igreja do Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, em Penedo/AL.
- 2ª etapa dos serviços de estabilização do Real Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques, RO.
- Divulgação das ações de proteção e preservação do patrimônio de natureza material.
- Manutenção dos sítios arqueológicos missioneiros.
- Conclusão da restauração da igreja de Sant'Ana, em Belém do Pará.
- Obras de conservação e restauração da Igreja Matriz de São Bartolomeu em Maragogipe - Bahia.
- Preservação de Acervo do Tocantins - Arquivo de Porto Nacional
- Restauração da Pintura decorativa das paredes de três salas da casa sede da 8ª SR do Iphan em Aracaju.
- Edições Técnicas do Patrimônio Material.
- Elaboração de plano de preservação para os sítios históricos das cidades de Oeiras, Parnaíba e Piracuruca.
- Estudos para preservação dos bens imóveis do Centro Histórico de Boa Vista/RR
- Estudos para preservação de sítios arqueológicos na Ilha de Marajó- 2ª etapa
- Elaboração de Projeto de Restauo dos Azulejos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário - Cachoeira (BA)

- Restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo de Pirenópolis / GO
- Execução das Instalações de Segurança Contra Incêndio e Pânico nas Igrejas de N. S. das Vitórias (Oeiras) e N. S. do Carmo (Piracuruca) - Bens tombados pela União.
- Parque Histórico Nacional das Missões.
- Serviços de Conservação das Ruínas do Forte São Luiz e Armação de Baleias - Guarujá/SP
- Estrada Real
- Levantamento de utilização dos espaços do Palácio Gustavo Capanema
- Restauração do Telhado da Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto/MG
- Preservação do Patrimônio Cultural Arqueológico do Estado de São Paulo e Sistematização do Conhecimento Arqueológico
- Revitalização de espaços públicos do Centro Histórico de Laguna
- Complementação da Ação: Obra Emergencial de Restauração e Conservação do Convento da Ordem Dominicana - Cidade de Goiás-GO-Processo 01516002630/2007-56
- Obras complementares na Sede do ET II São João Del Rei
- Obras complementares na Igreja Matriz de Catas Altas.
- Obra de Restauração, revitalização e ampliação da Casa de Aquina, em Natividade-TO.
- Estabilização, Consolidação e Restauo do Acervo Azulejar do Adro do Conjunto Franciscano de João Pessoa - 2ª Fase
- Recuperação do mobiliário do Palácio Gustavo Capanema sob a guarda do DEPAM
- Preservação dos Sítios arqueológicos missioneiros
- Obra Emergencial: Conjunto Histórico da Fazenda Acauã
- Obras emergenciais nas capelas tombadas pelo Iphan na Paraíba: Capela de Nossa Senhora do Socorro, Capela do Engenho Una e Capela de Nossa Senhora das Batalhas - 2ª Fase
- Oficina Escola de restauro em mobiliário moderno - Prédios Públicos de Brasília
- Restauração do Prédio da "Antiga Intendência da Alfândega" no Porto do Capim, em João Pessoa
- Restauração da Igrejinha
- Restauração das fachadas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Diamantina/MG.
- Salvamentos arqueológicos emergenciais nos sítios identificados a partir das denúncias comunicadas ao IPHAN/2ª SR-PA/AP em áreas públicas e propriedades de população carente.
- Apoio aos programas de pós-graduação lato-sensu em arqueologia às instituições científicas-UFPa e Museu Paraense Emílio Goeldi.

- Obras de Restauração do Claustro do Convento de São Francisco em Salvador
- Restauração da Casa de Câmara e Cadeia em Corumbáiba - Goiás
- Recuperação Estrutural do Imóvel nº 46 da Rua Formosa - Antigo Jornal O IMPARCIAL
- Programa do Patrimônio Azulejar Brasileiro: Patrimônio Azulejar de Pernambuco - 2º módulo - final
- Projeto Rio São Francisco - diagnóstico sobre o patrimônio material das localidades ribeirinhas
- Estudos para preservação do patrimônio edificado do ciclo da Borracha no Amazonas
- Aquisição de acervos relacionados à gestão de áreas tombadas
- Obras emergenciais e de conservação permanente no Patrimônio Cultural de Santa Catarina
- Serviços de Manutenção e Instalações da Sede do IPHAN - Mato Grosso
- Obras de restauração do edifício da Antiga Câmara de Vereadores de Laguna/SC
- Obras de conservação da sede da Sub-Regional Iphan / RN.
- Consolidação estrutural da cobertura e alvenarias da Igreja de N. Sra Mercês e Perdões (de baixo) de Ouro Preto/MG.
- Análise dos vestígios arqueológicos resgatados durante obra de restauração na Igreja Madre de Deus/Recife.

Justificativa:

O desempenho físico pode ser considerado satisfatório, mas a execução financeira, embora aceitável, foi prejudicada em razão das dificuldades processuais, administrativas, de contratação dos serviços técnicos, conservação e restauração de bens culturais, previstos na presente ação.

Análise sucinta e demonstrativos consolidados

A ação de Preservação de Bens Culturais de Natureza Material é a ação que recebe a maior parcela dos recursos destinados ao orçamento do Iphan, pois sua aplicação está diretamente relacionada às obras de conservação e restauro, necessárias à preservação do patrimônio edificado.

Além disso, está voltada para a promoção do patrimônio cultural como fator de desenvolvimento humano e, por isso, aplica-se a estudos e projetos para reabilitação de áreas protegidas, socialização do conhecimento acumulado e novas propostas de proteção.

A ação de Preservação enquadra-se na essência do que vem sendo perseguidos pelo Iphan como estratégia de atuação: tornar o patrimônio cultural um fator de compreensão do território brasileiro e de qualidade de vida das comunidades de hoje e das gerações futuras.

Entretanto, considera-se que os recursos destinados para a ação encontram-se muito aquém das reais necessidades de preservação do patrimônio brasileiro, tendo em vista o universo de bens com os quais o Iphan trabalha e a necessidade constatada de que o órgão deve ampliar sua atuação de preservação das referências importantes para a história do Brasil, conforme o que preconiza o Artigo 216 da Constituição Federal.

Somente pelo Iphan, são 1.118 os bens materiais protegidos em todo o país: 862 edificações, 15 coleções de arte, 7 coleções arqueológicas, 40 equipamentos de infra-estrutura urbana, 10 jardins e parques históricos, 44 objetos e bens integrados, 22 paisagens naturais, 17 ruínas, 5 sítios arqueológicos, 6 terreiros, 6 conjuntos rurais e 83 conjuntos urbanos, como as cidades históricas de Ouro Preto, Olinda, São Luís, Salvador, dentre tantas outros núcleos que são a base sobre a qual se assenta a construção da nação brasileira. Estima-se que nestes conjuntos sejam mais de 40 mil os imóveis tombados.

A tabela 15 (abaixo) apresenta a aplicação dos recursos da ação de Preservação de Bens Culturais de Natureza Material de acordo com os objetivos dos projetos. Houve considerável concentração dos gastos, aproximadamente 60%, no primeiro objetivo: a realização de restaurações [por meio de contratação] por parte do poder público. Sendo seguido pela Manutenção Administrativa – GAP com aproximadamente 17,5 %.

TABELA 15

Gasto na Ação de Preservação de Bens Culturais de Natureza Material Em 2008, por objetivo dos projetos¹³

¹³ As atividades relacionadas a ampliação de prédios, instalação sanitárias, elétricas e outros relativas aos prédios sede do Iphan foram incluídas na manutenção administrativa.

OBJETIVOS DOS PROJETOS	TOTAL
RESTAURAÇÕES DE BENS CULTURAIS	14.015.513,44
BANCO DE PROJETOS	426.074,06
FOMENTO AO TURISMO, CENTROS CULTURAIS e PARQUES.	780.000,00
SISTEMAS DE MONITORAMENTO	143.820,00
GESTÃO DA POLÍTICA	620.000,00
PESQUISA	1.151.454,80
DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	536.444,12
PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	1.379.185,09
BENS MOVEIS E ACERVO ARQUEOLÓGICO	486.324,10
MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA / GAP	4.122.658,93
TOTAL	23.661.474,54

A tabela 16 detalha as restaurações realizadas, por tipo de objeto sendo restaurado.

TABELA 16

Gasto com restaurações em 2008 na Ação de Preservação de Bens Culturais de Natureza Material, por tipo de objeto.

RESTAURAÇÃO - OBRAS/PATRIMÔNIO EM GERAL	7.179.286,29
RESTAURAÇÃO - OBRAS/RESTAURAÇÕES EM EDIFÍCIOS-SEDE	575.000,00
RESTAURAÇÃO - OBRAS/IGREJAS	5.290.027,15
RESTAURAÇÃO OBRAS DE ARTE	571.200,00
RESTAURAÇÃO - OBRAS/PATRIMÔNIO AZULEJAR	400.000,00
TOTAL RESTAURAÇÕES	14.015.513,44

TABELA 17

Convênios executados na ação 2636 – Preservação de Bens Culturais de Natureza Material em 2008.

Código Siasi/Siasg	Objeto da Avença	Valor total pactuado	Valor total recebido/transfêrido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)
702336	A Restauração da Catedral Metropolitana de Maceió	1.292.737,42	0,00	258.844,00	Secretaria de Estado de Cultura de Alagoas CNPJ 08.629.503/0001-32
702337	Instalação da Escola Arquidiocesana de Artes e Ofícios	1.250.000,00	0,00	250.000,00	Secretaria de Estado de Cultura de Alagoas CNPJ 08.629.503/0001-32
		2.542.737,42	0,00	508.844,00	

O segundo principal objetivo de despesas nessa ação foi a restauração de Igrejas, alcançando o valor de 5,3 milhões, ou seja, 37% do total dos gastos. Em relação aos gastos com edifícios católicos, cabe ressaltar que foram executados dois convênios (vide tabela XX) que apresentam contrapartidas no valor final de meio milhão de reais.

As restaurações em edifícios sede, ou seja, de edifícios tombados e ocupados pelo Iphan representaram 575 mil reais de gastos, o terceiro item da lista analisada, seguido de perto pelas restaurações de obra de arte (571 mil reais). Ainda em relação às restaurações em edifícios sede, cabe ressaltar a acentuada redução no valor utilizado se comparado com o ano anterior (2007) que alcançou a cifra de 2,6 milhões de reais. Dado o volume de gastos bem superior no ano de 2007 e a manutenção correta no ano de 2008 propiciou uma redução significativa dos gastos neste quesito.

TABELA 18

Diárias e Passagens, emitidas em 2008, na ação de Preservação de bens culturais de natureza material – Brasil Patrimônio Cultural

NATUREZA DE DESPESA	DOTAÇÃO EMPENHOS	
	AUTORIZADA	EMITIDOS
339014 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	48.856,12	48.856,12
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	207.367,63	207.367,63

Fonte: Siafi 2009

No geral, as despesas com diárias e passagens são gastos voltados para promover a articulação das políticas internas (metodologias, procedimentos, normas e conceitos), por meio do auxílio dos técnicos do Iphan, entre as superintendências, entre estas e a área central, entre os técnicos e parceiros externos. Além disso, a contratação e acompanhamento de projetos envolvem muitas vezes a necessidade de visitar os locais onde estão sendo realizados.

→ Ação 4793 - Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural

- DADOS GERAIS

Tipo: Orçamentária

Finalidade

Apoiar projetos na área do patrimônio cultural brasileiro, voltados para identificação, realização de inventários e de estudos e pesquisas, elaboração de planos de salvaguarda dos bens culturais, promoção, conservação, revitalização

e restauração, promoção e difusão dos acervos e bens culturais, garantindo, às gerações presentes e futuras, o acesso e o reconhecimento da sua representatividade histórica e cultural, a fim de que sejam valorizados os aspectos constitutivos da identidade cultural brasileira, sejam eles de natureza material ou imaterial.

Descrição

Conservação, revitalização e restauração de monumentos integrantes do patrimônio histórico, material edificado, dos bens móveis e integrados, acervos históricos e documentais, apoio a projetos de promoção, difusão e intercâmbio culturais; produção e distribuição de material sobre o patrimônio cultural; capacitação de agentes públicos e privados; realização de estudos e pesquisas; promoção do conhecimento crítico e apropriação consciente pelas comunidades de seu patrimônio cultural, como fator indispensável para o desenvolvimento sustentável; aquisição de equipamentos e material permanente; implantação de sistemas e redes locais, regionais e nacional do patrimônio; promoção de políticas de gestão do patrimônio integrado local, regional e nacional; realização de inventários e pesquisas sobre os bens culturais de natureza imaterial; promoção destes bens por meio da realização de seminários, oficinas, entre outros eventos, elaboração de publicações e realização de campanhas de divulgação, implantação de ações educativas, estabelecimento de planos de salvaguarda para bens culturais de natureza imaterial.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DEPAM/DF

Unidades executoras: Superintendências Regionais, Departamentos e Coordenações.

Coordenador nacional da ação: Sérgio da Silva Abrahão

- RESULTADOS

Produto: Projeto apoiado

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
230	9.748.021	132	9.170.485

SIGPlan/19.03.2009

- Principais realizações da ação:

- PRES. - Aquisição do imóvel-sede do Museu dos Saveiros em Maragogipe - BA
- DEPAM – Programa de Apoio aos Escritórios técnicos do Iphan na Bahia.
- DPA - Complementação de recursos para o PA "Aquisição de imóvel - Cine Teatro Mussi"

- PRES. – Aquisição, restauro e adequação de imóvel para sediar o escritório técnico de Rio de Contas.
- DEPAM - Contrapartida ao Convênio com o Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico - IAPH
- DEPAM - Diagnóstico do centro histórico de Pilar de Goiás
- DEPAM - Estudo para Chancela de Paisagem Cultural dos Sítios Arqueológicos Localizados na “Pousada das Araras” e “Gruta do Diogo”, em Serranópolis-GO.
- DEPAM - EXPOSIÇÃO BARCOS DO BRASIL
- DPA - Produção de material informativo sobre o patrimônio arqueológico sob a responsabilidade da 14ª Superintendência Regional
- Presi. - Oficina Escola de restauro de mobiliário moderno - prédios públicos de Brasília
- Diagnóstico e Projeto arquitetônico de restauração da Igreja de Bom Jesus do Matosinhos - OURO PRETO/MG
- DEPAM -Criação de um banco de projetos da Sub-Regional - RN
- DEPAM - Estudos para delimitação da poligonal de tombamento de trecho da Orla Atlântica de Salvador
- DEPAM - Elaboração dos Projetos Complementares para restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos e da Igreja Matriz de Laranjeiras.
- DEPAM - Projeto de requalificação paisagística e urbanística da orla de Piranhas/AL.
- DEPAM - Banco de Projetos
- DEPAM – Gerenciamento arqueológico – Minas Gerais – Diagnóstico, proteção e Manejo do Patrimônio.
- Presid. - Reunião Temática: "Uso e Conservação de Fortificações Brasileiras" a ser realizada nos dias 04, 05 e 06 de junho de 2008, no Forte de Copacabana, Rio de Janeiro.
- DEPAM - INBMI - Brasília - Módulo II - Obra de Athos Bulcão em Brasília
- Patrimônio Naval Brasileiro: Cadastramento de embarcações tradicionais
- DEPAM - Estruturação da proposta de Geoparque da UNESCO para a serra da Bodoquena, em Mato Grosso do Sul.

- DEPAM - Caminhos do Açúcar - Consolidação e divulgação de produtos.
- DEPAM - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO DOS BENS TOMBADOS ADMINISTRADOS PELA 9A SR/IPHAN/SP
- DEPAM - Projeto de uso público do patrimônio Arqueológico do Amazonas
- Aquisição de imóvel - Cine Teatro Mussi

Destaca-se, nesta ação, a realização do Edital Público do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial; os estudos para chancela de Paisagens Culturais Brasileiras; as ações do Projeto Barcos do Brasil, visando a valorização do patrimônio naval brasileiro; a realização de Oficinas de Educação Patrimonial e o convênio firmado com o Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico.

Justificativa:

Execução razoável, já que a previsão da meta física foi superestimada. Em relação à execução financeira, pode-se avaliar como satisfatória, se considerarmos as dificuldades processuais administrativas de contratação dos serviços previstos na ação.

Análise sucinta da ação e demonstrativos consolidados

A ação de Fomento é destinada ao apoio de projetos relacionados às mais diversas áreas do patrimônio cultural: preservação de bens de natureza material e imaterial, estudos, inventários, propostas de proteção, promoção, conservação, revitalização, entre tantas outras.

A estratégia geral pensada para o Fomento de Projetos ainda não pode ser efetivada tendo-se em vista a exigüidade dos recursos destinados para a ação, considerando que seu foco principal está relacionado a parcerias entre o Iphan e os diversos agentes/ parceiros – inclusive internacionais – afins com o patrimônio cultural.

A tabela 19 (abaixo) apresenta a aplicação dos recursos da ação Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural, de acordo com os objetivos dos projetos. Dois projetos apresentaram gastos mais elevados, o primeiro foi a Aquisição de Imóveis, com 4,1 milhões (43%) e Divulgação de Educação Patrimonial que alcançou a cifra de 1,9 milhões (20%). Nos demais projetos houve pouca concentração nos demais gastos em um objetivo em particular. Para atingir os 37% restante dos gastos, precisamos somar outros onze objetivos.

TABELA 19

Gasto na Ação de Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural em 2008, por objetivo dos projetos.

OBJETIVOS DOS PROJETOS	Total
Apoio a agentes externos	950.000,00
Aquisição de imóveis	4.102.200,00
Banco de projetos	204.000,00
Bens móveis e acervos arqueológicos	17.000,00
Capacitação de servidores	488.074,87
Divulgação e educação patrimonial	1.911.240,00

Eventos	240.008,80
Fomento ao turismo, centros culturais e parques	256.060,00
Gestão da política	234.000,00
Manutenção administrativa	10.000,00
Pesquisa	578.195,00
Preservação de sítios arqueológicos	65.000,00
Restauração de bens culturais	472.500,00
total	9.528.278,67

A tabela 20 detalha as restaurações realizadas por tipo de objeto sendo restaurado. Ao contrário do ano anterior (2007) que apresentou o seu principal objeto de gasto no patrimônio sacro, em 2008 o principal gasto se deu na restauração – obras / patrimônio em geral, seguido pela restauração das obras de arte. O patrimônio sacro só aparece na terceira posição, recebendo apenas 17% do valor total gasto na Ação de Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural.

TABELA 20

Gasto com restaurações em 2008 na Ação de Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural, por tipo de objeto

RESTAURAÇÃO - OBRAS/IGREJAS	82.500,00
RESTAURAÇÃO - OBRAS/PATRIMÔNIO EM GERAL	305.000,00
RESTAURAÇÃO - OBRAS/PATRIMÔNIO AZULEJAR	0,00
RESTAURAÇÃO OBRAS DE ARTE	85.000,00
RESTAURAÇÃO - OBRAS/RESTAURAÇÕES EM EDIFÍCIOS-SEDE	0,00
TOTAL RESTAURAÇÕES	472.500,00

Em relação aos Convênios executados na ação 4793 – Fomento a Projetos na área do Patrimônio Cultural, resalte-se que não foram descentralizados recursos nessa ação.

TABELA 21

Diárias e Passagens, emitidas em 2008, na ação Fomento a projetos na área do Patrimônio Cultural

NATUREZA DE DESPESA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHOS EMITIDOS
339014 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	198.905,44	198.905,44
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	738.873,88	738.873,88

Fonte: Siafi 2009

Outro objetivo importante da ação de Fomento a Projetos na área do Patrimônio Cultural, foi a gestão da política do patrimônio cultural. As iniciativas nessa linha estão voltadas para a realização de reuniões para acompanhamentos de projetos, seminários de planejamento ou avaliação de políticas, fortalecimento de relações com outras esferas de governo, reuniões do Conselho Consultivo, etc.

→ Ação 6628 - Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial

- Dados Gerais

Tipo: Orçamentária

Finalidade

Promover e realizar o registro de bens culturais processuais e dinâmicos, visando ao seu reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil, e contribuir para sua permanência, conhecimento e acesso pela sociedade.

Descrição

Realização de estudos, pesquisas e documentação dos bens culturais de natureza imaterial, visando à instrução técnica dos processos de registro nas categorias: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: DPI/DF

Unidades Executoras: Superintendências Regionais e DPI/DF

Coordenador nacional da Ação: Ana Cláudia Lima e Alves

- Resultados

Produto: Bem registrado

Metas:

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
10	1.336.531	3	1.335.901

SIGPlan/19.03.2009

□ Principais realizações da ação selecionada:

No mês de junho de 2008, foi registrado o Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre/MG, concluindo um processo iniciado em 2005.

Da mesma forma, o Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira, foram registrados no mês de outubro, concluindo os estudos iniciados dois anos antes.

Outro bem registrado foi o Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência o ofício das rendeiras em Divina Pastora/SE, processo financiado pelo Plano de Ação de 2008, em conclusão a uma ação iniciada em 2006, ou seja, o Sistema Orçamentário não consegue acompanhar essa dinâmica.

É importante ressaltar que todas as previsões de execução foram satisfeitas, fato evidenciado pelo alto percentual de recursos empenhados. Deu-se início a determinados processos e continuidade a outros que, possivelmente, resultarão em Registro no ano de 2009, como é o caso do Plano de Ação referente à Pesquisa e Instrução Técnica do Registro da Festa do Divino Espírito Santo em Pirinópolis, dentre outros.

Justificativa

A execução física, medida pelo fator "bem registrado", tem sido inferior ao previsto porque não respeita o tempo e a complexidade das operações envolvidas na tramitação técnica e administrativa dos processos de Registro. Para se registrar um bem cultural, há que se produzir e/ou reunir e sistematizar conhecimento e documentação sobre ele.

Existe uma série de procedimentos a serem atendidos para a abertura do processo de Registro, a sua instrução e a efetivação do Registro do bem. Este percurso leva, em média, dois anos para ser completado. Portanto, um determinado Plano de Ação, resultará em Registro, dois ou três anos depois.

Análise sucinta da ação e demonstrativos consolidados

A ação tem por finalidade promover o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, objetivando o seu reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil, a sua continuidade, conhecimento e acesso pela sociedade, mediante a realização de estudos, pesquisas e documentação, para a instrução técnica de processos de Registro.

Para cumprir esta finalidade, é necessário contratar serviços especializados externos, uma vez que o Iphan não dispõe de recursos humanos em número suficiente. Procede-se à contratação de serviços de terceiros, por meio de procedimentos licitatórios, celebração de convênios, acordos, ajustes ou similares com órgãos e entidades da administração pública federal (universidades, fundações de pesquisa, etc), estados, municípios e/ou instituições privadas sem fins lucrativos e empresas estatais, em caráter de parceria ou não,

por vez envolvendo recursos financeiros, materiais, humanos, ou apoio logístico ou participação técnica.

TABELA 22

Convênios executados na ação 6628 - Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, em 2008- Brasil Patrimônio Cultural.

Convênios executados na ação 6628 - Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial					
Código Siasi/Siasg	Objeto da Avença	Valor total pactuado	Valor total recebido/transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)
702707	Inventário dos cocos como patrimônio imaterial brasileiro	295.027	20.340	59.140	Coletivo de Cultura e Educação Meio do Mundo – 06.012.705-0001-05
Total		295.027	20.340	59.140	

Divisão de Convênios/CLG/DPA/2009

TABELA 23

Diárias e Passagens, emitidas em 2008, na ação Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial – Brasil Patrimônio Cultural

NATUREZA DE DESPESA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHOS EMITIDOS
339014 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	5.532,48	5.532,48
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	37.052,43	37.052,43

Siasi/2009

A ação de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial promove e realiza o registro de bens culturais processuais e dinâmicos, visando ao seu reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil, e a contribuir para sua permanência, conhecimento e acesso pela sociedade.

Em 2008 três importantes formas de expressão foram registradas pelo Iphan como Patrimônio Cultural Brasileiro: Capoeira e Ofício de Mestre de Capoeira; Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre e O modo de fazer Renda Irlandesa produzida em Divina Pastora (SE).

Depois de dar a volta ao mundo e alcançar reconhecimento internacional, a capoeira se tornou o mais novo patrimônio cultural brasileiro. O registro desta manifestação foi votado no dia 15 de julho, em Salvador, pelo

Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que é constituído por 22 representantes de entidades e da sociedade civil, e delibera a respeito dos registros e tombamentos do patrimônio nacional.

O pedido de registro da capoeira foi uma iniciativa do Iphan e do Ministério da Cultura, e é o resultado de uma ampla pesquisa realizada entre 2006 e 2007 para a produção de conhecimento e documentação sobre esse bem imaterial. Todo o levantamento foi sintetizado num dossiê final que compõe o processo de registro.

O inventário da capoeira foi produzido por uma equipe multidisciplinar de profissionais, em parceria com as Universidades Federais do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e a Federal Fluminense, sob a supervisão do Iphan. As pesquisas foram realizadas no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, principais cidades portuárias apontadas como prováveis origens desta manifestação, e locais onde havia documentação a respeito.

Segundo o ministro interino Juca Ferreira, a votação foi um momento de reparação em relação a esta prática afro-descendente. “Nós estávamos devendo isso aos mestres de capoeira, responsáveis por uma das manifestações mais plurais e brilhantes de nossa cultura”, afirma.

A produção artesanal do queijo de leite cru nas regiões serranas de Minas Gerais representa até hoje uma alternativa bem sucedida de conservação e aproveitamento da produção leiteira regional, em áreas cuja geografia limita o escoamento dessa produção. O modo artesanal de fazer queijo constitui um conhecimento tradicional e um traço marcante da identidade cultural dessas regiões.

Naquele ano, o então Departamento de Identificação e Documentação – DID - abriu o Dossiê de Estudos R 06/01, referente à demanda apresentada pelos proponentes citados, qual seja, o Registro do Queijo Artesanal do Serro, um saber e um modo de fazer tradicional, que remete ao processo de ocupação da região mineradora no atual estado de Minas Gerais. Um bem cultural de referência à identidade mineira e aos brasileiros, de um modo geral.

Após abertura do Dossiê de Estudo 06/01 deu-se início ao referenciamento e documentação deste bem cultural por meio do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC/Iphan/MinC. O trabalho se desenvolveu através de uma parceria entre o Departamento de Patrimônio Imaterial e a 13ª Superintendência Regional.

O estudo desenvolvido ao longo deste processo permitiu sistematizar conhecimentos relacionados ao contexto cultural de produção, circulação e consumo dos Queijos Artesanais do Serro.

Paralelo a este processo de referenciamento e documentação, produtores, a sociedade civil, instituições públicas e privadas do Estado de Minas Gerais já vinham envidando esforços para que a produção do queijo artesanal de Minas não acabasse.

Este esforço de pesquisa possibilitou concluir que apesar do mercado tender a estabelecer uma denominação única à variedade de queijos artesanais produzidos no estado, essa diversidade decorre não só de características naturais, técnicas e materiais distintas, mas, também, de mecanismos de apreensão e significados outros que redundaram no estabelecimento de tipos como Serro, Alto Paranaíba ou Cerrado (Salitre), Canastra, Araxá, Sul de Minas.

Esta constatação levou ao redimensionamento do Dossiê de Estudo 06/01 e do objeto do pedido de Registro de modo a contemplar a totalidade do bem cultural que importa reconhecer e preservar como patrimônio cultural brasileiro: os Queijos Artesanais de Minas, e não tão somente o Queijo Artesanal do Serro.

A pesquisa histórica, de campo, etnográfica, bibliográfica se ampliou no sentido de atender a esta nova demanda. A documentação decorrente desta pesquisa consta do processo administrativo nº. 01450.012192/2006-65, aberto em 21 de setembro de 2006 pelo Departamento de Patrimônio Imaterial.

Por ser construção cultural que dá sentido e significado aos grupos que antêm dinâmica essa tradição; por compor um complexo sistema de saberes e fazeres tradicionais e representações sociais que são portadores de valores e significados culturais formadores de uma identidade mineira; por ser fonte de renda, desenvolvimento e sustentabilidade econômica das áreas rurais da Serra do Serro, Canastra e Salitre; pelo fato dos produtores estarem mobilizados no sentido de garantir a continuidade deste saber tradicional que lhes confere identidade, foi inscrito no Livro de Registro dos Saberes o "Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre"

A inicial do presente processo é uma solicitação, datada de 20.11.2006, em que a Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa de Divina Pastora, SE, com o endosso da Secretária de Educação e Cultura da Prefeitura desse município, o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Cultura e o Presidente de sua Câmara de Vereadores postulam o registro do ofício das rendeiras de Divina Pastora como patrimônio cultural imaterial. O processo foi aberto formalmente em 29.01.2007.

O Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Iphan se reuniu no Rio de Janeiro, no dia 27 de novembro de 2008 e definiu que o modo de fazer a Renda Irlandesa produzida pelas rendeiras de Divina Pastora (SE) passa a ter agora o título de Patrimônio Cultural do Brasil.

O modo de fazer Renda Irlandesa produzida em Divina Pastora (SE) foi incluído no Livro de Registro dos Saberes. O município surge como principal território da renda irlandesa porque no local se encontraram os elementos que culminaram com a apropriação do ofício (vinculado originalmente à aristocracia) por mulheres humildes que reinventaram a técnica, o uso e o sentido deste saber-fazer.

Nesse contexto, o ofício é relacionado ao universo feminino e caracterizado como de longa continuidade histórica. Especialmente na metade do século 20, a confecção da renda surgia como uma alternativa de trabalho, e hoje essa tarefa ocupa mais de uma centena de artesãs, além de ser uma referência cultural. A partir de tal apropriação, a renda tornou-se responsável pela ascensão social de muitas que abandonaram o trabalho nas roças para custear os estudos a partir de sua produção e venda.

A Associação para o Desenvolvimento da Renda de Divina Pastora (Asderen) foi fundada em 2000 com o apoio do Programa Artesanato Solidário. Por meio da pesquisa realizada para o processo de registro, foi iniciada uma ação de salvaguarda. Os pesquisadores, com a colaboração da associação, catalogaram 122 rendeiras entre associadas e não-associadas em Divina Pastora e em outras sete localidades. Essas mulheres foram identificadas e apresentaram informações sobre as potencialidades e fragilidades do modo de fazer Renda Irlandesa.

A renda irlandesa produzida pelas mulheres de Divina Pastora, bem como em outros municípios de Sergipe, é classificada pelos especialistas como do tipo “renda de agulha”, que apresenta como suporte uma fita presa ou disposta ao debuxo, ou risco - desenho realizado sobre papel manteiga e fixado em um papel grosso. O debuxo é o desenho da renda, feito sempre de maneira sinuosa. Após a fixação da fita ao debuxo, diferentes pontos são traçados preenchendo os espaços vazios entre a fita, compondo o tecido da renda. Os pontos com os quais se faz a renda sofreram re-leituras pelas rendeiras e são, muitas vezes, reapropriados de outras rendas. No processo de registro estão listadas duas dezenas de pontos apresentados em mostruário, os quais são nomeados com base na analogia com formas semelhantes a animais e vegetais que integram o universo das rendeiras, como por exemplo, pé-de-galinha, espinha-de-peixe, aranha, casinha-de-abelha e abacaxi.

Vale ressaltar o inconveniente da utilização do indicador de produto “bem registrado” nesta ação. Os estudos para o registro, em geral, demoram mais de um ano. Em função disso, os esforços de um ano, talvez de dois anos, ficam imperceptíveis até que o registro aconteça. Em outros casos, os registros que acontecem em um ano podem não ter um projeto correspondente na ação de Registro naquele mesmo ano [como ocorreu em 2008]. Isto acontece quando praticamente todos os trabalhos já haviam sido realizados no ano anterior, faltando apenas a reunião do Conselho Consultivo. Além disso, estuda-se a

construção de um novo indicador que levará em conta a força de trabalho e o número de horas empregado para a execução de tal atividade.

→ Ação 2826 – Educação Patrimonial em áreas de Bens Culturais

- **Tipo de ação:** Orçamentária

Finalidade

Preparar e conscientizar a sociedade para reconhecer e valorizar o Patrimônio Cultural Brasileiro, especialmente o valor simbólico dos bens culturais inseridos no contexto em que vivem e atuam, garantindo a sua preservação e a sua disseminação às gerações presentes e futuras. (SIGPlan / 08)

Descrição

Implementação de ações em parceria com as instituições educacionais nas três esferas de governo, envolvendo treinamento e capacitação de educadores para a introdução da tônica da preservação dos bens culturais em sua dinâmica de trabalho cotidiano; produção de material didático de apoio às atividades educativas (manuais, guias e cartazes); palestras, cursos, seminários, encontros, workshops e similares sobre o patrimônio cultural, principalmente em áreas de intervenções, dando informações sobre o andamento das obras em bens culturais; formação de artífices com diversas especializações para a restauração de bens arquitetônicos e bens móveis e integrados. (SIGPlan / 08)

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: COGEPROM/DF

Unidades Executoras: Superintendências Regionais e COGEPROM/DF

Coordenador nacional da ação: Luiz Philippe Peres Torelly

- Resultados

Produto: Pessoa conscientizada

Metas:

Previstas (LOA)		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
450000	752.276	337600	635.999

SIGPlan/19.03.2009

□ **Principais realizações da ação selecionada:**

- Projeto de Educação Patrimonial: “O Iphan tá na Praia”
- Educação Patrimonial em cidades do Estado do Tocantins
- Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial para Educadores da rede pública de ensino do Distrito Federal no Centro Educacional nº 1 na Região Administrativa de Candangolândia, Distrito Federal.
- Educação Patrimonial em cidades do Estado do Mato Grosso
- Cartilha Educativa para Preservação do Sítio Histórico de Alcântara
- Arqui Educação e Patrimônio: primeiros encontros e definições dos materiais lúdicos
- Exposição fotográfica contendo os resultados e produtos obtidos durante o ciclo de oficinas de Educação Patrimonial realizadas no âmbito do Plano de Ação Educação Patrimonial nas salas de aula de Alcântara.
- Educação Patrimonial nas salas de aulas do município de Alcântara (MA)
- Educação Patrimonial em cidades do Estado de Goiás
- Apoio a ações educativas para a valorização e preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro
- Manutenção das diretrizes de Educação Patrimonial
- Educação Patrimonial em Comunidades com Potencial Arqueológico no Amapá.
- Comunidade Ativa em Ouro Preto
- Capacitação para Preservação de Patrimônio Arqueológico e Paisagístico Nacional (Ilha do Campeche)
- Patrimônio nas Escolas

No exercício de 2008 foram priorizadas ações de capacitação dos técnicos da unidade ingressados no último concurso, bem como no desenvolvimento de projetos voltados para a difusão dos conceitos e metodologias de educação patrimonial para diferentes segmentos da sociedade, e ainda, na produção de material didático de apoio ao sistema formal de educação no trato das questões voltadas a valorização e preservação do patrimônio cultural.

Justificativa

As metas de execução estabelecidas foram cumpridas a contento, sendo que a execução financeira (84,54%) se deve principalmente a algumas unidades que em virtude da falta de pessoal, decorrente principalmente pelo êxodo de técnicos em busca de melhores condições salariais (no Iphan o índice de evasão dos concursados foi bastante alto neste exercício) não puderam executar algumas ações pontuais o que ocasionou o retorno de parte dos

recursos a elas destinados principalmente na ação “manutenção das diretrizes de educação patrimonial”.

Observa-se que o % de execução se refere aos valores efetivamente pagos, o que não corresponde à realidade, haja vista os valores empenhados e inscritos em RP (não processados), onde serão pagos no exercício seguinte, o qual poderíamos considerar, para fins de registro, como executados. Desta forma, o percentual de execução passa para 75%.

Análise sucinta da ação e demonstrativos consolidados

A Educação Patrimonial constitui, dentre outros, um instrumento da política global do Iphan, que tem por objetivo difundir e valorizar o acervo cultural do país.

Uma de suas principais finalidades é produzir e transmitir, por meios e metodologias diversas, o conhecimento acumulado pela instituição sobre esse acervo aos cidadãos, grupos étnicos, comunidades e diferentes segmentos da sociedade brasileira, respeitando-se as especificidades culturais de cada um deles, para que possam reconhecer o valor simbólico dos bens culturais inseridos no contexto em que vivem e atuam. Somente a partir do reconhecimento pelo cidadão dos valores de seu próprio patrimônio, poderemos obter sua colaboração e o comprometimento com ações em prol da preservação e valorização dos bens culturais brasileiros.

A permanente discussão do corpo técnico envolvido com as ações educativas gerou um processo que culmina com a proposta de instalação das “casas do patrimônio”, que vem sendo adotada por diversas unidades da instituição e que no exercício de 2009 deverá aglutinar além das ações educativas, aquelas de promoção e difusão do patrimônio.

TABELA 24

Diárias e Passagens, emitidas em 2008, na ação Educação Patrimonial em áreas de Bens Culturais – Brasil Patrimônio Cultural

NATUREZA DE DESPESA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHOS EMITIDOS
339014 DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	2.826,25	2.826,25
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	11.159,09	11.159,09

Siafi/2009

➤ Campanha pela Recuperação de Bens Procurados

O Iphan lançou em outubro de 2007, dando continuidade em 2008, a campanha para mobilizar a população na busca pelos bens culturais desaparecidos. Veiculada em cadeia nacional de televisão e proximamente nos aeroportos do país, convoca o público a consultar, no portal eletrônico da instituição (www.iphan.gov.br) o banco de dados de peças subtraídas do patrimônio brasileiro e a fazer denúncias anônimas por telefone, endereço eletrônico ou no próprio banco on-line. A campanha faz parte de um conjunto de ações desenvolvidas com a parceria de outras instituições, com o objetivo de coibir o tráfico de bens culturais, além de recuperar e devolver aos locais de origem os bens culturais tombados que foram extraviados ou roubados.

A campanha é uma medida imperativa, considerando que o roubo e o tráfico ilícito de bens do patrimônio causa danos irreparáveis para a história e para a cultura brasileiras. Alguns dos últimos dados divulgados pela Interpol mostram que o roubo de bens artísticos e do patrimônio histórico é o terceiro delito mais rentável do mundo e movimentou R\$ 4 bilhões em 2006; que o Brasil está inserido no tráfico internacional de obras culturais e é o principal alvo da América Latina; e que o Brasil só fica atrás dos Estados Unidos, França e Iraque no ranking mundial de roubo de bens culturais.

A parceria estabelecida entre o Iphan e a Polícia Federal/Interpol há mais de 10 anos já rende frutos. Desde a década de 1980, o Iphan desenvolve o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados – INBMI, que já identificou tecnicamente cerca de 90 mil objetos de acervos de monumentos tombados. A maior parte desses bens é de arte sacra e estima-se que haja mais 400 mil peças a serem inventariadas. Com o intuito de conhecer melhor as peças históricas e artísticas do Brasil, o Iphan instituiu a Instrução Normativa nº 01, de 11 de junho de 2007, que regulamenta o cadastro de negociantes de obras de arte de qualquer natureza, antiguidades, manuscritos, livros e outros documentos antigos ou raros.

➤ Focos Temáticos

A seguir será apresentada uma lista de focos temáticos abarcados pela atuação do Iphan em todo o Brasil. Esses focos delimitam os objetos de alguns dos principais projetos estratégicos do Iphan para o período 2009/2010. Os Focos temáticos apresentados em 2007 continuaram vigorando em 2008 e a eles foram integrados outros projetos que por vezes possuem interfaces comuns.

Ciclos econômicos - Nas ações de inventário, procurou-se conhecer o patrimônio ligado aos ciclos econômicos do Brasil: o ciclo da erva-mate, o ciclo do café em São Paulo e o ciclo da cana-de-açúcar. Em relação ao ciclo do açúcar o Depam consolidou os resultados atingidos com o projeto que já se realiza desde 2007, através da execução de uma expansão do banco de dados

(software) que armazena e sistematiza as informações referentes ao patrimônio material e imaterial referente à cana-de-açúcar em Pernambuco e da publicação de material informativo. Em relação ao ciclo do mate, no ano de 2008 houve a execução de levantamento documental e pesquisa histórica sobre o ciclo da erva mate e seus desdobramentos econômicos e sociais no atual estado de Mato Grosso do Sul, em sua contextualização com Paraguai, Argentina e estados brasileiros da região sul.

Patrimônio Rural - Outra linha de atuação foi o patrimônio rural, foram retomadas iniciativas de inventário e preservação do patrimônio rural, buscando contribuir para a sustentabilidade das propriedades de valor cultural. Vale observar que, em alguns casos, as ações voltadas para o patrimônio rural e para a pesquisa dos ciclos econômicos se interseccionam.

Patrimônio Naval - Trata-se de reconhecer e proteger o extenso patrimônio naval brasileiro, existente em todos os estados da federação e atualmente em franco processo de transformação e desaparecimento. Em 2008 buscou-se conhecer o universo cultural de alguns dos principais barcos tradicionais brasileiros, em especial quanto ao número de embarcações existentes em cada um dos universos assinalados, suas condições de autenticidade, conservação e sustentabilidade econômica, para fins de proposta de proteção das embarcações e qualificação dos contextos pesqueiros em que estão inseridas.

Rede Ferroviária – No ano de 2007, o Iphan recebeu, por meio da Lei 11.483/07, a responsabilidade sobre os bens móveis e imóveis da extinta RFFSA. Em 2007, o Iphan elaborou uma metodologia simplificada para agilizar o inventário dos bens da rede ferroviária, a ser aplicada em 2008. No ano de 2008 as principais se deram na preparação e reforma dos prédios, inventários, levantamento de acervos arquivísticos, em suma, aprofundar o conhecimento sobre o Patrimônio recebido pelo Iphan.

Fortes e Fortalezas - Aproximadamente uma centena de fortificações tombadas pelo Iphan, ressentem-se principalmente da integração com usos e atividades contemporâneas, capazes de permitir novas apropriações destes edifícios de destacado valor histórico e cultural. O Iphan além de aplicar diretamente recursos na proteção e restauração de fortificações, tem procurado parcerias junto a outros atores sociais, como a Fundação do Exército, Associações de Amigos de Fortes e instituições portuguesas e africanas relacionadas ao tema, visando à sustentabilidade desse patrimônio cultural.

Os Projetos Estratégicos para 2009/2010:

→ Sistema Nacional do Patrimônio – Integração entre o Poder Federal, Estadual e Municipal na atividade de valorização e preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Em 2008 foram realizados cinco encontros regionais com o objetivo de aproximar as instâncias aqui destacadas.

→ Cartografia Cultural / Sistema Nacional de Informações – Levantamento e formação de banco de dados que possibilitará o conhecimento de todas as atividades culturais do país. Tal projeto é uma solicitação do Ministério da Cultura para o Iphan.

→ Mais Cultura – Promoart – Programa que visa promover e dar sustentabilidade à atividades artesanais desenvolvidas no país.

→ Monumenta – Novo Prodoc

→ Centro de Formação do Patrimônio – O Iphan recebeu a chancela da Unesco para a criação de um Centro de Formação do Patrimônio para ministrar cursos que tratem do Patrimônio Cultural no âmbito da América do Sul e dos países africanos de língua portuguesa.

2.3.2 PROGRAMA 0171 – MUSEU, MEMÓRIA E CIDADANIA

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: O objetivo do Programa Museu, Memória e Cidadania consiste em revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país.

Gerente do Programa: Luiz Fernando de Almeida

Gerente Executivo: José do Nascimento Júnior

Indicadores: [1] Relação Número de Visitantes a Museus/Número de Museus Revitalizados pela União [Somatória do número absoluto de visitantes aos museus no ano, dividido pelo total de museus revitalizados]; [2] Taxa de Sustentabilidade de Museus da União [Relação percentual entre a receita diretamente arrecadada pelos museus brasileiros e a despesa total executada].

Público-alvo: Sociedade brasileira

Na área museológica, a atribuição do Ministério da Cultura consiste na formulação e implementação de políticas voltadas para o setor, bem como propor diretrizes para identificação, preservação, promoção e gestão dos museus brasileiros e de seus acervos. Desta forma, a preocupação inicial foi o estabelecimento de uma política nacional voltada para os museus brasileiros. Essa se trata de uma ação inédita no Brasil, pois pela primeira vez o Ministério da Cultura chamou a comunidade museológica brasileira para discutir as bases para uma política para o setor.

O fruto principal dessa ação foi o lançamento da Política Nacional de Museus em maio de 2003. A Política Nacional de Museus, construída a várias mãos, foi o resultado de uma ação democrática, cuja criação teve a participação de diversas entidades vinculadas à museologia, profissionais da área, meio universitário e secretarias estaduais e municipais de cultura.

No Plano Plurianual do governo federal, a Política Nacional de Museus está refletida no Programa Museu, Memória e Cidadania, o qual consiste em revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país.

Num país com riqueza cultural como o Brasil, o papel dos museus e de instituições de memórias é de fundamental importância para a inclusão social e a valorização do nosso patrimônio cultural, de modo a torná-lo efetivamente representativo da diversidade étnica e cultural brasileira.

Para cumprir esse papel, o museu deve ser uma instituição a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, dotado de gestão participativa, acolhedora para todos os cidadãos, que investiga, incorpora, inventaria, conserva, interpreta, educa, expõe, divulga e valoriza os testemunhos da humanidade. No entanto, os museus brasileiros e as instituições de memória passam atualmente por uma fragilidade nunca antes vista, sem recursos e capacidade técnica para desempenhar adequadamente suas atividades. A Política Nacional de Museus, gerida pelo governo federal, tem como premissa a preservação da memória, democratização do acesso aos bens culturais nacionais, estaduais e municipais, bem como a valorização da cultura nacional e das identidades culturais existentes nas diversas localidades do país, respeitando as diferenças regionais.

Para tanto, o Programa Museu Memória e Cidadania deve abranger não só os museus vinculados ao Ministério da Cultura, mas todos os 2.500 museus brasileiros, independente de sua vinculação institucional, seja ele público ou privado.

O Programa Museu, Memória e Cidadania é composto por seis Ações. As tabelas 25 e 26 listam as ações do programa Museu, Memória e Cidadania, aproveitando para apresentar a execução orçamentária e financeira de cada uma. Destacaram-se por terem devolvido mais de 100 mil reais, as ações de Capacitação de Profissionais de Museus, de Modernização de Museus, de Fomento a Projetos Museológicos e de Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos.

TABELA 25

Execução Orçamentária e Financeira das ações do programa Museu, Memória e Cidadania, em reais, em 2008.

AÇÃO	LEI ORÇAMENTÁRIA	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EMPENHADO
GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL -	1.077.433,00	1.077.433,00	1.077.407,88
CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS DE MUSEU - NACIONAL -	1.093.173,00	1.093.173,00	814.572,10

MODERNIZACAO DE MUSEUS - NACIONAL -	4.233.691,00	4.233.691,00	3.519.544,93
MODERNIZACAO DE MUSEUS - SUPERINTENDENCIA REG -	1.150.000,00	1.150.000,00	1.101.004,95
FUNCIONAMENTO DE MUSEUS DA UNIAO - NACIONAL -	22.000.000,00	22.000.000,00	20.121.797,58
FOMENTO A PROJETOS NA AREA MUSEOLOGIC - NACIONAL -	11.446.463,00	11.446.463,00	10.861.626,26
FOMENTO A PROJETOS NA AREA MUSEOLOGIC - NO ESTADO DO PARANA -	300.000,00	300.000,00	0,00
IDENTIFICACAO E INVENTARIO DE ACERVOS - NACIONAL -	500.000,00	500.000,00	469.496,89
PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS MUS - NACIONAL -	2.285.000,00	2.285.000,00	2.225.013,12
TOTAL	44.085.760,00	44.085.760,00	40.190.463,71

Fonte: SIAFI/2009

TABELA 26

Execução Orçamentária e Financeira – valores percentuais - das ações do programa Museu, Memória e Cidadania, em reais, em 2008.

AÇÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	PERCENTUAL EMPENHADO	CRÉDITO DEVOLVIDO
GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL -	1.077.433,00	100,00%	25,12
CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS DE MUSEU - NACIONAL -	1.093.173,00	74,51%	278.600,90
MODERNIZACAO DE MUSEUS - NACIONAL -	4.233.691,00	83,13%	714.146,07
MODERNIZACAO DE MUSEUS - SUPERINTENDENCIA REG -	1.150.000,00	95,74%	48.995,05
FUNCIONAMENTO DE MUSEUS DA UNIAO - NACIONAL -	22.000.000,00	91,46%	1.878.202,42
FOMENTO A PROJETOS NA AREA MUSEOLOGIC - NACIONAL -	11.446.463,00	94,89%	584.836,74
FOMENTO A PROJETOS NA AREA MUSEOLOGIC - NO ESTADO DO PARANA -	300.000,00	0,00%	300.000,00
IDENTIFICACAO E INVENTARIO DE ACERVOS - NACIONAL -	500.000,00	93,90%	30.503,11
PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS MUS - NACIONAL -	2.285.000,00	97,37%	59.986,88
TOTAL	44.085.760,00	91,16%	3.895.296,29

Fonte: SIAFI/2009

2.3.2.1 PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

São consideradas como principais, do programa Museu, Memória e Cidadania, por materializarem os objetivos do programa, as ações de [1] Modernização de Museus; [2] Fomento a Projetos Museológicos; [3] Capacitação de Profissionais de Museus.

→ Ação 1612 - Modernização de Museus

- DADOS GERAIS

Tipo: Orçamentária

Finalidade

Dotar os museus brasileiros e institutos de memória de novas tecnologias, equipamentos e acervos, e apoiar a implementação do Sistema Brasileiro de Museus e de redes ou sistemas estaduais e municipais de museus, com vistas a garantir a sua atualidade no contexto nacional e internacional, bem como a qualidade dos serviços prestados à comunidade, proporcionando-lhes as condições necessárias para a geração de atratividade de público e auto-sustentabilidade.

Descrição

Aquisição de equipamentos e implantação de novas tecnologias e metodologias voltadas para segurança, climatização, iluminação, reservas técnicas adequadas, centros de pesquisa, e implantação de redes ou sistemas de Museus e institutos de memória .

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DEMU/DF

Unidades executoras: Museus e DEMU/DF

Coordenador nacional da ação: Fernando César de Vasconcelos Azeredo

- RESULTADOS

Produto: Museu modernizado

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
77	4.223.691	90	3.927.639

SIGPLAN/139.03.2009

A ação "Modernização de Museus" tem por finalidade apoiar projetos de museus, com vistas à qualificação de sua infra-estrutura, como aquisição de equipamentos para informatização das instituições, montagem de reservas

técnicas e laboratórios, reformulação de exposições de longa duração, climatização, sistemas de segurança e ampliação de acervos.

Trata-se de uma importante ação que garantiu, em 2008, que os museus do Iphan/MinC pudessem suprir suas necessidades relativas à infraestrutura logística e a materiais permanentes diversos. Merece destaque o caso dos museus regionais do Iphan, que se tratam de unidades menores, as quais há anos não haviam sido equipadas e que, agora, estão passando por um processo de modernização de suas infra-estruturas.

Para os museus não vinculados ao MinC, o Programa “Museu, Memória e Cidadania” adota o procedimento de selecionar projetos por meio de editais públicos. O uso desse mecanismo para selecionar projetos foi adotado pelo Departamento de Museus e Centros Culturais desde o ano de 2004, tendo em vista que, com critérios claros e objetivos, o edital coloca em pé de igualdade todos os interessados, democratiza o acesso aos recursos públicos e descentraliza sua aplicação.

Esse edital visa apoiar projetos de museus, sejam eles federais, estaduais, municipais ou privados, para aquisição de equipamentos, material permanente e acervos museológicos. Em 2008, o Edital “Modernização de Museus” possibilitou o apoio a 38 projetos, de diferentes instituições de todas as regiões do país, abrangendo museus de pequeno, médio e grande porte.

Abaixo, segue a relação dos projetos selecionados por meio do Edital Modernização de Museus em 2008.

TABELA 27
Edital Modernização de Museus – 2008

DEMU - EDITAL DE MODERNIZAÇÃO DE MUSEUS - 2008					
Nº Convênio	Nº SIAFI	UF	Nome	Projeto	Valor IPHAN
01/2008	625105	AC	Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour	Execução do Projeto: Modernização do Museu da Borracha	80.302,15
03/2008	625791	AM	Secretaria Municipal de Cultura de Manaus	Aquisição de mobiliário para a reserva técnica do Museu do Homem do Norte	86.490,00
06/2008	625524	GO	Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira	Execução do Projeto: A Modernização dos Museus Estaduais Goianos	88.939,53

09/2008	626672	RS	Prefeitura Municipal de Osório	Revitalização do Museu Antropológico de Osório	43.537,00
11/2008	625842	RS	Prefeitura Municipal de Pelotas	Execução do Projeto: Memória, Cultura e Inclusão Social: Conhecendo o Museu da Baronesa através da educação	15.510,00
12/2008	625525	RN	Fundação José Augusto	Montagem da Reserva Técnica do Acervo dos Museus da Fundação José Augusto (Museu Memorial Câmara Cascudo; Museu de Arte Sacra; Museu Casa Café Filho e Museu Capitão Antas)	48.096,18
13/2008	625526	DF	Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal	Execução do Projeto: Modernizar para Preservar - implantação de melhorias no sistema de segurança do Museu Vivo da Memória Candanga	90.000,00
15/2008	626132	SP	Instituto Pau Brasil de História Natural	Incremento da Coleção Paleontológica do Instituto Pau Brasil de História Natural	46.200,00
16/2008	626443	BA	Fundação Econômico Miguel Calmon	Execução do Projeto: Informatizar para Educar	18.483,20
17/2008	625917	PE	Prefeitura Municipal de São Caetano	Execução do Projeto: Modernizando o Antigo	39.907,00
21/2008	626536	AL	Fundação Casa do Penedo	Execução do Projeto: PROCAPEN - Modernização da Casa de Penedo	85.729,62
25/2008	637185	PI	Fundação Cultural do Piauí - FUNDAC	Modernização do Centro Cultural Odilon Nunes em Amarante	34.695,00
26/2008	627348	SC	Fundação Cultural de Jaraguá do Sul	Execução do Projeto: Protegendo o Patrimônio	28.209,83
28/2008	634523	AP	Estado do Amapá	Execução do Projeto: O Museu Joaquim Caetano da Silva na era digital	97.104,00
29/2008	635635	PR	Universidade Estadual de Londrina	Implantação do setor de ação cultural e educativa no Museu Histórico Pe. Carlos Weiss	100.000,00
30/2008	627345	SC	Fundação Cultural de Timbó	Modernização e Dinamização do Museu da Música de Timbó	100.000,00
31/2008	635516	BA	Universidade do Estado da Bahia	Reestruturação e Modernização dos Espaços Expositivos do Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia	58.500,00
33/2008	627343	PB	Secretaria de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba	Modernização do Museu Casa do Artista Popular "Do Barro a Era Digital"	31.564,00
34/2008	633940	AL	Prefeitura Municipal de Coruripe	Modernização do Memorial Coruripense	64.300,80

36/2008	627344	TO	Fundação Cultural do Estado do Tocantins	Modernização do Memorial Coluna Prestes	23.937,48
42/2008	629894	MG	Associação Amigos do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas	Modernização do Arquivo e Biblioteca do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas	13.560,00
43/2008	629895	RS	Fundação Universidade de Passo Fundo - UPF	Modernização do Museu Histórico Regional	90.000,00
44/2008	629896	MS	Missão Salesiana de Mato Grosso - Salesianos	Climatização do salão de exposição temporária e reserva técnica do Museu das Culturas Dom Bosco	70.596,00
45/2008	629897	SC	Fundação Educacional de Criciúma - FUCRI	Execução do Projeto: Melhorias nas condições das exposições temporárias e permanentes mediante aquisição de móveis expositores do Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense	47.052,00
51/2008	634583	AP	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA	Execução do Projeto: Modernizando com novas Tecnologias do Planetário Móvel Maywaka	94.176,00
52/2008		CE	Associação Amigos do Museu do Ceará	Segurança Eletrônica para o Museu do Ceará	18.235,00
59/2008	636681	RJ	Sociedade Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente	Ampliação do atendimento ao público e implantação de sistemas de segurança no Museu de Imagens do Inconsciente	41.650,00
Portaria		AM	Universidade Federal do Amazonas PORTARIA NR: 172/08	Modernização e ampliação dos equipamentos para guarda e preservação do acervo do Museu Amazônico e para atendimento ao público	99.083,00
Portaria		MS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul PORTARIA NR: 177/08	Implantação do sistema de climatização do Museu de Arqueologia da UFMS	57.270,00
Portaria		CE	Universidade Federal do Ceará PORTARIA NR: 211/08	Execução do Projeto: Sala da Cultura Popular do Museu de Artes da UFC - MAUC	67.958,00
Portaria		PA	Universidade Federal do Pará PORTARIA NR: 220/08	Atualização da Reserva Técnica do Museu da Universidade Federal do Pará	99.400,00
Portaria		SE	Universidade Federal de Sergipe PORTARIA NR: 221/08	Modernização do Museu do Homem Sergipano	74.231,88

Portaria		MG	Universidade Federal de Uberlândia PORTARIA NR: 314/08	Museus - Patrimônio em Interlocução II	48.971,00
Portaria		RS	Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG PORTARIA NR: 345/08	Modernização do NUME: Interagindo com a História da Comunidade	98.000,00
Portaria		DF	Fundação Universidade de Brasília PORTARIA NR: 370/08	Modernização do Museu de Geociências da Universidade de Brasília	99.705,00
TOTAL					2.201.393,67

O Edital "Mais Museus" visa apoiar projetos para implantação de museus em municípios com até 50 mil habitantes, onde não existe esse equipamento cultural. Recursos da ação de "Modernização de Museus" também foram empreendidos, em 2008, para apoio a 24 projetos selecionados por meio desse Edital, tendo em vista a aquisição de equipamentos e mobiliário.

Justificativa:

A ampla mobilização do setor museológico promovida pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan e a conseqüente visibilidade de suas ações favoreceram a superação da meta física, em 2008, na ação de "Modernização de Museus". O aumento do número de projetos apoiados em função do lançamento dos editais públicos "Mais Museus" e "Modernização de Museus", bem como o maior investimento nos museus regionais do Iphan, contribuíram para a elevação do número de unidades museológicas modernizadas no decorrer de 2008.

O orçamento só foi liberado no mês de Abril. Em novembro, houve um contingenciamento no valor de 162.278,47.

Análise sucinta da ação e demonstrativos consolidados

A ação "Modernização de Museus" tem por finalidade apoiar projetos de museus com vistas à qualificação de sua infra-estrutura, como aquisição de equipamentos para informatização das instituições, montagem de

reservas técnicas e laboratórios, reformulação de exposições de longa duração, climatização, sistemas de segurança e ampliação de acervos.

Contudo, tal como na ação de “Fomento a Projetos”, o orçamento da ação de “Modernização de Museus” revelou-se muito aquém da demanda apresentada pelos museus do Iphan para a execução de seus projetos finalísticos e, também insuficiente, para contemplar a diversidade de projetos bem qualificados no âmbito dos Editais Mais Museus (foram recebidos 386 projetos e o atendimento foi limitado a somente 24) e Modernização de Museus (foram recebidos 330 projetos e puderam ser atendidos somente 38).

TABELA 28

Convênios executados em 2008, na ação 1612- Modernização de Museu/2008
Programa Museu Memória Cidadania

Código Siasi/Siasg	Programa/ Ação	Objeto da Avença	Valor total pactuado	Valor total recebido /transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)
625105	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Execução do Projeto: Modernização do Museu da Borracha	89.336,10	80.302,15	9.033,95	Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour CNPJ 03.124.410/0001-32
626428	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Execução do Projeto: Museu da Memória de São Gabriel	41.935,23	40.641,00	1.294,23	Município de São Gabriel CNPJ 13.891.544/0001-32
625791	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Aquisição de mobiliário para a reserva técnica do Museu do Homem do Norte	93.990,00	86.490,00	7.500,00	Secretaria Municipal de Cultura do Município de Manaus CNPJ 07.979.060/0001-47
625522	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Museu Maxakali	44.968,20	42.968,20	2.000,00	Município de Machacalis CNPJ 18.404.921/0001-85
626439	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Museu da Colonização	57.381,21	52.681,21	4.700,00	Fundação Cultural de Palma Sola - FCPS CNPJ 09.291.701/0001-00
625524	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Execução do Projeto: A Modernização dos Museus Estaduais Goianos	98.921,70	88.939,53	9.982,17	Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira - AGEPEL CNPJ 03.574.676/0001-87

637931	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: "Memorial de Cajuru José Mariano Arena	100.000,00	97.000,00	3.000,00	Município de Cajuru CNPJ 45.227.337/0001-74
639307	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Museu Municipal da Cana-de-Açúcar de Teotônio Vilela	105.520,00	100.000,00	5.520,00	Município de Teotônio Vilela CNPJ 12.842.829/0001-10
626672	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Revitalização do Museu Antropológico de Osório	56.876,25	45.537,00	11.339,25	Município de Osório CNPJ 88.814.181/0001-30
627354	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Museu Municipal Estação da Memória: A história desse meu lugar	105.000,00	100.000,00	5.000,00	Município de Quatis CNPJ 39.560.008/0001-48
625842	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Execução do Projeto: Memória, Cultura e Inclusão Social: Conhecendo o Museu da Baronesa através da educação	21.000,00	15.510,00	5.490,00	Município de Pelotas CNPJ 87.455.531/0001-57
625525	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Montagem da Reserva Técnica do Acervo dos Museus da Fundação José Augusto (Museu Memorial Câmara Cascudo; Museu de Arte Sacra; Museu Casa Café Filho e Museu Capitão Antas)	58.248,18	48.096,18	10.152,00	Fundação José Augusto CNPJ 08.327.389/0001-96
625526	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Execução do Projeto: Modernizar para Preservar - implementação de melhorias no sistema de segurança do Museu Vivo da Memória Candanga	100.000,00	90.000,00	10.000,00	Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal CNPJ 03.658.028/0001-09
626091	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Execução do Projeto: Caarapó: Identidade e Cidadania	56.995,50	54.643,00	2.352,50	Município de Caarapó CNPJ 03.155.900/0001-04
626132	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Incremento da Coleção Paleontológica do Instituto Pau Brasil de História Natural	57.750,00	46.200,00	11.550,00	Instituto Pau Brasil de História Natural CNPJ 03.085.119/0001-00

626443	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Execução do Projeto: Informatizar para Educar	23.104,00	18.483,20	4.620,80	Fundação Econômico Miguel Calmon CNPJ 15.150.923/0001-05
625917	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Execução do Projeto: Modernizando o Antigo	46.857,00	39.907,00	6.950,00	Município de São Caetano CNPJ 10.091.585/0001-56
625912	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Museu da Memória de Alto Paraíso	96.200,00	93.314,00	2.886,00	Município de Alto Paraíso CNPJ 01.740.455/0001-06
626441	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Implantação do Museu Coleção de Memórias	21.090,00	20.090,00	1.000,00	Município de Agrônômica CNPJ 83.102.590/0001-90
626541	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Museu da Cidade de Parambu (etapa1)	70.717,00	63.517,00	7.200,00	Município de Parambu CNPJ 07.731.102/0001-26
626536	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Execução do Projeto: PROCAPEN - Modernização da Casa de Penedo	110.517,85	85.729,62	24.788,23	Fundação Casa do Penedo CNPJ 24.180.721/0001-99
626543	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Implantação do Museu Municipal de Pains	141.370,39	98.870,13	42.500,26	Município de Pains CNPJ 20.920.575/0001-30
626556	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Resgate Cultural de um Povo	52.265,28	50.693,48	1.571,80	Município de Monsenhor Gil CNPJ 06.554.877/0001-00
627349	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Implantação do Museu Municipal de Sobradinho	29.901,95	27.951,95	1.950,00	Município de Sobradinho CNPJ 87.592.861/0001-94
637185	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Modernização do Centro Cultural Odilon Nunes em Amarante	41.634,72	34.695,00	6.939,12	Fundação Cultural do Piauí - FUNDAC CNPJ 05.782.352/0001-60
627348	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Execução do Projeto: Protegendo o Patrimônio	37.247,69	28.209,83	9.037,86	Fundação Cultural de Jaraguá do Sul CNPJ 83.785.014/0001-95
	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Execução do Projeto: Digitalização do Acervo Iconográfico	33.282,90	21.162,90	12.120,00	Município de Garça CNPJ 44.518.371/0001-35

634523	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Execução do Projeto: O Museu Joaquim Caetano da Silva na era digital	113.604,00	97.104,00	16.500,00	Estado do Amapá CNPJ 00.394.577/0001-25
635635	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Implantação do setor de ação cultural e educativa no Museu Histórico Pe. Carlos Weiss	125.000,00	100.000,00	25.000,00	Universidade Estadual de Londrina CNPJ 78.640.489/0001-53
627345	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Modernização e Dinamização do Museu da Música, de Timbó	125.014,36	100.000,00	25.014,36	Fundação Cultural de Timbó CNPJ 03.918.310/0001-88
635516	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Reestruturação e Modernização dos Espaços Expositivos do Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia	65.000,00	58.500,00	6.500,00	Universidade do Estado da Bahia - UNEB CNPJ 14.485.841/0001-40
	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Modernização do Museu Mariano Procópio - Equipamentos de Segurança	105.471,60	84.363,40	21.108,20	Fundação Museu Mariano Procópio - MAPRO CNPJ 07.768.170/0001-60
627343	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Modernização do Museu Casa do Artista Popular "Do Barro A Era Digital"	37.834,00	31.564,00	6.270,00	Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico da Paraíba CNPJ 08.778.300/0001-08
633940	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Modernização do Memorial Coruripense	80.376,00	64.300,80	16.075,20	Município de Coruripe CNPJ 12.264.230/0001-47
633913	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Estruturação do Museu da Cidade de Bananeiras	31.974,00	27.274,00	4.700,00	Município de Bananeiras CNPJ 08.927.915/0001-59
627344	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Modernização do Memorial Coluna Prestes	26.597,20	23.937,48	2.659,72	Fundação Cultural do Estado de Tocantins CNPJ 05.025.468/0001-54
627351	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Iny Heto - Museu dos Povos Indígenas da Ilha do Bananal: Javaé e Karajá	99.550,23	87.490,23	12.060,00	Fundação Cultural do Estado do Tocantins CNPJ 05.025.468/0001-54
634541	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Museu Histórico e Etnográfico de Tocantinópolis	73.097,00	64.241,00	8.856,00	Município de Tocantinópolis CNPJ 01.224.716/0001-35

634050	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Implantação do Museu Municipal de Matelândia	75.255,00	72.921,00	2.334,00	Município de Matelândia CNPJ 76.206.465/0001-65
	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Museu de Rochas e Fósseis de Pedra Lavrada	70.550,00	68.250,00	2.300,00	Município de Pedra Lavrada CNPJ 08.740.466/0001-35
	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Implantação de um Museu Histórico	18.166,00	17.621,00	545,00	Município de Santana do Manhuaçu CNPJ 18.385.146/0001-68
629894	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Modernização do Arquivo e Biblioteca do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas	16.950,00	13.560,00	3.390,00	Associação Amigos do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas CNPJ 03.244.992/0001-90
629895	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Modernização do Museu Histórico Regional	112.500,00	90.000,00	22.500,00	Fundação Universidade de Passo Fundo CNPJ 92.034.321/0001-25
629896	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Climatização do salão de exposição temporária e reserva técnica do Museu das Culturas Dom Bosco	95.596,00	70.596,00	25.000,00	Missão Salesiana de Mato Grosso - Salesianos CNPJ 03.226.149/0001-81
629897	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus	Execução do Projeto: Melhorias nas condições das exposições temporárias e permanentes mediante aquisição de móveis expositores do Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense	58.922,00	47.052,00	11.870,00	Fundação Educacional de Criciúma - FUCRI CNPJ 83.661.074/0001-04
634548	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Implantação do Museu de Santana dos Montes	98.710,00	77.150,00	21.560,00	Associação dos Amigos de Santana dos Montes CNPJ 04.016.947/0001-41
	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto Museu Realidade Sertaneja	48.352,50	45.050,00	3.302,50	Município de Porto da Folha CNPJ 13.131.982/0001-00

635239	Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Implantação do Museu da Usina do Itaicy	100.000,00	80.000,00	20.000,00	Instituto do Itaicy CNPJ 07.558.456/0001-10
634583	Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus	Execução do Projeto: Modernizando com novas Tecnologias do Planetário Móvel Maywaka	113.011,20	94.176,00	18.835,20	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA CNPJ 34.927.285/0001-22
	Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus	Segurança Eletrônica para o Museu do Ceará	22.793,75	18.235,00	4.558,75	Associação Amigos do Museu do Ceará CNPJ 01.437.414/0001-45
636681	Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus	Ampliação do atendimento ao público e implantação de sistemas de segurança no Museu de Imagens do Inconsciente	56.150,00	41.650,00	14.500,00	Sociedade Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente CNPJ 30.023.048/0001-86
	Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus	Modernização e ampliação dos equipamentos para guarda e preservação do acervo do Museu Amazônico e para atendimento ao público	99.083,00	99.083,00	0,00	Universidade Federal do Amazonas CNPJ 04.378.626/0001-97
	Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus	Implantação do sistema de climatização do Museu de Arqueologia da UFMS	57.270,00	57.270,00	0,00	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul CNPJ 15.461.510/0001-33
	Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus	Execução do Projeto: Sala da Cultura Popular do Museu de Artes da UFC - MAUC	71.420,90	67.958,00	3.462,90	Universidade Federal do Ceará CNPJ 07.272.636/0001-31
	Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus	Atualização da Reserva Técnica do Museu da Universidade Federal do Pará	99.400,00	99.400,00	0,00	Universidade Federal do Pará CNPJ 34.621.748/0001-23
	Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus	Modernização do Museu do Homem Sergipano	74.231,88	74.231,88	0,00	Universidade Federal de Sergipe CNPJ 13.031.547/0001-04
	Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus	Museus - Patrimônio em Interlocução II	48.971,00	48.971,00	0,00	Universidade Federal de Uberlândia CNPJ 25.648.387/0001-18

Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus	Modernização do NUME: Interagindo com a História da Comunidade	98.000,00	98.000,00	0,00	Universidade Federal do Rio Grande - FURG CNPJ 94.877.586/0001-10
Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus	Modernização do Museu de Geociências da Universidade de Brasília	99.705,00	99.705,00	0,00	Fundação Universidade de Brasília CNPJ 00.038.174/0001-43
Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Museu Homem do Curimatáu	98.875,90	98.875,00	0,00	Universidade Federal de Campina Grande CNPJ 05.055.128/0001-76
		4.309.543,67	3.790.162,17	519.380,00	

Divisão de Convênios/CLG/2008

→ Ação 2838 – Fomento a Projetos na Área Museológica

- DADOS GERAIS

Tipo: Orçamentária

Finalidade

Promover ações voltadas para preservação, conservação, aquisição e difusão de acervos culturais; de democratização e acesso a bens culturais, publicações na área museológica, pesquisas, atividades educativas e de comunicação com o público.

Descrição

Apoio a ações de aquisição, documentação, organização, informatização, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos nos níveis municipal, estadual e nacional; apoio a projetos de educação museológica; pesquisas e publicação da produção intelectual e científica; difusão da produção editorial específica dos museus e da museologia; desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus; e projetos que tenham por objetivo a democratização do acesso aos museus e o desenvolvimento de políticas de comunicação com o público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DEMU/DF

Unidades executoras: Museus e DEMU/DF

Coordenador nacional da ação: Fernando César de Azevedo Borges

Produto: Projeto apoiado

- RESULTADOS

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
100	11.446.463	149	11.146.553

SIGPLAN/13.03.2009

▣ **Principais realizações da ação :**

Em 2008, cabe destacar a realização da 6ª Semana Nacional de Museus, com o tema “*Museus como Agente de Mudança Social e Desenvolvimento*”, durante o período de 12 a 18 de maio de 2008. Participaram dessa atividade mais de 447 instituições museológicas de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal, quando promoveram 1.420 eventos culturais, contribuindo para estimular a visita aos museus de todo o país e acesso aos nossos bens culturais sob a guarda dos museus.

A ação “Fomento a Projetos na Área Museológica” viabilizou, em 2008, por meio do Edital **Mais Museus**, o apoio a projetos de implantação de museus em municípios com até 50 mil habitantes, onde não existe esse equipamento cultural. Foram selecionados 24 projetos, contemplando a elaboração de planos museológicos ou projetos museográficos; elaboração de projetos para execução de obras e serviços; instalação e montagem de exposições; restauração e benfeitorias em imóveis.

Também se destacam, em 2008, a articulação internacional e as ações realizadas para a implementação do Programa Ibermuseum, que será a instância de fomento e articulação de uma política museológica iberoamericana e prevê a criação da Rede Ibero-americana de Museus. A partir do 2º Encontro Iberoamericano de Museus, realizado em Florianópolis, durante os dias 8 a 10 de julho de 2008, dez países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, México, Portugal, República Dominicana e Uruguai) formalizaram sua adesão à iniciativa Ibermuseum, mediante envio de cartas de adesão à Secretaria Geral Iberoamericana – SEGIB.

Justificativa:

A superação da meta física, ocorrida em 2008, justifica-se pela ampla mobilização do setor museológico promovida pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan, conferindo visibilidade às suas ações, seja pela eficiente promoção da Semana de Museus (no primeiro semestre) e da Primavera de Museus (no segundo semestre), ou pelo lançamento dos editais públicos para seleção de projetos – acarretando o aumento da demanda por apoio à implementação de projetos.

O orçamento dessa ação, contudo, revelou-se muito aquém da demanda apresentada pelos museus do Iphan para a execução de seus projetos finalísticos, e, ainda, insuficiente para contemplar a diversidade de projetos bem qualificados no âmbito do Edital “Mais Museus” (foram apresentados 386 projetos e puderam ser contemplados somente 24).

O orçamento só foi liberado no mês de Abril. Em novembro aconteceu um contingenciamento no valor de R\$ 299.908,14.

Análise sucinta da ação e demonstrativos consolidados

Essa ação tem por finalidade apoiar projetos prioritários dos museus para execução de suas atividades finalísticas, como a promoção de exposições, realização de atividades educativas e culturais, produção de material promocional e bibliográfico, produção de pesquisas, entre outras, o que garante a continuidade das atividades cotidianas desenvolvidas pelos museus do Iphan/MinC e, conseqüentemente, a qualidade dos serviços prestados ao público.

A ação "Fomento a Projetos na Área Museológica" é estratégica no contexto da Política Nacional de Museus, e os esforços empreendidos para sua plena execução têm um importante reflexo no aumento da visitação aos museus.

Segundo dados do Cadastro Nacional de Museus (tabela abaixo), é relevante o aumento de público nos museus brasileiros nos últimos anos.

TABELA 29

Nº total de visitantes nos museus brasileiros	
2001	15.141.353
2002	16.251.359
2003	19.119.361
2004	20.239.105
2005	23.475.256
2006	26.358.776
2007	29.768.375

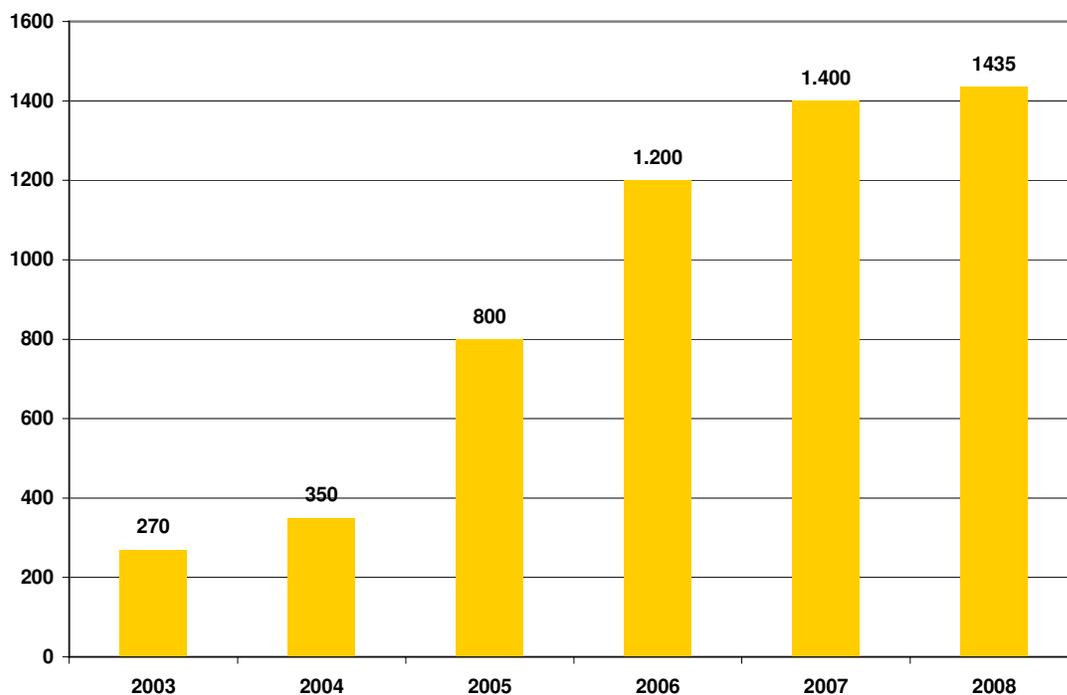
TABELA 30

Semana Nacional de Museus – histórico

SEMANA NACIONAL DE MUSEUS – 2003-2008

Ano	Instituições Participantes	Eventos Realizados
2003	57	270
2004	161	350
2005	284	800
2006	438	1.200
2007	460	1.400
2008	447	1435

Fonte: DEMU/IPHAN/09

FIGURA 03**Semana Nacional de Museus - Eventos Realizados 2003 a 2008**

Fonte:
 DEMU/IPHAN/
 09

TABELA 31

Diárias e Passagens, emitidas em 2008, na ação Fomento a Projetos na área
 Museológica – Museu Memória e Cidadania

NATUREZA DE DESPESA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHOS EMITIDOS
339014 DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	5.643,39	5.643,39
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	35.587,99	35.587,99

Siafi/2009

TABELA 32

Convênios executados em 2008, na ação 2838
– Fomento a Projetos na Área Museológica

Código Siasi/Siasg	Programa/ Ação	Objeto da Avença	Valor total pactuado	Valor total recebido /transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)
625522	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Museu Maxakali	44.968,20	42.968,20	2.000,00	Município de Machacalis CNPJ 18.404.921/0001-85
626439	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Museu da Colonização	57.381,21	52.681,21	4.700,00	Fundação Cultural de Palma Sola - FCPS CNPJ 09.291.701/0001-00
637931	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: "Memorial de Cajuru José Mariano Arena	100.000,00	97.000,00	3.000,00	Município de Cajuru CNPJ 45.227.337/0001-74
639307	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Museu Municipal da Cana-de-Açúcar de Teotônio Vilela	105.520,00	100.000,00	5.520,00	Município de Teotônio Vilela CNPJ 12.842.829/0001-10
627354	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Museu Municipal Estação da Memória: A história desse meu lugar	105.000,00	100.000,00	5.000,00	Município de Quatis CNPJ 39.560.008/0001-48
625912	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Museu da Memória de Alto Paraíso	96.200,00	93.314,00	2.886,00	Município de Alto Paraíso CNPJ 01.740.455/0001-06
626541	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Museu da Cidade de Parambu (etapa1)	70.717,00	63.517,00	7.200,00	Município de Parambu CNPJ 07.731.102/0001-26
626543	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Implantação do Museu Municipal de Pains	141.370,39	98.870,13	42.500,26	Município de Pains CNPJ 20.920.575/0001-30

626556	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Resgate Cultural de um Povo	52.265,28	50.693,48	1.571,80	Município de Monsenhor Gil CNPJ 06.554.877/0001-00
627349	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Implantação do Museu Municipal de Sobradinho	29.901,95	27.951,95	1.950,00	Município de Sobradinho CNPJ 87.592.861/0001-94
633913	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Estruturação do Museu da Cidade de Bananeiras	31.974,00	27.274,00	4.700,00	Município de Bananeiras CNPJ 08.927.915/0001-59
627351	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Iny Heto - Museu dos Povos Indígenas da Ilha do Bananal: Javaé e Karajá	99.550,23	87.490,23	12.060,00	Fundação Cultural do Estado do Tocantins CNPJ 05.025.468/0001-54
634541	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Museu Histórico e Etnográfico de Tocantinópolis	73.097,00	64.241,00	8.856,00	Município de Tocantinópolis CNPJ 01.224.716/0001-35
634050	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Implantação do Museu Municipal de Matelândia	75.255,00	72.921,00	2.334,00	Município de Matelândia CNPJ 76.206.465/0001-65
	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto: Museu de Rochas e Fósseis de Pedra Lavrada	70.550,00	68.250,00	2.300,00	Município de Pedra Lavrada CNPJ 08.740.466/0001-35
	Museu, Memória e Cidadania/ Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Implantação de um Museu Histórico	18.166,00	17.621,00	545,00	Município de Santana do Manhuaçu CNPJ 18.385.146/0001-68
634548	Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Implantação do Museu de Santana dos Montes	98.710,00	77.150,00	21.560,00	Associação dos Amigos de Santana dos Montes CNPJ 04.016.947/0001-41
	Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Execução do Projeto Museu Realidade Sertaneja	48.352,50	45.050,00	3.302,50	Município de Porto da Folha CNPJ 13.131.982/0001-00

635239	Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Implantação do Museu da Usina do Itaicy	100.000,00	80.000,00	20.000,00	Instituto do Itaicy CNPJ 07.558.456/0001-10
	Museu, Memória e Cidadania/Modernização de Museus e Fomento a Projetos na Área Museológica	Museu Homem do Curimatáu	98.875,90	98.875,00	0,00	Universidade Federal de Campina Grande CNPJ 05.055.128/0001-76
			1.517.854,66	1.365.868,20	151.985,56	

→ Ação 8207 – Capacitação de Profissionais de Museus

- DADOS GERAIS

Tipo: Orçamentária

Finalidade

Promover e incentivar a capacitação e qualificação de profissionais do setor museológico e de instituições de memória.

Descrição

Apoio a ações de capacitação dos profissionais de museus, em nível de graduação, pós-graduação, além de cursos técnicos e de extensão e oficinas nas diversas áreas de atuação dos museus; criação de pólos de capacitação e de equipes volantes, com condições de atuação nacional; desenvolvimento de programas de estágios em museus brasileiros e estrangeiros com reconhecida e comprovada capacidade e disponibilidade de atuação na área da formação profissional; e ações de intercâmbio na área museológica aos profissionais de museus, inclusive por meio da concessão de bolsas de estudo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DEMU/DF

Unidades executoras: Museus e DEMU/DF

Coordenador nacional da ação: Fernando César de Azevedo Borges

- RESULTADOS

Produto: Profissional capacitado

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
12509	1.093.173	10138	1.075.535

SIGPLAN/19.03.2009

Essa ação congrega o Programa de Formação e Capacitação em Museologia, colocado em prática com a parceria de secretarias de cultura de todos os estados e universidades. Esse programa teve início no ano de 2003 e tem a finalidade de oferecer cursos nas diversas áreas de atuação do campo museológico e apoiar a realização de seminários e eventos que debatam temas de interesse do setor. Desde a sua implementação, esse programa já capacitou acima de 24 mil profissionais de todo o país. Em 2008, o número total de capacitados chegou na casa dos 6500 profissionais, conforme demonstram os gráficos e tabelas abaixo.

TABELA 33

Programa de Formação e Capacitação em Museologia – histórico

Programa de Formação e Capacitação em Museologia				
Ano	UF	Cursos	Fóruns e Seminários	Participantes
2003	2	16	0	562
2004	8	27	5	1468
2005	20	68	17	4677
2006	19	79	11	4578
2007	23	82	6	6603
2008	27	121	2	6318
Totais		393	41	24206

Fonte: DEMU/IPHAN/09

FIGURA 04

Capacitação em Museologia - 2003 a 2008

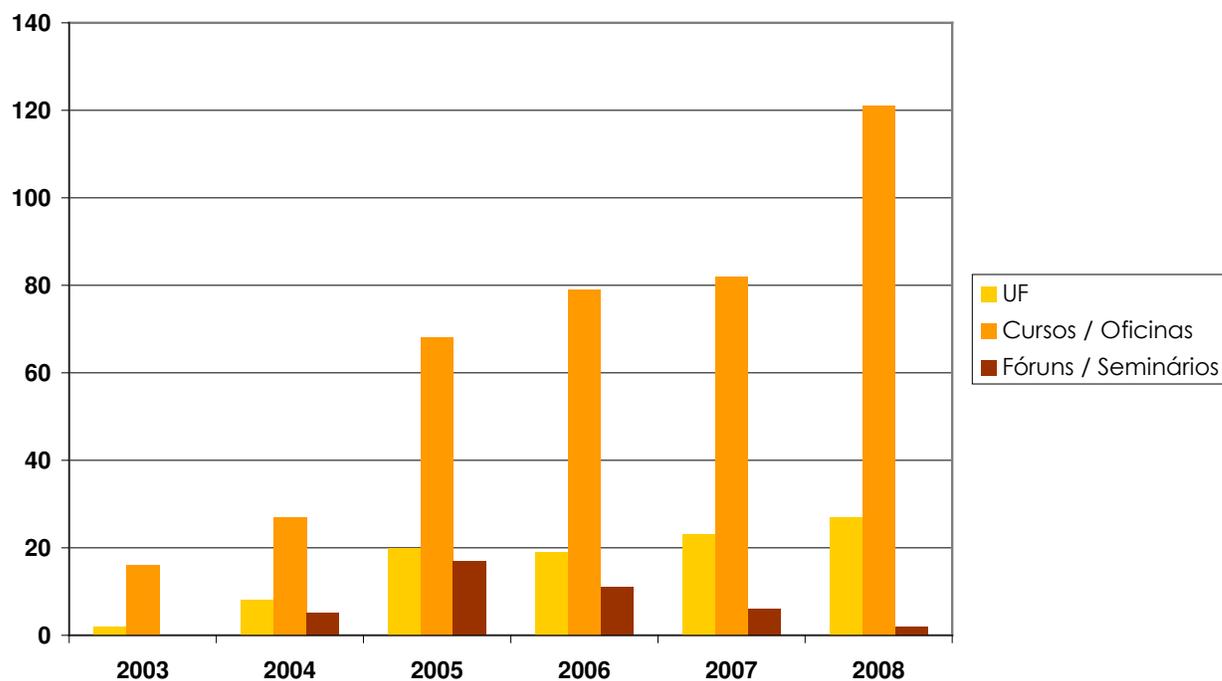
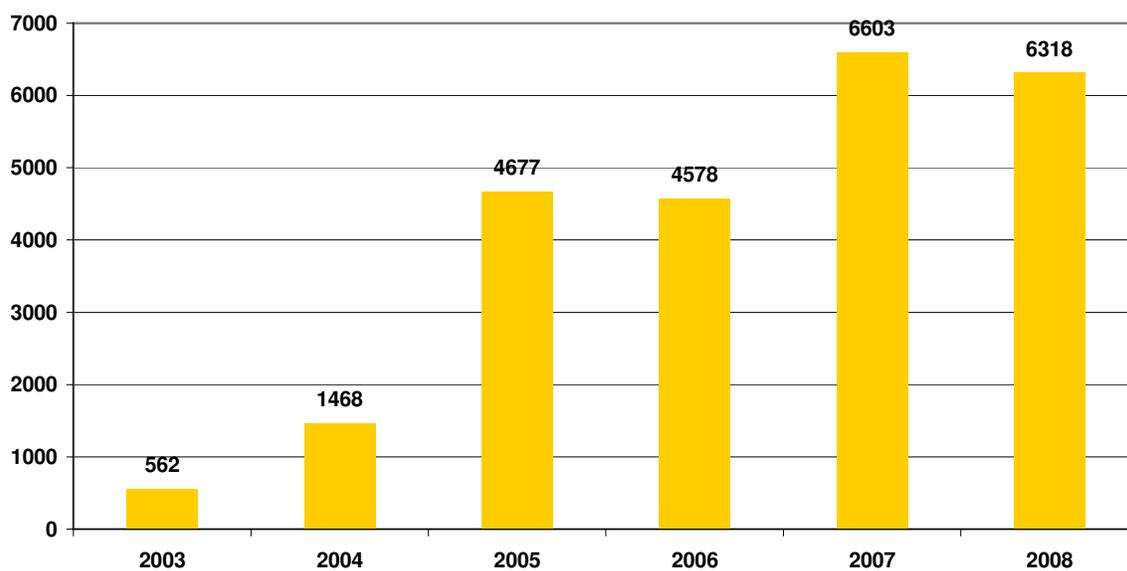


FIGURA 05

Participação anual em Capacitação de Museus



Faz-se necessário salientar que as oficinas de capacitação promovidas pelo Programa são avaliadas pelos participantes, com o objetivo de melhorar a condução dos cursos e, caso necessário, redefini-los. A avaliação leva em consideração os seguintes aspectos:

- 1) Desempenho do professor: a) domínio dos conteúdos abordados: conceitual e prático; b) condução dos trabalhos; c) estímulo aos participantes, d) incentivo à interação entre os participantes; e) metodologia utilizada em relação aos conteúdos abordados; f) clareza na apresentação dos conteúdos; g) clareza na resposta aos questionamentos; e h) relação dos conteúdos apresentados à realidade dos alunos.
- 2) Avaliação do curso: a) atingimento dos objetivos; b) fornecimento de novas alternativas para a realização do trabalho do participante; c) aplicabilidade dos conteúdos ao trabalho do participante; d) promoção de troca de experiência entre os participantes; e) carga horária adequada; f) bibliografia e material didático utilizados; e g) adequação das instalações físicas.
- 3) Desempenho do próprio participante: a) motivação para participar do curso; b) participação nas atividades desenvolvidas; c) contribuição com seu próprio conhecimento ou experiência nas atividades desenvolvidas no curso; e d) condições de aplicar, no seu trabalho, os conhecimentos adquiridos no curso.

O Programa de Formação e Capacitação em Museologia também tem a finalidade de promover, em parceria com secretarias e fundações de cultura, a realização de fóruns de museus em todas as regiões do país, com a finalidade de discutir o andamento e as diretrizes para as políticas públicas para o campo museológico em nível estadual e nacional, o que fornece os subsídios para a condução da Política Nacional de Museus e, conseqüentemente, do Programa Museu, Memória e Cidadania.

A participação social, conseguida por esses fóruns de discussão, é fundamental para o delineamento das diretrizes e definição de ações que serão realizadas dentro da Política Nacional de Museus e do Programa Museu, Memória e Cidadania. Isso contribui para que a demanda do setor museológico seja atendida dentro das possibilidades do Programa e para que os resultados sejam alcançados.

TABELA 34

Diárias e Passagens, emitidas em 2008, na ação Capacitação de Profissionais de Museus – Museu Memória e Cidadania

NATUREZA DE DESPESA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHOS EMITIDOS
339014 DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	55.368,69	55.368,69
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	430.502,50	430.502,50

Siafi/2009

TABELA 35

Convênios executados em 2008, na ação 8207
– Capacitação de Profissionais de Museus

Código Siafi/Siasg	Programa/ Ação	Objeto da Avença	Valor total pactuado	Valor total recebido /transferido no exercício	Contra- partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)
634542	Museu, Memória e Cidadania/ Capacitação de Profissionais de Museus e Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos	Seminário Cidadania, Memória e Patrimônio: os museus no contexto atual	24.093,50	19.270,70	4.822,80	Fundação Educacional de Divinópolis - FUNEDI CNPJ 20.150.439/0001-08
634036	Museu, Memória e Cidadania/ Capacitação de Profissionais de Museus e Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos	Simpósio Patrimônio, Memória e Sociedade - Tendências e Desafios	24.972,00	19.972,00	5.000,00	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS CNPJ 29.978236/0001-89
	Museu, Memória e Cidadania/ Capacitação de Profissionais de Museus	Realização do 3º Fórum Nacional de Museus	252.590,00	252.590,00	0,00	Universidade Federal de Santa Catarina CNPJ 83.899.526/0001-82
	Museu, Memória e Cidadania/ Capacitação de Profissionais de Museus e Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos	Memória, Patrimônio e Novas Tecnologias: narrativas a favor da dignidade social	19.963,30	19.963,30	0,00	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO CNPJ 34.023.077/0001-07
	Museu, Memória e Cidadania/ Capacitação de Profissionais de Museus e Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos	Seminário Cultura Popular: patrimônio e políticas públicas	4.987,00	4.987,00	0,00	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN CNPJ 24.365.710/0001-83

Museu, Memória e Cidadania/ Capacitação de Profissionais de Museus e Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos	Seminários, Museus, Patrimônio, Memória e Sociedade	19.944,52	19.944,52	0,00	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS CNPJ 92.969.856/0001-98
		346.550,32	336.727,52	9.822,80	

Considerações Gerais

Todas essas ações permitiram a criação de um espaço de interlocução e articulação da política museológica dentro do Ministério da Cultura e o fortalecimento de uma rede do setor museológico em todo o país. Esse aspecto foi fundamental para a consolidação do Sistema Brasileiro de Museus - SBM, instituído pelo Decreto nº 5264, de 05/11/2004, que tem a finalidade de constituir uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a valorização, a promoção e a gestão do patrimônio cultural, de modo a transformá-lo num dispositivo estratégico de desenvolvimento e inclusão social, tornando-o cada vez mais representativo da diversidade cultural brasileira.

O SBM, cuja base de financiamento é o Programa Museu, Memória e Cidadania, se sustenta num modelo de gestão, balizado em três pilares, que potencializam a ação desse arranjo institucional, desenhado da seguinte forma:

1- Instrumentos Institucionais: referem-se à organização institucional do setor museológico, compreendendo o Programa de Governo para o setor e os mecanismos indispensáveis para a execução da Política Nacional de Museus, como a criação do Cadastro Nacional de Museus.

2- Instrumentos de Democratização: referem-se à formação de rede de colaboradores nacionais e internacionais, de modo a incentivar o acesso democrático aos bens culturais, disseminação de conhecimento, distribuição democrática dos recursos públicos e discussão das diretrizes das políticas públicas para o setor museológico.

3- Instrumentos de Fomento – referem-se aos mecanismos desenvolvidos de modo a garantir os investimentos necessários para a revitalização dos museus, como os editais públicos de apoio a entidades museológicas.

O SBM disponibiliza instrumentos institucionais, de fomento e de democratização para a gestão da Política Nacional de Museus e consecução dos seus objetivos. Esse modelo provê organicidade à gestão e demonstra que determinadas ações enquadram-se em mais de um instrumento. Exemplo são os editais de apoio a museus, acima descritos, que são, ao mesmo tempo, instrumentos de fomento e democratização, eis que colocam em pé de igualdade todos os interessados aos recursos públicos.

Com esse modelo de gestão, a Política Nacional de Museus, por meio do SBM, pretende valorizar o patrimônio cultural brasileiro, por meio da revitalização e criação de instituições museológicas a partir da obtenção dos seguintes resultados: Incremento de recursos para investimento na área museológica em todo o país; estabelecimento de parcerias para captação de recursos financeiros, recursos humanos e novas tecnologias para aperfeiçoamento do setor; Profissionalização do setor museológico em todo o Brasil; Visibilidade e valorização do tema "museus" pela sociedade.

O SBM dispõe de um Comitê Gestor, composto por entidades governamentais e da sociedade civil ligada ao setor museológico, configurando-se um instrumento de democratização e suprimindo uma das demandas presentes na gestão anterior, ou seja, o estabelecimento de mecanismos de comunicação legítimos e próprios para as demandas do campo museológico brasileiro.

2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1 - OS INDICADORES DO BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

O Programa Brasil Patrimônio Cultural, gerenciado pelo Iphan, possui dois indicadores: Índice de Preservação do Patrimônio Material e Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

2.4.1.1 – Índice de Preservação do Patrimônio Material [IPPM]

Em 2006, o grupo de trabalho composto por técnicos do Iphan e analistas do MINC considerou que se forem realizados, anualmente, 52 inventários do patrimônio material, 52 acautelamentos, 300 projetos de preservação, 9.100 inspeções de fiscalização e 350 projetos de fomento, o patrimônio cultural material brasileiro estará sendo razoavelmente preservado. O IPPM avalia a diferença percentual entre o que foi executado no ano e os valores acordados no grupo de trabalho.

Segue o valor do indicador atingido pelo Iphan em 2007, com base nos resultados de cada ação.

Nome do indicador: IPPM

Unidade de medida: Percentagem

Fonte: Iphan/MINC

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo: Soma das relações percentuais entre os principais produtos obtidos por ano e a demanda desses produtos, dividida pelo número de tipos de produtos.

$$\text{IPPM} = \{[(\text{ident} / 52) + (\text{acaut} / 52) + (\text{conserv} / 300) + (\text{fisc} / 9.100) + (\text{fom} / 350)] \times 100\} / 5$$

Em 2007, o Iphan realizou 57 inventários, 22 acautelamentos, 150 projetos de preservação, 8.215 inspeções técnicas¹⁴ e 175 projetos de fomento. Aplicando estes valores à fórmula do indicador, encontramos:

$$\text{IPPM}_{2007} = (((57/52) + (22/52) + (150/300) + (8.215/9.100) + (175/350)) * 100) / 5$$

$$\text{IPPM}_{2007} = (((1,10) + (0,42) + (0,5) + (0,9) + (0,5)) * 100) / 5$$

$$\text{IPPM}_{2007} = ((3,42) * 100) / 5$$

$$\text{IPPM}_{2007} = (342) / 5$$

$$\text{IPPM}_{2007} = 68,4\%$$

Já em 2008, o Iphan realizou 38 identificações, 20 acautelamentos, 196 projetos de conservação, 6590 fiscalizações e 132 projetos de fomento. Voltando a aplicar os valores acima obtidos à fórmula do indicador, encontramos:

¹⁴ A coordenadora da ação preencheu, por engano, no SIGPLAN a realização de 2.465 inspeções técnicas. O valor apresentado neste relatório de gestão é o correto, levantado junto às superintendências regionais.

$$\begin{aligned} \text{IPPM}_{2008} &= \{[(\text{ident}/ 52)+(\text{acaut}/ 52)+(\text{conserv}/ 300)+(\text{fisc}/ 9.100)+(\text{fom}/ 350)] \times 100\} / 5 \\ \text{IPPM}_{2008} &= (((38/52)+(20/52)+(196/300)+(7.552^{**}/9.100)+(132/350))*100) / 5 \\ \text{IPPM}_{2008} &= (((0,73)+(0,38)+(0,64)+(0,83)+(0,38))*100) / 5 \\ \text{IPPM}_{2008} &= ((2,96)*100) / 5 \\ \text{IPPM}_{2008} &= (296) / 5 \\ \text{IPPM}_{2008} &= 59,2\% \end{aligned}$$

Houve pouca variação no indicador de 2006 (IPPM= 70,7%) para 2007 (IPPM= 68,4%), porém o mesmo não ocorreu em 2008, que sofreu uma retração de 9,2%. O valor do IPPM indica que a quantidade de produtos produzidos pelo Iphan em 2008 encontra-se cerca de 40,8% abaixo daquilo que seria necessário para que o patrimônio cultural material brasileiro fosse razoavelmente preservado.

Será necessário estudar mais profundamente os motivos que levaram a redução no valor do IPPM. Uma possibilidade a ser levada em conta é a elevação no valor dos projetos e consequente redução no número total dos mesmos, o que refletiria em um número inferior de identificações, acautelamentos, etc. Outro ponto que pode ter influenciado foi o grande número de licitações que ocorreram no final do ano de 2008 e que só apresentará resultados em 2009. Também não obtivemos os valores, especialmente no que tange às fiscalizações, da 7ª SR – BA, que não respondeu o questionário (que gera informações para o atual relatório) enviado em outubro de 2008 e com data de entrega para início de janeiro de 2009. A resposta foi recorrentemente solicitada ao longo dos meses de janeiro, fevereiro e início de março. De qualquer forma, como já foi afirmado acima, a redução apresentada terá que ser compreendida no ano corrente.

Destaca-se que a partir da mensuração do IPPM há três anos inicia-se o processo de construção de uma série histórica que é fundamental para a análise do desenvolvimento do Iphan no decorrer do tempo e também oferecendo legitimidade para o Índice ora em utilização.

2.4.1.2 - Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial

Nesse indicador são contados os bens culturais de natureza imaterial registrados pelo Iphan durante o ano. Embora ele represente o volume de trabalho do Iphan nessa área, tem a fraqueza de não dar noção sobre o quanto esse volume de trabalho se aproxima do que seria ideal para a preservação cultural imaterial brasileira, essencial para um indicador de resultados.

Segue o valor do indicador atingido pelo Iphan em 2006.

Nome do Indicador: Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial

Unidade de medida: Unidade

Fonte: Iphan/MINC

** O número de fiscalizações foi maior do que o apresentado, porém como a 7ª SR – BA, não devolveu o relatório solicitado ainda em outubro de 2008 com as informações necessárias para o preenchimento do Relatório de Gestão, as ações de fiscalização realizadas por tal Superintendência não foram acrescidas no número aqui apresentado.

Base Geográfica: Nacional

Formula de Cálculo: Somatório do número de bens culturais de natureza imaterial registrados pelo Iphan.

Realizado em 2007

Três bens registrados: [1] Frevo, [2] Tambor de Crioula do Maranhão, [3] Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba enredo.

Realizado em 2008:

Três bens registrados: [1] o Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira, [2] Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre e [3] O modo de fazer Renda Irlandesa produzida em Divina Pastora (SE).

É também importante ressaltar que o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), preocupado com a formatação de um índice mais preciso quanto ao trabalho realizado por este departamento, montou uma comissão, com o apoio de uma assessoria, para discutir e elaborar um novo indicador operacional que reflita de forma mais clara o volume de trabalho que se encontra implicado no processo de Registro de um bem de natureza imaterial.

2.4.1.3. AVALIAÇÃO

No processo de elaboração de indicadores de um programa ou de determinado grupo de ações, espera-se que tais indicadores apresentem o impacto social das ações implementadas. Os indicadores do principal programa do Iphan revelam a produção anual do Instituto, mas não revelam informações sobre o impacto do programa sobre a comunidade [como aprimoramento da cidadania e crescimento de renda da população]. São, na realidade, apenas medidas de eficácia ou, como classifica a literatura especializada, são indicadores de resultado: avaliam até que ponto as metas estão sendo alcançadas. Ainda assim, a implantação desses indicadores representou importante avanço para o Iphan, forçando-o à difícil tarefa de tentar quantificar os resultados da sua atuação.

Infelizmente, por falta de um sistema de monitoramento adequado, o estado de conservação do patrimônio não pode, atualmente, ser avaliado em bases anuais acuradas. A avaliação de eficácia do programa exige a criação de um sistema de monitoramento informatizado. Para tanto, estabeleceu-se como prioridade a informatização das atividades que compõem o núcleo operacional do Instituto: atividades de inventário e fiscalização.

A avaliação de efetividade, por outro lado, é muito mais difícil no segmento cultural. Há falta de estatísticas regularmente produzidas sobre o tema patrimônio cultural. Recentemente, o Ministério da Cultura estabeleceu convênio com o IBGE para o levantamento de dados sobre a economia da cultura e sobre

a disponibilidade de equipamentos culturais e estruturas de gestão nos municípios brasileiros. Contudo, esses dados precisam ter uma periodicidade anual ou bianual para que tenham aplicabilidade na gestão das atividades do Instituto. Por enquanto, não há garantias quanto à periodicidade das pesquisas.

Por outro lado, o departamento de planejamento e administração tem dedicado esforços para encontrar dados secundários, coletados sistematicamente por outros atores sociais, que possam auxiliar a avaliação da política de patrimônio. Dados como a “taxa de ocupação” de áreas urbanas, disponíveis em todas as prefeituras, podem indicar o impacto da política sobre a revitalização de centros históricos, por exemplo. Medidas de “citações na mídia” do patrimônio cultural [medida que muitas organizações realizam], podem dar indicação sobre a valorização do patrimônio por parte da população brasileira. Dados da RAES sobre atividade econômica nas cidades pode avaliar o impacto das políticas de patrimônio sobre o aumento da atividade turística ou artesanal. Até o momento, contudo, não foi possível levantar um conjunto de dados suficiente para criar indicadores relevantes para a preservação do patrimônio cultural, devido à situação acima descrita.

2.4.2 MEIA-VIDA ORÇAMENTÁRIA

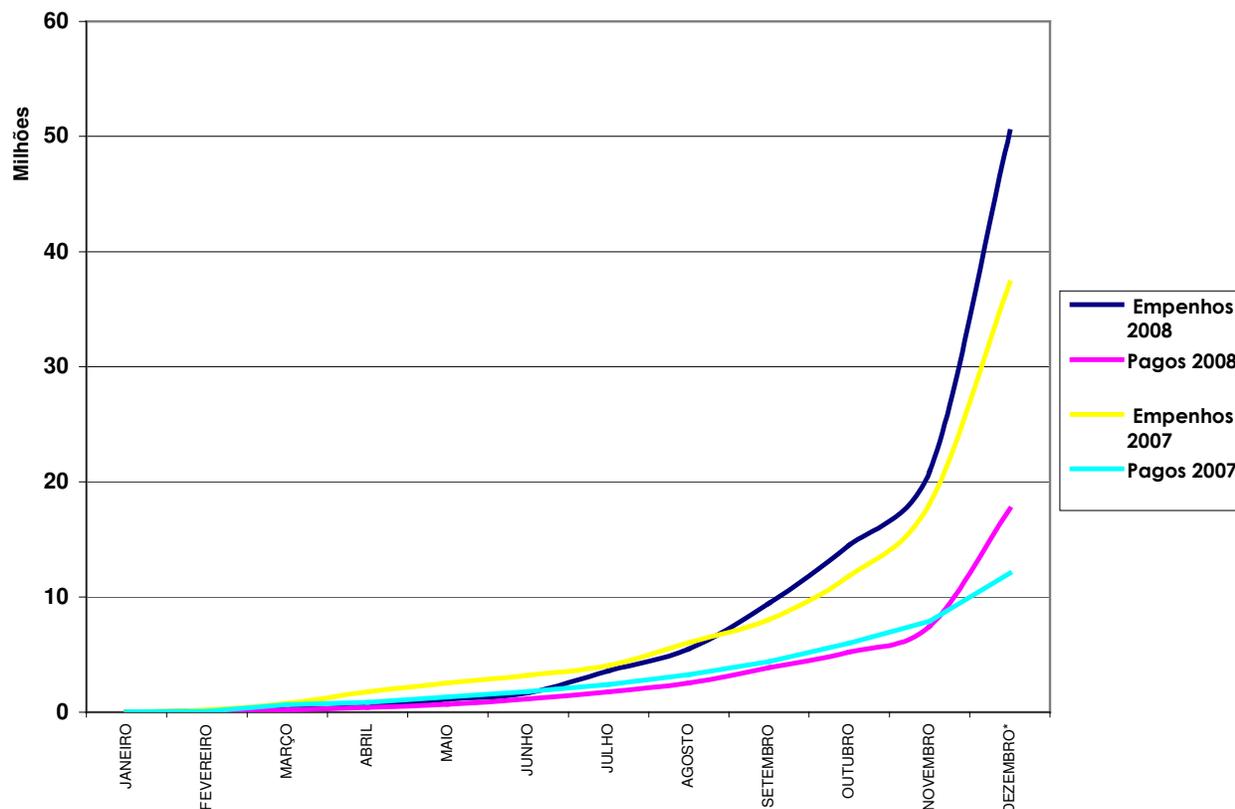
O ano de 2007 em que o Iphan poderia ter obtido um grande avanço no processo de execução, atingindo a meta de empenhar todos os créditos previstos no Orçamento da União até o mês de setembro. Por diversos motivos – entre eles uma greve de 70 dias – este objetivo não foi alcançado.

Já o ano de 2008 demonstrou uma elevação significativa no valor empenhado, infelizmente, por mais uma vez a aceleração nos empenhos só se deu a partir de setembro, apresentando um pico nos meses de novembro e dezembro.

Neste indicador, um conceito da Física é tomado por empréstimo – a meia-vida – definindo-o, aqui, como: o tempo em meses, a partir do início do ano, levado pelo órgão para empenhar metade dos créditos disponíveis em determinado programa. O indicador é medido pela Divisão de Planejamento e Projetos/CPOF/DPA com base em dados do SIAFI.

Trata-se de um indicador de eficácia do Programa, relacionada à distribuição regular do trabalho ao longo do ano. No caso de uma concentração muito grande da atividade de empenho nos últimos meses do ano, o valor da meia-vida tenderá a se aproximar de 12 meses. Nos casos onde a atividade de empenho for bem distribuída ao longo do ano, o valor da meia vida provavelmente se aproximará dos 6 meses. De qualquer forma, quanto menor for a meia-vida orçamentária do programa, mais rápida terá sido a execução orçamentária.

Figura 05
BPC – Ritmo de empenho 2007/2008 ¹⁵



O gráfico acima apresenta a evolução mensal da execução orçamentária e financeira dos dois principais programas finalísticos do Iphan para os anos de 2007 e 2008. Observando o mesmo, é fácil perceber a grande concentração da execução do programa Brasil Patrimônio Cultural nos últimos meses do ano. Chama a atenção também a separação progressiva entre os valores empenhados e os valores pagos, implicando na inscrição de uma parcela significativa desses créditos em restos a pagar.

A tabela 34 evidencia numericamente essa concentração. Analisando-se os percentuais do total empenhados mês a mês, fica evidente a aceleração nos últimos meses do ano, com 80% dos créditos sendo empenhados de outubro a dezembro, neste programa.

A meia-vida orçamentária do programa Brasil Patrimônio Cultural, em 2008, foi de aproximadamente 11,2 meses, ou seja, 11 meses e 5 dias para alcançar a metade do valor orçamentário empenhado. Os 11,2 meses

¹⁵ Pagos 2008 em dezembro não pode ser coletado, por erros no sistema, foi deduzido o valor de 35% do empenho, média verificada em Outubro e Novembro do mesmo ano.

representam 93% do ano para que o Iphan executasse metade do orçamento empenhado no programa Brasil Patrimônio Cultural, no ano. É praticamente o mesmo valor encontrado no ano de 2007.

Para o ano de 2009 buscou-se conscientizar os dirigentes do Instituto para a necessidade de agilizar a execução das ações e evitando, dessa forma, um congestionamento de empenhos para os últimos meses do ano.

TABELA 34

Valores empenhados no Programa Brasil Patrimônio Cultural, em reais, mês a mês, em 2008.

MÊS	EMPENHADO NO MÊS	%
JANEIRO	37.549,39	0,07%
FEVEREIRO	73.510,12	0,15%
MARÇO	155.675,29	0,31%
ABRIL	238.468,53	0,47%
MAIO	621.717,96	1,23%
JUNHO	548.613,05	1,09%
JULHO	1.921.285,22	3,81%
AGOSTO	1.895.053,66	3,76%
SETEMBRO	3.944.935,60	7,82%
OUTUBRO	5.055.593,22	10,02%
NOVEMBRO	6.419.085,51	12,73%
DEZEMBRO	29.519.950,61	58,53%
TOTAL	50.431.438,16	100,00%

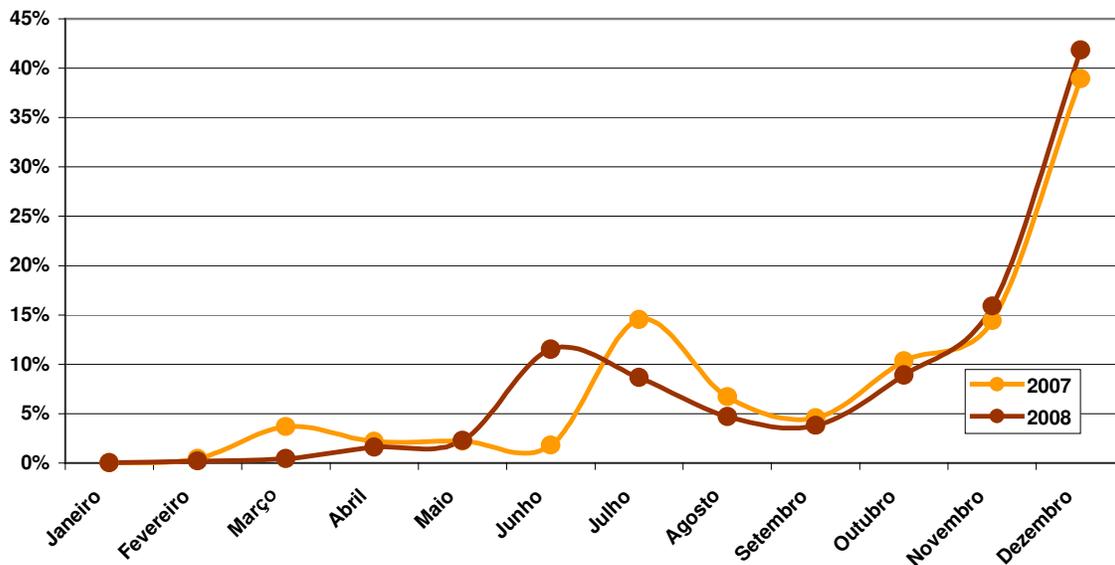
Fonte: SIAFI – em 13 de fevereiro de 2009

Na figura 06 e tabela 35 (abaixo), observa-se os mesmos problemas apontados anteriormente na análise do padrão de empenho do programa Brasil Patrimônio Cultural – concentração de empenhos nos últimos três meses do ano e afastamento progressivo entre as curvas de empenho e pagamento, implicando a inscrição de valores significativos em restos a pagar. Estes problemas, contudo, apresentam-se levemente atenuados no programa de museus: enquanto no Brasil Patrimônio Cultural, 81,28% dos créditos foram empenhados nos últimos três meses; no Museu Memória e Cidadania, esse percentual caiu para 66,66% - 14,62 pontos percentuais abaixo.

A meia-vida orçamentária do programa Museu, Memória e Cidadania em 2008 foi de 10,5 meses. Ou seja, foram necessários 10,5 meses [87,5% do ano] para que o Iphan executasse metade do orçamento que foi empenhado no programa Museu, Memória e Cidadania.

FIGURA 06

Recursos empenhados mensalmente do Programa Museu, Memória e Cidadania [exceto ação de Funcionamento de Museus], em milhões de reais em 2007 e 2008.



Fonte: Siasi Gerencial 2009

TABELA 35

Valores empenhados no Programa Museu, Memória e Cidadania [exceto ação de Funcionamento de Museus], em reais, mês a mês, em 2008.

MÊS	EMPENHADO NO MÊS	%
JANEIRO	5.946,43	0,03%
FEVEREIRO	40.337,66	0,20%
MARÇO	94.169,36	0,47%
ABRIL	320.127,50	1,60%
MAIO	462.653,34	2,31%
JUNHO	2.315.808,35	11,54%
JULHO	1.738.113,65	8,66%
AGOSTO	947.173,59	4,72%
SETEMBRO	765.625,26	3,82%
OUTUBRO	1.794.222,90	8,94%
NOVEMBRO	3.189.143,38	15,89%
DEZEMBRO	8.395.344,71	41,83%
TOTAL	20.068.666,13	100,00%

Fonte: SIAFI – em 13 de fevereiro de 2009

Quanto à execução financeira, o sistema não está oferecendo informações confiáveis em relação aos valores pagos em 2008, por isso a comparação entre os valores empenhados e pagos não foi realizada, porém sabe-se que o valor pago, em decorrência mesmo do momento em que os empenhos são realizados, são bem inferiores aos valores empenhados, o que significa a passagem de um valor significativo de Restos a Pagar para o ano seguinte, isto é, 2009.

2.4.3 QUANTIDADE DE PROJETOS DE PEQUENO PORTE

Definimos como “projetos de pequeno porte”, os projetos com valores orçamentários inferiores a 20 mil reais. A apuração do indicador “quantidade de projetos de pequeno porte”, realizada pela Divisão de Planejamento e Projetos, em Janeiro de 2009 nos programas finalísticos do Iphan, encontrou 251 projetos de pequeno porte aprovados no Sistema de Planejamento [SISPLAN] do Iphan. Esse valor é significativamente inferior ao encontrado no ano anterior (2007) que foi de 355 projetos. Esses dados podem ser observados na tabela XX.

Trata-se de um indicador de eficiência, embora tenha impacto importante sobre a eficácia e efetividade da política. A seguir, será discutido o impacto desse indicador sobre o desempenho da instituição.

TABELA 36

Número de planos internos, por faixa de valor, em 2007 e 2008

Quantitativo de planos internos, no programa BPC, em 2007/2008				
	2008	2007	2008	2007
até 5 mil	59	72	9%	10%
5 a 10 mil	98	116	14%	16%
10 a 20 mil	94	167	14%	23%
20 a 50 mil	200	172	30%	23%
50 a 100 mil	121	122	18%	17%
100 a 200 mil	50	58	7%	8%
200 a 300 mil	21	10	3%	1%
300 mil ou mais	33	16	5%	2%
TOTAL	676	733	100%	100%

A cada PA corresponde um projeto desenvolvido pelos departamentos, coordenações gerais e unidades descentralizadas do Instituto. Na figura 06, apresenta-se a distribuição desses planos de ação, segundo faixas de valor aprovado, isto é, de acordo com o orçamento previsto nos projetos.

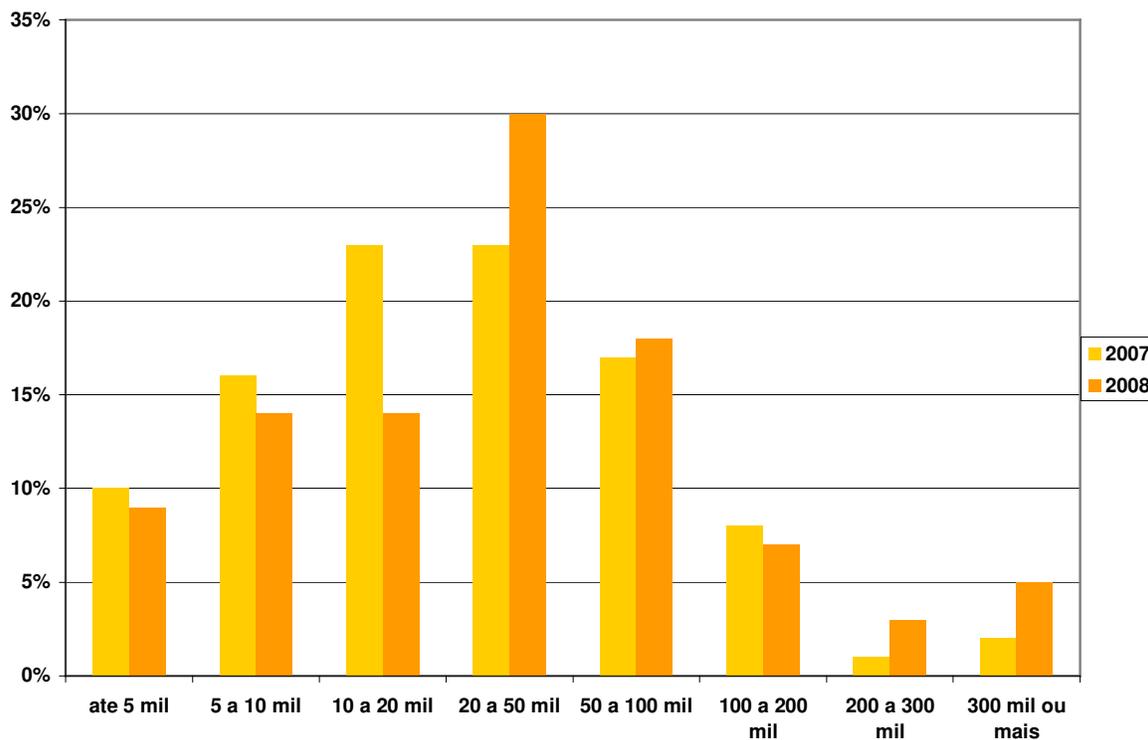
É fácil perceber uma grande quantidade de planos de ação de pequeno valor orçamentário: foram 59 planos de ação com valor de até 5 mil reais, 9% do total dos PIs solicitados e abertos em 2008; 98 PAs com valores entre 5 e 10 mil reais; 94 PAs com valores entre 10 e 20 mil reais. A maior concentração de

planos de ação encontra-se na faixa entre 20 e 50 mil reais, representando em 2008 o valor de 30% dos Planos de Ação. Nas faixas seguintes, observa-se uma rápida diminuição de quantidade de projetos, de modo que apenas 33 PAs se encaixam em com valores superiores a 300 mil reais.

Deve-se, de qualquer forma, ressaltar a elevação no número de Projetos com um volume de recursos mais vultosos. Tal fato decorre das reiteradas solicitações realizadas pelo Departamento de Administração e Planejamento para que os Planos de Ação apresentem valores mais altos e que se reduza o número de Planos de Ação com valores baixos.

A Figura 07 demonstra, para o ano 2008 comparativamente ao ano de 2007, o aumento percentual dos Planos de Ação com valores mais elevados.

FIGURA 07
Quantitativo de planos internos por faixa de valor em 2007 e 2008



Fonte: Siafi Gerencial 2009

2.4.3.1 IMPACTO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS SOBRE AS OPERAÇÕES DO IPHAN

O perfil de distribuição que apresenta um grande número de projetos de pequenos valores dificulta significativamente a execução orçamentária do Iphan. Três recursos são fundamentais para uma boa execução orçamentária em órgãos públicos:

- Atenção Gerencial
- Análise jurídica
- Tempo do pessoal administrativo da área de licitações

Normalmente esses recursos são escassos em toda a Administração Pública. Projetos com baixos valores orçamentários exigem praticamente a mesma quantidade desses três recursos exigidos por projetos de valores maiores. A existência de grande quantidade de projetos pequenos inevitavelmente transforma essas três atividades em gargalos do processo de execução orçamentária.

Cada PA pode dar origem a mais de um processo licitatório, dependendo da variedade de "objetos" a serem comprados ou contratados. Se a quantidade de processos licitatórios [ou de dispensa de licitação] for relativamente pequena, é viável para superintendentes e chefes de divisão manter um controle mais estreito sobre o andamento dos procedimentos burocráticos necessários às licitações [ou dispensas]. Inversamente, quanto maior for a quantidade de PAs, mais tempo o acompanhamento da execução precisará disputar com diversos outros assuntos que exigem atenção dos níveis gerenciais¹⁶.

De modo semelhante, os cerca de 250 projetos com valores inferiores a 20 mil reais exigem, em conjunto, uma grande quantidade de tempo dos técnicos, do pessoal da área de licitações e dos Procuradores Federais. Não é incomum, por exemplo, que as superintendências tenham uma única pessoa responsável pelas licitações da unidade. Cada dispensa de licitação¹⁷ envolve uma quantidade significativa de trabalho da área de licitações: tem-se que abrir processo, instruí-lo, procurar fornecedores para obter propostas, tirar certidões de SICAF, etc. Eles são pouco significativos em termos orçamentários, mas impedem que o pessoal de licitações dedique seu tempo à execução dos projetos maiores.

Os projetos com valores entre 10 e 20 mil reais [cerca de 94], em geral licitados na modalidade Convite, exigem passos adicionais importantes, como a elaboração de editais. Não é exagerado estimar em meio dia de trabalho, o tempo necessário para elaborar um edital. Se a unidade tem mais de 40

¹⁶ Esse acompanhamento envolve: saber se o PA foi aprovado; o motivo pelo qual ainda não foi enviado ao setor de planejamento ou de orçamento; se os créditos já foram descentralizados; se o processo já apresenta projeto básico, se já foi analisado pela área jurídica, se teve de ser adaptado, se o edital já foi publicado, entre outros procedimentos.

¹⁷ Há mais de 250 PAs com valores inferiores a 8 mil reais que envolverão, provavelmente, processos de dispensa de licitação devido ao baixo valor.

processos de licitação, como é comum nas unidades maiores, e um único funcionário responsável por licitar, é fácil perceber que serão necessários, num cálculo otimista, 20 dias úteis [cerca de um mês, em dias corridos] apenas para elaborar os editais da unidade, uma das muitas etapas de um processo de licitação.

Ainda, por outro ângulo, uma grande quantidade de projetos implica o consumo anti-econômico da capacidade de trabalho do órgão. Um Procurador Federal provavelmente custa para a União – incluindo salário, encargos e benefícios – mais de 20 mil reais mensais. Será econômico utilizar seu tempo para elaborar pareceres para licitação de projetos de 10 mil reais? De modo semelhante, um funcionário do Iphan provavelmente custa para o Governo Federal mais de 6 mil reais mensais [salário, encargos e benefícios]. É vantajoso utilizar o tempo de diversos funcionários – na abertura de processo, na elaboração de projeto básico, na elaboração de editais, na busca de propostas, na emissão de notas de empenho, entre outras tarefas – na execução dos trâmites burocráticos de projetos de menos de 5 mil reais?

Inversamente, como regra geral¹⁸, quanto maiores os projetos, mais rápida se torna a execução orçamentária. As unidades com melhor execução tendem a ser aquelas com projetos de maior porte (relativamente ao seu orçamento). Por exemplo, uma superintendência que detenha um orçamento de 500.000 reais em ações finalísticas e que conte com um projeto de 200 mil reais na sua carteira de projetos, numa única licitação executará 40% dos créditos disponíveis. É evidente que essa unidade terá muito mais facilidade de executar integralmente o seu orçamento, dispendo de mais tempo para se dedicar a outras atividades – fiscalização, ação política e melhoria da infra-estrutura da unidade.

2.4.3.2 IMPLICAÇÕES DA DISTRIBUIÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA

Qualquer atividade produtiva envolve um conjunto de recursos de input usados para transformar algo ou para ser transformado em *outputs* de bens e serviços. Por exemplo, os hospitais possuem inputs de médicos, enfermeiras e outros funcionários da área médica, administradores, funcionários de limpeza, equipamentos médicos, produtos farmacêuticos, banco de sangue e rouparia. Seu propósito é transformar pacientes doentes em pacientes saudáveis. Os *outputs* da operação são pacientes tratados, resultados de exames médicos, pesquisa médica e procedimentos médicos práticos (Slack, 1999, p.32).

Projetos são uma categoria específica de atividade produtiva, definida como “conjunto de atividades, que têm um ponto inicial e um estado final

¹⁸ Obviamente, sujeita a exceções.

definidos persegue uma meta definida e usa um conjunto definido de recursos" (Slack, 1999, p.381).

De acordo com o planejamento estratégico, o seguinte conjunto de resultados é esperado dos projetos do Iphan:

- Ampliação do acesso às políticas de preservação do patrimônio pela população
- Descentralização da gestão das políticas de preservação do patrimônio cultural
- Contribuir para o desenvolvimento econômico das comunidades por meio de iniciativas de preservação cultural
- Promoção das políticas de preservação intra e inter governamentais e sua articulação com as demais políticas públicas
- Fortalecimento institucional

Além desses resultados, as ações do Iphan precisam ser percebidas pela sociedade e por seus representantes eleitos (aqueles que financiam o trabalho do Instituto).

2.4.3.2.1 Projetos pequenos em geral são semi-improvisados - Apenas projetos maiores são capazes de absorver custos de planejamento.

Em geral, projetos que apresentam impactos socioeconômicos significativos são projetos intensamente debatidos socialmente e tecnicamente planejados. Projetos pequenos tendem a "pular" a fase de planejamento: normalmente são propostas surgidas de algumas poucas horas de concepção de um único técnico. Os projetos pequenos são "improvisados", porque o custo de debates e planejamento mais detalhado os tornaria antieconômicos. Planejar é trabalhoso, é inviável gastar dias de uma equipe para planejar projetos de baixo custo. Provavelmente, o custo da equipe de planejamento ultrapassaria o do projeto em si.

Imagine um projeto que vise à geração de impactos econômicos - por exemplo, por meio do fortalecimento do turismo. Uma iniciativa desse tipo precisa ser cuidadosamente planejada, fomentar o desenvolvimento local é tarefa complexa. De modo realista, sabemos que nem todas as localidades têm potencial e vocação para a indústria do turismo. Um *input* fundamental desse tipo de projeto seria a determinação das cidades ricas em patrimônio cultural com potencial turístico a ser explorado. Num segundo momento, uma análise detalhada dos entraves existentes para o desenvolvimento da atividade [como falta de infra-estrutura de transportes e falta de saneamento básico] teria de ser realizada. Esse planejamento provavelmente precisaria ser levado adiante por meio de parcerias com instituições com *know-how* em turismo e em desenvolvimento local. Em seguida, o projeto precisaria ser pensado de modo a evitar efeitos indesejáveis como a expulsão da população local [em geral de mais baixa renda] das áreas envolvidas e a transformação da localidade em

parque temático. Consultas à população e parcerias locais precisariam ser desenvolvidas. O resultado poderia ser um plano mais amplo, onde o Iphan entraria, por exemplo, com a restauração um determinado número de bens culturais da cidade.

2.4.3.2.2 Apenas projetos maiores têm massa crítica de investimento capaz de gerar impacto local perceptível

Após a determinação dos resultados que se pretende alcançar com a atuação do Iphan em determinada localidade, consegue-se avaliar o mínimo de recursos a ser investido para obter esses resultados. Cada atividade produtiva exige o investimento de uma quantidade mínima de recursos para que tenha chances de sucesso; em planejamento, essa quantidade costuma ser chamada de "massa crítica de investimentos". Para abrir um pequeno comércio, talvez a massa crítica gire em torno de uma centena de milhar de reais; para criar um posto de saúde, algumas centenas de milhares de reais; para uma fábrica de automóveis, alguns bilhões de reais; uma campanha eleitoral nacional, alguns milhões de reais; e assim por diante.

Atividades diferentes têm massas críticas de investimentos diferentes, mas todas têm um valor crítico, abaixo do qual as atividades certamente fracassarão – implicando a perda parcial ou total dos recursos envolvidos. Numa determinada localidade, garantir o acesso da população pobre a bens culturais, certamente, exigirá uma massa crítica de investimentos necessária: há um mínimo de recursos para divulgar os bens e implantar os novos programas [os custos de divulgação costumam ser subestimados), há os custos para preservar os bens e para torná-los acessíveis. No exemplo do item anterior [desenvolvimento da atividade turística], dificilmente seriam gerados impactos econômicos significativos por meio de um único pequeno projeto de restauração; é provável que uma quantidade maior de intervenções fosse necessária.

2.4.3.2.3 Projetos pequenos em geral não são adequadamente avaliados

O motivo pelo qual projetos pequenos tendem a não receber grandes doses de planejamento repete-se no fato de não receberem atenção suficiente para a avaliação de seus resultados. Como é trabalhoso planejar, é trabalhoso também avaliar resultados obtidos com o projeto. O que mudou nas comunidades onde foi aplicado determinado tipo de projeto do Iphan? Quais os índices de satisfação dos usuários e da população em geral? As pessoas freqüentam mais eventos culturais? O desempenho escolar das crianças melhorou? Novas atividades econômicas se desenvolveram? O que faltou, ou quais adversidades ocorreram, nos projetos em que os resultados não foram tão bons?

Torna-se anti-econômico, porém, avaliar uma grande quantidade de projetos de pequeno porte, porque o custo da avaliação ultrapassará o custo do projeto, em muitos casos. Isto tem duas implicações importantes:

- A falta de avaliação de resultados não permite que a instituição aprenda com a experiência: isso reduz a capacidade de a instituição produzir resultados.
- A falta de avaliação de resultados enfraquece politicamente a instituição. É importante lembrar que os “compradores” dos serviços dos órgãos públicos não são seus usuários, mas a sociedade como um todo e seus representantes eleitos. A legitimidade e o suporte às atividades da instituição são obtidos através da apresentação de resultados sociais.

2.4.3.2.4 Projetos pequenos conferem pouca visibilidade social e política ao Iphan

Os projetos de baixo orçamento, do modo como vêm sendo implantados, não implicam, geralmente, a dinamização econômica e social do local em que se inserem, conforme preconizam as Orientações Estratégicas de Governo, determinadas pela Casa Civil e presentes no Plano Plurianual.

Nos casos em que essa dinamização ocorre, a timidez dos resultados sociais e políticos tornam tais resultados intangíveis diante dos mecanismos de avaliação atualmente aplicados [se aplicados].

Projetos de orçamento mais vultoso podem englobar propostas de desenvolvimento local sustentável relacionadas à preservação do Patrimônio Cultural, com conseqüente redução da pobreza e promoção de melhor qualidade de vida das comunidades envolvidas. Não se pode esquecer que um dos objetivos estratégicos do Iphan, para o PPA 2008-2011, é *“contribuir para o desenvolvimento econômico das comunidades por meio de iniciativas de preservação cultural”*.

O efeito de tal processo, obviamente, será a maior visibilidade do órgão entre a população, como articuladora de seu desenvolvimento socioeconômico, ou seja, maior aproximação com a sociedade. Politicamente, o Iphan passará também a ter maior presença e, com isso, será contemplado por maiores orçamentos e com a estruturação do seu quadro técnico e gerencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se propõe aqui proibir a abertura de PAs de baixo valor. Há casos inevitáveis de projetos de pequeno porte. Argumenta-se, contudo, que isso deve se constituir como exceção e, não, como regra.

Além disso, como foi visto, a concentração em projetos pequenos implica atuação semi-improvisada, incapaz de gerar impactos significativos nas localidades onde são implementados e inadequadamente avaliada.

Vários gestores evitam apresentar projetos maiores por receio de que sejam recusados. A regra “projetos menores são mais fáceis de ser aprovados” é freqüentemente citada. Porém, se o Iphan pretende executar um orçamento continuamente maior, será preciso um pacto entre diretores e superintendentes quanto ao porte dos projetos que serão aceitos, de modo a acelerar sua aprovação.

Visando ao crescimento institucional, o Iphan deve buscar interromper sua execução orçamentária de modo pulverizado, como ocorre em pequenas organizações; precisa, por outro lado, de grandes projetos. O atendimento a necessidades específicas, voltadas para públicos mais restritos, poderá ser descentralizado, por intermédio do fomento a atividade de pequenas organizações, como já acontece com os Editais do Departamento do Patrimônio Imaterial, que apóiam projetos muito peculiares de pequenos grupos sociais.

2.4.5 RELAÇÃO ATIVIDADE MEIO/ATIVIDADE FIM

Na tabela 37, observam-se os valores empenhados de acordo com os programas a que estão vinculados. É fácil perceber que o peso das despesas administrativas (pagamento de salários, encargos, contratos de limpeza e vigilância, concessionárias de serviços públicos) tem sido elevado no orçamento do Instituto. Em 2008, para cada real investido em projetos finalísticos, o Iphan gastou R\$ 1,83 com a manutenção da máquina administrativa. Este indicador de eficiência foi calculado pela Divisão de Planejamento e Projeto/CPOF/DPA com base na fórmula:

$$\text{Atividade Meio/Atividade Fim} = \frac{\text{Somatório dos Valores empenhados no Programa de Apoio Administrativo}}{\text{Somatório dos valores empenhados nos Programas Finalísticos}}$$

Na tabela abaixo podem ser vistos os programas considerados finalísticos e os programas considerados administrativos. O resultado do indicador, portanto, melhorou desde 2006, quando para cada real investido em atividades finalísticas, tinha-se R\$ 2,11 gastos com a manutenção da máquina burocrática. Em outras palavras, as despesas administrativas consumiram 61% do orçamento do Iphan, menos do que em 2006 e 2007, quando o percentual foi respectivamente de 68% e 64% do orçamento.

TABELA 37

Orçamento do Iphan, empenhado, por programa, de 2002 a 2008, em R\$ mil.

PROGRAMA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil Patrimônio Cultural	3.306	17.903	19.862	20.521	28.694	37.279	50.431,44
Cultura e Tradições: Memória Viva	0	0	2.601	0	0	0	0
Gestão da Política de Cultura	184	144	279	1.006	1.023	972	1.967,56
Gestão da Participação em Organismos Internacionais	320	656	349	411	315	353	346,03
Valorização do Servidor Público	5.036	5.745	0	0	0	0	0
Outros programas*	270	740	11	353	39	6.032	23.074
Apoio Administrativo	47.530	48.708	56.151	58.125	90.005	100.814	112.505,00
Museu Memória e Cidadania	10.821	13.356	15.236	19.292	25.195	26.904	40.190,46
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	305	133	0	0	8194	1766	0,00
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	13.050	14.282	16.083	16.660	26.351	27.678	31.161,76
TOTAL	80.824	101.668	110.571	116.368	171.622	200.032	259.676

Outros Programas* (2008): Cultura afro-brasileira/ Defesa do Consumidor/ Monumenta/ Reabilitação de áreas urbanas centrais/ Cultura, Identidade e Cidadania/ Engenho das Artes/ Turismo no Brasil – Uma viagem para todos/Desenvolvimento Sustentável da Pesca/ Promoção de Políticas afirmativas para a igualdade racial/ PRONASCI

Na referida tabela pode-se visualizar ainda a proporção entre os gastos em cada categoria de despesa e sua comparação com a execução orçamentária total, ano a ano. Embora a situação tenha melhorado muito desde 2002 [ano em que se gastaram 81% do orçamento com despesas administrativas], o percentual ainda pode ser considerado elevado, dependendo de como se pretendam alcançar os objetivos organizacionais.

Sabe-se que a maior parte das despesas administrativas está relacionada ao pagamento de pessoal e aos encargos correspondentes. Em função disso, o percentual adequado de despesas administrativas depende do tipo de atuação que a organização pretenda ter.

A tabela 38 apresenta os percentuais de despesa com pessoal para alguns tipos de organização no serviço público para o ano de 2006. Os dados são apenas balizadores e formatam um perfil para as distintas organizações, por isso não foram atualizados para o ano de 2008. As agências de fomento, por

exemplo, tendem a ter esse tipo de despesa relativamente reduzidas¹⁹, por atuarem de forma descentralizada, especialmente por meio de convênios. Desse modo conseguem executar orçamentos elevados com um quadro de funcionários reduzido.

Por outro lado, órgãos focados na prestação de serviços profissionais e fiscalização, obviamente tendem a ter despesas de pessoal mais elevadas, uma vez que a atuação do profissional é o produto básico da instituição. Como a atuação do Instituto assume em vários momentos características de agência de fomento, por meio de editais e em outros, características de órgão fiscalizador executor de projetos, ou de instituição de ensino, consideramos o percentual de gasto adequado. No entanto, este é um tema a ser discutido nos próximos passos do Planejamento estratégico.

TABELA 38

Comparação entre tipos de unidades orçamentárias com valores empenhados em 2006 por grupo de natureza de despesa, em R\$ milhão

Tipologia	Unidade Orçamentária	Pessoal	Juros	Custeio	Capital	Inversões	Amortiz.	Total	% Gasto Pessoal
Indefinida	IPHAN	102,1	-	115,4	15,5	1,5	-	234,5	44%
Serviços Profissionais	AGU	1.347,3	-	193,4	56,7	-	-	1.597,4	84%
	CGU	335,3	-	58,7	11,7	-	-	405,7	83%
	Hospital Cristo Redentor	91,3	-	5,9	3,4	-	-	100,6	91%
Fiscalização Nacional	SRF	3.043,7	3,6	1.782,9	39,3	1,0	9,3	4.879,8	62%
	IBAMA	574,8	-	149,6	10,8	10,9	-	746,1	77%
Agência de Fomento	CNPq	86,1	-	697,9	12,3	-	-	796,3	11%
	EMBRATUR	27,4	-	100,1	0,8	-	-	128,3	21%
Agência Reguladora	ANP	48,8	-	169,1	18,7	-	-	236,6	21%
	ANEEL	64,7	-	90,7	5,0	-	-	160,4	40%
	ANATEL	172,7	-	154,8	37,7	8,0	-	373,2	46%
	ANCINE	17,3	-	32,5	1,0	-	-	50,8	34%
Agência Executiva	INMETRO	106,4	-	253,2	30,3	-	-	389,9	27%
Pesquisa	FIOCRUZ	447,7	-	303,4	41,4	-	-	792,5	56%
	EMBRAPA	829,5	1,2	220,2	66,7	-	-	1.117,6	74%
Ensino	ENAP	10,6	-	11,8	0,7	-	-	23,1	46%

Fonte: Adaptado da Proposta de Lei Orçamentária 2006

¹⁹ Isso ocorre apesar de seus profissionais receberem melhores salários, em comparação aos praticados no Iphan atualmente.

2.4.5.1 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO PROGRAMA BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

A tabela 39, abaixo, apresenta a distribuição dos recursos do Programa Brasil Patrimônio Cultural por Estado e região brasileira.

TABELA 39

Distribuição dos recursos empenhados no Programa Brasil Patrimônio Cultural em 2008

AC		18.485,32
AL		2.852.414,26
AM		426.294,64
AP		484.322,65
BA		2.546.318,22
CE		312.548,12
DF		10.703.961,43
Subdivisões	15º SR	3.512.178,15
	Sede	7.191.783,28
ES		124.269,75
GO		2.166.237,08
MA		1.149.660,98
MG		3.074.197,02
MS		667.947,31
MT		402.494,53
PA		2.273.317,79
PB		1.411.413,31
PE		2.502.844,38
PI		943.758,68
PR		2.101.276,16
RJ		7.237.877,45
Subdivisões	6º SR	3.019.355,31
	CNCP	1.133.308,58
	MR	72.000,00
	Paço	331.309,58
	PGC	276.200,12
	Sede	1.995.714,99
	SRBM	113.236,08
	Destaque	296.752,79
RN		317.986,35
RO		537.732,74
RR		123.437,20
RS		2.564.842,28
SC		2.773.861,96
SE		881.736,41
SP		1.066.900,01

TO	765.302,13
TOTAL	50.431.438,16

A tabela 40 apresenta a distribuição regional. É importante destacar que o valor encontrado para a Região Centro-Oeste está acrescido do empenho efetuado pela Sede, localizada em Brasília. Se for excluído o valor da Sede, aproximadamente 7,2 milhões, o empenho no Centro-Oeste será de 7,5 milhões, o que representará cerca de 15% do valor total. A região Norte é a que apresenta o menor valor percentual empenhado, apenas 8%, apesar das muitas atividades que a região requer, em especial no campo arqueológico.

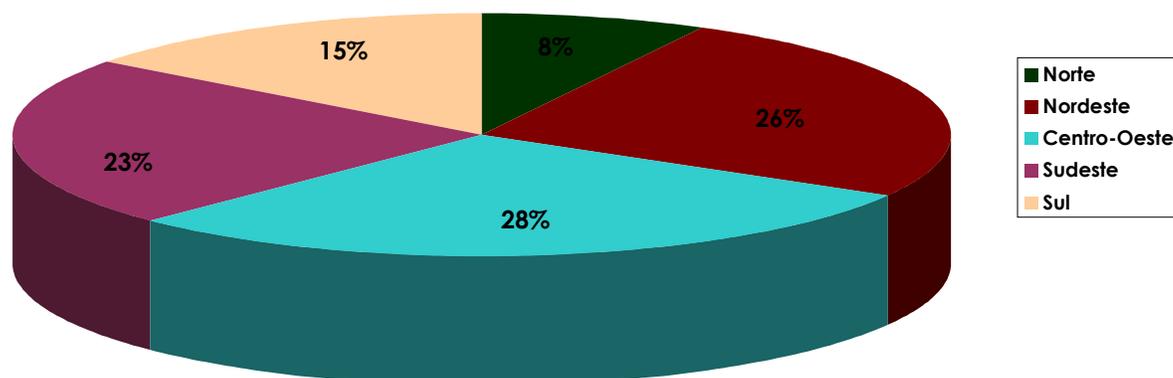
As regiões que apresentam empenhos mais robustos, em valores absolutos e percentuais, são o Nordeste e o Sudeste, 26% e 23% respectivamente, reverberando uma demanda significativa para a conservação do patrimônio local, lembrando-se que são as regiões primeiramente habitadas no Brasil.

TABELA 40

Distribuição regional dos recursos empenhados pelo Iphan em 2008

Regiões	Empenhado	%
Norte	3.863.590,34	8
Nordeste	12.918.680,71	26
Centro-Oeste	14.705.942,48	29
Sudeste	11.503.244,23	23
Sul	7.439.980,40	15
Total	50.431.438,16	100

FIGURA 08
Distribuição Regional dos Recursos pelo Iphan em 2008



2.4.5.2. ATIVIDADES DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UNIDADE DESCENTRALIZADA

A tabela 41 (abaixo) apresenta o percentual do orçamento finalístico previsto no início do ano para cada unidade, descentralizada, empenhado até 31 de dezembro de 2008. Ela demonstra claramente que em 2008, o montante de recursos obtidos por cada unidade foi determinado muito mais pela capacidade de execução da própria unidade, ao longo do ano, do que pelo rateio inicial de recursos.

De um lado, podem ser visualizadas as unidades que foram capazes de executar orçamentos muito acima do previsto²⁰. A unidade do Distrito Federal

²⁰ Isto é possível por três razões: Primeiro, porque o Iphan ao longo do ano recebe créditos adicionais; segundo, porque projetos de grande porte previstos para serem executados de forma concentrada pela sede nacional [diretorias], em alguns casos são cancelados, sendo seus créditos redistribuídos; em terceiro lugar, porque os créditos das unidades descentralizadas que mostram dificuldades em licitar seus projetos são repassados às unidades com maior capacidade de execução.

é um exemplo disso: executou praticamente o quádruplo do previsto. Por esse critério, merecem menção especial também as superintendências do Pará e de Goiás, que conseguiram executar além do total destinado, mais 25%. De outro lado, vemos unidades que não conseguiram executar integralmente as previsões orçamentárias do começo do ano, de modo que “brigar por orçamento” foi de pouca valia.

As unidades com melhor execução orçamentária receberam créditos tanto das reservas dos Departamentos e Coordenações Gerais, quanto das unidades que não conseguiram executar integralmente os seus orçamentos.

TABELA 41

Execução Orçamentária das unidades descentralizadas, com base nos planos de ação aprovados em 2008 – programas finalísticos [exceto Museu, Memória e Cidadania].

UG Executora	Dot. Descentralizada Líquida	Despesas Empenhadas	%
343001 IPHAN 1A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - MANAUS	617.597,20	512.674,76	83%
343002 IPHAN 2A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - BELEM	1.927.335,12	2.477.559,16	129%
343003 IPHAN 3A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - SAO LUIZ	1.185.732,63	1.118.196,14	94%
343004 IPHAN 4A. SUPERINTEND. REGIONAL - FORTALEZA	352.970,80	291.149,31	82%
343005 IPHAN 5A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL - RECIFE	2.408.980,04	2.334.239,89	97%
343006 IPHAN 6A. SUPERINTEND REGIONAL - R.DE JANEIRO	2.963.717,36	3.003.400,81	101%
343007 IPHAN 7A. SUPERINTEND. REGIONAL - SALVADOR	2.674.470,00	2.382.487,71	89%
343008 IPHAN 8A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL - ARACAJU	1.876.977,26	856.427,58	46%
343009 IPHAN 9A. SUPERINTEND. REGIONAL - SAO PAULO	1.355.724,52	1.048.289,87	77%
343010 IPHAN 10A. SUPERINTEND. REGIONAL - CURITIBA	1.796.406,00	2.081.691,35	116%
343011 IPHAN 11A. SUPERINTEND REGIONAL-FLORIANOPOLIS	2.496.889,00	2.558.547,52	102%
343012 IPHAN 12A. SUPERINTEND REGIONAL-PORTO ALEGRE	1.833.102,24	1.611.399,11	88%
343013 IPHAN 13A. SUPERINTEND. REGIONAL B.HORIZONTE	3.228.459,97	2.879.329,57	89%
343014 IPHAN 14A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL-GOIANIA	2.605.881,19	3.253.134,77	125%
343029 15º SUPERINTENDENCIA REGIONAL	908.520,00	3.491.460,30	384%
343037 16A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/RO	489.874,10	514.757,77	105%
343035 17A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/AL	1.327.640,00	1.345.006,96	101%
343034 18A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/MS	752.640,00	640.508,95	85%
343036 19A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/PI	1.074.550,00	922.425,03	86%
343032 20A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/PB	1.936.940,00	1.708.654,64	88%
343033 21A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/ES	766.900,00	119.834,45	16%

Fonte: SIAFI/2009

CONSIDERAÇÕES GERAIS

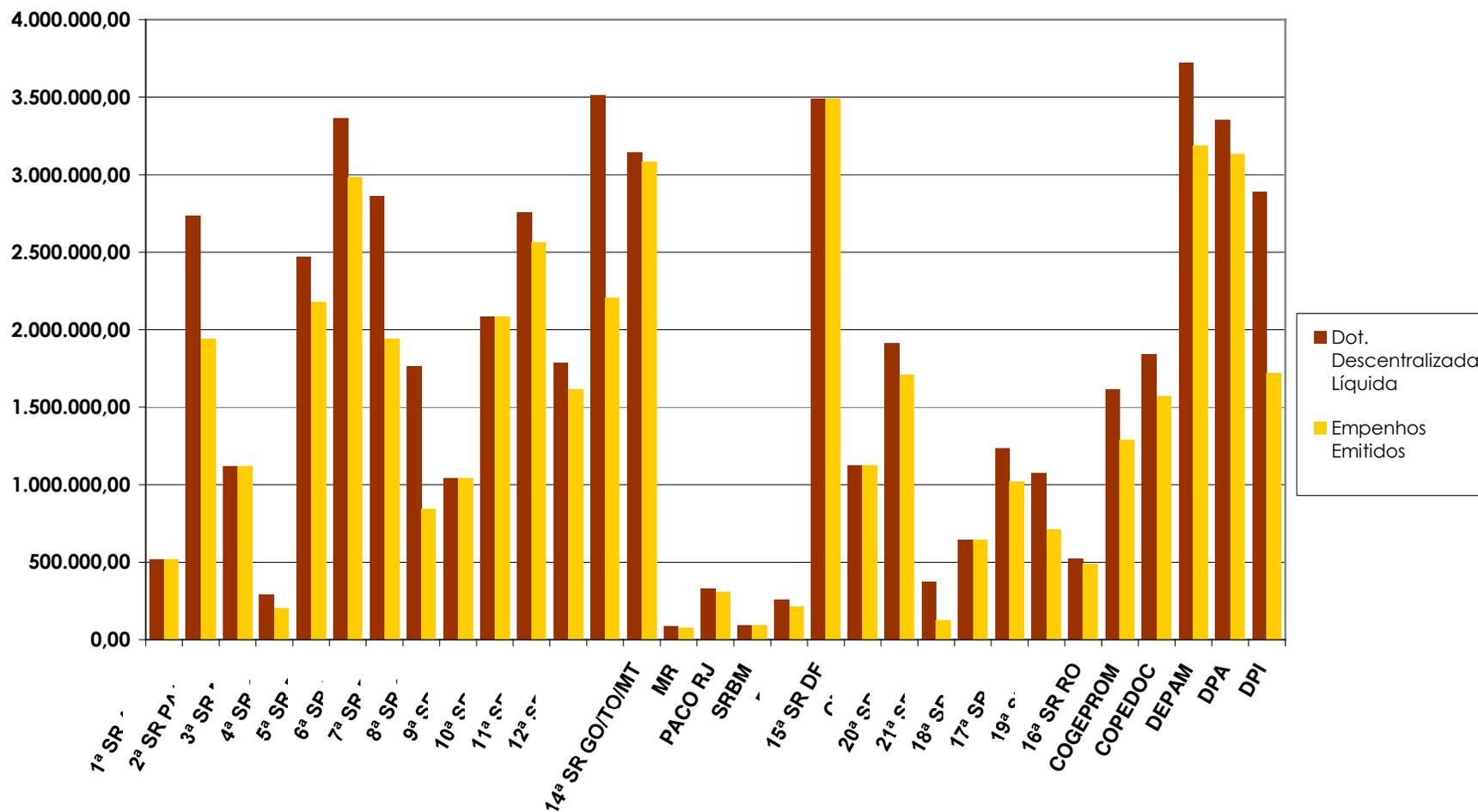
Com relação à análise das tabelas, é importante perceber em primeiro lugar, que os dados deixam claro que a “luta” do começo do ano pela divisão dos créditos orçamentários é muito menos significativa para a efetiva obtenção de recursos do que a capacidade de execução da unidade.

Em segundo lugar, vale notar que a unidade (15ª SR) teve um desempenho orçamentário muito acima da média. Essa diferença se explica, provavelmente, em decorrência da aquisição de um imóvel próprio onde se instalará não só a SR, como também a sua Casa do Patrimônio.

Em 2009, apesar da definição dos Planos de Ação e da busca por um empenho rápido (isto é, nos primeiros meses do ano), há o cenário de crise mundial e que vem afetando a liberação de recursos para o Iphan, assim como para outros organismos governamentais.

FIGURA 09

Dotação descentralizada Líquida/Empenhos emitidos por Superintendências em 2008 - ações finalísticas



2.4.5.2.1. DETALHAMENTO DE PROJETOS E RESULTADOS

A seguir, são detalhados os projetos empenhados no exercício, acrescidos de comentários dos responsáveis pelas unidades à respeito dos principais resultados alcançados em 2007. É importante perceber que na seção anterior eram considerados os projetos de todos os programas finalísticos do Iphan, para efeito de análise de desempenho orçamentário. Nesta seção, por outro lado, para apreciação de resultados alcançados, são apresentados apenas os projetos do principal programa finalístico – o Brasil Patrimônio cultural.

1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Amazonas e Roraima

- Principais projetos realizados:
 - 1- Levantamento do Centro Histórico de Manaus
 - 2- Levantamento do Centro Histórico de Itacoatiara
 - 3- Fiscalização e acompanhamento das obras do Programa Monumenta em Manaus
 - 4- Inspeção técnica nos Sítios arqueológicos da Pedra Pintada e Forte São Joaquim do Rio Branco em Roraima
 - 5- Inspeção técnica no Museu Arqueológico de Balbina
 - 6- Levantamento de referências culturais do Bairro de São Raimundo, Manaus/AM
 - 7- Projeto de arqueologia Pública em Parintins/AM
 - 8- Elaboração de vídeo com os depoimentos do Padre Casemiro Béksta e seus ex-alunos da Missão de Iauaretê
 - 9- Continuação do Inventário de Referências Culturais dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro em Manaus
 - 10- Levantamento do entorno do Reservatório do Mocó, Manaus/AM
 - 11- Levantamento das habitações ribeirinhas no município de Careiro da Várzea/AM
 - Não houve realização de tombamentos.
 - Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:
 - 1- Conclusão da obra de reforma e manutenção do edifício-sede.
 - 2- Execução da obra de acessibilidade e instalação de elevador no edifício-sede
 - 3- Aquisição de mobiliário para o Centro de Informações do Patrimônio
 - 4- Aquisição de equipamentos para o início do funcionamento da Casa do Patrimônio
 - 5- Foram recebidos novos computadores do programa Monumenta
 - 6- Adquiriu-se material de fotografia áudio e vídeo digitais, voltados para a realização de trabalhos de campo.
- Recursos Humanos – principais atividades e modificações
 - a- Oficina de capacitação sobre prestação de contas e acompanhamento de convênios (07/04-09/04/2008), servidor André Bazzanella 1557472.
 - b- I Encontro de Escritórios Técnicos – Capacitação em Gestão de áreas tombadas (18/06-20/06/2008), servidoras Camila Souza Pereira – 1561675 e Carla Gisele Moraes – 1560428
 - c- Oficina do Sistema Nacional de Patrimônio (06/08-09/08/2008), servidor André Bazzanella – 1557472 e Carla Gisele Moraes – 1560428
 - d- Oficina de elaboração e especificações de projetos (12/08-14/08/2008), André Bazzanella – 1557472

- e- Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural (17/08-22/08/2008), Camila Souza pereira – 1561675
- f- Oficina de capacitação em Educação Patrimonial e fomento a projetos culturais nas casas do Patrimônio (24/08-30/08/2008), André Bazzanella – 1557472 e Alessandra Spitz Guedes Alcoforado Lourenço – 1559741
- g- Curso sob medida e Gestão de Contratos de Serviços e Suprimentos (25/08-29/08/2008), servidora Heloíza Helena Martins Araújo – 223870 e Carla Gisele Moraes – 1560428
- h- II Oficina de Pesquisa: Metodologia de Pesquisa e Multidisciplinaridade no IPHAN – COPEDOC (01/09-05/09/2008), Camila Souza Pereira – 156167503, Carla Gisele Moraes – 1560428 e Alessandra Spitz Guedes Alcoforado Lourenço – 1559741
- i- Oficina Patrimônio Imaterial: para saber mais (29/09-03/10/2008), André Bazzanella – 1557472 e Carla Gisele Moraes – 1560428
- j- Patrimônio Imaterial: Política e Instrumentos de Identificação e Salvaguarda (curso à distância), outubro a dezembro de 2008- Carla Gisele Moraes – 1560428 e Alessandra Spitz Guedes Alcoforado Lourenço – 1559741
- k- Oficina de Mapeamento de Competências (25/11-28/11/2008), Heloíza Helena Martins Araújo
- l- Oficina do Sistema Nacional do Patrimônio para a construção do Sistema Nacional de Patrimônio – Região Norte (08/12-10/12/2008), André Bazzanella – 1557472 e Alessandra Spitz Guedes Alcoforado Lourenço – 1559741

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

- 1- Participação e apoio para a realização da III Semana de Patrimônio da Prefeitura de Manaus
- 2- Apoio e participação no início do processo de reabertura do Museu do Porto
- 3- Realização de evento para a abertura da Casa do Patrimônio em Manaus/AM da cidade de Manaus
- 4- Participação no Conselho Consultivo do Parque Estadual Rio Negro Setor Norte, definição dos modos de inserção do patrimônio arqueológico no Plano de Manejo da Unidade de conservação.
- 5- Participação no X Curso de formação de professores Yanomami (RR)
- 6- Realização de Seminários de sensibilização para o Patrimônio Arqueológico nos municípios de Iranduba, Novo Airão e Manacapuru, em parceria com a AMAZONASTUR
- 7- Apoio técnico para a elaboração de projetos de musealização in situ dos vestígios arqueológicos encontrados durante as obras do Paço Municipal, em Manaus
- 8- Visita técnica à aldeia indígena da Raposa (TI Raposa Serra do Sol) RR.
- 9- Apoio técnico para a elaboração da legislação de proteção do Patrimônio Cultural do Estado de Roraima.
- 10- Palestras para o curso de condutores de Turismo – SENAC/RR.

- Inovação nos processos de gestão da política pública

Foram feitas tentativas de implementação de um sistema de planejamento participativo, o que possibilitou a ampliação e diversificação da atuação da SR.

- A superintendência Regional do Iphan no Amazonas e Roraima passou por diversos problemas que resultaram na exoneração a pedido do Superintendente e na troca da Chefia da Divisão Administrativa. Deste modo, houve uma série de atrasos na execução dos projetos previstos, sem que, no entanto, a atividade de rotina e a ampliação da rede de proteção do patrimônio cultural fossem prejudicadas. Hoje a Superintendência atua em parceira com várias organizações da sociedade civil e órgãos públicos do município Manaus e estados do Amazonas e Roraima.

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	184A20021AM	Inventário, identificação e documentação de paisagens culturais ribeirinhas na calha do Rio Negro/AM	50.000,00	Manaus	AM
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	184A20056RR	Depam - Identificação e Inventário dos sítios arqueológicos da região nordeste do Estado de Roraima	116.367,20	Bonfim	RR
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	184A06132AM	Estudos para preservação do patrimônio edificado do ciclo da Borracha no Amazonas	60.000,00	Manaus	AM
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	184A06023AM	Construção de dois banheiros no Edifício sede da 1ª SR/IPHAN	27.484,00	Manaus	AM
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	184A06108AM	Estudos para preservação dos bens imóveis do Centro Histórico de Boa Vista/RR	45.198,59	Boa Vista	RR
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	184A06262AM	Recuperação do Prédio do Museu do Porto de Manaus, telhado e calhas, tombado pelo IPHAN.	14.720,50	Manaus	AM
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	184A07009AM	Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Protegidos no âmbito dos Estados do Amazonas e de Roraima	51.000,00	Manaus	AM
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	184A10008AM	Realização de oficinas de capacitação na gestão do patrimônio arqueológico amazônico	20.000,00	Manaus	AM
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	184A12022AM	Estudos do patrimônio edificado do Centro Histórico de Manaus para proposta de acatamento? Fase 2	29.996,09	Manaus	AM
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	184A16057AM	DEPAM - Projeto de uso público do patrimônio Arqueológico do Amazonas	60.000,00	Manaus	AM
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	184A16091AM	DPI - Realização de exposição dos ornamentos sagrados dos povos indígenas do Alto Rio Negro e apresentação cultural de dançarinos indígenas por ocasião da inauguração do Pontão de Cultura Centro de Referências Culturais dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro	17.000,00	São Gabriel da Cachoeira	AM
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do	184A21025AM	Tratamento Técnico do Acervo Arquivístico e Bibliográfico da 1ª SR	13.480,00	Manaus	AM

Patrimônio Cultural.

Preservação de Acervos					
Documentais,	Tratamento Técnico do Acervo				
Arquivísticos e	Arquivístico e Bibliográfico da Sub-				
Bibliográficos do	Regional de Roraima - Município de Boa				
Patrimônio Cultural.	184A21002RR	Vista/RR.	7.070,00	Boa Vista	RR
					512.316,38

2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Pará e Amapá

- Principais projetos realizados

1)- Elaboração de projetos de socialização de sítios: Monte Alegre no Pará e Maracá e Calçoene no Amapá – esta ação representa uma mudança de atitude do IPHAN com relação ao patrimônio arqueológico, vincula, ainda em termos de projeto, musealização de sítios arqueológicos, educação patrimonial e envolvimento das comunidades nos projetos, com possibilidade de geração de emprego e renda. Possibilita o acesso aos bens e ao conhecimento produzido sobre estes, associado ao repartimento dos benefícios advindos do projeto com a população local

2)- Educação patrimonial no Centro Histórico de Belém – utilizando a linguagem teatral por meio de pequenas performances que acontecerão no Centro Histórico de Belém apoiadas na personagem “Seu Patrimônio”, será abordada a questão do patrimônio e as ações que o IPHAN vem realizando nessa área como a restauração da igreja, de uma fachada azulejada e o inventário do patrimônio azulejar de Belém. Também será enfocada a questão da remoção dos azulejos para venda.

3)- Educação patrimonial no Amapá – de implantação ainda recente no Amapá, a Sub-Regional vem atuando, prioritariamente, com a identificação do patrimônio cultural da capital e do estado, mas também na sensibilização das instituições, autoridades e população para a questão do patrimônio cultural.

4)- Inventário de Referências Culturais do Ver-o-Peso, em parceria com a Associação Ver-as-Ervas – a importância desta ação está no fato de tratar-se de conjunto arquitetônico e paisagístico tombado pelo IPHAN em 1977, onde se dão muitas práticas materiais e simbólicas que acontecem em volta de uma doca de embarcações, feiras e mercados, desconsiderados no processo de tombamento. Trata-se também de uma ação que vem promovendo a interação entre a instituição IPHAN e os usuários e ocupantes do bem tombado, com o consequente compartilhamento de interpretações e valores entre as partes.

5)- Restauração da Igreja de Santana – realizada em parceria com BNDES, esta ação propiciou uma grande interação entre os técnicos do IPHAN e os paroquianos, na definição da forma de intervenção que, inicialmente fundamentada na pela “Teoria do Restauo”, ganhou outros contornos ao atender demandas oriundas dos paroquianos com relação à manutenção de determinados elementos simbólicos católicos na pintura extemporânea da abóbada.

6)- Restauração da Fortaleza de São José de Macapá – iniciada pelo IPHAN a recomposição do revestimento das muralhas da contra-escarpa, com implantação de sistema de drenagem, teve prosseguimento assegurado pelo governo estadual, responsável pela guarda desse monumento, a partir do projeto do IPHAN, com assistência da engenheira Sílvia Puccioni, do DEPAM. Concomitantemente o IPHAN passou a executar o tratamento das abóbadas da casamata, visando reduzir a umidade no interior das celas, de forma a viabilizar a utilização desses espaços, com o compromisso do governo estadual de também dar continuidade a esse trabalho.

7)- Prosseguimento dos Inventários de Referências Culturais no Marajó – sem dúvida essa ação iniciada pelo IPHAN em 2004 e que já teve inúmeros desdobramentos e produtos, inseriu o IPHAN nessa região brasileira, onde, até bem recentemente, nossa atuação se dava apenas na área de fiscalização com relação à arqueologia, e de forma precária. Hoje os marajoaras sabem que o IPHAN existe e demandam a ação da instituição no Marajó. A aplicação do INRC é uma grande porta de entrada para a instituição e para ações de educação patrimonial que se dão com a própria aplicação da metodologia que permite uma grande interação com as populações pesquisadas.

8)- Identificação e Inventário de bens móveis no Amapá para fins de tombamento – essa ação possibilita reconstituir a história do Amapá e dos amapaenses a partir de seus bens edificados, os quais, por meio da pesquisa estão sendo identificados a partir de levantamento técnico de campo, mas também de pesquisa histórica e bibliográfica e de entrevistas com antigos moradores e especialistas. Por meio dos depoimentos é possível identificar como os fatos históricos estão entranhados nas letras de marabaixo, batuque e dança praticado por grupos de afrodescendentes, e nos fazeres e saberes cotidianos.

9)- Diagnóstico preliminar do povo Tembé do Alto Rio Guamá – com o objetivo de reunir subsídios para o projeto de levantamento preliminar – primeira ação da SR Pará e Amapá associada aos povos indígenas. Trata-se de povos indígenas muito assediados por conta da exploração ilegal de madeira, em decorrência do que vem atravessando graves problemas. A ação foi iniciada a partir de Termo de Cooperação Técnica assinada por várias instituições junto ao Ministério Público Federal com o intuito de reverter essa situação.

- Não houve realização de tombamentos.
- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

A SR está finalizando ação de acessibilidade ao edifício sede, bem como iniciando serviços de manutenção e conservação deste, bem como aquisição de mobiliário. Além disso, recebeu da Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU novo prédio para implantação de anexo e da Representação Regional do Ministério da Cultura para o qual contratou adaptação e recuperação.

Em 2008 a SR e a Sub-R foram contempladas com caminhonetes cabine dupla.

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

A área de recursos humanos se apresenta extremamente carente tanto na Sub-Regional como na SR, tanto na área técnica como na área administrativa. Na área técnica a SR conta apenas com um arquiteto, um restaurador, um técnico de arqueologia, um historiador e um bibliotecário – 5 técnicos, portanto. Além de uma secretária (terceirizada), dois bolsistas do PEP, três estagiários e a chefe da divisão. O gabinete tem, além da superintendente, duas secretárias (terceirizadas). A Sub-Regional conta, atualmente, com apenas uma arquiteta e um técnico de arqueologia – 2 técnicos, além da chefia e de uma secretária (terceirizada). Na área administrativa, a SR conta com cinco funcionários, uma secretária (terceirizada) e um motorista (terceirizado). A Sub-Regional dispõe de apenas uma funcionária na área administrativa. Resumindo, a 2ª SR dispõe, para atender os estados do Pará e Amapá, de 7 técnicos na área fim; 4 técnicos na área administrativa e 1 agente administrativo; 1 técnico de informática, 5 apoios administrativos e 1 motorista; 2 bolsistas do PEP e 3 estagiários.

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

- 1) Restauração da igreja de Santana (3ª etapa) – ação realizada com recursos do BNDES, gerenciada pela Fundação Instituição Para o Desenvolvimento da Pesquisa – FIDESPA, sendo a autoria do projeto, a coordenação técnica e a fiscalização de responsabilidade da ela SR/IPHAN PA e AP.

- 2) Inventário de Referências Culturais do Ver-o-Peso – trata-se de ação executada com recursos da Petrobrás, conseguidos por meio de edital, cuja proponente é a Associação de Erveiras e Erveiros do Ver-o-Peso – Ver-as-Ervas. O IPHAN, por meio de Termo de Cooperação, dá assistência técnica aos trabalhos.

- Inovação dos processos de Gestão da Política pública

Neste sentido cabe mencionar que, segundo definições e orientações do planejamento institucional, as ações vinculadas aos diferentes departamentos e coordenações passaram a ser articuladas entre si, potencializando resultados e ampliando a abrangência inicial.

- Comentários adicionais

A ampliação significativa das demandas na Superintendência Regional decorrente da implantação da Sub-Regional do Amapá e também da atual política cultural e na área do patrimônio, levou a ampliação também do orçamento anual desta unidade. Entretanto, apesar do último concurso, a SR permanece com um quadro técnico muito aquém das atividades e ações que vem realizando, o que requer empenho e dedicação dos servidores, extrapolando a carga horária de oito horas diárias em muitas situações.

Para enfrentar essa nova realidade e consolidar essa nova imagem institucional é imprescindível investir na reestruturação e ampliação do quadro de pessoal, no plano de carreiras, na estruturação das representações regionais e na implantação do Sistema Nacional de Patrimônio - SNP, sob pena da instituição cair no descrédito.

Faz-se necessário também melhorar a divulgação das ações institucionais em nossa área de atuação, o que fica prejudicado pela ausência de profissional dessa área e de qualquer outra assessoria ou chefia de gabinete, agravado pelo reduzido corpo funcional.

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	185A20043PA	Levantamento quantitativo dos bens móveis e integrados nos monumentos do Interior do Estado do Pará 1ª Etapa	33.547,52	Belém	PA
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	185A20044AP	Inventário de Identificação e Documentação dos Bens Imóveis de interesse à preservação no Município de Macapá-AP	39.560,52	Macapá	AP
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	185A14035AP	Inventário e cadastro de edificações e oficinas de carpintaria naval no Bairro Elesbão, no município de Santana/AP	29.354,25	Santana	AP
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	185A20059PA	INVENTÁRIO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS (RIO TAPAJÓS)	47.000,00	Santarém	PA
Gestão e Administração do Programa	185A04008PA	Gestão e Administração dos Programas da 2ª SR	31.664,38	Belém	PA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	185A06033AP	Tratamento e impermeabilização das celas das casamatas leste da Fortaleza de São José de Macapá	273.015,21	Macapá	AP

Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	185A06267PA	DEPAM - Elaboração de projetos de socialização de sítios arqueológicos na Amazônia: musealização, educação e turismo	380.000,00	Monte Alegre	PA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	185A06112PA	Conclusão da restauração da igreja de Sant'Ana, em Belém do Pará	597.222,21	Belém	PA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	185A06107PA	Estudos para preservação de sítios arqueológicos na Ilha de Marajó- 2ª etapa	31.335,51	Breves	PA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	185A06192PA	Salvamentos arqueológicos emergenciais nos sítios identificados a partir das denúncias comunicadas ao IPHAN/2ª SR-PA/AP em áreas públicas e propriedades de população carente.	9.200,00	Altamira	PA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	185A06193PA	Apoio aos programas de pós-graduação lato-sensu em arqueologia às instituições científicas-UFPA e Museu Paraense Emílio Goeldi.	15.495,16	Belém	PA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	185A06217PA	Serviços de preservação do Prédio Sede/IPHAN, com aquisição de mobiliário	330.059,35	Belém	PA
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	185A07010PA	Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	50.648,32	Belém	PA
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	185A08008AP	Educação Patrimonial em Comunidades com Potencial Arqueológico no Amapá.	30.396,00	Macapá	AP
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	185A10058PA	Promoção e Divulgação do Inventário Nacional de Referências Culturais do Complexo do Ver-o-Peso	12.468,00	Belém	PA
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	185A10033PA	Centro Histórico de Belém-PA	20.000,00	Belém	PA
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	185A10046PA	Apoio ao encontro internacional de arqueologia amazônica (EIAA).	37.411,00	Belém	PA
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	185A10034PA	Exposição "Da cabaça o Brasil: Natureza, Cultura e Diversidade."	41.757,80	Belém	PA

Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	185A12024PA	Instrução de processos de tombamentos de bens culturais no estado do Pará.	24.172,40	Belém	PA
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	185A12040AP	Documentação dos sítios arqueológicos na região do Maracá - Mazagão.	39.158,00	Mazagão	AP
Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural	185A15011AP	Aquisição bibliográfica para o acervo da Sub-Regional Amapá/2ºSR.	1.940,80	Macapá	AP
Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural	185A15001PA	Aquisição bibliográfica para a Biblioteca "Ernesto Cruz" da 2ª SR/IPHAN	3.192,38	Belém	PA
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	185A16029PA	Cogeprom - Educação patrimonial em Pacoval do Curuá.	4.895,86	Prainha	PA
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	185A16028PA	Cogeprom - Pacoval do Curuá- Arqueologia no interior da Amazônia.	32.158,66	Prainha	PA
Pesquisas sobre Preservação do Patrimônio Cultural	185A17002PA	Levantamento documental e mapeamento do patrimônio cultural Jesuíta no Estado do Pará e Amapá.	11.520,00	Belém	PA
Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	185A19012PA	Instrução técnica do processo de Registro das Festas de São Sebastião do Marajó/2º SR - 2ª fase	51.659,35	Breves	PA
Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	185A19022PA	Abertura e instrução do processo de registro do Carimbó, no estado do Pará	39.979,52	Marapanim	PA
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	185A21004PA	Modernização da Biblioteca "Ernesto Cruz" da 2ª SR/IPHAN	17.861,99	Belém	PA
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	185A21003PA	Preservação de acervos digitais e tratamento técnico da documentação arquivística e bibliográfica da 2ª SR/IPHAN	36.291,31	Belém	PA
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	185A14016PA	Complementação do Levantamento Preliminar do INRC Marajó: microregião do Portel	69.857,38	Portel	PA

Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de		INRC da Festa de São Tiago, no Distrito do Mazagão-Velho, Município de Mazagão / AP			
Natureza Imaterial	185A14023AP	- 2ª Etapa	60.886,00	Mazagão	AP
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de		Complementação do Levantamento Preliminar do INRC/Carimbó na Microrregião do Salgado Paraense (Curuça, Magalhães Barata, Maracanã e Terra Alta)			
Natureza Imaterial	185A14045PA		39.374,50	Curuçá	PA
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de		Levantamento Preliminar das referências culturais do povo indígena Tembé do Alto Rio Guamá, no estado do Pará.			
Natureza Imaterial	185A14047PA		18.457,32	Tomé-Açu	PA
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	185A24014PA	Inventário da Antiga Estrada de Ferro de Bragança no Estado do Pará.	40.809,84	Belém	PA
			2.502.350,54		

3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Maranhão

- Principais projetos realizados

1- Estabelecimento de parceria do Iphan com a Universidade Federal do Maranhão para implantação de cursos e alojamentos para alunos no Centro Histórico de São Luís. A negociação foi realizada pelo Presidente do Iphan junto ao Ministro da Educação Fernando Hadade, com a participação do Reitor da Universidade Federal do Maranhão, Dr. Natalino Salgado e da Superintendente do Iphan no Maranhão, Kátia Bogéa. A implantação de parte da UFMA no Centro Histórico de São Luís é uma ação de extrema importância e de grande estratégia para a reabilitação deste conjunto arquitetônico tombado pelo Iphan e reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial.

2- Desenvolvimento e Elaboração do projeto executivo de Revitalização da Praça da Matriz de São Matias em Alcântara para ser executada com recursos provenientes de emenda parlamentar.

3- Elaboração do Edital e anexos da obra de revitalização da Praça de São Matias em Alcântara (a cargo da Prefeitura Municipal de Alcântara, por meio de emenda parlamentar), acompanhamento de todo processo e fiscalização da execução da obra.

4- Execução da obra de estabilização/consolidação e iluminação artística da ruína da igreja matriz de São Matias em Alcântara.

5- Orientação técnica, fiscalização e acompanhamento da obra de restauração e adaptação do Sobrado à Rua Grande em Alcântara para implantação da Biblioteca Municipal Tito Soares. Obra em execução com recursos do Programa Monumenta.

- 6- Elaboração e execução do projeto de restauração e adaptação do Sobrado à Rua das Mercês, 464 em Alcântara, para implantação da estrutura do "Ponto de Cultura por uma Alcântara Sustentável".
- 7- Gerência e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Ponto de Cultura :
 1. Oficina de Educação e Cultura (120 horas)
 2. Oficina de Conservação de Azulejos (64 horas)
 3. Oficina de Papel Reciclado (60 horas)
- 8- Implantação, acompanhamento e coordenação técnica do "Ponto de Cultura por uma Alcântara Sustentável" da ONG Comunica em Alcântara.
- 9- Orientação técnica para produção de documentário para a rede de televisão MIRANTE (Mirante Repórter) sobre arquitetura e paisagem de Alcântara.
- 10- Acompanhamento da equipe da UEP do Programa MONUMENTA em Alcântara.
- 11- Elaboração conceitual do termo de referência para a contratação do projeto do Museu de Rua de Alcântara.
- 12- Orientação da montagem da exposição "Paisagem Cultural e Cultura Material nos Quilombos de Alcântara" para a Casa de Nhozinho, em São Luís, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão.
- 13- Orientação técnica e fiscalização das obras de pavimentação de ruas no ambiente histórico da cidade de Alcântara.
- 14- Coordenação e desenvolvimento em parceria com a equipe de reforço institucional do Programa MONUMENTA dos trabalhos de revisão e elaboração de projetos executivos e complementares para os seguintes imóveis em Alcântara:
 1. Antigo Matadouro: cinema e anfiteatro.
 2. Museu Histórico e Artístico.
 3. Sobrado à Rua das Mercês: Casa de Cultura.
 4. Sobrado à Rua Neto Guterres, 69: Sede da Banda Municipal e Casa do Mordomo Régio.
 5. Sobrado à Rua Neto Guterres, 26: Secretaria Municipal de Cultura.
- 16- Interlocução e orientação técnica junto ao CEFET/MA para implantação de uma unidade em Alcântara nas seguintes edificações tombadas:
 1. Sobrado do Imperador à Rua Grande.
 2. Sobrado Cavalo de Tróia à Rua Grande.
- 17- Elaboração e publicação do Manual de preservação para a cidade de Alcântara.
- 18- Acompanhamento técnico do projeto de expansão do Centro de Lançamento Aeroespacial de Alcântara.
- 19- Elaboração do projeto da exposição fotográfica de celebração dos 60 anos do tombamento de Alcântara.
- 20- Elaboração de projeto executivo de arquitetura para intervenção em área contígua à Praça da Matriz em Alcântara, para implantação do mirante público e banheiros subterrâneos.
- 21- Acompanhamento jurídico de 48 ações civis públicas relativas à proteção do patrimônio em tramitação na justiça federal.
- 22- Elaboração e lançamento do "Guia de Arquitetura e Paisagem Cultural da ilha de São Luís e Alcântara", em parceria com o Ministério das Cidades, Junta da Andaluzia e Prefeitura Municipal de São Luís.
- 23- Orientação técnica a Prefeitura Municipal de Pindaré Mirim para a elaboração do projeto executivo arquitetônico de restauração e adaptação do monumento tombado "Engenho Central de São Pedro", com a finalidade de instalação de um centro cultural.
- 24- Apoio técnico à Fundação Municipal de Patrimônio na elaboração do projeto executivo arquitetônico da Escola Municipal de Música no Sobrado nº 53 da Rua do Giz em São Luís, e captação dos recursos junto ao BNDS.
- 25- Elaboração dos eventos previstos em São Luís relativos ao ano da França no Brasil/2009 em parceria com a Secretaria Estadual da Cultura.
- 26- Fiscalização de propaganda eleitoral no Centro Histórico de São Luís e Alcântara junto ao Tribunal Regional Eleitoral e Partidos Políticos.
- 27- Participação da Superintendência na II Feira do Livro de São Luís.
- 28- Participação da Superintendência nas reuniões do Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís.

29- Organização da Operação Patrimônio, deflagrada em 24.07.2008 em parceria com a Polícia Federal, Ministério Público Federal e Estadual, Polícia Civil, Fundação Municipal de Patrimônio e Secretaria de Estado da Cultura, com a finalidade de autuar e embargar os estacionamentos de veículos irregulares na área tombada federal e estadual.

30- Acompanhamento da visita de representante de cultura da Unesco no Brasil para avaliação do estado de degradação física da área inscrita na UNESCO como Patrimônio Mundial. 26 a 27.08.2008

31- Entrega a comunidade da restauração da Igreja do Desterro em São Luis.

32- Orientação técnica a Câmara de Dirigentes Lojistas para a elaboração do projeto de revitalização da área comercial situada no Centro Histórico de São Luís.

33- Organização da eleição de entidade representativa – UNITA - da manifestação tambor de crioula para elaboração do plano de salvaguarda no dia 24.11.2008.

34- Elaboração dos tapumes educativos relativos a requalificação urbana da Praça da Matriz em Alcântara, implantação do Museu da Gastronomia, restauração da Igreja do Desterro e implantação do Museu da Memória Audiovisual do Maranhão.

35- Realização do Inventário do Patrimônio Ferroviário do Maranhão.

36- Produção de documentário sobre o complexo cultural do Bumba meu boi do Maranhão para compor o dossiê de registro da manifestação como patrimônio nacional.

37- Restauração de filme da década de 70 sobre a manifestação cultural "Tambor de Crioula" com a produção de documentário em formato de DVD e encarte.

38- Processo licitatório para contratação de obra de restauração e adaptação do Sobrado da antiga Companhia de Navegação Jaracati para a implantação do Museu da Memória Áudio visual do Maranhão.

39- Processo licitatório para contratação de obra de requalificação urbana da Praça da Flor do Samba para implantação de um cinema a céu aberto para a comunidade do Bairro do Desterro.

40- 880 atendimentos realizados pela Biblioteca da 3ª Superintendência a usuários internos e externos.

41- 516 atendimentos realizados pelo Arquivo Central da 3ª Superintendência a usuários internos e externos.

- Realização de tombamentos e registros: Não houve tombamento ou registro no ano de 2008. No entanto, durante todo o ano de 2008 desenvolvemos ações para a instrução do registro do complexo cultural do Bumba meu Boi do Maranhão como patrimônio brasileiro.

- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

O Sobrado da Rua do Giz, 235, sede da 3ª Superintendência passou por reforma para adaptá-lo às condições de acessibilidade exigidas pelo Ministério Público Federal. A nova estrutura do Sobrado conta com elevador com capacidade para 05 pessoas, banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais, sinalização interior em braille e auditório com capacidade para 50 lugares.

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

1- Curso de Licitação e Contratos do Tribunal de Contas da União. Cinco técnicos da área administrativa, técnica e a procuradora federal participaram do curso com carga horária de 14 horas.

2 – Curso de Contratos de Serviços e Suprimentos, realizado no período de 24 a 29/11/2008. Todos os técnicos da área administrativa participaram.

- PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS

- Participação da Superintendente Kátia Bogéa na reunião da Rede de Conhecimento para uma Cidade Viva realizada na cidade de Sevilha / Espanha, no período de 07 a 12 de janeiro de 2008.

- Palestra proferida pela superintendente Kátia Bogéa no Fórum de Desenvolvimento Sustentável – São Luís 400 anos. 28.02.2008.

- Participação da Superintendente Kátia Bogéa no Seminário "Brasil-França de Operações Urbanas", realizado pelo Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal. Belo Horizonte, 31 de março a 02 de abril de 2008.
- Oficina de Museus. Prof. Maria Xavier Cury. 09 a 11 de abril de 2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa e da técnica Izaurina Nunes no curso de Gestão Cultural realizado pelo Itaú Cultural. 14 a 18 de abril de 2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa e do chefe da divisão técnica, arquiteto Cláudio Nogueira na reunião de dirigentes do Iphan. Cachoeira/Bahia, 22 a 25 de abril de 2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa na discussão junto com a Secretaria Estadual das Cidades, Secretaria Estadual da Cultura e Fundação Municipal de Patrimônio sobre a criação do Programa de habitação para o centro histórico de São Luís. 29 a 30 de abril de 2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa em audiência pública realizada pela assembléia Legislativa do Maranhão para discutir a implantação de usinas termoeletricas e seu impacto no patrimônio arqueológico. 14.05.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa e do chefe do Escritório Técnico de Alcântara, José Linhares na Reunião dos Escritórios Técnicos do Iphan. São Francisco do Sul/SC.
- Palestra proferida pela Superintendente Kátia Bogéa a comunidade do bairro do Desterro no centro histórico de São Luís, sobre o programa de reabilitação do bairro. São Luís, 27.06.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa e equipe técnica da 3ªSR no lançamento da obra do Museu da Gastronomia em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo. 02.07.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa e equipe técnica da 3ªSR na cerimônia de entrega da restauração da Igreja do Desterro. São Luís, 19.07.2008.
- Posse da superintendente Kátia Bogéa na Comissão Municipal de Museus. São Luís, 24.07.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa na mesa de abertura do Fórum Nacional de Cultura, juntamente com o governador Jackson Lago, Secretário da Cultura João Ribeiro e representante do Ministro da Cultura. São Luís, 24.07.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa na Oficina do Plano Nacional de Cultura. São Luís, 25.07.2008.
- Participação da Superintendente em reunião sobre a expansão da Universidade Federal do Maranhão-UFMA no centro histórico de São Luís, com a presença do Governador do Maranhão, Reitor da UFMA, Secretário de Ensino Superior do MEC e Presidente do Iphan. São Luís, 31.07.2008.
- Palestra proferida pela Superintendente Kátia Bogéa na abertura do curso de especialização em restauração da LABORO, com o tema: Políticas Públicas de Preservação no Maranhão, a atuação do Iphan. São Luís, 01.08.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa na cerimônia dos 100 anos da Academia Maranhense de Letras. São Luís, 15.08.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa e equipe técnica da 3ªSR na formatura da 1ª turma de alunos da Oficina Escola de São Luís, projeto em parceria com a Fundação Municipal de Patrimônio e Cooperação Espanhola. São Luís, 21.08.2008.
- Palestra proferida pela Superintendente Kátia Bogéa no encontro da comunidade do bairro do Desterro organizado pelo SEBRAE/MA. São Luís, 27.08.2008.
- Palestra proferida pela Superintendente Kátia Bogéa juntamente com a técnica Izaurina Nunes, na Semana da Cultura Popular sobre a instrução do dossiê do pedido de registro como patrimônio imaterial brasileiro do Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão. São Luís, 27.08.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa e equipe técnica da 3ªSR na abertura da exposição realizada pelo Iphan para a Semana de Cultura Popular: "Do Barro às Vivências: Cultura material das comunidades tradicionais de Alcântara", na Casa de Nhozinho. São Luís, 28.08.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa, na condição de conselheira da reunião do Conselho Estadual de Cultura. São Luís, 29.08.2008.
- Participação e apresentação da Superintendente Kátia Bogéa e da técnica Stela Regina Soares do trabalho de pesquisa interinstitucional realizada pela 3ªSR na elaboração do Guia de Arquitetura e Paisagem Cultural de São Luís e Alcântara na 2ª Oficina de Pesquisa realizada pela COPEDOC/Iphan. Rio de Janeiro, 01 a 05 de setembro de 2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa na mesa de abertura do II Encontro de Arquivos do Maranhão, juntamente com o Governador do Maranhão, Secretário de Estado da Cultura e Diretora do Arquivo Histórico do Maranhão. São Luís, 10.09.2008.

- Participação da Superintendente Kátia Bogéa, representando o Iphan no lançamento do Programa Mais Cultura do Ministério da Cultura no Maranhão. São Luís, 11.09.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa representando o Iphan na Promotoria de Justiça do Estado do Maranhão para a discussão sobre a acessibilidade no Centro Histórico de São Luís. 24.09.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa representando o Iphan, na mesa de abertura do Seminário sobre Direitos Culturais. São Luís, 08.10.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa representando o Iphan, na abertura da II Feira do Livro de São Luís. 09.10.2008
- Palestra proferida pela Superintendente Kátia Bogéa para o curso de Direito do UNICEUMA com o tema: "São Luís, patrimônio Mundial – avanços e recuos na preservação do patrimônio cultural". São Luís, 27.10.2008.
- Seminário "Cidades Sustentáveis: Responsabilidade e desafios na construção da cidade que queremos. 13.11.2008. Palestra da Superintendente Kátia Bogéa com o tema "Cidadania urbana: desafios para o fortalecimento do espaço público".
- Palestra proferida pela Superintendente Kátia Bogéa para o curso de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão, na I Semana de Engenharia e Arquitetura do Maranhão, com o tema: "Legislação de Proteção do Patrimônio Cultural – a atuação do Iphan". São Luís, 14.11.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa representando o Iphan na reunião do Conselho Estadual de Cultura. São Luís, 29.10.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa, juntamente com o presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, com o Governador Jackson Lago para apresentação da proposta de criação de agência de desenvolvimento para projeto de requalificação urbana do centro histórico de São Luís. 06.11.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa representando o Iphan na reunião com o Convention Bureau sobre o título de capital brasileira da cultura para São Luís 2009 e eventos relacionados. São Luís, 17.11.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa na condição de conselheira do Conselho Municipal de Turismo do Maranhão, realizando apresentação sobre a gestão do centro histórico de São Luís. São Luís, 24.11.2008.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa e o chefe da Divisão Técnica, arquiteto Cláudio Nogueira no curso de Gestão do Patrimônio Mundial em Cuzco, Peru 1 a 5 de dezembro de 2008. Palestra sobre a gestão do centro histórico de São Luís – Patrimônio Mundial.
- Participação da Superintendente Kátia Bogéa na audiência pública no Conselho Municipal dos direitos da pessoa portadora de deficiência de São Luís.

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

- 1- Realização do Guia de Arquitetura e Paisagem da ilha de São Luís e Alcântara.
2. Obra de restauração e adaptação do sobrado da antiga companhia de navegação Jaracaty para Museu da Memória Audiovisual do Maranhão. Recursos na ordem de R\$ 1.200.000,00 proveniente de emenda parlamentar.

- Inovação dos processos de Gestão da Política pública

- 1- A 3ª Superintendência, colaborando com o esforço envidado pela administração central do Iphan, no sentido de implantar o Sistema Brasileiro de Patrimônio, realizou uma série de ações, junto ao governo do estado e diversos municípios maranhenses, para buscar uma articulação entre os entes no sentido de se empreender uma gestão compartilhada da proteção ao patrimônio cultural. Esta tentativa de maior articulação e aproximação do governo estadual e prefeituras tem sido muito promissora para a atuação do Iphan no Maranhão e tem servido de orientação na proposição das nossas ações para o biênio 2009/10.

- Comentários adicionais:

- 1- Nº de atendimentos do centro de documentação – Biblioteca e Arquivo:
880 atendimentos realizados pela Biblioteca da 3ª Superintendência a usuários internos e externos.

516 atendimentos realizados pelo Arquivo Central da 3ª Superintendência a usuários internos e externos.

2- A quantidade de recursos destinados pelo DEPAM para a fiscalização do patrimônio material foi insuficiente para cobrir as áreas tombadas, que no Maranhão são compostas por dois centros históricos muito complexos, caso de São Luís, com 1440 imóveis tombados e Alcântara com 600.

3- A Superintendência teve neste ano de 2008 uma inserção record na imprensa local e nacional em seus diversos veículos – TV, jornal, rádio e internet. É absolutamente necessário, para o desenvolvimento do trabalho de proteção e promoção que haja uma assessoria de comunicação.

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	186A20037MA	"CADASTRAMENTO DE EMBARCAÇÕES TRADICIONAIS BRASILEIRAS – BAÍA DE SÃO MARCOS/MA"	24.995,00	São Luís	MA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	186A06077MA	Recuperação Estrutural do Imóvel nº 46 da Rua Formosa - Antigo Jornal O IMPARCIAL	362.808,63	São Luís	MA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	186A06076MA	Recuperação e Iluminação ornamental da RUÍNA DA IGREJA MATRIZ de Alcântara	92.417,82	Alcântara	MA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	186A06075MA	COMPLEMENTO DA OBRA DE ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MARANHÃO	39.937,24	São Luís	MA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	186A06105MA	Projeto de Restauro e Adaptação da antiga FÁBRICA SANTA AMÉLIA para o campus avançado da UFMA no centro histórico de São Luís-MA.	256.000,00	São Luís	MA
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	186A08003MA	Educação Patrimonial nas salas de aulas do município de Alcântara (MA)	20.000,00	Alcântara	MA
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	186A08019MA	Exposição fotográfica contendo os resultados e produtos obtidos durante o ciclo de oficinas de Educação Patrimonial realizadas no âmbito do Plano de Ação "Educação Patrimonial nas salas de aula de Alcântara".	9.978,00	Alcântara	MA
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	186A08040MA	Cartilha Educativa para Preservação do Sítio Histórico de Alcântara	16.800,00	Alcântara	MA

Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	186A11075MA	EXPOSIÇÃO PERMANENTE, EDUCATIVA e ACESSÍVEL sobre o Edifício Sede da Regional - Solar da Baronesa de Anajatuba - e sobre a ação do IPHAN no Maranhão	14.965,00	São Luís	MA
Salv guarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial	186A18013MA	Atividades e projetos de salv guarda relacionadas ao Tambor de Crioula	35.510,00	São Luís	MA
Salv guarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial	186A18017MA	Salv guarda dos toques e ladainhas das Caixeiros do Divino Espírito Santos - Alcântara/MA.	36.998,00	São Luís	MA
Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	186A19019MA	Registro do Complexo Cultural do Bumba-Meu-Boi do Maranhão	87.897,03	São Luís	MA
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	186A21005MA	Preservação de Acervos Documentais	27.994,24	São Luís	MA
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	186A14025MA	INRC do Município de Alcântara - 2ª ETAPA	30.280,00	Alcântara	MA
			1.056.580,96		

4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Ceará

- Principais projetos realizados

- 1 – Restauro e adaptação do Museu Jaguaribano em Aracati/Ce
- 2 – Elaboração de proposta de normas de preservação para o sítio histórico de Sobral
- 3 – Inventário de identificação da arquitetura ferroviária do estado de Ceará
- 4 – Instrução de tombamento do complexo ferroviário da cidade de Camocim/Ce
- 5 – Instrução de tombamento da ponte ferroviária da cidade de Granja/Ce
- 6 – Ações de gerência e análise dos estudos arqueológicos realizados no estado do Ceará, notadamente no litoral cearense
- 7 – Elaboração do projeto de consolidação e estabilização estrutural do teatro Francisca Clotilde em Aracati/Ce
- 8 – Ampliação do acervo da Biblioteca da 4ª SR/Ce
- 9 – Acompanhamento do inventário de cinco imóveis do sítio histórico de Icó
- 10 – Publicação da 2ª edição das cartilhas dos sítios históricos de Aracati e Sobral/Ce

- Realização de tombamentos e registros

- 1- Tombamento da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

Foram adquiridos equipamentos de informática (scanner, impressora, etc.), armários para arquivamento e móveis para o laboratório de restauração da unidade.

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

Os cursos ofertados aos servidores desta unidade foram os constantes no plano anual de capacitação do Iphan (Sob medida gestão de contratos e suprimentos; oficina sobre metodologia de pesquisa; curso sobre casas do patrimônio e curso sobre o Inventário Nacional de Referências Culturais)

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

Houve apenas um projeto nesta categoria: Normas de preservação do sítio histórico de Sobral, em parceria com a Unesco.

- Inovação dos processos de Gestão da Política pública

Não houve nenhum processo de inovação da gestão da unidade

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	187A06117CE	Execução de serviços emergenciais de proteção ao patrimônio arqueológico	48.142,00	Fortaleza	CE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	187A06243CE	Serviços de manutenção emergenciais no prédio sede da 4ª SR/IPHAN.	28.977,44	Fortaleza	CE
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	187A07012CE	Fiscalização e inspeção técnica dos bens culturais constantes do acervo da 4ªSR/IPHAN.	50.194,42	Fortaleza	CE
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	187A11005CE	Edição das publicações "Aracati, Patrimônio de Todos - Roteiro para Preservação do Patrimônio Cultural" (2ª edição) e "Sobral, Patrimônio de Todos - Roteiro para Preservação do patrimônio Cultural" (2ª edição)	8.000,00	Aracati	CE
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	187A12014CE	Finalização da elaboração da instrução de tombamento do acervo do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará-MAUC.	8.760,00	Fortaleza	CE
Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural	187A15003CE	Ampliação do acervo da biblioteca da 4ª SR.	6.404,40	Fortaleza	CE
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	187A16102CE	DEPAM - Restauro das pinturas artísticas internas e dos azulejos históricos da fachada frontal do museu jaguaribano	85.000,00	Aracati	CE

Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	187A21024CE	Digitalização do acervo de plantas de arquitetura da 4ªSR/IPHAN.	9.494,45	Fortaleza	CE
Ampliação e Modernização de Áreas de Conservação e Restauração de Bens Culturais	187A25009CE	Manutenção e expansão das atividades do Laboratório de Conservação e Restauração da 4ª SR-CE.	18.129,79	Fortaleza	CE
Ampliação e Modernização de Áreas de Conservação e Restauração de Bens Culturais	187A25009CE	Manutenção e expansão das atividades do Laboratório de Conservação e Restauração da 4ª SR-CE (complementação orçamentária).	18.129,79	Fortaleza	CE
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	187A24034CE	Elaboração da instrução de tombamento da ponte ferroviária localizada na cidade de Granja / CE.	8.243,62	Granja	CE
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	187A24035CE	Elaboração da instrução de tombamento do parque ferro-portuário de Camocim.	1.332,00	Camocim	CE
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	187A24057CE	Levantamento arquitetônico do complexo da Estação João Felipe.	7.150,00	Fortaleza	CE
			297.957,91		

5ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL –Pernambuco

- Principais projetos realizados

a) OBRAS:

COM RECURSOS DO IPHAN:

- Acompanhamento da obra de Conservação e Adequação do Palácio da Soledade – Nova Sede da 5ªSR/IPHAN;
- Climatização, Instalação de Telefonia e Lógica, Subestação Abaixadora do Palácio da Soledade;
- Estabilização Estrutural (drenagem profunda, estabilização das fundações e reforço das alvenarias) dos imóveis 45,49,55 e 59 da Rua do Amparo -Olinda-PE e Implantação da Sede do Escritório Técnico do IPHAN em Olinda;
- Obra Escola da Igreja de Nossa Senhora do Pilar – Recife-PE;
- Restauração dos Altares da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres – Jaboatão dos Guararapes – PE;
- Restauração Emergencial de Dois Painéis do Retábulo-Mor da Ordem Terceira de São Francisco do Recife – PE.
- Conclusão da Restauração do Altar do Santíssimo da Igreja do Antigo Convento Carmo de Olinda – PE.

COM RECURSOS DO PRONAC:

- Restauração da Capela-Mor da Igreja do Antigo Convento do Carmo de Olinda-PE;
- Restauração da Cantaria da Igreja do Antigo Convento do Carmo de Olinda – PE – 1ª Etapa;
- Restauração do Sobrado do Imperador de Igarassu – PE.
- Restauração do Conjunto Azulejar do Conjunto Franciscano do Recife;
- Restauração da Igreja de Nossa Senhora do Carmo do Recife;
- Restauração da Associação Comercial de Pernambuco;
- Restauração dos Bens Móveis e Integrados da Igreja do Convento de Santo Alberto de Sicília – Goiana – PE.

b) INVENTÁRIOS:

COM RECURSOS DO IPHAN:

- Projeto Caminhos do Açúcar – Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana de Açúcar;
- Inventário de Conhecimento do Patrimônio Ferroviário de Natureza Material – Bens Imóveis, Bens Móveis e Acervo Documental e Contratação do Inventário das Obras de Arte de Engenharia das Linhas Férreas da Extinta RFFSA;
- Levantamento de Dados Cadastrais e Maquete Eletrônica do Sítio Histórico tombado pelo IPHAN na Cidade do Recife-PE;
- Inventário de Bens Imóveis e Configurações Urbanas de Igarassu;
- Inventário do Patrimônio Azulejar – Conclusão;
- INRC da Capoeira em Pernambuco – 1ª Etapa;
- Instrução do Processo de Tombamento do Centro Histórico de Goiana – PE;
- Patrimônio Naval Brasileiro – Conhecimento e Monitoramento de Embarcações Tradicionais -PE – 2º Módulo;
- Identificação de Sítios Arqueológicos ao Longo do Rio São Francisco entre as Cidades de Jatobá e Cabrobó – PE;

COM RECURSOS DO PRONAC:

- Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados de Olinda;

c) BANCO DE PROJETOS:

COM RECURSOS DO IPHAN:

- Projeto de Restauração do Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus- Igarassu-PE;
- Projeto Executivo do Convento de Santo Antônio de Sirinhaém-PE;
- Projeto Paisagístico do Parque Nacional dos Guararapes – PE;
- Contratação do Projeto Executivo da Restauração da Igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife – PE;

- Contratação do Projeto Executivo de Restauração da Igreja da Conceição dos Militares – Recife-PE;
- Projeto Executivo da Igreja de Nossa Senhora do Pilar – Recife;
- Projeto de Segurança Eletrônica, Detecção de Intrusão e Fumaça e Circuito Fechado de TV (CFTV) em Monumentos Tombados localizados nos Municípios de Recife, Olinda, Igarassu, Itamaracá e Jaboatão dos Guararapes – PE;
- Projeto Executivo do Palácio da Soledade – Recife – PE;
- Projeto de Instalação Elétrica do Palácio da Soledade;
- Projeto de Climatização do Palácio da Soledade;
- Projeto da Subestação Abaixadora do Palácio da Soledade;
- Projeto Executivo da Casa 59 da Rua do Amparo – Nova Sede do Escritório Técnico de Olinda – PE.

d) PROJETOS DE SALVA GUARDA:

COM RECURSOS DO IPHAN:

- Salvaguarda do Frevo;
- Salvaguarda da Feira de Caruaru;
- Implantação do Pontão da Feira de Caruaru.

e) EDUCAÇÃO PATRIMONIAL e PUBLICAÇÃO:

COM RECURSOS DO IPHAN:

- Contratação das Cartilhas de Preservação dos Sítios Históricos das Cidades Olinda e Igarassu – PE;
- Conhecer para Preservar – Educação Patrimonial nas Cidades de Igarassu, Goiana e Ipojuca – PE;
- Contratação da Publicação referente aos 50 Anos de Atuação do Engenheiro Ayrton de Almeida Carvalho na Gestão da 5ªSR/IPHAN.

1- Acompanhamento de obras de Restauração do Palácio da Soledade, através da elaboração de projetos complementares e detalhamento de projeto – Nova Sede da 5ªSR/IPHAN-PE.

2- Coordenação do Inventário de Bens Móveis e Integrados de Olinda em parceria com a Fundação Gilberto Freyre, dando continuidade ao INBMI-PE, paralizado em 2006, devido saída da Fundação Vitae do Brasil.

3- Participação da Oficina de preservação da Ilha de Fernando de Noronha -PE;

4- SIG – Olinda - Sistema de Georeferenciamento do Sítio Histórico de Olinda – Conclusão;

- Realização de tombamentos e registros

1- Estudo do Processo de Tombamento das Praças de Burle Marx no Recife – PE;

2- Criação de Grupo de Trabalho IPHAN/FUNDARPE para definição e acatamento do Patrimônio Azulejar de Pernambuco;

3- Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro.

4- Estudo do Processo de Tombamento do Centro Histórico de Goiana – PE.

- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

1) Aquisição e Instalação do Sistema de Ar Condicionado do Palácio da Soledade – Nova Sede da 5ªSR/IPHAN;

2) Instalação da Subestação Aérea de Baixa Tensão para o Palácio da Soledade – Nova Sede da 5ªSR/IPHAN;

3) Aquisição e Instalação do Sistema de Telefonia e Lógica do Palácio da Soledade – Nova Sede da 5ªSR/IPHAN;

4) Restauração, Estabilização e Implantação da Nova Sede do Escritório Técnico de Olinda – Casa de Patrimônio;

- 5) Aquisição de Equipamentos de Processo de Dados (notebooks, impressoras, Tvs, Scanners);
- 6) Aquisição de Microscópio Binocular;
- 7) Aquisição de Módulo de Arquivos Deslizantes para o Arquivo e Biblioteca da 5ªSR/IPHAN;
- 8) Atualização do Acervo Patrimonial da 5ªSR/IPHAN, através do Sistema de Gerenciamento de Patrimônio do IPHAN;
- 9) Manutenção dos Veículos Oficiais da 5ªSR/IPHAN;

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

- 1) Transferência para a 5ªSR/IPHAN de 02 (dois) Servidores- 01 Analista Administrativo e 01 Historiador.
- 2) Treinamento de 01 Servidor em Mapeamento das Competências;
- 3) Contratação de Vigilância Armada para atender o Escritório Técnico de Olinda;
- 4) Contratação de Motorista para atender a 5ªSR/IPHAN
- 5) Curso de Mestrado em Gestão Pública para 02 (dois) servidores da 5ªSR/IPHAN.
- 6) Participação da Oficina sobre Base de dados de Acervos Arquivísticos do IPHAN realizada pela Gerência de Documentação Arquivística e Bibliográfica do IPHAN;
- 7) Participação da Oficina sobre Fortificações – Rio de Janeiro – RJ.

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

ANÁLISE DE PROJETOS: 677

NOTIFICAÇÕES EXTRA-JUDICIAIS: 111

TERMOS DE AJUSTES DE CONDUTA: 06

ANÁLISE DE PROJETOS PRONAC: 26

BIBLIOTECA DA 5ªSR/IPHAN – 537 CONSULTAS;

ARQUIVO DA 5ªSR/IPHAN – 525 CONSULTAS

VISTORIAS: 1.926

Número de entradas de documentos: 2.356

Números de ofícios emitidos: 950

- Inovação dos processos de Gestão da Política pública

- A 5ªSR/IPHAN vem nos últimos anos trabalhando visando conhecer, mais profundamente, o patrimônio cultural de Pernambuco. Para isso está realizando vários inventários de conhecimento temáticos (Caminhos do Açúcar, Patrimônio Ferroviário, Patrimônio Azulejar, Capoeira, Frevo, Feira de Caruaru, Embarcações históricas, Inventários de Igarassu, Recife e Olinda. Estamos atuando em quase todas as áreas da proteção do patrimônio cultural no Estado de Pernambuco (arqueologia, conjuntos históricos, bens arquitetônicos, bens móveis e integrados, patrimônio imaterial, educação patrimonial, inventários de conhecimento, acervos documentais, paisagem cultural, capacitação profissional, licenciamento ambiental/cultural, etc.). Estamos tentando implantar a política cultural do Ministério da Cultura, visando a difusão da diversidade cultural, a democratização do patrimônio cultural e a incluí-lo no contexto sócio-econômico brasileiro.
- A partir do Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Urbanos – INBI-SU, realizado em Olinda, foi desenvolvido o Sistema de Informação Georeferenciada de Olinda - SIG – Olinda. Consiste em um instrumento de gestão que estamos tentando implantar na 5ªSR/IPHAN, visando o controle, a fiscalização, o acompanhamento e a proteção dos conjuntos históricos tombados pelo IPHAN. Trata-se de uma experiência piloto, que junto com o DEPAM/IPHAN, vem sendo desenvolvida para aplicação em todo o território nacional.

- Desenvolvimento do projeto piloto do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN – DEPAM denominado “Projetos Guias”. Trata-se de um projeto de inclusão social, capacitando guias turísticos, e condutores de taxi na área do patrimônio cultural . O projeto tem capacitado guias turísticos de Olinda, guardas patrimoniais e taxistas de Recife, Olinda Jaboatão dos Guararapes, Igarassu e Itamaracá, visando o melhor aprendizado sobre o Patrimônio cultural dessas cidades e melhorar a renda desses trabalhadores ambulantes, repassando aos turistas e visitantes informações mais adequadas e precisas e assim melhor satisfazer esses usuários.
- Visando monitorar o estado de conservação das embarcações históricas no Estado de Pernambuco, a 5ª SR/IPHAN vem desenvolvendo um Inventário de Embarcações Tradicionais de Pernambuco. Foram identificadas 12 embarcações de valor histórico que a partir desse projeto vem localizando, identificando, fotografando, levantando graficamente o patrimônio naval do nosso estado.
- Visando a celeridade e unidade da análise dos projetos em áreas sob a jurisdição do IPHAN no município do Recife foi firmado Termo de Cooperação Técnica para em conjunto com os órgãos municipais (DIRCON, DPPC) e com o Governo do Estado (Fundarpe), analisarem e aprovarem esses projetos.
- As parcerias com o Governo do Estado estão mais fortalecidas diante do termo de cooperação técnica firmado entre o IPHAN e a Fundarpe.
- Participação da 5ª SR/IPHAN do Conselho Gestor do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha – PE, visando a participação nas reuniões bimensais e cumprimento do seu papel institucional de proteção do Patrimônio Cultural da Ilha. A Ilha tem dois monumentos tombados pelo IPHAN e um processo de tombamento aberto para o conjunto paisagístico da Ilha de Fernando de Noronha-PE.
- Criação de Grupo de Trabalho conjunto (IPHAN, Prefeitura, Governo do Estado, e Universidade Federal de Pernambuco) para instrução do Processo de Tombamento das Praças projetadas por Bule Marx em Recife. Pela primeira vez, na 5ªSR/IPHAN, um processo de tombamento está sendo instruído em conjunto com técnicos das 03 (três) instâncias governamentais (municipal, estadual e federal), e posterior apresentação ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN.
- Todos os dados constantes nesse relatório foram retirados de consultas aos técnicos e documentos da 5ªSR/IPHAN, bem como do sistema protocolo CPROD.

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenha		
			do	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	188A04011PE	Gestão e Administração do Programa	45.650,62	Recife	PE
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	188A07013PE	Inspeção técnica e fiscalização dos Monumentos Tombados sob a jurisdição da 5ª Regional PE	93.984,35	Recife	PE
Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural	188A09009PE	LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO - ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS E REUNIÕES AFINS RELACIONADAS AS NOVAS AÇÕES DA 5ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL, DURANTE O ANO DE 2008.	7.002,00	Recife	PE

Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural	188A09026PE	Curso de Especialização em Intervenção em Áreas Históricas	5.410,00	Recife	PE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06015PE	Climatização do Palácio da Soledade- Nova sede da 5ªSR/IPHAN	225.000,00	Recife	PE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06025PE	Obra Emergencial de Consolidação Estrutural na Igreja do Mosteiro de São Bento, em Olinda (PE).	40.000,00	Olinda	PE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06026PE	Elaboração de Projetos Executivo e Estudo Complementares para o Restauo da Igreja de São Pedro dos Clérigos - Recife - PE	70.000,00	Recife	PE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06028PE	Parque Histórico Nacional dos Guararapes PHNG/Montes Guararapes: Recuperação da "FÁBRICA DE DOCES".	40.000,00	Jaboatão dos Guararapes	PE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06029PE	Obra de Conservação e Adequação do Palacio da Soledade - Nova Sede da 5ªSR/IPHAN-PE	159.996,67	Recife	PE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06061PE	Elaboração de Projeto de Restauração do Palácio da Soledade e do edifício Sede do Centro Cultural Nobrega-Recife-PE	28.200,00	Recife	PE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06062PE	Obra Escola da Igreja de Nossa Senhora do Pilar - Recife - Divulgação e Materiais Complementares	44.191,70	Recife	PE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06063PE	ANÁLISE DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS RESGATADOS DURANTE OBRA DE RESTAURAÇÃO NA IGREJA MADRE DE DEUS, RECIFE.	15.600,00	Recife	PE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06113PE	Programa do Patrimônio Azulejar do Brasil: Projeto de recuperação azulejar do Convento e Igreja franciscanos de Sirinhaém.	47.879,10	Sirinhaém	PE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06118PE	Restauração dos Altares da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres - Jaboatão dos Guararapes - PE	399.016,56	Recife	PE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06119PE	Gestão de Patrimônio Material - organização do fluxo interno dos processos técnicos de patrimônio material da 5ªSR/IPHAN.	10.000,00	Recife	PE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06120PE	Pesquisas, Levantamentos e Elaboração de Projetos Executivos para o Restauo da Igreja Matriz de Santo Antônio -	66.500,00	Recife	PE

Recife - PE.

IDENTIFICAÇÃO DE SÍTIOS						
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06121PE	ARQUEOLÓGICOS AO LONGO DO RIO SÃO FRANCISCO ENTRE AS CIDADES DE JATOBÁ E CABROBÓ, PE.	39.450,00	Jatobá	PE	
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06137PE	Programa do Patrimônio Azulejar Brasileiro: Patrimônio Azulejar de Pernambuco - 2º módulo - final	60.000,00	Petrolina	PE	
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06203PE	Restauração emergencial de dois painéis do retábulo-mor da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco do Recife - PE	16.000,00	Recife	PE	
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06228PE	Aquisição de Material Permanente para execução do Inventário de Conhecimento do Patrimônio Ferroviário em Pernambuco	4.013,67	Afogados da Ingazeira	PE	
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	188A06229PE	Obra Emergencial no Imóvel situado na Av. Marquês de Olinda nº67, Bairro do Recife-PE	108.413,00	Recife	PE	
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	188A08014PE	CONHECER PARA PRESERVAR - Educação Patrimonial nas Cidades de Igarassu, Goiana e Ipojuca.	90.330,00	Goiana	PE	
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	188A10051PE	CERIMÔNIA DE RECONHECIMENTO AOS CONCORRENTES DA ETAPA NACIONAL E VENCEDORES DO PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE - 2008.	7.500,00	Recife	PE	
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	188A11008PE	Divulgação do patrimônio material através de publicação de cadernos técnicos e postais sobre os 09(nove) monumentos religiosos tombados em nível federal em Goiana-PE, como forma de sensibilização comunidade e de coibir a constante descaracterização desse patrimônio.	7.716,00	Goiana	PE	
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	188A11014PE	Publicação referente aos 50 anos de atuação do Engº Ayrton de Almeida Carvalho na gestão da 5ª SR/lphan/MinC.	35.968,98	Recife	PE	
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	188A11031PE	Cartilhas de Preservação dos Sítios Históricos das Cidades de Olinda e de Igarassu (PE).	61.300,00	Olinda	PE	

Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	188A12011PE	Levantamento físico-documental para subsidiar a instrução do processo de tombamento do sítio histórico de Goiana-PE.	20.000,00	Goiana	PE
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	188A12026PE	Revisão do polígono de entorno do Sítio da Trindade, monumento tombado pelo IPHAN na cidade de Recife-PE	11.300,00	Recife	PE
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	188A14028PE	INRC da Capoeira em Pernambuco - 1ª etapa	46.050,00	Recife	PE
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	188A16009DF	Presid. - CESSÃO DE IMAGEM DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.	3.500,00	Brasília	DF
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	188A16017PE	Depam - Caminhos do Açúcar - Consolidação e divulgação de produtos.	17.284,00	Recife	PE
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	188A16078PE	DEPAM - Complementação da ação que visa a definição das áreas com interesse para proteção (tombamento e entorno) na cidade de Goiana e indicação dos parâmetros construtivos e urbanísticos para as áreas delimitadas de proteção e Produção de Vídeo para apresentação ao conselho consultivo do Iphan.Complementação.	35.720,00	Goiana	PE
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	188A16087PE	DPI - Balaio do Patrimônio Cultural	2.074,87	Recife	PE
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	188A16089PE	DEPAM - Contratação de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (MPANE).	40.000,00	Recife	PE
Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial	188A18011PE	Salvaguarda do Frevo: Apoio às Agremiações	19.152,00	Recife	PE
Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial	188A18016PE	Salvaguarda da Feira de Caruaru - Continuação	25.890,00	Caruaru	PE
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	188A21006PE	Tratamento técnico do acervo bibliográfico da 5ªSR/IPHAN.	48.620,43	Recife	PE

Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	188A21007PE	Tratamento técnico do acervo arquivístico da 5ª SR/IPHAN.	43.062,90	Recife	PE
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	188A21046PE	Acondicionamento do acervo fotográfico do Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados de Olinda	9.000,00	Recife	PE
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	188A24016PE	Mapeamento do acervo bibliográfico e arquivístico existente na Sede do Escritório Regional Recife da extinta RFFSA.	67.000,00	Recife	PE
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	188A24033PE	Inventário de Conhecimento do Patrimônio Ferroviário de natureza material - 2ª Etapa - Obras de Arte, trechos ferroviários preservados e material rodante.	77.969,64	Afogados da Ingazeira	PE
Ampliação e Modernização de Áreas de Conservação e Restauração de Bens Culturais	188A25008PE	Manutenção das atividades do Núcleo de Conservação e Restauração de Documentos da 5ª.SR/IPHAN.	18.196,62	Recife	PE
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	188A20022PE	Patrimônio Naval Brasileiro: Conhecimento E Monitoramento de Embarcações Tradicionais/PE – 2º módulo	24.900,00	Recife	PE
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	188A20023PE	Inventário de varredura do patrimônio material do ciclo da cana-de-açúcar nos municípios de Escada, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes e Moreno - PE.	129.900,00	Jaboatão dos Guararapes	PE
			2.368.743,11		

6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Rio de Janeiro

- Principais projetos realizados

1. Implantação de cronograma de vistorias nos bens tombados;
2. Produção de DVD's (Niemeyer, Reidy e Lucio Costa) e da publicação *Oficina de Estudos da Preservação – Coletânea I*;
3. Realização do Inventário ferroviário;
4. Realização de eventos, como por exemplo, o projeto *Oficina de Estudos da Preservação*, e criação da Ouvidoria;
5. Dentre os processos de tombamento, destacamos os realizados sobre a obra de Niemeyer;
6. Implantação de equipe para desenvolver o Patrimônio Imaterial;

7. Contratação de gerenciamento de gestão de abastecimento de veículos;
8. Implantação do CEPROD;
9. Regularização dos Softwares;
10. Aproximação com a Polícia Federal, no combate ao roubo e ações de arrolamento de bens móveis quando de obras emergenciais e nos Pronac;

- Realização de tombamentos e registros

1. Não houve tombamentos pela SR em 2008. No entanto, a produção relativa à instrução e à análise de processo e pedidos de tombamento pendentes se voltou para as obras do arquiteto Oscar Niemeyer constantes do processo 1550-T-07, a saber: Sambódromo do Rio de Janeiro, Monumento a 9 de novembro em Volta Redonda, Centro Cultural situado na Praça do Pacificador em Duque de Caxias e obras integrantes do Caminho Niemeyer, em Niterói. Ainda, com relação a este processo, foi realizada a diligência referente à Casa, sito a Estrada das Canoas, no Rio de Janeiro. Foram concluídos, ainda, os processos nº 1487-T-02 – Casa na Estrada das Canoas, 2310; nº 1488-T-02 – Museu de Arte Contemporânea; e nº 1544-T-07 – Conjunto Arquitetônico Praça do Caminho Niemeyer. Também foram instruídos analisados e concluídos os pedidos de tombamento referente à Igreja de N. Sra. da Penha e ao “castelo” do Conde Pereira Carneiro, ambos na Ponta d’Areia, Niterói/RJ.
2. Não houve registro pela SR. No entanto, houve a participação no Pontão de Cultura do Jongo da Região Sudeste e finalização dos INRC’s dos Terreiros de Candomblé e da Festa de São Benedito em Angra dos Reis.

- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

No Escritório Técnico de Vassouras:

1. Aquisição de equipamentos: Impressora, fax, aparelho de telefone, televisão, aparelho de DVD, Auto CAD, Computador;
2. Doação: decibelímetro;
3. Transferência de veículo oficial: Gol VW, 1992 (9ºSR)

No Escritório Técnico de Cabo Frio:

4. Aquisição de livros para o acervo bibliográfico do Escritório

No Escritório Técnico de Petrópolis:

5. Aquisição de equipamentos e mobiliário: 3 computadores, 2 impressoras laser monocromáticas, 1 aparelho de fax, 1 scanner, 3 mesas tipo secretária e 6 cadeiras simples - Unidade Básica de Informação - COPEDOC; 1 impressora laser colorida ; 1 roteador wireless e 4 placas de rede wireless; 1 computador.

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

1. Curso de CAD;
2. Curso de Orçamento;
3. Encontro Técnico da Regional;

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

1. Arquivo Público Municipal de Vassouras – salvamento e digitalização do acervo documental de Vassouras (Prefeitura Municipal de Vassouras e equipamentos doados pela VITAE);

2. Projeto Diálogos – troca de experiências, transferência de conhecimento (PRONAC e projetos culturais) com comunidades circunvizinhas do centro histórico de Vassouras e entorno do Clube XV de novembro.
3. Serviços realizados através de TAC com o intermédio do MPF:
 - Complementação das Obras de Conservação do Convento de Nossa Senhora dos Anjos, em Cabo Frio;
 - Projeto Memória Viva 1 – Contadores de Causos, consistindo em concurso público universitário de pesquisa sobre história oral, com a produção de um DVD com os melhores causos contados;
 - Projeto Memória Viva 2 – O Futuro do Patrimônio, consistindo de oficinas de arte/educação patrimonial em 2 escolas municipais da Região dos Lagos.
4. Transporte dos livros que irão compor o acervo da Biblioteca Diplomata Pedro Carlos Neves da Rocha para as instalações do Escritório Técnico de Petrópolis - UCP;
5. Materiais e equipamentos recebidos em doação: 1 Swith Rcck 24 portas 10/100 PERPSRW 22464, 2 walk-taks Motorola, 3 gravadores analógicos Panasonic, micro-computador , impressora HP Deskjet, 2 unidades de Placa Mãe Asus A 7V400 MX, Decibelímetro portátil, forno microondas Panasonic, ar-condicionado eletrolux, 1 carregador de pilhas, telefone sem fio, roteador Wireless, quadro branco, cafeteira Arno, chaveador KVM 4 portas teclado+vídeo+mouse com cabos, etc.
6. Obras de recuperação do telhado da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Prefeitura Municipal de Paty do Alferes.

- Inovação dos processos de Gestão da Política pública

1. Vistoria e acompanhamento das exigências junto aos proprietários e Profer;
2. Exigências preliminares para o Pronac;
3. Parceria com a função de Estado de acompanhamento conjunto de bens tombados, próprios e federais;
4. Encontros periódicos entre o Superintendente e os seus representantes dos ET que resultaram em:
 - a. Melhoria na qualidade das análises de projetos de intervenção na área histórica e seu entorno;
 - b. Fluidez das informações e ações em relação aos requerentes e à Secretaria Municipal de Obras;
 - c. Troca de experiências em ações junto às comunidades onde se encontram os Escritórios Técnicos;
 - d. Maior compreensão das questões ligadas ao cotidiano dos Escritórios Técnicos.

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	189A04012RJ	Gestão e Administração do Programa	35.378,45	Rio de Janeiro	RJ
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	189A07014RJ	Fiscalização e Inspeção técnica de bens, sítios arqueológicos tombados pelo IPHAN, na jurisdição desta 6ª SR.	68.827,54	Rio de Janeiro	RJ
Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural	189A09013RJ	Capacitação dos servidores em projetos incentivados	15.000,00	Rio de Janeiro	RJ

Preservação de Bens Culturais de Natureza		OBRAS EMERGENCIAIS PARA O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA			
Material	189A06014RJ	ANTIGA FAZENDA DE PARATY MIRIM.	30.000,00	Parati	RJ
Preservação de Bens Culturais de Natureza		Manutenção emergencial do			
Material	189A06031RJ	prédio da ASEPAVA - Vassouras	39.899,00	Vassouras	RJ
Preservação de Bens Culturais de Natureza		Obra de manutenção, conservação e combate à			
Material	189A06064RJ	incêndio na atual sede do Escritório Técnico II Petrópolis, localizada no Prédio da Casa da Guarda do Conjunto Arquitetônico do Palácio Rio Negro.	29.000,00	Petrópolis	RJ
Preservação de Bens Culturais de Natureza		OBRA EMERGENCIAL em bem			
Material	189A06065RJ	tombado no município de Campos dos Goytacazes.	99.000,00	Campos dos Goytacazes	RJ
Preservação de Bens Culturais de Natureza		Obras emergenciais em bens			
Material	189A06066RJ	tombados no município do Rio de Janeiro-RJ	199.999,00	Rio de Janeiro	RJ
Preservação de Bens Culturais de Natureza		Obras emergenciais nos municípios			
Material	189A06067RJ	de Angra dos Reis e Mangaratiba - Costa Verde - RJ	200.000,00	Angra dos Reis	RJ
Preservação de Bens Culturais de Natureza		GESTÃO DAS COLEÇÕES			
Material	189A06114RJ	ARQUEOLÓGICAS SOB A GUARDA DO LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA DA 6ª SR (VIDROS E OSSOS)	49.855,10	Rio de Janeiro	RJ
Preservação de Bens Culturais de Natureza		SOCIALIZAÇÃO DOS SÍTIOS			
Material	189A06115RJ	ARQUEOLÓGICOS DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO (CASA DOS PILÕES)	18.685,56	Rio de Janeiro	RJ
Preservação de Bens Culturais de Natureza		Elaboração de Projetos Executivos			
Material	189A06116RJ	de Instalações para a Sede do Escritório Técnico II - Paraty	19.990,50	Parati	RJ
Preservação de Bens Culturais de Natureza		Intervenções de conservação nos			
Material	189A06135RJ	espaços do Centro Nacional de Cultura Popular	137.500,00	Rio de Janeiro	RJ
Preservação de Bens Culturais de Natureza		Levantamento de utilização dos			
Material	189A06206RJ	espaços do Palácio Gustavo Capanema	7.870,00	Rio de Janeiro	RJ
Preservação de Bens Culturais de Natureza		Recuperação do mobiliário do			
Material	189A06211RJ	Palácio Gustavo Capanema sob a guarda do DEPAM	100.000,00	Rio de Janeiro	RJ
Preservação de Bens Culturais de Natureza		Recuperação das instalações			
Material	189A06218RJ	hidrosanitárias do prédio da Avenida Rio Branco, 46	193.950,00	Rio de Janeiro	RJ

Preservação de Bens Culturais de Natureza		Instalação de sistema de ar condicionado no prédio sede da 6ª			
Material	189A06230RJ	SR - Rio de Janeiro	347.000,00	Rio de Janeiro	RJ
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	189A08029RJ	Elaboração de roteiro de peça do teatro infantil	14.500,00		
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	189A08034RJ	projeto de educação patrimonial "O IPHAN TÁ NA PRAIA"	21.000,00	Cabo Frio	RJ
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	189A10021RJ	Exposição comemorativa do centenário do prédio sede da 6ª SR	59.490,00	Rio de Janeiro	RJ
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	189A10022RJ	Oficina de Estudos da Preservação	19.995,00	Rio de Janeiro	RJ
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	189A10023RJ	Produzir um DVD sobre o filme O Risco, sobre a obra do arquiteto Lúcio Costa.	25.000,00	Rio de Janeiro	RJ
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	189A10037RJ	EXPOSIÇÃO ITINERANTE SOBRE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA E REGIONAL PARA OS ESCRITÓRIOS TÉCNICOS DA 6ª SR	5.000,00	Rio de Janeiro	RJ
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	189A10061RJ	Oficina de Arqueologia da Região Sudeste	26.740,00	Rio de Janeiro	RJ
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	189A10062RJ	Evento de lançamento da publicação 'Oficina de Estudos da Preservação - 5 anos'	12.999,00	Rio de Janeiro	RJ
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	189A10068RJ	ENCONTRO COM OS PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.	46.890,00	Rio de Janeiro	RJ
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	189A11016RJ	Publicação: OFICINA DE ESTUDOS da PRESERVAÇÃO	24.769,00	Rio de Janeiro	RJ
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	189A11025RJ	Folhetos sobre os bens objetos de obras de restauração.	24.978,90	Rio de Janeiro	RJ

Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	189A11077RJ	Revista de palavras cruzadas temática sobre a vinda da Família Real para o Brasil.	7.900,00	Rio de Janeiro	RJ
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	189A11082RJ	PRODUÇÃO DE FOLHETO INSTITUCIONAL PARA PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO	7.800,00	Rio de Janeiro	RJ
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	189A11083RJ	DVD LEMBRANÇAS DO FUTURO	20.000,00	Rio de Janeiro	RJ
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	189A12008RJ	Levantamento de dados para instrução de processos de tombamento nos municípios de Santa Maria Madalena, Sapucaia e Areal, no Estado Do Rio de Janeiro.	10.330,00	Rio de Janeiro	RJ
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	189A12009RJ	Levantamento preliminar da obra de Oscar Niemeyer no Estado do Rio de Janeiro e atualizar informações acerca de bens móveis e imóveis arrolados nos processos e/ou pedidos de tombamentos pendentes na 6ª SR.	11.610,00	Rio de Janeiro	RJ
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	189A12015RJ	Instrução de proposta de tombamento da Igreja Nossa Senhora da Penha.	4.900,00	Rio de Janeiro	RJ
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	189A12033RJ	Elaboração de dossiê sobre o Palácio Gustavo Capanema para a UNESCO	47.822,00	Rio de Janeiro	RJ
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	189A14011RJ	Acompanhamento da realização do INRC da cultura Mbyá-Guarani em Paraty - Rio de Janeiro	8.048,50	Parati	RJ
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	189A14014RJ	INRC dos Terreiros de Candomblé do Rio de Janeiro - 3ª Etapa - Edição de materiais	49.200,00	Rio de Janeiro	RJ
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	189A14041RJ	Identificação e Inventário com vistas ao Registro da Festa do Divino Espírito Santo, Paraty/RJ.	14.950,00	Rio de Janeiro	RJ
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	189A14042RJ	Identificação e Inventário de Referências Culturais da Feira de São Cristóvão/Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas-RJ	20.500,00	Rio de Janeiro	RJ

Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	189A14048RJ	INRC da região comercial da SAARA - Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega – RJ – Levantamento Preliminar	10.800,00	Rio de Janeiro	RJ
Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural	189A15004RJ	Ampliação do acervo bibliográfico da 6ª SR	12.511,76	Rio de Janeiro	RJ
Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural	189A15016RJ	Aquisição de Livros para o acervo bibliográfico do ET II Cabo Frio.	942,47	Cabo Frio	RJ
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	189A16008RJ	- Pres. - LANÇAMENTO DO DVD "ENCONTRO COM OSCAR NEIMEYER" COMEMORATIVO DO CENTENÁRIO DO ARQUITETO E 70 ANOS DO IPHAN	1.000,00	Rio de Janeiro	RJ
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	189A16035RJ	Depam - Encontro anual do IPHAN / RIO	20.000,00	Rio de Janeiro	RJ
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	189A16049RJ	DEPAM - PROJETO RIO DE JANEIRO (SÉCULOS XVIII AO XXI): DIAGNÓSTICO DO POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DO RIO DE JANEIRO – MAPAS PARA GESTÃO	56.475,47	Rio de Janeiro	RJ
Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial	189A18002RJ	Implantação do Plano de Salvaguarda das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro	50.000,00	Rio de Janeiro	RJ
Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	189A19017RJ	Instrução de pedido de registro da Festa do Divino Espírito Santo, Paraty - RJ	49.800,00	Parati	RJ
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	189A21008RJ	Tratamento Técnico do Acervo Arquivístico e Bibliográfico do Escritório Técnico II - Paraty	6.966,48	Parati	RJ
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	189A21009RJ	Equipar a Unidade Básica de Informação do Escritório Técnico II - Petrópolis	8.244,87	Petrópolis	RJ
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	189A21010RJ	Preservação e conservação do acervo arquivístico e bibliográfico da 6ª SR	4.392,18	Rio de Janeiro	RJ

Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	189A21032RJ	Preservação e conservação do acervo bibliográfico da 6ª SR.	9.223,20	Rio de Janeiro	RJ
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	189A21040RJ	Tratamento Técnico do Acervo Documental da 6ª SR/IPHAN	4.539,78	Rio de Janeiro	RJ
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	189A24005RJ	Inventário dos bens imóveis com valor artístico, histórico e cultural da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA - Complementação	22.399,99	Rio de Janeiro	RJ
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	189A24006RJ	Estudo de Revitalização do trecho ferroviário Mauá-Fragoso.	115.000,00	Petrópolis	RJ
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	189A24007RJ	Restauração de tres estações da extinta RRFSA no município de Nova Iguaçu.	119.621,00	Nova Iguaçu	RJ
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	189A24017RJ	Inventário de Bens Móveis do acervo da extinta RFFSA	30.900,00	Rio de Janeiro	RJ

Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	189A24050RJ	Implantação do Centro de memória Ferroviária - contratação de serviços preliminares .	47.800,00	Rio de Janeiro	RJ
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	189A24051RJ	Contratação de serviços técnico especializados de arquitetura/ engenharia para reforma do Museu do Trem	248.800,00	Rio de Janeiro	RJ
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	189A24052RJ	Inventário de bens imóveis da extinta RFFSA em ramais erradicados-2ª parte.	59.560,56	Rio de Janeiro	RJ
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	189A20010RJ	Inventário do Caminho Histórico de Mambucaba - Angra dos Reis/RJ	19.500,00	Angra dos Reis	RJ
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	189A20020RJ	Complementação do Inventário do Centro Histórico de Vassouras	15.000,00	Vassouras	RJ
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	189A20024RJ	Levantamento do potencial arqueológico de Paraty Mirim	29.500,00	Parati	RJ
			3.019.355,31		

7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Bahia

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	190A04013BA	Gestão e Administração do Programa	37.662,53	Salvador	BA

Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	190A07015BA	FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO TÉCNICA DE BENS TOMBADOS	89.721,30	Salvador	BA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	190A06013BA	Elaboração de Projeto de Restauo dos Azulejos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário - Cachoeira (BA)	50.000,00	Cachoeira	BA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	190A06049BA	Reserva Técnica do Laboratório de Arqueologia da 7ª SR	14.376,86	Salvador	BA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	190A06122BA	OBRAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS - SANTO AMARO (BA)	199.938,51	Santo Amaro	BA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	190A06123BA	OBRAS EMERGENCIAIS EM BENS IMÓVEIS TOMBADOS NO ESTADO DA BAHIA	270.000,00	Salvador	BA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	190A06124BA	LEVANTAMENTO CADASTRAL E PROJETO DE RESTAURAÇÃO PARA BENS IMÓVEIS TOMBADOS EM RISCO NO ESTADO DA BAHIA	17.702,59	Salvador	BA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	190A06125BA	OBRAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	100.000,00	Salvador	BA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	190A06194BA	Obras de Restauração do Claustro do Convento de São Francisco em Salvador	851.029,62	Salvador	BA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	190A06211BA	OBRAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA IGREJA MATRIZ DE SÃO BARTOLOMEU EM MARAGOGIPE - BAHIA	118.200,00	Maragogipe	BA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	190A06215BA	Fonte em Cantaria - Retirada, Transporte e Reinstalação	11.415,55	Salvador	BA
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	190A06224BA	Aquisição de Máquina Fotográfica	4.500,00	Salvador	BA
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	190A10041BA	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR	410,30	Salvador	BA
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	190A10065BA	Evento de confraternização, Solenidade do Patrimônio Cultural Brasileiro e Lançamento do livro Dossiê 6 - Ofício das Baianas de Acarajé	9.806,20	Salvador	BA
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	190A12016BA	INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE TOMBAMENTO REFERENTES A BENS CULTURAIS NO ESTADO DA BAHIA	31.960,70	Salvador	BA
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	190A14010BA	INRC de Mucugê / BA - 2ª etapa.	71.764,40	Mucugê	BA
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	190A16043BA	PRES. - AQUISIÇÃO, RESTAURO E ADEQUAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR O ESCRITÓRIO TÉCNICO DE RIO DE CONTAS	89.900,00	Rio de Contas	BA

Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	190A16044BA	PRES. - Aquisição do imóvel-sede do Museu dos Saveiros em Maragogipe - BA	1.956,00	Salvador	BA
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	190A16065BA	DEPAM - PROGRAMA DE APOIO AOS ESCRITÓRIOS TÉCNICOS DO IPHAN NA BAHIA	25.527,92	Salvador	BA
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	190A16070BA	DEPAM - Estudos para delimitação da poligonal de tombamento de trecho da Orla Atlântica de Salvador	14.398,14	Salvador	BA
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	190A16079BA	DEPAM - Elaboração de material audiovisual para apresentação da proposta de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Bairro do Comércio em Salvador	7.950,00	Salvador	BA
Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial	190A18004BA	Ações de salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé	10.000,00	Salvador	BA
Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	190A19018BA	Abertura e Instrução do Processo de Registro da Festa de Nosso Senhor do Bonfim	100.720,00	Salvador	BA
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	190A24008BA	ACONDICIONAMENTO DAS PEÇAS DO ACERVO MÓVEL DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL.	9.597,60	Salvador	BA
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	190A24009BA	OBRAS EMERGENCIAIS NOS TELHADOS DE EDIFÍCIO DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL	39.979,56	Salvador	BA
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	190A24010BA	Inventário do acervo de bens moveis e imoveis da extinta Rede Ferroviaria Federal de valor histórico artistico e cultural no estado da Bahia. (primeira etapa)	199.998,46	Salvador	BA
Ampliação e Modernização de Áreas de Conservação e Restauração de Bens Culturais	190A25007BA	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA DA 7ª S.R./IPHAN - BAHIA	32.582,00	Salvador	BA
Ampliação e Modernização de Áreas de Conservação e Restauração de Bens Culturais	190A25015BA	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS DA 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO IPHAN	3.667,40	Salvador	BA

Ampliação e Modernização de Áreas de Conservação e Restauração de Bens Culturais	190A25017BA	Manutenção das atividades da Unidade Mínima de Conservação de acervos Arquivísticos e Bibliográficos (Laboratório de Pequeno Porte) da 7ª SR - Salvador/BA	4.999,60	Salvador	BA
			2.419.765,24		

8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – SERGIPE

- Principais projetos realizados

- 1- Rerratificação do tombamento de São Cristóvão/SE;
- 2- Inauguração da Sede da Oficina Escola com Exposição dos resultados do INRC e INBISU de Laranjeiras, assim como da Oficina Escola, no mês de março/2008;
- 3- Emissão de 92 pareceres técnicos;
- 4- Acompanhamento em Sergipe do Concurso de Projetos ligados ao Patrimônio Cultural Rodrigo de Melo Franco;
- 5- Inspeção das Igrejas São Benedito de Laranjeiras/SE, Igreja Nossa Sra do Amparo em Nossa Sra do Socorro/SE, Igreja Nossa Sra do Bomfim em Laranjeiras/SE, com emissão de laudo de vistoria;
- 6- Elaboração da Base Cadastral do Sítio tombado de Laranjeiras;
- 7- Projetos Complementares da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos em Laranjeiras/SE;
- 8- Aquisição de equipamentos e andaimes para a Oficina Escola de Laranjeiras/SE;
- 9- Reunião em Divina Pastora com a Associação das rendeiras para tratar do Registro da Renda Irlandesa;
- 10- Palestra proferida pela Arquiteta Sandra Rafaela Magalhães Corrêa na Universidade Tiradentes, sobre Tombamento e Cidadania, no Encontro de Arquitetura, em outubro/2008;
- 11- Participação da Servidora Sandra Rafaela Magalhães Corrêa no Grupo de Trabalho sobre Padronização de Procedimentos e Rotinas de Fiscalização do DEPAM, conforme Portaria nº 01/2008, de 25/07/2008;
- 12 – Reunião com a Superintendência e os mestres e professores de Capoeira no mês de outubro, sobre a Salvaguarda da Capoeira e os procedimentos a serem adotados após o Registro, visando à participação no Encontro Estadual de Capoeira;
- 13 – Participação da Servidora Joseane Paiva Macedo Brandão no Encontro Estadual de Mestres de Capoeira do Estado de Sergipe em 05/12/2008;
- 14 – Participação da servidora Sandra Rafaela Magalhães Corrêa como Co-Supervisora na 7ª Oficina do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP, em Vassouras-RJ, em julho/2008;
- 15 – Emissão de Relatório sobre as intervenções na Igreja Jesus Maria José em Laranjeiras/SE;
- 16 – Elaboração do Diagnóstico Regional para o Sistema Nacional de Patrimônio pela servidora Joseane Paiva M. Brandão;
- 17 – Participação da servidora Marta Maria Silva Chagas na Reunião sobre Patrimônio Imaterial na cidade de Recife/PE, promovida pelo DPI em outubro/2008;
- 18 - Participação da Superintendente Sra. Eliane Maria Fonseca na Reunião sobre Sistema Nacional de Patrimônio Cultural em Recife/PE, dezembro/2008;
- 19 – Participação da Servidora Marta Maria Silva Chagas representando a Sra. Superintendente na Reunião do Conselho do IPHAN para tratar da Propositura do Registro da Renda Irlandesa de Divina Pastora/SE;

- Realização de tombamentos

- 1- Registro do modo de fazer da Renda Irlandesa em Divina Pastora/SE;
- 2 – Estudo de Tombamento do prédio da Alfândega em Aracaju/SE, chegando à conclusão pelo arquivamento;
- 3 – Instrução do processo de tombamento da Igreja Matriz do Sr. Dos Passos em Maruim/SE;

- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

Após a conclusão da obra de restauração da Sede, foi realizada a mudança de Sede que passou a ter Sede própria efetivamente a partir de outubro de 2008, foram adquiridos mobiliários para o Gabinete da Superintendência, biblioteca, armários para copa, garagem, hall de entrada da Divisão Administrativa, bancos para jardim, notebook, scanner.

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

1. Oficina de Capacitação em Arqueologia na Lapa/PR
 - Período: 24 a 28/03/2008
 - Servidor: Roberto da Silva Ribeiro
 - Recurso: GAP
2. Encontro de Trabalho em Petrópolis/RJ
 - Período: 13 a 15/03/2008
 - Servidor: Adelaide de Andrade França Martins
 - Recurso: DPA
3. Cronograma Físico Financeiro SIASG
 - Período: 23 a 25/04/2008
 - Servidores: Adelaide de Andrade França Martins
Joseane Paiva Macedo Brandão
Sandra Rafaela Magalhães Corrêa
 - Recurso: Parceria com a Universidade Federal de Sergipe
4. Curso de Patrimônio Imaterial Político e Instrumentos de Identificação, Documentação e salvaguarda.
 - Período: março a junho/2008
 - Servidor: Joseane Paiva Macedo Brandão
 - Recurso: A distância
5. Reunião da Câmara do Patrimônio Imaterial, em Brasília/DF,
 - Período : dias 17 e 18 de abril de 2008,
 - Servidoras: Eliane Maria Silveira Fonseca Carvalho
Marta Maria Silva Chagas.
 - Recurso: DPI
6. Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Sistema SGP (Sistema Geral de Patrimônio) em Brasília/DF.
 - Período: 09/04/2008
 - Servidora: Adelaide de Andrade França Martins
 - Recurso: DPA
7. Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em Cachoeira/BA.
 - Período: de 22 a 25/04/2008.
 - Servidora: Eliane Maria Silveira Fonseca Carvalho
 - Recurso: DEPAM
8. Reunião com o DPI sobre o registro da Renda Irlandesa de Divina Pastora, realizada em Brasília/DF
 - Período: de 16 a 18/04/2008.
 - Servidoras: Eliane Maria Silveira Fonseca Carvalho
Marta Maria Silva Chagas.
 - Recurso: DPI e GAP
9. Encontro Nacional de Arquitetos ArquiMemória 3, na cidade de Salvador/BA
 - Período: de 08 a 11 de junho de 2008
 - Servidores: Marta Maria Silva Chagas
Kleber Rocha Queiroz
Sandra Rafaela Magalhães Corrêa
 - Recurso: DEPAM
10. Seminário sobre Gestão de Áreas Tombadas, em São Francisco do Sul/SC .
 - Período: de 17 a 20 de junho de 2008
 - Servidores: Kleber Rocha Queiroz

Sandra Rafaela Magalhães Corrêa

- Recurso: DEPAM
- 11. Oficina de Elaboração de Projeto Básico
 - Período: de 13 a 14 de agosto de 2008
 - Servidor: Marta Maria Silva Chagas
 - Recurso: DEPAM
- 12. Curso de Gestão por Competências e Capacitação e Oficina de Metodologia de Mapeamento de Competências, oferecidos pela ENAP, em Brasília/DF.
 - Período de 19 a 21 de agosto de 2008
 - Servidora Adelaide de Andrade França Martins
 - Recurso: DPA
- 13. Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, realizado em Pirinópolis/GO;
 - Período de 25 a 29 de agosto de 2008
 - Servidora Rosângela Marta Siqueira Barreto
 - Recurso: DPI
- 14. 2ª Oficina de Pesquisa do IPHAN, tendo sido apresentado trabalho de Rerratificação de São Cristóvão/SE;
 - Período 09/08/2008
 - Servidora Sandra Rafaela Magalhães Corrêa
 - Recurso: DEPAM
- 15. Reunião com os servidores de todas as Unidades que participaram do Curso de Gestão por Competências, onde foi apresentada a equipe de Consultoras da empresa SPOT, contratada para realização do Mapeamento de Competências do IPHAN;
 - Período 27 a 29/11/2008
 - Servidora Adelaide de Andrade França Martins
 - Recurso: DPA
- 16. Curso de Gestão de Contratos e serviços
 - Período 24 a 28/11/2008
 - Servidora Mônica de Oliveira Pinto
 - Recurso: DPA

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

Acompanhamento e fiscalização de Obras de Restauração do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras/SE; da Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus em Laranjeiras/SE; do Lar Imaculada Conceição em São Cristóvão/SE; obras estas realizadas com recursos do Monumenta.

Acompanhamento e fiscalização da Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias em São Cristóvão/SE, realizada com recursos do BNDES.

- Não houve nenhuma inovação dos processos de Gestão da Política pública.

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	191A04014SE	Gestão e Administração do Programa	25.758,00	Aracaju	SE
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	191A07016SE	Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Protegidos	39.958,15	Aracaju	SE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	191A06006SE	Restauração do telhado da Capela mor da Igreja Senhor dos Passos, Ordem Terceira do Carmo	22.797,31	São Cristóvão	SE

Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	191A06010SE	RESTAURAÇÃO DA PINTURA DECORATIVA DAS PAREDES DE TRES SALAS DA CASA SEDE DA 8ª SR DO IPHAN EM ARACAJU	56.540,00	Aracaju	SE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	191A06059SE	1ª Etapa - Serviço Emergencial de Restauração de Elementos Artísticos da Igreja Matriz Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	307.000,00	Nossa Senhora do Socorro	SE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	191A06072SE	Programa de Conservação Preventiva dos Bens Tombado no Estado de Sergipe	12.280,00	Aracaju	SE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	191A06078SE	Oficina Escola de Laranjeiras - Aquisição de material de construção para restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos.	29.247,19	Laranjeiras	SE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	191A06128SE	Restauração de forro com cimalha e retábulos da Igreja Conventual Nossa Senhora do Carmo (1ª etapa)	127.872,82	São Cristóvão	SE
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	191A06225SE	Restauração do Forro com Cimalha da Capela Mor da igreja Senhor dos Passos, Ordem terceira do Carmo.	25.000,00	São Cristóvão	SE
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	191A08010SE	Educação Patrimonial em Sítios Urbanos Tombados - Laranjeiras e São Cristóvão, SE	39.120,00	Aracaju	SE
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	191A12017SE	1ª etapa dos estudos de tombamento da cidade de Simão Dias/SE	2.499,63	Simão Dias	SE
Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural	191A15005SE	Ampliação do Acervo Bibliográfico da 8ª SR	3.246,37	Aracaju	SE
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	191A16050SE	DEPAM - Elaboração dos Projetos Complementares para restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos e da Igreja Matriz de Laranjeiras.	6.900,00	Laranjeiras	SE
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	191A16051SE	DEPAM - OFICINAS DE RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS	997,20	Aracaju	SE
Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	191A19003SE	Acompanhamento técnico da Instrução do Processo de Registro do Ofício das Rendeiras de Divina Pastora, SE.	27.770,00	Aracaju	SE
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	191A21012SE	Tratamento técnico do acervo arquivístico da 8ª SR – Série Divisão Administrativa e reestruturação da biblioteca da 8ª SR	8.081,05	Aracaju	SE
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Exfinta Rede Ferroviária Federal S.A - RFFSA	191A22023SE	Restauração da Estação Ferroviária de Boquim-SE	13.089,13	Boquim	SE

Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	191A24011SE	Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural Ferroviário, de natureza material, existente no Estado de Sergipe	78.343,20	Aracaju	SE
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	191A24012SE	Obra de Restauro das duas Casas e Caixa d'água do Conjunto Ferroviário da Cidade de Boquim	14.836,36	Boquim	SE
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	191A20014SE	5ª Etapa do Inventário Nacional de Bens Imóveis (INBI-SU) em Laranjeiras/SE	2.900,00	Laranjeiras	SE
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	191A20040SE	Inventário do patrimônio do ciclo da cana-de-açúcar do Estado de Sergipe	37.500,00	Aracaju	SE
			881.736,41		

9ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – SERGIPE

- Principais projetos realizados

- 1- Estabilização estrutural da Oficina de Refino da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema em Iperó-SP;
- 2- Produção e editoração do livro "Patrimônio: 70 anos em São Paulo", com a colaboração do Prof. Carlos Cerqueira Lemos, com recursos do TAC Sítio Lítico do Morumbi, 354 páginas, capa dura, no prelo;
- 3- Inventário do Patrimônio Ferroviário no Estado de São Paulo;
- 4- Estudo do Vale do Ribeira, abrangendo a Paisagem cultural, o patrimônio imaterial e a educação patrimonial;
- 5- Elaboração do Dossiê de Tombamento Bens Culturais da Imigração Japonesa, Registro e Iguape-SP;
- 6- Inventário do patrimônio moderno no centro da cidade de São Paulo;
- 7- Intervenção para o resgate da obra de Jesuíno do Monte Carmelo no forro da Igreja da Ordem Terceira do Carmo em São Paulo;
- 8- Coordenação do Inventário de conhecimento do Patrimônio Rural no Vale do Paraíba.
- 9- Conclusão do trabalho multidisciplinar "Bom Retiro: Multiculturalismo em Situação Urbana";
- 10- INRC Bom Retiro;
- 11- Conclusão dos estudos sobre a cidade histórica de São Luiz do Paraitinga, no projeto de pesquisa denominada "Luzes na cidade";
- 12- Readequação do terreno do Sítio Santo Antônio para permitir acessibilidade de portares de deficiência em São Roque;
- 13- Restauração dos forros e cobertura do Forte São João em Bertioga;
- 14- Ações Administrativas: nº de processos abertos/2008 - 2856; nº de obras de arte recebidas/analizadas/expedidas - 32.132 obras ; nº de protocolos recebidos - 2074 ; nº de ofícios/2008 - 1.035 ; nº memorandos expedidos:-922.

- Realização de tombamentos.

- 1- Dossiê de tombamento Bens Culturais da Imigração Japonesa em Registro e Iguape-SP (encaminhado ao Depam de Brasília, em outubro). Coordenação da instrução do dossiê.
- 2- Dossiê de tombamento do Núcleo urbano de Iguape (em fase de instrução, previsão de entrega em março de 2009). Coordenação da instrução do dossiê.
- 3- INRC do Bom Retiro – participação na instrução do inventário.
- 4- Instrução para o Registro do Tooro Nagashi, celebração realizada em dezembro junto ao Rio Ribeira de Iguape.
- 5- Instrução para o reconhecimento da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira – Inventário de Conhecimento. Relatório de atividades de 2007 (pesquisas documentais, pesquisa de campo, estabelecimento de rede de instituições para trabalhos em parceria).
- 6- Estudos para o tombamento da Estrada de Mambucaba.
- 7- Estudo para a rerratificação do conjunto arquitetônico e urbanístico da Fabrica de Ferro Ipanema.

- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

- 1- Aquisição de poltronas giratórias para o setor administrativo;
- 2- Aquisição de lavadora de alta pressão para manutenção dos veículos;
- 3- Aquisição de prateleiras para composição das estantes deslizantes da biblioteca;
- 4- Aquisição da fragmentadora de papéis para as áreas técnica e administrativa;
- 5- Aquisição de tv e antena para a superintendência e setores técnico/administrativo;
- 6- Implantação da rede VPN na sede da unidade;
- 7- Aquisição de 04 armários para abrigar o acervo administrativo da unidade;
- 8- Aquisição de uma calculadora para administração;
- 9- Aquisição do veículo Zafira GM Confort para a superintendência;
- 10- Aquisição de ventilador para cozinha da unidade;
- 11- Aquisição de laptop para atender projeto da RFFSA;
- 12- Aquisição de dois esterilizadores para o acervo documental da unidade;
- 13- Aquisição de um scanner para a SCDP;
- 14- Aquisição de um scanner para setor fotográfico.

ORÇAMENTO RECEB./EMPENHADO PELA 9ªSR/SP.POR EL.DESPESA

339014 - DIÁRIAS - R\$ 46.405,80
 339030 - MATERIAL CONSUMO – R\$ 88.047,00
 339033 - PASSAGENS AÉREAS – R\$ 2.304,04
 339036 – SERV. TERCEIROS-PF - R\$ 4.000,00
 339037 - LOCAÇÃO MÃO OBRA – R\$ 165.642,46
 339039 - SERV. TERCEIROS – PJ. – R\$ 572.592,83
 339047 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – R\$ 800,00
 339093 - INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES – R\$ 7.374,44
 449051 - OBRAS /INSTALAÇÕES – R\$ 345.500,00
 449052 - EQUIPAMENTOS E MAT.PERMANENTE – R\$ 108.156,16
TOTAL EMPENHADO/2008/9ªSR/SP..... R\$ 1.340.822,73

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

- 1- V Semana De Administração Em Fortaleza;
- 2- Gestão De Contratos Administrativos Em São Paulo;
- 3- Gestão De Convênios Em Brasília;
- 4- Sistema De Concessão De Passagens E Diárias - SCPD Em São Paulo;
- 5- Portal De Convênios Em São Paulo;
- 6- Vídeo Conferência Eferente A Rede VPN Em São Paulo;
- 7- Vídeo Conferencia Referente A Gestão De Patrimônio Em São Paulo;
- 8- Reunião Administrativa Em Petrópolis-RJ;

- 9- Duas Oficinas Sobre Gestão De Pessoas Realizadas Em Brasília;
- 10- II Oficina de Pesquisa: metodologia de pesquisa e interdisciplinaridade no Iphan;
- 11- 35º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos;
- 12- I Encontro de Escritórios Técnicos do Iphan;
- 13- VI Seminário de Ações Integradas em Folclore;
- 14- Encontro do Patrimônio Imaterial. DPI;
- 15- Encontro dos bibliotecários do IPHAN. Organização Copedoc.

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

- 1- Aquisição dos terrenos adjacentes ao Sítio Santo Antônio em São Roque, incluindo a mata plantada pelo IPHAN e a represa existente, com recursos do DERSA decorrente do TAC de arqueologia das obras do Rodoanel viário;
- 2- Projeto e acompanhamento das obras de restauração da Casa do Trem Bélico – SANTOS-SP.
- 3- Participação no projeto "Museu Aberto da Ferrovia", em parceria com a Secretaria Estadual dos Transportes e Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo.
- 4- Participação no projeto de revitalização e restauração da Chácara do Visconde em Taubaté.
- 5- Entendimentos com o ICMBio para o tombamento da Estrada de Mambucaba.
- 6- Entendimentos com as Prefeituras de São Roque, S. José do Barreiro e Cotia para a definição de programas de uso envolvendo bens administrados pelo IPHAN no Estado de S. Paulo.
- 7- Pesquisa sobre a produção de telha e pisos de modelos tradicionais e sobre o uso de argila expandida em concretos leves.

- Inovação dos processos de Gestão da Política pública

A inovação na realização dos trabalhos e atividades deu-se em duas vertentes. Internamente buscou-se o contínuo diálogo e elaboração conjunta das atividades de modo a complexificar e enriquecer as ações institucionais. Os inventários e dossiês de tombamento+ confeccionados contaram com a participação direta de técnicos das áreas de ciências sociais e educação patrimonial. Deste modo, atividades que extrapolam o campo estrito da arquitetura e do urbanismo foram realizadas como parte dela, tais como oficinas de educação patrimonial, reuniões e consultas à comunidade e confecção de material de divulgação. Externamente consolidaram diversas parcerias de trabalho, de modo a fortalecer as ações institucionais, criar vínculos com a população local, incluir saberes técnicos e acadêmicos nos processos de trabalho da Superintendência Regional do Iphan em São Paulo, tais quais se destacam: Prefeitura de Iguape, Prefeitura de Registro, Bunkyo de Registro, Universidade de São Paulo (Prof. Paulo Garcez – Museu Paulista, Prof. Rafael Marquese – Departamento de História, Profa. Ângela Bortolucci – EESC-USP), Unicamp (Prof. André Argollo) e OS Abaçai Cultura e Arte.

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	192A04015SP	Gestão e Administração do Programa	26.323,14	São Paulo	SP
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	192A06011SP	19/2006 - Inspeção Técnica e Fiscalização de Bens Tombados	51.000,00	São Paulo	SP
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	192A06005SP	A Pintura Invisível de Padre Jesuíno do Monte Carmelo – resgate de um painel colonial – FASE 2	39.325,00	São Paulo	SP
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	192A06130SP	Recuperação da estrutura e coberturas do Prédio da Oficina de Refino da Fabrica de Ferro Ipanema, Iperó-SP	347.233,02	São Paulo	SP

Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	192A06195SP	Preservação do Patrimônio Cultural Arqueológico do Estado de São Paulo e Sistematização do Conhecimento Arqueológico	39.791,49	São Paulo	SP
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	192A06202SP	Aquisição de Veículo Oficial	69.357,80	São Paulo	SP
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	192A06207SP	Serviços de Conservação das Ruínas do Forte São Luiz e Armação de Baleias - Guarujá/SP	78.950,00	Guarujá	SP
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	192A06246SP	Processamento de informações das ações de preservação dos bens culturais protegidos/SP	3.980,00	São Paulo	SP
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	192A08005SP	Educação patrimonial voltada aos projetos em andamento na 9ª SR/SP	26.717,95	São Paulo	SP
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	192A12020SP	ESTUDO PARA TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE SÃO PAULO - CONTINUIDADE	26.345,00	São Paulo	SP
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	192A14003SP	INRC do Bom Retiro - Multiculturalismo em situação urbana - 3ª etapa	24.964,90	São Paulo	SP
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	192A14004SP	INRC- Vale do Ribeira - 1ª etapa	49.689,45	Iguape	SP
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	192A16052SP	DEPAM - Luzes na Cidade: Estudo do Urbanismo "ilustrado" no Brasil Meridional – o caso de São Luís do Paraitinga, tornada vila em 1773 2A. FASE	13.749,42	São Paulo	SP
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	192A16115SP	DEPAM - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO DOS BENS TOMBADOS ADMINISTRADOS PELA 9A SR/IPHAN/SP	8.000,00	São Paulo	SP
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	192A21013SP	Organização da Biblioteca Luiz Saia – 2ª etapa	26.480,00	São Paulo	SP
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	192A24031SP	CONSERVAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DAS FERROVIAS PAULISTAS – MUSEU DA COMPANHIA PAULISTA EM JUNDIAÍ – SP – FASE I	86.258,97	Jundiaí	SP
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	192A24044SP	INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO NO ESTÁDO DE SÃO PAULO	94.257,14	São Paulo	SP

Ampliação e Modernização de Áreas de Conservação e Restauração de Bens Culturais	192A25019SP	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UMC DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS E BIBLIOGRÁFICOS (Laboratório de Pequeno Porte), 9ºSR/SP	3.200,00	São Paulo	SP
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	192A20012SP	Paisagem cultural no Vale do Ribeira: patrimônio na imigração japonesa em Registro-SP	13.665,74	Registro	SP
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	192A20041SP	Inventário de conhecimento do Patrimônio Rural no Vale do Paraíba	22.636,44	São Paulo	SP
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	192A20042SP	Paisagem cultural: inventário de conhecimento do patrimônio edificado no Vale do Ribeira.	14.974,55	Iguape	SP
			1.066.900,01		

10ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – SERGIPE

- Principais projetos realizados

0. AQUISIÇÃO DE ACERVOS

0.1. Aquisição de 1.800 exemplares bibliográficos raros – Biblioteca do pesquisador Dr. Guy Mourão, importante fonte de informação e conhecimento da história do Brasil, do Paraná e da América do Sul.

0.2. Processamento Técnico

O acervo foi totalmente higienizado e recebeu pequenos reparos através da Unidade Mínima de Conservação da 10ª Regional. Os livros, após o tratamento técnico de conservação foram encaminhados ao setor de documentação/ biblioteca para os demais procedimentos técnicos. Hoje encontra-se à disposição para consulta pública.

1. OBRAS (08 obras/total: 2.398,40m²)

1.2. Restauração da Casa de Câmara e Cadeia – Lapa (742,00m²)

1.3. Conservação do Teatro São João – Lapa (186,32m²)

1.4. Conservação Sede da 10ª SR – Curitiba (318,78m²)

1.5. Conservação da Casa Lacerda – Lapa (488,00m²)

1.6. Conservação e Restauração de Casa do Cj Ferroviário de Piraquara (95,00m²)

1.7. Conservação e Restauração da Estação Paulo Frontin (169,90m²)

1.8. Conservação e Rest. Ig. Imaculada Conceição – Antonio Olinto 398,40m²)

2. INVENTÁRIOS (total 05)

2.1. Inventário de Varredura de Bens Culturais da Extinta RFFSA no Paraná

2.1.1. Imóveis: 69 itens

2.1.2. Móveis: Acervo de 4 museus (Curitiba, Londrina, Piraquara e Paranaguá)

Acervo de 4 estações (Arapoti, União da Vitória, Jacarezinho, Jaguariaíva)

2.2. Inventário de Conhecimento da Imigração Ucrâniana e Polonesa no Paraná.

2.3. Inventário do acervo histórico da Farmácia Paranaense, de Morretes/PR.

2.4. INRC – Inventário Nacional de Referência Cultural / Paranaguá – fase 2

3. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

3.1. Jogo do Patrimônio Cultural

Concepção e confecção de instrumento didático de educação patrimonial denominado Jogo do Patrimônio Cultural, em parceria com a Sociedade Cooperativa Ambiens – outubro /2008 a março /2009

Aplicação de oficina piloto na Escola Estadual Xavier da Silva – Dezembro/ 2008.

3.2. Programa de Implantação e Promoção de Educação Patrimonial na Fortaleza de N.Sra. dos Prazeres – na Ilha do Mel - Paranaguá

As atividades constaram da adequação física do espaço com instalação de equipamentos e mobiliário para suporte das atividades culturais:

Entrevistas - memória oral, pesquisa documental,

Exposição fotográfica (fotos antigas) – “Memória da Ilha do Mel”, Apresentação de auto de natal; exibição de vídeos documentários e monitoria a visita pública. Estas atividades foram realizadas durante o período de alta temporada – “Verão no Forte”.

4. FISCALIZAÇÃO / VISTORIAS / VISITAS TÉCNICAS (Total – 60)

4.1 Casa de Câmara e Cadeia – Lapa

12 vistorias de obra de restauração da Casa de Câmara e Cadeia para fins de fiscalização e medição dos serviços - março a outubro/2008

4.2 Igreja de Antônio Olinto - Antônio Olinto

03 Visitas técnicas à obra de restauro da 1ª Etapa da Obra de Restauração da Igreja Imaculada Conceição - Novembro a dezembro /2008

4.3 Igreja N. Sra. de Bonsucesso - Guaratuba

Visita técnica realizada no imóvel para atualização de informações relativas ao estado de conservação, visando subsidiar futuras intervenções.

4.4 Ilha do Mel - Paranaguá

4 Vistorias efetuadas na obra de conservação da Fortaleza - Março a Julho/2008 e 01 Vistoria técnica para colher subsídios para elaboração do projeto de abastecimento de água da fortaleza da Ilha do Mel

4.6 Teatro São João - Lapa

2 Vistorias efetuadas na obra de restauração do teatro São João

4.7 Casa Lacerda - Lapa

Uma visita efetuada para levantamento de intervenções na Casa Lacerda

Uma visita para acompanhar as empresas para fins de licitação

2 visitas efetuadas na obra de conservação

4.8 Centro Histórico - Lapa

Uma visita de fiscalização de obra irregular no Centro Histórico da Lapa

4.9 Centro Histórico - Lapa

9 visitas de fiscalizações com emissão de notificações de publicidade e propaganda irregulares no centro histórico da Lapa - Março a Novembro /2008

4.10. Arquivo Público de Antonina - levantamento do estado de conservação do acervo histórico documental

4.11. Biblioteca Pública de Morretes – levantamento/ estado de conserv. do acervo

4.12 – RFFSA

4 Visitas Técnicas (VT) para verificação dos acervos da extinta RFFSA em Jaguariáiva, Curitiba e Piraquara; 01 VT Ao Edifício Teixeira Soares (Curitiba) para verificação do estado do imóvel e do acervo ali existente, visando a emissão de Parecer Técnico para solicitação do imóvel para uso do Iphan; 01 VT ao Estádio Durival de Brito (Curitiba) para determinar eventual valor histórico-cultural; 01 VT, aos imóveis da Vila Oficinas – casas, escola e centro de treinamento – (Curitiba) para avaliar o estado e o valor histórico-cultural dos imóveis. 03 VT às estações de Cara-cará (Ponta Grossa), Lavrinhas (Lapa) e Paulo Frontin para verificação do estado dos imóveis visando à restauração e uso.

4.13 Mandaguáçu

Uma visita técnica para subsidiar elaboração de parecer técnico sobre a avaliação das metas físicas Construção de Centro Cultural

4.14 Antigo Paço Municipal - Curitiba

4 Visitas técnica para supervisionar as obras de restauração do imóvel

4.15 – Fiscalização em Icaraíma – PR,

4.16 – Visita Técnica Colônia Acioli,

4.17 – Visita Técnica Lapa referente acervo lítico e painéis,

4.18 – Visita Técnica distrito: Poema Nova Tebas/PR,

4.19 – Visita Técnica no município de Colombo/PR, prop. da família Nodari,

4.22 – Visita Técnica na Fazenda Catequese, no município de Água Doce/SC,

5. PARECERES TÉCNICOS (total: 67)

5.1 Arquitetura – (Total 06)

5.1.1 - Construção de Centro Cultural – Mandaguáçu

Elaboração de parecer técnico sobre a avaliação das metas físicas do projeto Implementação e Modernização de Espaços Culturais – Construção de Centro Cultural de Mandaguáçu, a pedido da COGEPROM, Processo nº MinC - 01400.007138/2007-74 SALIC 07-6559 (8ª Etapa), Processo nº MinC - 01400.012592/2005-85 SALIC 05-6931 (6ª Etapa). Abril/2008

5.1.2 - Edifício Teixeira Soares - Análise de valoração cultural

Elaboração de parecer técnico trata da análise do valor histórico, artístico e cultural do Edifício Teixeira Soares, sito na João Negrão, em Curitiba. Junho/2008

5.1.3 - Estação Ferroviária de Pirapozinho – Apucarana

Elaboração de parecer técnico trata da análise do valor histórico, artístico e cultural da Estação Ferroviária de Pirapozinho, sito em Apucarana / PR. Processo 04905.003679/2008-11. Agosto/2008

5.1.4 -Projeto de Restauração da Igreja de São Josafat e Campanário – Prudentópolis - Novembro/2008

5.1.5 – Projeto de Restauração do Conjunto de Edificações de Madeira - Igreja de Água Branca – São Mateus do Sul - Outubro/2008

5.1.6 – Projeto de Restauração da Igreja de São Miguel Arcanjo – Mallet – Novembro/2008

5.2. História (total 25)

Saídas de obras de arte : 25 (Vinte e cinco) pareceres técnicos/autorizações

5.3 Arqueologia (total 36)

5.3.1 - Diagnóstico Arqueológico e Histórico-Cultural da área LT Sistema Paranapanema SP-Cambará/PR.

Elaboração de parecer técnico de empreendimento elétrico com finalidade readequação da rede de transmissão de energia, abrangendo 11 municípios paulistas, além de um trecho de sete quilômetros em Cambará/PR.

5.3.2 – Salvamento Arqueológico da Barragem de Piraquara II – Piraquara II.

Elaboração de parecer técnico orientado a partir da leitura do relatório de atividades 2007.

5.3.3 – Relatório Diagnóstico LT Londrina Maringá/PR 230 kv.

Elaboração de parecer técnico orientado a partir da leitura do relatório apresentado.

5.3.4 – Relatório Diagnóstico LT Curitiba-Bateias 500kv.

Elaboração de parecer técnico orientado a partir da leitura do relatório apresentado.

5.3.5 – Relatório de Atividades Redução Jesuítica de Santo Inácio do Ipaumbucu/PR.

Elaboração de parecer técnico orientado a partir da leitura do relatório de atividade em área de sítio arqueológico já cadastrado sob o número 26470 no CNSA.

5.3.6 - EIA-RIMA Central de Gerenciamento Ambiental em Ponta Grossa/PR.

Elaboração de parecer técnico orientado a partir da leitura dos 05 volumes encaminhado a esta SR pelo IAP – Instituto Ambiental do Paraná, através do Ofício nº 003/2008/IAP-DIRAM/DLE de 08/01/2008. Trata-se de empreendimento sanitário denominado Central de Gerenciamento Ambiental.

5.3.7 – Relatório de atividades do Eixo Metropolitano de Transporte da Curitiba/PR.Elaboração de parecer técnico orientado a partir da leitura de relatório encaminhado a esta SR pelo CEPA – Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da UFPR, sob a direção do Prof. Dr. Igor Chymz.

5.3.8 - Projeto para constatação patrimônio arqueológico na Praça Tiradentes, em Curitiba/PR.Elaboração de parecer técnico orientado a partir da leitura do projeto encaminhado a esta SR pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Trata-se de empreendimento de engenharia para revitalização da Praça Tiradentes.

5.3.9 – Levantamento e prospecção arqueológica da Fazenda São Jorge, em Ponta Grossa/PR.Elaboração de parecer técnico orientado a partir da leitura do projeto encaminhado a esta SR pelo arqueólogo Julio C. T. Thomaz tratando-se da implantação de um aterro sanitário nos limites da Fazenda São Jorge, no município de Ponta Grossa/PR.

5.3.10 – Salvamento na área da Mina Dois Irmãos, São Mateus do Sul/PR.

Elaboração de parecer técnico orientado a partir da leitura de 03 relatórios de atividades encaminhado a esta Superintendência pelo arqueólogo Dr. Igor Chymz, tratanso-se da implantação de uma mina de xisto a ser explorada pela empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, no município de São Mateus do Sul/PR.

5.3.11 – Programa de prospecções arqueológicas da central de gerenciamento de resíduos da Fazenda Rio Grande/PR.Elaboração de parecer técnico orientado a partir da leitura do projeto

relacionado à solicitação de portaria para pesquisa arqueológica na interventiva, em área destinada à implantação de aterro sanitário, com finalidade de elaboração de EIA-RIMA.

5.3.12 – Oficina de Capacitação em Arqueologia , na Lapa/PR.Elaboração de parecer técnico orientado a partir da leitura do projeto referente ao plano de execução de atividades arqueológicas em uma fonte e em seu respectivo reservatório, popularmente conhecido como Fonte da Beco do Quebra Pote, na cidade da Lapa/PR, em local onde a Prefeitura Municipal pretende construir uma praça.

5.3.13 – Diagnóstico Ambiental da região de Piraí da Serra.Elaboração de parecer técnico orientado a partir da leitura do projeto de caracterização de patrimônio arqueológico dentro do projeto de diagnóstico ambiental de região de Piraí da Serra.

5.3.14 – Solicitação de ampliação de área de pesquisa no âmbito do Projeto oficina de Capacitação em Arqueologia na cidade da Lapa/PR.Elaboração de parecer técnico manifestando a postura do Setor de Arqueologia do assunto em epígrafe.

5.3.15 – Salvamento Arqueológico da Barragem de Piraquara II – Piraquara II. Elaboração de parecer técnico para conhecimento quanto ao andamento das pesquisas referentes ao processo em epígrafe.

5.3.16 – Projeto de levantamento histórico e arqueológico para elaboração do EIA-RIMA para o Terminal de Contêineres de Pontal do Paraná/PR. Elaboração de parecer técnico a partir da leitura de relatório de atividades referente ao projeto em epígrafe. Trata-se de empreendimento portuário.

5.3.17 – Programa de prospecções arqueológicas - Av: Paraná PR-412, Guaratuba/PR. Esta Informação Técnica foi orientada a partir da leitura do relatório referente ao projeto em epígrafe. Trata-se de empreendimento rodoviário com aproximadamente 4,10km de extensão.

5.3.18 – Programa de prospecções arqueológicas na Rodovia PR-090 - Campo Largo/PR.Elaboração de parecer técnico a partir da leitura do relatório de atividades referente ao programa em epígrafe. Trata-se de melhoria da Rodovia PR 090 – Estrada do Cerne, empreendimento linear, em trecho da 2ª ponte sobre o Rio do Cerne, Boa Vista, perfazendo um total de 5,44km.

5.3.19 – Pesquisa Eixo Metropolitano de transporte na cidade de Curitiba/PR.Essa Informação Técnica foi orientada a partir do relatório em epígrafe, encaminhado a esta SR pelo arqueólogo Prof. Dr. Igor Chymz. O período compreende as atividades de campo e laboratório entre: 05/2004 a 12/2004, 11/2006 a 03/2008, totalizando 25 meses. Trata-se de empreendimento rodoviário que se estende aproximadamente 20km atravessando Curitiba transversalmente do sentido NE (nordeste)-SO (sudoeste).

5.3.20 – Fazenda Três Pinheiros – Arapoti/PR.

Esta Informação Técnica foi orientada a partir da leitura dos autos de ação civil nº 000.477/2003, onde figuram como requerente: o Ministério Público de Estado do Paraná e como requerida a empresa Norske Skog/Pisa Florestal S.A. O processo originou-se a partir de denúncia do Professor Miguel Gaissler apontando ameaça ao patrimônio arqueológico em área de plantio de pinus, na Fazenda Três Pinheiros de 263,78 hectares, na localidade de Cerradinho, município de Arapoti/PR.

5.3.21 – Fazenda Rio Grande/PR.

Esta informação técnica foi orientada a partir da leitura do relatório final referente ao Programa de prospecções arqueológicas Central de gerenciamento de resíduos na Fazenda Rio Grande/PR. Trata-se empreendimento sanitário para depósito de resíduos da Região Metropolitana de Curitiba.

5.3.22 – Relatório de arqueologia preventiva LT 230kv UHE Mauá-Jaguariaíva. Elaboração de parecer técnico orientado a partir da leitura do relatório apresentado.

5.3.23 – Diagnóstico, levantamento e avaliação da LT 230kv UHE Mauá-Figueira.Elaboração de parecer técnico orientado a partir da leitura do relatório apresentado.

5.3.24 – Levantamento histórico e arqueológico: Saco do Tambarutaca-Paranaguá/PR.Elaboração de parecer técnico orientado a partir da leitura do relatório apresentado.

5.3.25 – Exposição na Colônia Acioly - São José dos Pinhais-PR.

Elaboração de parecer técnico a partir da visita realizada na Colônia Acioly em 01/10/08.

5.3.26 – Projeto de caracterização do patrimônio arqueológico do EIA-RIMA da Fazenda Polparaná-Guaçu, em Pontal do Paraná/PR.

Elaboração de parecer técnico a partir da leitura do projeto referente à implantação de base de depósito e soldagem de tubos para perfuração de rochas por empresas de prospecção e exploração de petróleo e gás.

5.3.27 – Pequena Central Hidrelétrica São Francisco. Esta Informação Técnica trata de renovação da portaria para pesquisa arqueológica referente empreendimento hidrelétrico nos municípios de Ouro Verde do Oeste e Toledo, na região oeste do Estado do Paraná.

5.3.28 – Usina Hidrelétrica Mauá. Esta Informação Técnica foi orientada a partir da visita técnica, conforme determina a Portaria IPHAN nº 111 publicada em 02/04/2007 e em atendimento ao ofício MPF/GAB/JML nº. 346/2008 de 20/10/2008 de José Mauro Luizão, Procurador da República.

5.3.29 – Aterro Sanitário em Itaperuçu/PR.

Esta Informação Técnica foi orientada a partir da leitura do projeto epígrafe, que solicita licença para salvamento arqueológico. Trata-se de empreendimento sanitário.

5.3.30 – Campo Largo/PR – Programa de resgate do Sítio Cerne I - Rodovia PR-090. Esta Informação Técnica foi orientada a partir da leitura do programa em epígrafe. Trata-se de empreendimento rodoviário.

5.3.31 - Visita técnica a Nova Tebas/PR. Esta Informação Técnica foi orientada a partir da visita técnica solicitada pelo professor Tiago Alexandre da Silva, conforme comunicação eletrônica de 11 de agosto de 2008.

5.3.32 – Projeto de caracterização para EIA-RIMA das PCHs Cantu I e II.

Esta Informação Técnica foi orientada leitura do projeto em epígrafe, que contemplará os municípios de Altamira do Paraná, Laranjal, Mato Rico, Nova Cantu e Palmital, pertencentes à Bacia hidrográfica do Rio Piquiri.

5.3.33 – Encaminha parecer sobre o EIA/RIMA para o Prolongamento da Pista de Pouso 15/33, Ampliação do Pátio de Aeronaves e Obras Complementares do Aeroporto Internacional Afonso Pena – SBCT. Esta Informação Técnica foi orientada a partir da leitura do projeto em epígrafe. Trata-se da análise técnica administrativa referente aos estudos de EIA/RIMA para o Prolongamento da Pista 15/33, Ampliação do Pátio de Aeronaves e Obras Complementares do Aeroporto Internacional Afonso Pena – SBCT, localizado no município de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná.

5.3.34 – Projeto de caracterização para RAS das PCHs das Almas e Ribeirão Bonito. Esta Informação Técnica foi orientada leitura do projeto em epígrafe, que contemplará os municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses, pertencentes à Bacia hidrográfica do Rio Ribeira.

5.3.35 – Auto-monitoramento de programas ambientais UHEs Fundação e Santa Clara. Esta Informação Técnica foi orientada a partir da leitura do relatório em epígrafe, que contempla os municípios de Cândói, Foz do Jordão, Pinhão e Reserva do Iguaçu, pertencentes à Bacia hidrográfica do Rio Iguaçu.

5.3.36 - UHE Baixo Iguaçu. Esta Informação Técnica foi orientada a partir da leitura do relatório em epígrafe, que contempla os municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, pertencentes à Bacia hidrográfica do Rio Iguaçu.

6. INFORMAÇÕES TÉCNICAS ELABORADAS (total: 15)

6.1 – 03 sobre a obra de restauro do Antigo Paço Municipal de Curitiba – Fevereiro/Abril/Maio

6.2 – Um pedido de demolição de imóvel no Centro Histórico da Lapa – Outubro

6.3. Setor de História: 11 (Onze) informações técnicas sobre assuntos diversos, em geral assuntos relacionados a acervos documentais e bibliográficos, além de ações na área de patrimônio imaterial.

7. ANÁLISE DE PROJETOS DO PRONAC (total: 03)

7.1. Projeto de Restauração da Igreja de São Josafat e Campanário

7.2. Restauração do Conjunto de Edificações de Madeira - Igreja de Água Branca

7.3. Restauração da Igreja de São Miguel Arcanjo- Mallet

- Realização de tombamentos e Registros

1. Instrução de processo de tombamento

1.1. Centro Histórico de Paranaguá

1.2. Centro Histórico de Antonina

1.3. Teatro Ouro Verde e Antiga rodoviária – Londrina

- 1.4. Fazenda Capão Alto
- 1.5. Pontes históricas do Paraná

- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

- 1.1. Estrutura Física: a Regional está no seu limite de sua capacidade de utilização
- 1.2. Equipamentos: adquiridos equipamentos a fim de suprir as necessidades de atualização e adequação da Regional, no valor de R\$ 9.650,15.
- 1.3. Mobiliário: adquiridos visando melhor aproveitamento do espaço físico da Regional e atender princípios básicos de ergonomia (mesas, cadeiras, arquivos deslizantes, suportes para micro e pés, etc) no valor de R\$ 22.399,15.
- 1.4. Patrimônio: inventário preliminar do patrimônio (obs.: não finalizado devido à falta de servidores e obras em andamento na sede da Regional.
- 1.5. Licitações: foram realizadas 15 convites, 04 tomadas de preço, 01 pregão, 62 dispensas por valor e 01 Inexigibilidade.
- 1.6. Climatização da Casa da Sede da Regional – instalação de ar condicionado

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

- D.1. Participação da servidora Marinês Denck no Curso de Capacitação – Gestão da Terceirização de Serviços e Formação de Preços e Planilhas de Custos, promovido pela empresa JML Consultoria, em Curitiba, às suas expensas, visto não obter autorização do CRH/DPA.
- D.2. Cursos para Área Administrativa que contaram com a participação de pelo menos dois servidores: Gestão de Logística Pública, Gestão de Pessoas e Encontros de Trabalho onde foram discutidas as metas do IPHAN.
- D.3. Aposentadoria de 01 servidora.
- D.4. Conclusão de curso de Mestrado em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- D.5. Conclusão de curso de educação a distância "*Patrimônio Imaterial: Política e Instrumentos de Identificação, Documentação e Salvaguarda*".
- D.6. Participação em encontro regional de técnicos do IPHAN em São Francisco do Sul-SC
- D.7. Participação no Seminário "Construindo o Sistema Nacional do Patrimônio"

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

Nenhuma ação foi realizada.

- Inovação dos processos de Gestão da Política pública

- 4.1. Houve marcado avanço no controle e desenvolvimento das parcerias institucionais, mediante aumento da taxa de formalizações e maior agilidade e assertividade nas interações, gerando mais confiança nos executores de ações finalísticas.
- 4.2. A postura pró-ativa da Superintendência Regional em suas ações finalísticas continuou sendo ampliada em todas as áreas, especialmente nas ações relativas ao patrimônio da extinta RFFSA, em que se destacaram os ganhos de produtividade e a segurança nas intervenções planejadas e executadas.

07- Comentários adicionais:

- A regional está no limite de sua capacidade física para alocação do corpo funcional. Embora tenha 03 pavimentos sendo 01 sótão e 01 sub-solo, sua capacidade física para suportar todo o mobiliário e equipamentos está colocando em risco a segurança dos funcionários devido à sobrecarga da estrutura de madeira, a qual foi projetada para

residência . Prevendo a situação, o setor de arquitetura elaborou PA em 2008, solicitando recursos para construção de um anexo, não tendo sido aprovado, continuamos nos expondo ao risco. Face o exposto, observamos que a construção do anexo contribui para a preservação do imóvel histórico da Sede, em 2009 deverá ser novamente apresentado e esperamos que o mesmo seja aprovado e contemplado com recursos.

- O quadro funcional, embora tenha sido contemplado com 6 técnicos de nível superior no último concurso público, continua defasado pois, destes seis, já perdemos dois funcionários (um removido e um solicitou sua demissão). Em 2008 uma funcionária do setor administrativo foi aposentada. Com isto há setores que continuam a descoberto e os serviços sendo terceirizados através de processo licitatório para desenvolvimento anual das atividades que tem necessidade de desenvolvimento técnico contínuo para que se obtenha bom resultado. É o caso do setor de patrimônio imaterial cujas etapas do INRC são licitadas anualmente prejudicando o desenvolvimento eficiente da ação. O arquivo fotográfico deveria ser mais um setor devido a demanda e a necessidade de se organizar as informações produzidas pelo corpo técnico no desenvolvimento de suas funções, recentemente se contratou uma empresa para organização do arquivo digital, cujo valor só contemplou 1/3 do mesmo arquivo e que pelo desconhecimento das ações técnicas da regional o funcionário disponibilizado pela empresa contratada não dá conta de todas as informações necessárias para o registro e salvaguarda das mesmas, sendo necessário um técnico da regional para acompanhar a atividade.

- O setor de arqueologia possui uma demanda muito maior que a capacidade de um técnico para realizar as fiscalizações e dar andamento aos processos e licenças que tramitam na regional, resultando na demora da análise e atendimento a estas solicitações.

- No ano de 2008, recebemos o total de R\$ 2.548.246,59 (aproximadamente o dobro do exercício anterior)) dos quais foram gastos R\$ 2.490.848,49, o que representa 97,75% de execução.

-

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	193A04016PR	Gestão e Administração do Programa	23.475,25	Curitiba	PR
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	193A07018PR	Fiscalização de Bens Culturais/PR	42.130,42	Curitiba	PR
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	193A06046PR	Restauração e Conservação de Acervos Culturais Protegidos	45.000,00	Lapa	PR
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	193A06123PR	Obras de Restauração e Conservação de Bens Imóveis	1.134.601,29	Curitiba	PR
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	193A06136PR	Aquisição de acervos relacionados à gestão de áreas tombadas	37.995,00	Curitiba	PR
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	193A10013PR	Programa de Educação Patrimonial na Regional do Paraná	111.385,35	Curitiba	PR
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	193A12004PR	Instrução de Processos de Tombamento constantes na Regional do Paraná	31.060,00	Curitiba	PR
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	193A14031PR	Inventário Nacional de Referências Culturais de Paranaguá - 2ª Etapa	145.430,00	Paranaguá	PR

Pesquisa sobre Preservação do Patrimônio Cultural	193A16019PR	Levantamento de documentação primária referente aos bens tombados pelo IPHAN no estado do Paraná.	79.850,00	Curitiba	PR
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	193A21014PR	Reestruturação e Organização Física do Setor de Informação e Documentação da Regional do Paraná	37.177,05	Curitiba	PR
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	193A24013PR	Ações de gestão e manutenção de bens culturais da extinta RFFSA	97.320,29	Curitiba	PR
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	193A24046PR	Inventário de Identificação do acervo museológico, bibliográfico e documental do edifício Teixeira Soares - RFFSA	34.200,00	Curitiba	PR
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	193A24047PR	Restauração da Estação Ferroviária de Paulo de Frontin	164.006,51	Paulo Frontin	PR
Ampliação e Modernização de Áreas de Conservação e Restauração de Bens Culturais	193A25006PR	Manutenção das atividades da Unidade Mínima de Conservação (Laboratório de Pequeno Porte) de Acervos Bibliográficos e Arquivísticos da 10a. SR.	24.100,00	Curitiba	PR
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	193A20030PR	Inventários de Identificação e Paisagem Cultural	56.665,00	Curitiba	PR
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	193A20057PR	Inventário do Centro Histórico de Antonina - PR	36.880,00	Antonina	PR
			2.101.276,16		

11ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Santa Catarina

- Principais projetos realizados

1. Arquivo e biblioteca

- 1.1 Ampliação do acervo das bibliotecas com vistas à implantação das Casas do Patrimônio de Florianópolis, Laguna e São Francisco do Sul com aquisição de aproximadamente 100 títulos.

2. Casas do Patrimônio

- 2.1 Ampliação do acervo das bibliotecas (conforme item 1.1);

2.2 Execução do mobiliário com vistas à implantação das Casas do Patrimônio de Laguna e São Francisco do Sul.

3. Promoção

3.1 Realização do Encontro Comemorativo dos 20 anos de tombamento do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul;

3.2 Continuação do projeto Cinema Falado;

3.3 Impressão/reimpressão de folders para divulgação de ações: folder Superintendência Regional do IPHAN em Santa Catarina, folder Centro Histórico de Laguna, folder Centro Histórico de São Francisco do Sul, folder Ilha do Campeche, folder Roteiros Nacionais de Imigração (reimpressão);

3.4 Comunidades Negras de Santa Catarina – realização da Etapa de Documentação e Divulgação do INRC:

a) Exposição 'Imagens Quilombolas: Cultura e Tradição Negra em Santa Catarina' na Comunidade São Roque (fevereiro – São Roque – Praia Grande/SC);

b) Exposição 'Imagens Quilombolas' na Comunidade Invernada dos Negros (janeiro – Invernada dos Negros – Campos Novos/SC);

c) Produção, prensagem e distribuição de 1.000 (hum mil) exemplares do DVD contendo o filme-documentário 'Comunidade São Roque: Referências Culturais Quilombolas e respectivos extras;

d) Produção, prensagem e distribuição de 1.000 (hum mil) exemplares de DVD contendo o filme-documentário 'Comunidade Invernada dos Negros: Referências Culturais Quilombolas' e respectivos extras;

e) Organização e impressão de 1.250 (hum mil duzentos e cinqüenta) exemplares da publicação 'Ecos do Patrimônio: Inventário Nacional de Referências Culturais do Sertão de Valongo'';

f) Organização e impressão de 1.250 (hum mil duzentos e cinqüenta) exemplares da publicação 'Comunidades Negras de Santa Catarina: narrativas da terra, ancestralidade e ruralidade';

g) Organização, impressão e distribuição de 3.000 (três mil folders) informativos sobre o Projeto Comunidades Negras de Santa Catarina;

h) Exibição pública dos filmes-documentários 'Comunidade São Roque: Referências Culturais Quilombolas e 'Comunidade Invernada dos Negros: Referências Culturais Quilombolas' no Museu Victor Meirelles, dentro do projeto 'Cinema Falado', desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Superintendência Regional do Iphan em Santa Catarina e pelo Museu Victor Meirelles;

i) Organização, seleção e curadoria da exposição 'Comunidades Negras de Santa Catarina' no Shopping Beiramar de Florianópolis, contando com 32 imagens e composições sobre as comunidades participantes do projeto;

j) Organização, impressão e distribuição de 1.500 (hum mil e quinhentos) catálogos da exposição 'Comunidades Negras de Santa Catarina'.

4. Educação Patrimonial

4.1 Ação continuada de educação - curso de guias da Ilha do Campeche;

4.2 Confecção de Cartilha sobre Preservação do Patrimônio Cultural voltada aos proprietários dos bens tombados do projeto Roteiros Nacionais de Imigração.

5. Preservação

5.1 Aquisição da Casa Polaski, em Itaiópolis, para criação de um centro de apoio ao projeto Roteiros Nacionais de Imigração na região Norte de Santa Catarina;

5.2 Realização de estudos e consultorias sobre o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul com vistas à elaboração do Plano de Preservação;

- 5.3 Realização de estudos e consultorias sobre o Centro Histórico e Paisagístico de Laguna com vistas à elaboração do Plano de Preservação;
- 5.4 Obras emergenciais na Casa de Escamas, em Canoinhas;
- 5.5 Obras emergenciais no Casarão Görresen, em São Francisco do Sul;
- 5.6 Obras emergenciais na Casa Koval e na Casa Polaski, em Itaiópolis;
- 5.7 Obras emergenciais no Clube União Operária, em Laguna;
- 5.8 Obras de qualificação e revitalização urbana da Orla do Centro Histórico de Laguna;
- 5.9 Estruturação do Banco de Projetos, com execução dos projetos para instalação do Memorial Tordesilhas, e revitalização do Mercado Público e do Museu Anita Garibaldi, em Laguna.
6. Identificação, inventários, registros e acautelamento
 - 6.1 Continuação do inventário das Comunidades Negras em SC;
 - 6.2 Inventário do Patrimônio Ferroviário em SC;
 - 6.3 Continuação dos inventários do projeto Roteiros Nacionais de Imigração (regiões Norte e Sul de Santa Catarina)
 - 6.4 Inventário do Patrimônio Arquitetônico do Ciclo Econômico da Madeira no Norte de Santa Catarina;
 - 6.5 Pesquisa historiográfica sobre os ciclos econômicos da Madeira e da Erva-Mate em Santa Catarina;
 - 6.6 Continuação do desenvolvimento do dossiê de tombamento do Patrimônio do Caminho das Tropas em Santa Catarina, incluindo o inventário de bens arquitetônicos, arqueológicos e paisagísticos;
 - 6.7 Continuação do desenvolvimento do dossiê de tombamento do Parque Arqueológico do Sul;
 - 6.8 Acompanhamento do Processo de Registro da Procissão do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis;
 - 6.9 Projeto Comunidades Negras de Santa Catarina – realização da Etapa de Identificação do INRC nas comunidades de São Roque e Invernada dos Negros.
7. Gestão
 - 7.1 Gestão do projeto Roteiros Nacionais de Imigração. Articulação com parceiros: Ministério do Desenvolvimento Agrário, SEBRAE, Governo do Estado de Santa Catarina e Prefeituras Municipais de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Doutor Pedrinho, Guabiruba, Indaial, Itaiópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Nova Veneza, Orleans, Pomerode, Rio dos Cedros, Rio do Sul, Rodeio, São Bento do Sul, Timbó, Urussanga e Vidal Ramos;
 - 7.2 Gestão do projeto Caminho das Tropas e seus desdobramentos. Articulação com parceiros: Associação Vianeira de Cooperação, Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde (projeto "Inventário do Patrimônio Imaterial do Caminho das Tropas: saberes e fazeres

construídos na vida e na lida do povo de Coxilha Rica – SC", realizado nos marcos do Edital do PNPI 2007);

7.3 Gestão do projeto Patrimônio Ferroviário. Abertura de processos de comodato dos imóveis com importância histórico-cultural para prefeituras e outras instituições. Ação conjunta entre Superintendência Regional, Departamento de Patrimônio Material (DEPAM-RJ) e Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

8. Atividades de Apoio

8.1 Apoio ao Museu Nacional do Mar

8.2 Apoio ao Museu Victor Meirelles

- Não houve realização de tombamentos.

- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

- Aquisição de 03 (três) impressoras Samsung;
- Aquisição de 01 (hum) scanner de mesa HP;
- Aquisição de 03 (três) trenas a laser Bosch;
- Aquisição de 01 (uma) câmera fotográfica digital Sony 10.2MP;
- Aquisição de 03 (três) câmeras fotográficas digitais Sony 8.1MP;
- Aquisição de 01 (hum) aparelho de ar-condicionado Springer;
- Aquisição de 04 (quatro) aparelhos desumidificadores de ar Arsec;
- Aquisição de 01 (hum) armário de aço W3;
- Aquisição de 04 (quatro) estantes de aço W3.

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

- Transferência do servidor André Penin dos Santos de Lima, da 9ª SR/São Paulo, para a 11ª SR/Santa Catarina, firmada através de Termo de Cooperação Técnica entre as duas superintendências;
- Remoção do servidor Rossano Lopes Bastos para a 9ª SR/São Paulo;
- Transferência do servidor Marcos Monteiro Rabelo, da 11ª SR/Santa Catarina, para o Museu Lasar Segall, em São Paulo, a fim de assumir Função Gratificado – FG1.

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

Projetos realizados com recursos provenientes do Conselho Federal Gestor do Fundo dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça – CFDD

Projeto 01: PROPOSTA DE PRESERVAÇÃO PARA O SAMBAQUI MORRO DO PERALTA, LAGUNA

Objetivo: Desenvolver atividades educativas e turísticas no Sambaqui Morro do Peralta, Centro Histórico de Laguna/SC, compreendendo as seguintes contratações:

- Contratação de serviço de levantamento planialtimétrico do terreno localizado no Morro do Peralta, em Laguna/SC;
- Contratação de Projeto Arquitetônico executivo para proposta de cercamento e sinalização do sambaqui do Morro do Peralta e organização de um espaço de visitação implantando passarela, mirante e contenção de áreas de acesso;
- Contratação de Professor/Educador para realização de atividades de educação patrimonial, aplicar instrumentos de pesquisa a fim de diagnosticar o grau de importância desse sítio para o grupo que habita em seu entorno, bem como se desenvolva um fluxo turístico sustentável na área;

- Contratação de Arqueólogo para acompanhamento das atividades que serão realizadas no Sambaqui;
- Contratação de Projeto Gráfico:

- Elaboração do projeto gráfico da cartilha explicativa para os moradores do Morro do Peralta, alunos e comunidade lagunense, tendo por base o conteúdo de 15 (quinze) laudas de texto e 20 (vinte) imagens digitais; para impressão no sistema de separação de cores (off-set);
- Elaboração do projeto gráfico do folder explicativo para os moradores do Morro do Peralta, alunos e comunidade lagunense, tendo por base o conteúdo de 2 (duas) laudas de texto (Formato aberto: 63cmX42cm) e 10 (dez) imagens digitais; para impressão no sistema de separação de cores (off-set);
- Elaboração do projeto gráfico das placas de sinalização com textos indicativos para os moradores do Morro do Peralta, alunos e comunidade lagunense. As placas terão dimensão de 80x80cm para aplicação de texto sucinto (30 palavras) e 1 (uma) imagem ilustrativa;
- Elaboração do projeto gráfico da placa de sinalização com foto panorâmica do município de Laguna, a placa será fixada em mirante localizado no ponto mais alto do Morro do Peralta. A placa terá dimensão de 180x60cm.

- Contratação da impressão de folder e cartilha (livreto educativo) para ser utilizado como material de apoio nas palestras e monitorias que serão realizadas com alunos de escolas municipais e estaduais de Laguna.

Projeto 02: OBRAS EMERGENCIAIS NA IGREJA DE SÃO MIGUEL, BIGUAÇU

Objetivo: Contratação de Obras Emergenciais para substituição do sistema de instalações elétricas e luminotécnica da igreja histórica, resultando em instalações adequadas e seguras para garantir a continuidade do uso da edificação.

Obs.: Foi contratado um Projeto Executivo de Instalações Elétricas e Luminotécnica para a Igreja de Biguaçu, com recursos do IPHAN.

- Inovação dos processos de Gestão da Política pública

Deu-se continuidade aos processos já em andamento, uma vez que têm apresentado resultados positivos, sobretudo no que diz respeito à integração dos técnicos e a uma maior participação e envolvimento da equipe com os diversos projetos e áreas de atuação da Superintendência. Isso reflete diretamente na melhoria, ou mesmo, na eficácia das ações e projetos, sobretudo quando consideramos o importante papel social e institucional desempenhado pelo IPHAN em Santa Catarina.

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	194A04017SC	Gestão, administração e apoio à execução de projetos e atribuições da 11ª SR	30.332,26	Florianópolis	SC
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	194A07019SC	Fiscalização dos Bens Protegidos no Estado de Santa Catarina	68.941,09	Florianópolis	SC
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	194A06068SC	Sítios Históricos de SC: Preservação dos Sítios Arqueológicos e do Patrimônio Paisagístico da Ilha do Campeche, Florianópolis/ SC	14.846,52	Florianópolis	SC
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	194A06131SC	Obras de restauração do edifício e exposição permanente do Museu Nacional do Mar	193.816,31	São Francisco do Sul	SC

Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	194A06133SC	Obras emergenciais e de conservação permanente no Patrimônio Cultural de Santa Catarina	542.772,92	Florianópolis	SC
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	194A06196SC	Revitalização de espaços públicos do Centro Histórico de Laguna	144.723,40	Laguna	SC
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	194A06256SC	Obras de restauração do edifício da Antiga Câmara de Vereadores de Laguna/SC	149.989,52	Laguna	SC
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	194A06273SC	Preservação de Embarcações Tradicionais Brasileiras de relevância Nacional - Proposta de aquisição de acervos para o Museu Nacional do Mar.	45.500,00	Florianópolis	SC
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	194A08009SC	Capacitação para Preservação de Patrimônio Arqueológico e Paisagístico Nacional – Ilha do Campeche	17.530,00	Florianópolis	SC
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	194A10011SC	Exposições dos Roteiros Nacionais de Imigração e Caminhos das Tropas	18.549,87	Florianópolis	SC
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	194A10048SC	CINEMA FALADO	260,62	Laguna	SC
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	194A10050SC	promoção para preservação da Ilha do Campeche	4.873,86	Florianópolis	SC
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	194A11039SC	História Econômica de Santa Catarina: Estudos preliminares sobre patrimônio cultural-ciclo econômico da madeira	1.488,00	Canoinhas	SC
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	194A12010SC	Complementação dos Dossiês de Tombamento dos Caminhos das Tropas, Parque Arqueológico do Sul e Freguesias Luso-Brasileiras	47.579,70	Lages	SC
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	194A14005SC	INRC das comunidades negras de Santa Catarina - 3ª etapa	62.191,86	Campos Novos	SC
Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural	194A15006SC	Ampliação de acervos bibliográficos das bibliotecas das Casas do Patrimônio em Florianópolis, Laguna e São Francisco do Sul.	10.636,64	Florianópolis	SC
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	194A16034SC	Depam - Banco de Projetos de Intervenção em Bens e Sítios Protegidos em Santa Catarina	55.590,00	Florianópolis	SC
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	194A16063SC	Aquisição de imóvel - Cine Teatro Mussi	812.800,00	Laguna	SC
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	194A16099SC	Patrimônio Naval Brasileiro: Cadastramento de embarcações tradicionais	24.310,00	São Francisco do Sul	SC

Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	194A21020SC	Organização e preservação do acervo documental, arquivístico e digital da 11ª SR - continuação	33.500,00	Florianópolis	SC
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	194A24018SC	Patrimônio Ferroviário: Pesquisa histórica sobre o desenvolvimento das estradas de ferro em Santa Catarina	8.873,95	Florianópolis	SC
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	194A24020SC	Patrimônio Ferroviário: Banco de projetos de restauração de edificações, pontes, túneis e viadutos	103.489,62	Florianópolis	SC
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	194A24048SC	Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	12.226,50	Florianópolis	SC
Ampliação e Modernização de Áreas de Conservação e Restauração de Bens Culturais	194A25006SC	Unidade mínima de conservação de acervos arquivísticos da 11ª SR	21.999,82	Florianópolis	SC
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	194A20025SC	Compilação de dados referentes ao estado-da-arte da arqueologia em Santa Catarina	9.316,80	Florianópolis	SC
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	194A20026SC	Complementação/atualização de estudos, cadastros e inventários em Sítios Históricos	120.324,00	Florianópolis	SC
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	194A20027SC	Patrimônio Naval Brasileiro: Cadastramento de embarcações tradicionais	25.524,40	São Francisco do Sul	SC
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	194A20063SC	Avaliação e levantamento da antiga Casa do Governador Hercílio Luz, em Florianópolis.	2.500,00	Florianópolis	SC
			2.584.487,66		

12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Rio Grande do Sul

- Principais projetos realizados

- 1- Inauguração do laboratório de arqueologia do Escritório Técnico de São Miguel das Missões.
- 2- Realização de estudo preliminar sobre os significados mitológicos, cosmológicos e identitários atribuídos pelos Mbyá-Guarani ao sítio de São Miguel Arcanjo, chamado pelos Guarani de Tava Miri São Miguel, Sagrada Aldeia de pedra.
- 3- Restauração da Casa Marques em Antônio Prado/RS.

4- Execução da 1ª etapa do inventário do Patrimônio Ferroviário no Estado do Rio Grande do Sul, num total de 42 locais determinados pelo IPHAN.

5- Execução do Inventário de Configurações de Espaços Urbanos, a ser aplicado de Santa Tereza/RS, conforme orientações do manual elaborado pelo IPHAN, assim como a elaboração das "diretrizes de disciplinamento de novas construções para a cidade de Santa Tereza".

6- Organização do Ciclo de Palestras Inventário Cultural Massacre de Porongos: Memória e Identidades no sul do Brasil.

7- Organização e execução de evento - Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

8- Organização, limpeza, descrição e acondicionamento do acervo fotográfico da Rede Ferroviária Federal, que se encontra no Museu de Trem em São Leopoldo/RS.

9- Organização de 20 metros lineares da documentação técnica e administrativa do Escritório Técnico I - São Miguel das Missões e organização de 20 metros lineares de documentação administrativa.

- Não houve realização de tombamentos.
- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

Aquisição de termohigrômetro, desumidificador, 2 módulos de arquivo deslizante, 18 microcomputadores, 1 notebook, 2 scanners de mesa, 1 impressora laser color, 5 impressoras jato de tinta, 3 câmeras fotográficas digital, 1 projetor multimedia, mobiliário (2 armários de aço e poltronas), condicionadores de ar.

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

Adesão de servidora especialista em políticas públicas e gestão governamental.

Participação de servidores nos eventos:

- Seminário do "Plano Nacional de Cultura: políticas públicas pela diversidade, promovido pela Câmara dos deputados e Ministério da Cultura, em Porto Alegre, dias 29 e 30 de outubro.
 - I Oficina de órgãos de Patrimônio: construindo o Sistema Nacional de Patrimônio, realizada no dia 8 de agosto de 2008 em Brasília, promovido pelo IPHAN.
 - Seminário Estadual: construindo o Sistema Nacional de Patrimônio, realizada em 17 de outubro em POA, promovido pelo IPHAN, IPHAE, EPAHC, Programa Monumenta, ICOMOS/RS
 - Seminário "Intervenção em bens de valor cultural"
 - Cerimônia de Homenagem aos selecionados no RS ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2008, realizada em 17 de outubro.
 - Capacitação no Sistema de Diárias e Concessão de Passagens
 - Curso de capacitação no Patrimônio Imaterial
 - Oficina de Projetos Básicos
 - Workshop internacional "Paisagens Culturais e Sistemas de Informação", promovida pelo IPHAN e Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico, em Brasília.
 - Curso de capacitação em gestão de contratos de serviços e suprimentos
 - Oficina Regional Sul: construindo o sistema nacional do patrimônio cultural
 - Capacitação sobre prestação de contas e acompanhamento de convênios.
- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.
 - Apoio à realização do curso de restauro de elementos decorativos no CEFET/PELOTAS.
 - Apoio à capacitação na Lei Rouanet realizada no I Seminário de Capacitação em Preservação Gestores e Técnicos Municipais promovido pelo IPHAE e FAU-PUC RS.

- Inovação dos processos de Gestão da Política pública

a. Qualificação da área administrativa

b. Realização de sistemática de pregões para aquisição de materiais e serviços.

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	195A04018RS	GAP -Gestão e Administração do Programa	29.297,18	Porto Alegre	RS
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	195A07020RS	FISCALIZAÇÃO DE BENS TOMBADOS NO RIO GRANDE DO SUL	75.914,41	Porto Alegre	RS
Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural	195L09002EX	4º Congresso Europeu sobre Investigação	7.365,51	Porto Alegre	RS
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	195A06011RS	RESTAURAÇÃO DE BENS TOMBADOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	114.492,25	Porto Alegre	RS
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	195A06012RS	MANUTENÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS MISSIONEIROS	83.475,64	São Miguel das Missões	RS
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	195A06056RS	PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DAS MISSÕES	376.528,45	São Miguel das Missões	RS
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	195A06071RS	PRESERVAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS MISSIONEIROS	150.000,00	São Miguel das Missões	RS
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	195A06198RS	PESQUISA E GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO RS	118.061,34	Porto Alegre	RS
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	195A06226RS	Participação em seminário internacional	2.272,73	São Miguel das Missões	RS
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	195A06241RS	Pesquisas e estudos sobre o Centro Histórico e a Ponte Internacional de Jaguarão e Centro Histórico de Bagé no Rio Grande do Sul	120.583,51	Jaguarão	RS
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	195A10026RS	Promoção dos bens tombados e das ações de preservação no RS	38.791,08	Porto Alegre	RS
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	195A10027RS	PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS MISSIONEIROS	11.765,00	São Miguel das Missões	RS
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	195A10043RS	Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade no RS	10.096,00	Porto Alegre	RS
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	195A10066RS	COMEMORAÇÃO DOS 25 ANOS DA DECLARAÇÃO DE SÃO MIGUEL ARCANJO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE	30.000,00	São Miguel das Missões	RS

Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	195A10070RS	Apoio à promoção de eventos no RS: Sagrado Coração - Missão de São Miguel	34.846,67	Porto Alegre	RS
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	195A14034RS	Acompanhamento Técnico de Projetos do INRC/Edição Livro INRC Comunidade Mbyá-Guarani	9.599,00	São Miguel das Missões	RS
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	195A14038RS	Complementação da identificação da tava-miri com vistas à instrução do processo de registro	60.000,00	São Miguel das Missões	RS
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	195A14052RS	distribuição do livro Tava Miri São Miguel Arcanjo, Sagrada Aldeia de Pedra: os Mbyá-Guarani nas Missões para 4 comunidades Mbyá que foram inventariadas e projeção do filme : " Duas Aldeias, uma caminhada "nessas mesmas comunidades.	12.129,58	São Miguel das Missões	RS
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	195A16036RS	Depam - CONTRAPARTIDA AO CONVÊNIO COM O INSTITUTO ANDALUZ DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO - IAPH	56.500,00	São Miguel das Missões	RS
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	195A16086RS	Cogeprom - Comemoração dos 25 anos da Declaração de São Miguel Arcanjo como Patrimônio Cultural da Humanidade	18.627,50	São Miguel das Missões	RS
Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial	195A18018RS	Edição livro Tava Miri São Miguel Arcanjo	8.400,00	São Miguel das Missões	RS
Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial	195A18019RS	APOIO À SOCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS NO INRC MASSACRE DE PORONGOS	23.937,00	Pinheiro Machado	RS
Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial	195A18022RS	Distribuição ampliada de produtos do INRC Massacre de Porongos	10.723,00	Porto Alegre	RS
Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	195A19002RS	REGISTRO DO SÍTIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO COMO LUGAR	29.307,60	São Miguel das Missões	RS
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	195A21019RS	Organização do Arquivo da 12ª SR	28.547,00	Porto Alegre	RS
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	195A24021RS	Inventário do patrimônio ferroviário do estado do Rio Grande do Sul	93.470,84	Porto Alegre	RS
Ampliação e Modernização de Áreas de Conservação e Restauração de Bens Culturais	195A25018RS	Modernização do Laboratório de Conservação de Bens Culturais do Escritório Técnico de São Miguel das Missões.	1.090,00	São Miguel das Missões	RS

13ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Minas Gerais

- Principais projetos realizados

- Restauração da Sede da Superintendência Regional de Minas Gerais, através da recuperação das fachadas, dos cômodos internos (pisos, forros, paredes), das instalações elétricas e luminotécnica, das instalações hidráulicas e da implantação de acessibilidade para deficientes físicos;
- Restauração e inauguração do Escritório Técnico de São João Del Rei, ocorrido em conjunto com a entrega do Prêmio Rodrigo Melo Franco Andrade Regional. A restauração recuperou pisos e forros, a parte elétrica e hidráulica, a pintura interna e externa e reformulou os espaços para melhor abrigar as novas demandas locais;
- Mapeamento e inventário da Rede Ferroviária de Minas Gerais. Esta ação, em andamento, tem possibilitado aos técnicos da Superintendência e à população mineira um reconhecimento do valor histórico dos edifícios e da malha ferroviária do estado. Com este reconhecimento, a demanda para revitalizar estes espaços tem aumentado drasticamente, o que possibilitará em pouco tempo, a restauração e o uso de todos os bens. Exerce-se desta maneira, o poder da salvaguarda que compete ao IPHAN executar. Trata-se de uma grande oportunidade para o avanço em técnicas de restauração e conhecimento das atribuições do IPHAN pela sociedade. Além disso, ocorre o atendimento ao grande volume de solicitações das Prefeituras e Ministérios Públicos, que se aproxima de 25 edificações por mês;
- Elaboração de diretrizes de intervenção para as cidades de Ouro Preto e Mariana. A normatização das técnicas de restauração arquitetônica, urbana e artística dos bens tombados pelo IPHAN possibilita uma atuação mais direta e eficaz do órgão, assim como um melhor entendimento e aplicabilidade por parte da população. As normas fazem papéis de prevenção à descaracterização dos bens e orientação aos responsáveis técnicos e até mesmo ao setor jurídico, quando houver necessidade;
- Adequação dos projetos de sistema de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA, em 9 (nove) monumentos religiosos localizados em Ouro Preto/MG: Igreja de Padre Faria, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora de Mercês e Perdões, São Francisco de Assis, Nossa Senhora de Mercês e Misericórdia, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Pilar e Igreja de São Sebastião.
- Elaboração dos projetos de instalação elétrica, luminotécnico, segurança eletrônica detecção de intrusão e fumaça e circuito fechado de TV-CFTV, infra-estrutura de sonorização para as Igrejas: São José/ Minas Novas e Nossa Senhora da Conceição/Manga.
- Complementação dos serviços de implantação dos projetos de instalação elétrica, luminotécnico, segurança eletrônica detecção de intrusão e fumaça e circuito fechado de TV-CFTV, infra-estrutura de sonorização na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição/Catas Altas.
- Complementação das obras de restauração da cobertura da Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar/Ouro Preto.
- Projetos Elétricos para Igreja de Ouro Preto: Contratação dos serviços de execução do projeto de instalação elétrica, luminotécnico, segurança eletrônica detecção de intrusão e fumaça e circuito fechado de TV-CFTV, infra-estrutura de sonorização para a Igreja Nossa Senhora da Boa Morte/Ouro Preto-MG.
- Execução de projetos em Tiradentes: Contratação dos serviços de execução do projeto arquitetônico-estrutural da Capela-mor da Igreja da Santíssima Trindade, em Tiradentes/MG.

- Elaboração de Projetos: Contratação dos serviços de elaboração do projeto de consolidação estrutural da cobertura e alvenaria da Igreja Nossa Senhora das Mercês e Perdões/Ouro Preto/MG.
- Execução de Projeto em Ouro Preto: Contratação da execução dos projetos de restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias/Ouro Preto-MG;
- Galpão Oficina em Diamantina: Contratação dos serviços de execução do galpão para a Oficina da Equipe de Obras de Diamantina/MG, em terreno doado pela Prefeitura Municipal de Diamantina ao IPHAN, contemplando fundação, alvenarias, superestrutura, instalação de esquadrias e execução das instalações elétricas e hidráulicas.
- Restauração de Fachadas: Contratação dos serviços de restauração das fachadas da Igreja Nossa Senhora do Rosário/Diamantina-MG.
- Recuperação de Cobertura: Contratação dos serviços de recuperação da cobertura da Igreja Nossa Senhora do Carmo/São João del Rei-MG.
- Pintura de Fachadas: Contratação dos serviços de pintura e limpeza de fachadas – elementos de cantaria da Igreja São Francisco de Assis/São João del Rei/MG.
- Restauração e conservação de Pintura: Contratação dos serviços de restauração e conservação da pintura artística das salas do Escritório Técnico de São João Del Rei/MG.
- Pinturas Internas: Contratação dos serviços de pintura interna e externa da Casa General Carneiro, Sede do Escritório Técnico II do Serro/MG.
- Conservação e tratamento de Chafariz: Contratação dos serviços de limpeza e tratamento do chafariz Indianista – Conceição do Mato Dentro/MG.
- Segurança Eletrônica: Contratação dos serviços de elaboração de projetos de segurança eletrônica detecção de intrusão e fumaça e circuito fechado de TV-CFTV para 16 (dezesseis) monumentos religiosos tombados nas cidades de São João Del Rei/MG: igreja Matriz do Pilar, Igreja São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo; Tiradentes/MG: Igreja Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora do Rosário e Matriz de Santo Antônio, Capela do Bom Jesus, São João Evangelista, São Francisco de Paula e Santíssima Trindade; Diamantina/MG: Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora do Rosário, São Francisco de Assis e Senhor do Bonfim.
- Projeto Comunidade Viva em Ouro Preto: Contratação de prestação de serviços de orientadores, para auxiliarem no desenvolvimento do projeto “comunidade ativa”, objetivando ações educativas voltadas para a comunidade de Ouro Preto/MG, promovendo maior interação do IPHAN com a comunidade universitária, civil e instituições locais comprometidas com a preservação do patrimônio cultural.
- Circuito Expositivo Casa da Baronesa/Casa do Patrimônio: Contratação de serviços de montagem e implantação do circuito expositivo da Casa da Baronesa/Casa do Patrimônio, localizada em Ouro Preto/MG, visando à divulgação das ações do IPHAN, prestando informações pertinentes ao tombamento, o registro e seus desdobramentos e ao valor dos bens culturais, aspectos de proteção e salvaguarda destes bens; sobre a evolução urbana de Ouro Preto, destacando suas principais características como conjunto arquitetônico tombado e sinalizando adequadamente e musealizando os objetivos encontrados nas prospecções arqueológicas realizadas nos jardins da Casa da Baronesa.
- Pesquisas Históricas: Contratação de serviços de pesquisa histórica, produção de textos e programação visual sobre os Centros Históricos em Minas Gerais, destacando Belo Horizonte (Pampulha), Sabará, Cataguases, Congonhas, Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro, Tiradentes e São João del Rei.
- Registro áudio-visual: Execução dos trabalhos de registro áudio-visual e entrevistas e seminário sobre o Mercado Central de Belo Horizonte/MG.
- Diagnóstico e Mapeamento: Contratação de serviços de elaboração de diagnóstico, mapeamento de danos, projeto arquitetônico e estrutural visando à recuperação da Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Ouro Preto/MG.
- Tratamento Técnico de Acervo: Execução dos serviços de tratamento técnico dos acervos arquivísticos e bibliográficos da Sede da 13ª. SR/IPHAN.

- Conservação de Acervos: Execução dos trabalhos de conservação preventiva nos acervos bibliográficos e arquivísticos que se encontram depositados no Centro de Documentação e Informação da 13ª SR/IPHAN.
 - Conservação Preventiva: Contratação dos trabalhos de conservação preventiva nos acervos arquivísticos e bibliográficos da extinta Rede Ferroviária Federal-RFFSA, na cidade de Belo Horizonte/MG.
 - Conservação e restauração: Contratação de serviços de conservação preventiva, restauração e inventário de bens móveis de valor artístico, histórico e cultural oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal-RFFSA.
 - Vídeo institucional do IPHAN. Esta ação marca uma nova gestão do órgão, na qual o diálogo com a população torna-se um instrumento de preservação de grande monta. O vídeo fala sobre as corretas formas de intervenção em bens culturais e a segurança nas obras de preservação. Pretende ser o primeiro de uma série de instruções técnicas;
 - Encontro de Procuradores Federais que atendem a preservação do patrimônio histórico. Ocorrido na última semana de agosto de 2008, na cidade de São João Del Rei, a reunião contou com o apoio técnico do IPHAN e discutiu vários assuntos pertinentes à preservação. Durante o evento, várias palestras foram ministradas em cima dos temas de maior relevância para os dois órgãos. Foram criados grupos de discussão que ao final geraram uma carta de diretrizes jurídicas em relação aos assuntos patrimoniais;
 - Debates sobre a criação do Sistema Nacional de Patrimônio – Regional Sudeste. Ocorrido no final do ano de 2008, no Palácio das Artes – Belo Horizonte, o seminário contou com vários órgãos de preservação e pessoas engajadas no assunto. O objetivo era reunir as várias instâncias públicas (IPHAN, Secretaria de Cultura Estaduais e Órgãos Estaduais de Patrimônio Cultural) e a população em geral para se iniciar ações conjuntas e um diálogo maior entre os níveis. Alguns grupos de discussões temáticas foram criados com a finalidade de organizar o Sistema. Ao final, as conclusões foram expostas no auditório, possibilitando a cada órgão melhorias em sua atuação;
 - Ação “Força Tarefa” de Ouro Preto. Esta ação, já iniciada no ano de 2007, teve mais uma etapa concluída em 2008. O objetivo é dar andamento técnico e judicial aos casos que envolvem a cidade de Ouro Preto. Foi criada uma comissão, composta por dois Arquitetos e dois Procuradores Federais, que analisam caso a caso as ações movidas pelo IPHAN e pelo Ministério Público. A ação objetiva finalizar os impasses, através de reuniões com os proprietários, proporcionando um maior diálogo entre o órgão e a população. Está prevista sua última etapa para o primeiro semestre de 2009;
 - Vídeo sobre o registro do modo de fazer do Queijo Mineiro. A publicação do vídeo teve como escopo informar a população sobre o objetivo e a importância de se registrar uma produção caseira, através da arte de saber fazer, passada de geração em geração. Esta ação proporcionou um impacto positivo na Superintendência de Minas Gerais, pois houve uma divulgação direta das ações que ocorrem dentro do IPHAN e que muitas vezes não são passadas à comunidade;
 - Criação do Jornal 13 Notas da 13ª Superintendência de Minas Gerais. O jornal, cuja publicação é feita de quatro em quatro meses, é mais uma ação que demonstra a vontade do órgão de se transmitir mais diretamente à população. O periódico informa todas as ações em andamento da 13ª Superintendência e é distribuído tanto na capital quanto nas cidades do interior onde há atuação do IPHAN, especialmente as que possuem Escritório Técnico;
 - Publicação do livro Os Ceramistas Tupiguarani. Esta ação possui grande importância na medida em que a 13ª Superintendência de Minas Gerais começa a encarar as dificuldades da preservação do patrimônio arqueológico. Proporciona orientações técnicas para as futuras intervenções e abre o caminho para novas políticas de preservação destes bens.
-
- Não houve realização de tombamentos.
 - Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

- Aquisição de microcomputadores tipo II, notebook, scanner de mesa, Switch para rack demanda de pontos de rede de dados; mobiliário para o Centro de Documentação e Informação-CDI e Divisão Administrativa; capachos personalizados, carrinho para transporte de materiais; aparelhos de telefones sem fio e fac-símile; materiais permanentes para atender às necessidades de armazenamento e processamento de acervos arquivísticos e bibliográficos da Sede (mesa de higienização, secadora de papéis, lupa, termo-higrômetro, cavalete, aspirador de pó, circulador de ar); veículos utilitários (2 unidades) para fins de fiscalização.
- Recursos Humanos – principais atividades e modificações
- Contrato de prestação de serviços de motorista de viagem (dois postos de serviços);
- Retorno do servidor do José Neves Bittencourt, Técnico III, graduação e Doutorado em História, para integrar a Divisão Técnica da Sede, no desempenho atividades de acompanhamento técnico do acervo ferroviário do Estado de Minas Gerais;
- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.
- Publicação do livro sobre Acervos Documentais de Mariana/MG;
- Obras financiadas pelo Programa Monumenta com fiscalização do IPHAN em Minas Gerais

Município: CONGONHAS

- Restauração do calçamento, passeios públicos e drenagem pluvial da Ladeira do Bom Jesus – obra concluída.
- Segunda etapa da restauração das pinturas parietais das Capelas dos Passos da Paixão do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos – obra em conclusão

Município: DIAMANTINA

- Adequação do Edifício da Cadeia Velha (Teatro Santa Isabel) – obra em andamento.

Município: MARIANA

- Reforma da Praça Cláudio Manuel (Praça da Sé) – obra concluída.
- Reforma da Praça de São Pedro dos Clérigos – obra concluída, pendência quanto à entrega dos serviços.
- Restauração e adequação dos espaços da Casa da Rua Direita – obra concluída, pendência quanto à entrega dos serviços.
- Reforma da Praça Minas Gerais – obra concluída, pendência quanto à entrega dos serviços.

Município: OURO PRETO

- Restauração e Tratamento Paisagístico do Horto Botânico Vale dos Contos – obra concluída.
- * Construção de Terminal Rodoviário Urbano – obra em andamento, contrapartida da Prefeitura.

Município: SERRO

- Restauração de estruturas arquitetônicas da Chácara do Barão – obra em andamento, projetos complementares pendentes de aprovação.
- Restauração de elementos arquitetônicos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – obra em andamento.
- Recuperação de elementos artísticos integrados da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – obra em andamento.
- Restauração da Igreja de Bom Jesus de Matosinhos – obra concluída.

- Inovação dos processos de Gestão da Política pública
- A gestão da política pública nos processos da 13ª Superintendência Regional de Minas Gerais é um tema que tem sofrido grandes modificações ao longo dos anos e, principalmente, no que tange ao ano de 2008, pode-se averiguar avanços no diálogo entre a Sede e os diversos atores públicos, como também, internamente, da Sede com os Escritórios Técnicos através de reuniões que possibilitam inserir metas e verificar o desenvolvimento das ações nas cidades de atuação do IPHAN.
- O diálogo com os atores públicos (Ministério Público Estadual e Federal) tem se intensificado mediante parcerias e compatibilização das ações em prol do patrimônio. As discussões são abertas e objetivas, o que proporciona melhorias no andamento dos projetos comuns.
- No que diz respeito à atuação do IPHAN na sociedade, também se pode perceber avanços significativos. Algumas ações citadas acima (criação do jornal e de vídeos institucionais), são resultados da intenção que o órgão tem de abrir o diálogo com a população. Não somente o IPHAN tem feito este vínculo, como a própria sociedade tem procurado o órgão, em suas diversas pontes, para discutir o patrimônio. Ou seja, a postura mais social que a Sede e seus Escritórios Técnicos têm adotado, mantendo um diálogo aberto com a sociedade como um todo, já pode ser percebida nos frutos colhidos: maior entendimento sobre a importância de se preservar a história da cultura. Tem-se, por fim, um órgão técnico de cunho social, que a cada momento vem se especializando na educação patrimonial.
- Comentários adicionais
- Cabe aqui acrescentar algumas dificuldades que a 13ª Superintendência Regional de Minas Gerais enfrentou na sua gestão do ano de 2008 e que até o presente momento não foram sanadas.
- Em primeiro lugar, há que se ressaltar a incompatibilidade do quadro técnico com a demanda que ocorre em todas as áreas. Um exemplo é a falta de restauradores presentes para dar encaminhamento aos serviços de restauração. Minas Gerais é um estado grande que possui diversas cidades com tombamentos. No caso citado, o único restaurador do quadro técnico está de licença, enquanto um outro, cedido pelo Programa Monumenta, tenta organizar a demanda.
- Esta situação precária acontece também nos Escritórios Técnicos espalhados pelo estado. Não há infra-estrutura de servidores suficientes para atender a demanda de atendimento ao público, vistorias, análises técnicas, solicitações advindas da jurídica, elaboração de laudos, encaminhamentos judiciais, entre outros. Com isso, a situação que se encontra hoje é de escolha. Os processos que são mais urgentes são feitos, enquanto as vistorias ficam em segundo plano. Não há possibilidades de se trabalhar com ações de prevenção, somente as já iniciadas.
- O problema se torna maior quando herdamos a gestão do Patrimônio Ferroviário, que em Minas Gerais possui uma malha considerável, em relação ao restante do país. Além das tarefas executadas com dificuldades, encontramos um entrave no andamento dos processos, o que poderá futuramente acarretar danos irreparáveis.

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	196A04030MG	Gestão e Administração do Programa	37.575,78	Belo Horizonte	MG
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	196A07021MG	FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO TÉCNICA DE BENS CULTURAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	99.746,48	Belo Horizonte	MG
Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural	196A09015MG	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AGENTES DA POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS	200,00	Belo Horizonte	MG
Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural	196A09016MG	CURSO DE CAPACITAÇÃO DE AGENTES DA POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL	196,00	Belo Horizonte	MG
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06007MG	contratação da elaboração de projetos de instalações elétrica/luminotécnicas, segurança eletrônica, telecomunicações e sonorização, para igreja de São José da cidade de Minas Novas	19.350,00	Minas Novas	MG
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06008MG	Limpeza e tratamento do Chafariz Indianista CONCEIÇÃO DOMATO DENTRO/MG	12.589,00	Ouro Preto	MG
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06032MG	Elaboração de projeto de instalações elétricas/luminotécnicas, segurança eletrônica, telecomunicações e sonorização para igreja de nossa senhora da conceição da cidade de Manga (MG)	21.100,00	Manga	MG
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06042MG	RECUPERAÇÃO DA COBERTURA DA IGREJA DO CARMO DE SÃO JOÃO DEL REI	88.650,00	São João del Rei	MG
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06044MG	RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICO-ESTRUTURAL DA CAPELA-MOR DA IGREJA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – TIRADENTES/MG	100.092,00	Tiradentes	MG
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06099MG	proteção contra descargas atmosféricas em 07 monumentos religiosos em Minas gerais - etapa ouro preto	247.702,62	Ouro Preto	MG
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06100MG	Execução de projeto de instalações elétricas/luminotécnica, segurança eletrônica, telecomunicações e sonorização da igreja nossa senhora da boa morte localizada na cidade de barbacena	165.195,51	Barbacena	MG
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06102MG	Complementação de Execução do galpão para oficina da equipe de Obras do Escritório Técnico I – Diamantina / 13ºSR MG.	84.992,45	Diamantina	MG
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06103MG	RESTAURAÇÃO DAS FACHADAS DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE DIAMANTINA/MG	137.883,95	Diamantina	MG
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06197MG	ESTRADA REAL	438,75	Belo Horizonte	MG

Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06208MG	Aquisição de veículos para os Escritórios Técnicos Vinculados à Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Minas Gerais.Específicos: ET.Tiradentes,Congonhas,Serro,São João del Rei, sendo que o veículo a ser adquirido é FIAT UNO WAY, para os 4(quatro) Escritórios, e para o Escritório Técnico de Ouro Preto, veículo Gol 1.6 em função as ladeiras existentes na cidade.	62.231,54	Belo Horizonte	MG
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06210MG	Restauração do Telhado da Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto/MG	21.927,18	Ouro Preto	MG
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06216MG	Levantamento cadastral do núcleo urbano: cidade de Ouro Preto	98.935,00	Ouro Preto	MG
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06220MG	OBRAS COMPLEMENTARES NA SEDE DO ET II SÃO JOÃO DEL REI	19.477,12	São João del Rei	MG
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06221MG	OBRAS COMPLEMENTARES NA IGREJA MATRIZ DE CATAS ALTAS	10.198,01	Catas Altas	MG
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06236MG	CONSOLIDAÇÃO ESTRUTURAL DA COBERTURA E ALVENARIAS DA IGREJA DE N. SRA. MERCÊS E PERDÕES (DE BAIXO) DE OURO PRETO/MG	13.974,34	Ouro Preto	MG
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	196A06261MG	PROJETOS DE RESTAURAÇÃO DA IGREJA MATRIZ DE N. SRA. CONCEIÇÃO DE ANTÔNIO DIAS EM OURO PRETO/MG	55.440,00	Ouro Preto	MG
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	196A08011MG	Comunidade Ativa em Ouro Preto	74.140,00	Ouro Preto	MG
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	196A10039MG	Casa do Patrimônio em Ouro Preto	79.994,50	Ouro Preto	MG
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	196A10054MG	HOMENAGEM AOS GANHADORES DO PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE EM MINAS GERAIS	8.544,00	Belo Horizonte	MG
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	196A10056MG	PARTICIPAÇÃO NA FEIRA MINEIRA DE MUNICÍPIOS	1.035,10	Belo Horizonte	MG
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	196A11030MG	Publicação escrita, com DVD: Memória das Equipes de Obras em Minas Gerais - Preservando um saber fazer	54.600,00	Belo Horizonte	MG
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	196A11078MG	DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MINEIRO EM EVENTOS NOS ANOS DE 2008 E 2009	8.872,00	Belo Horizonte	MG
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	196A14026MG	INRC do Mercado Central de Belo Horizonte - 1ª etapa	37.745,00	Belo Horizonte	MG

Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	196A14032MG	Mapeamento Cultural de Minas Gerais	61.618,10	Belo Horizonte	MG
Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural	196A15015MG	Aquisição de Acervo para as Bibliotecas da 13ª Superintendência Regional, Minas Gerais.	60.000,00	Belo Horizonte	MG
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	196A16025MG	Depam - LEVANTAMENTO E DIAGNÓSTICO DE ÁREAS ESPECÍFICAS (SETOR DE RESTRIÇÃO) INSERIDAS NO ENTORNO E NO PERÍMETRO TOMBADO DE SÃO JOÃO DEL REI	2.416,21	São João del Rei	MG
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	196A16039MG	Diagnóstico e Projeto arquitetônico de restauração da Igreja de Bom Jesus do Matosinhos - OURO PRETO/MG	12.368,75	Ouro Preto	MG
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	196A16056MG	DEPAM - GERENCIAMENTO ARQUEOLOGICO - MINAS GERAIS	13.718,57	Belo Horizonte	MG
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	196A16090EX	DIAGNOSTICO, PROTEÇÃO E MANEJO DO PATRIMONIO	7.858,80	Belo Horizonte	MG
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	196A16090EX	PRESID. 75a.Reunião Ordinária do Conselho ICCROM - International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural - RÔma / Itália	7.858,80	Belo Horizonte	MG
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	196A16113MG	Aquisição Edificação Instalação Arquivo	242.956,00	Belo Horizonte	MG
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	196A21033MG	Tratamento Técnico dos Acervos Arquivísticos e Bibliográficos da 13ª Superintendência Regional, Minas Gerais.	98.319,25	Belo Horizonte	MG
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	196A24022MG	Conservação e restauração da sede do IPHAN em minas gerais edificação denominada casa do conde etapa 4 - restauração de elementos artísticos e iluminação externa	313.545,65	Belo Horizonte	MG
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	196A24023MG	SEMINARIO SOBRE PATRIMONIO FERROVIARIO BRASILEIRO	32.000,00	Belo Horizonte	MG
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	196A24024MG	INVENTARIO DO ACERVO RFFSA - BENS IMÓVEIS	131.395,23	Belo Horizonte	MG

Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	196A24038MG	Preservação do Acervo Pertencente à antiga Superintendência da RFFSA em Belo Horizonte, Minas Gerais.	218.095,23	Belo Horizonte	MG
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	196A24045MG	REALIZAÇÃO DE VISTORIAS TÉCNICAS EM BENS DA EXTINTA RFFSA	30.000,00	Belo Horizonte	MG
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	196A24049MG	RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA PINTURA ARTÍSTICA DAS SALAS DO ET S. JOÃO DEL REI - IMÓVEL DA EXTINTA RFFSA	54.617,43	São João del Rei	MG
Ampliação e Modernização de Áreas de Conservação e Restauração de Bens Culturais	196A25005MG	Aquisição de equipamento especial para atividades de conservação preventiva nos acervos arquivísticos e bibliográficos da Sede/13ª Superintendência Regional, no estado de Minas Gerais.	74.835,80	Belo Horizonte	MG
			2.916.571,35		

14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL –Goiás/Tocantins/Mato Grosso

- Principais projetos realizados
- Ações de preservação de bens imóveis
 - i. Restauração da Casa de Câmara e Cadeia em Corumbáiba/GO – Restaurar a Cadeia Pública de Corumbáiba com vistas à sua utilização como Biblioteca Pública Municipal e abrigo para programa de inserção digital.
 - ii. Execução de Serviços de Restauração na Sede da Fundação Educacional – Frei Simão Dorvi – Goiás/GO
Oferecer um espaço apropriado e sadio ao acervo e aos pesquisadores e visitantes do centro de pesquisa da Fundação Educacional Frei Simão Dorvi, na cidade de Goiás. Para tanto serão recuperadas, fundações, pisos, coberturas e instalações prediais.
 3. Restauração Arquitetônica da Igreja Nossa Senhora do Carmo na cidade de Goiás/GO – 1ª Etapa
A primeira etapa tem objetivo de restaurar estruturalmente o imóvel, com vistas à sua preservação e salvaguarda arquitetônica, garantindo condições seguras de utilização por devotos e visitantes.
 4. Restauração Arquitetônica da Igreja Nossa Senhora do Carmo – Pirenópolis/GO:
Obras de restauração e conservação do imóvel para abrigar o Museu de Arte Sacra do Carmo
 5. Diagnóstico do centro Histórico de Pilar de Goiás/GO

Elaboração de um diagnóstico preciso da área tombada, suas edificações, espaços públicos e áreas de entorno, a partir dos levantamentos realizados, com vistas a subsidiar a gestão do núcleo.

6. Restauração da Estação Ferroviária de Pires do RIO/GO

Restaurar as feições arquitetônicas representativas da época da implantação da ferrovia e notadas em outros imóveis edificados no mesmo momento e com mesmo objetivo. Adaptar o espaço para uso cultural. Revitalizar as áreas de entorno próximo qualificando a área para o uso comunitário.

SUB-REGIONAL: MATO GROSSO

1. Restauração da Igreja da Sé de Santana do Sacramento/MT

(OBS: Descentralizado e licitado em 2007 e executado em 2008).2. 2.Execução de serviços emergenciais na Usina de Itaicy/MT

Estabilizar a estrutura do imóvel, recuperar a cobertura e controlar a vegetação invasora.

(Obs: Descentralizado e licitado em 2007 e executado em 2008)

3.Finalização da adequação publicitária do centro Histórico de Cuiabá

4. Serviços de Manutenção e instalações da Sede do Iphan – Mato Grosso: Imóvel com manutenção dos forros, rebocos e pinturas; revisão das instalações gerais; instalação de sistemas de ar condicionado e vedação apropriadas.

(OBS: Descentralizado e licitado em 2008 e executado em 2008)

5. Obra emergencial na antiga Casa Irmã Dulce

Escoramento, recuperação de cobertura, paredes e limpeza geral de imóvel localizado no Centro Histórico de Cuiabá.

(OBS: Descentralizado e licitado em 2007 e executado em 2008)

6. Restauração Casa Sr José dos Reis

Restauração de imóvel localizado no Centro Histórico de Cuiabá, devolvendo características estéticas e estruturais.

(OBS: Descentralizado e licitado em 2008 e em execução).

SUB-REGIONAL TOCANTINS

1. Obras de Restauo, ampliação e revitalização da Casa de Aquina

O imóvel foi desapropriado pela Prefeitura Municipapl de Nativdiade, para receber o Ponto de Cultura, a Secretaria de Cultura do município e a sede da FUPAC. As obras tiveram início no mês de Outubro, e tem prazo de seis meses para a finalização. Estão contempladas a restauração completa do imóvel e a ampliação para receber as oficinas do Ponto de Cultura e instalação de banheiros, cozinha e lavanderia.

(OBS: Descentralizado e licitado em 2008 e em fase final de execução).

2. Programa Monumenta

Foi assinado no ano de 2008, o 3º Edital de imóveis privados do Programa Monumenta, com 27 contratos, sendo que todos já iniciaram ou terminaram as obras. Alem destes, tivemos o início das seguintes obras públicas:

- Obras de revitalização das Praças Leopoldo de Bulhões, Bandeira e São Benedito, em andamento;
- Obras de revitalização do Beco do Cemitério, Beco João Araújo e Beco da Escola, em andamento;
- Obra de restauração e revitalização da Casa de Cultura Amália Hermano Teixeira;
- Reinício das obras de reforma e revitalização do Centro de Artesanato e Apoio ao Turista e Antiga Cadeia, em andamento.

3. Obras emergenciais

Foram executadas 04 obras emergenciais na cidade de Natividade, em imóveis privados e 01 em Porto Nacional.

(Obs: Descentralizado em 2007 e em execução em 2008).

3.1. Obra emergencial no imóvel situado na Rua Rafael Xavier, n. 174, Centro, Natividade/TO.

Executar os serviços de recuperação do telhado, estabilização estrutural e adequação sanitária para manter a integridade física do imóvel e garantir seu uso como residência. Enquadramento no art. 19, do Decreto Lei n. 25 de 30.11.1937.

3.2. Obra emergencial no imóvel situado na Rua Modestina, n. 26, centro, Natividade/TO.

Executar os serviços de recuperação do telhado, estabilização estrutural e adequação sanitária para manter a integridade física do imóvel e garantir seu uso como residência. Enquadramento no artigo 19, do Decreto Lei n. 25 de 30.11.1937.

3.3 – Obra Emergencial – Cobertura do Arquivo de Porto Nacional/TO

Sanar problemas de infiltração na cobertura de imóvel público, pertencente ao município de Porto Nacional.

(OBS: Descentralizado em 2008 e em execução em 2008).

3.4. Obra emergencial no imóvel situado na Rua Major Julio Nunes, QD. 25, Its 10, Centro, Natividade/TO.

Executar os serviços de estabilização estrutural, necessários para manter a integridade e conservação do imóvel de utilização residencial, com base no art. 19, do Decreto Lei 25/1937.

3.5. Obra emergencial no anexo do imóvel situado na Rua Rafael Xaveir, n. 174, centro, Natividade/TO

ESCRITÓRIO TÉCNICO I – GOIÁS

1. Obras emergenciais de restauração e conservação do Convento da Ordem Dominicana, situado no Largo do Rosário – Goiás/GO

Obras emergenciais para execução dos serviços de restauração e conservação necessárias para manter a integridade física do edifício do Convento da Ordem Dominicana, situado na Cidade de Goiás/GO.

(Obs: Descentralizado e licitado em 2007 e executado em 2008).

2. Execução de Serviços de Restauração na Sede da Fundação Educacional – Frei Simão Dorvi – Goiás – GO

Oferecer um espaço apropriado e sadio ao acervo e aos pesquisadores e visitantes do centro de pesquisa da Fundação Educacional Frei Simão Dorvi, na cidade de Goiás. Para tanto, serão recuperadas fundações, pisos, coberturas e instalações prediais.

(Obs: Descentralizado e licitado em 2008 e em execução).

3. Restauração Arquitetônica da Igreja Nossa Senhora do Carmo na Cidade de Goiás/GO – 1ª Etapa

A primeira etapa tem o objetivo de restaurar estruturalmente o imóvel, com vistas à sua preservação e salvaguarda arquitetônica, garantindo condições seguras de utilização por devotos e visitantes.

(Obs: Descentralizado e licitado em 2007 e execução em 2008).

4. Obras emergenciais: 14 imóveis beneficiados

(Obs: Descentralizados em 2007 e em execução em 2008).

4.1. Execução de Obra emergencial em Imóvel Residencial na Praça do Moreira, n. 17 – Goiás/GO

Garantir a integridade de bem imóvel, localizado no Centro Histórico de Goiás/GO, parte integrante do conjunto tombado pelo IPHAN.

4.2 Execução de Obras Emergenciais de escoramento e estabilização – Rua Dr Netto, n. 08 – Centro Histórico – Goiás/GO

Garantir a integridade de bem imóvel, localizado no centro Histórico de Goiás/GO, parte integrante do conjunto tombado pelo IPHAN.

4.3- Execução de Obras emergenciais de restauração do imóvel da Senhora Zanira Assis Leite, Rua Dom Bosco, n. 16, Centro – Goiás/GO

Obras emergenciais para execução dos serviços de recuperação de telhado e estabilização estrutural, necessários para manter a integridade e conservação do imóvel residencial, com base no art. 19 do Decreto Lei 25/1937.

4.4. Execução de Obra emergencial no imóvel situado na rua Coronel Santa Cruz, n. 20 – Centro Histórico – Goiás/GO.

Obra emergencial de recuperação de cobertura, estabilização estrutural e instalações elétricas, necessários para manter a integridade e conservação de imóvel residencial, com base no art. 19, do Decreto Lei 25/1937.

4.5. Execução de obra emergencial no imóvel Residencial na Rua Maximiano Mendes, n. 05, esquina com Rua Couto Magalhães do Centro – Goiás/GO

Garantir a integridade do bem imóvel, localizado no Centro Histórico de Goiás/GO, parte integrante do conjunto tombado pelo Iphan.

4.6. Execução de Obra Emergencial no imóvel residencial, localizado na Rua Hugo Ramos, n. 28, centro – Goiás/GO

Executar serviços de recuperação do telhado e estabilização estrutural, necessários para manter a integridade e conservação de imóvel residencial, com base no art. 19 do Decreto Lei 25/1937.

4.7. Execução de obra emergencial no imóvel Rua 15 de novembro s/n – Associação Atlética União de Goiás – Goiás/GO.

Executar serviços de recuperação do telhado e escoramento estrutural em imóvel localizado no centro histórico tombado da cidade de Goiás/GO.

4.8. Execução de Obra emergencial no imóvel do Centro Histórico de Goiás – Rua Dom Cândido, n. 37 – Goiás/GO.

4.9. Execução de Obra emergencial no imóvel residencial, situado na Praça Desor. Alves de Castro, n. 02 – Goiás/GO.

Executar os serviços necessários na cobertura para manter a conservação de edificação, com base no art. 19, do Decreto Lei 25/37.

(obs: Descentralizados em 2008 e em execução em 2008).

4.10. Execução de Obra emergencial no imóvel residencial, situado na Rua Maximiano Mendes, n. 13 – Goiás/GO.

Solucionar o problema de ordem emergencial do imóvel que resultou em rotação da fachada frontal.

4.11. Execução de Obra emergencial no imóvel residencial, situado na Rua Cel Luiz G. Amorim, n. 14 – Goiás/GO

Executar os serviços necessários na cobertura para manter a conservação de edificação, com base no art. 19, do Decreto Lei 25/37.

4.12. Execução de Obra emergencial no imóvel residencial situado na Praça Dr Tasso de Camargo n. 20 – Goiás/GO

Garantir a integridade de bem imóvel, localizado no centro histórico de Goiás, parte integrante do conjunto tombado pelo Iphan, reconhecido como patrimônio mundial pela Unesco.

4.13. Execução de Obra emergencial no imóvel residencial, situado na Rua da Conceição, n. 24 – Goiás/GO

Garantir a integridade de bem imóvel, localizado no centro histórico de Goiás, parte integrante do conjunto tombado pelo Iphan, reconhecido como patrimônio mundial pela Unesco.

4.14. Execução de Obra emergencial da Igreja São João Batista – Antigo Arraial do Ferreiro/GO

Evitar o avanço da degradação do imóvel, assegurando condições para a discussão e implementação de ações que venham a restabelecer a integridade do bem tombado e a manutenção do mesmo.

ESCRITÓRIO TÉCNICO II – PIRENÓPOLIS

1. Projeto Beira Rio das Almas de Pirenópolis

Dando seqüência estratégica à proteção dos vazios da área em questão, em conformidade com diagnósticos do Ateliê SIRCHAL e consideradas as questões ambientais pertinentes em intervenções nesse tipo de área.

2. Apoio ao Programa Monumenta em Natividade

Promovendo orientação técnica na área de carpintaria e outros temas da construção civil, aos gestores e trabalhadores dos restauros em imóveis privados.

3. Restauo da Fazenda Babilônia e Capela N. S. da Conceição

A Fazenda foi restaurada, houve um incremento na acessibilidade, foi reabilitado um dos prédios para a finalidade de receptivo e sanitários adaptados, e a Capela sofreu a primeira restauração artística, com a revelação de pinturas do forro que haviam sido cobertas por pintura posterior.

4. Restauo da Ermida Nossa Senhora das Mercês, em Pilar de Goiás

A única das quatro igrejas de Pilar que chegou aos nossos dias.

5. Restauração Arquitetônica da Igreja Nossa Senhora do Carmo – Pirenópolis/GO.

Obras de restauração e conservação do imóvel para abrigar o Museu de Arte Sacra do Carmo.

6. Diagnóstico do centro histórico de Pilar de Goiás/GO

Elaboração de um diagnóstico preciso da área tombada, suas edificações, espaços públicos e áreas de entorno, a partir dos levantamentos realizados, com vistas a subsidiar a gestão do núcleo.

- Acautelamento de bens culturais de natureza material

SUB-REGIONAL DE TOCANTINS

1. Inspeção nas Obras de Porto Nacional e Monte do Carmo

Procedimentos de rotina quanto à manutenção e pleno funcionamento das instalações e dependências dos bens recém recuperados pelo IPHAN.

2. Visita de técnico do IPHAN

Foi organizado pelo programa Monumenta, em parceria com o Iphan, a visita do servidor Paulo Sérgio Galeão, acompanhado pelo Sr Camilo, carpinteiro na cidade de Pirenópolis. Em conjunto com os técnicos do Iphan e Monumenta, visitaram-se todas as obras do centro histórico, onde em conversa informal com os trabalhadores, foram repassadas técnicas de carpintaria e construção de terra em geral.

ESCRITÓRIO TÉCNICO I – GOIÁS

1. Produção/execução/análise de intervenções e requerimentos realizados no corrente ano, produzindo pareceres.

ESCRITÓRIO TÉCNICO II – PIRENÓPOLIS

2. Concluído o Plano de preservação de Pirenópolis, visando estratégias de gestão e publicação de portaria de proteção.

Ações de preservação de acervos documentais, arquivísticos e bibliográficos.

1. Aquisição de livros para as bibliotecas da sede da Superintendência em Goiânia, escritórios técnicos de Goiás e Pirenópolis e sub-regionais do Mato Grosso e Tocantins.
2. Digitalização da documentação do acervo arquivístico sob responsabilidade da 14ª Superintendência Regional: material fotográfico, de áudio e vídeo.
3. Início dos trabalhos de readequação da base de dados do acervo bibliográfico da 14ª SR.

Ações de inventário para o referenciamento de bens do patrimônio cultural de natureza imaterial

1. Realização da documentação áudio-visual do ritual Heteroky, na aldeia Karajá, Santa Isabel do morro, na Ilha do Bananal/TO.
2. Oficinas de transmissão dos saberes dos povos indígenas da Ilha do Bananal-TO.

SUB-REGIONAL MATO GROSSO

1. Finalização da 1ª Etapa (registro audiovisual) de instrução técnica do Processo de Registro do Ritual Indígena Yãokwa do Povo Indígena Enawene Nawe.
2. Acompanhamento da aplicação do INRC em Vila Bela da Santíssima Trindade.

ESCRITÓRIO TÉCNICO II – PIRENÓPOLIS

1. Em curso, fase final, o inventário de Referência Cultural da Festa do Divino, de Pirenópolis, objetivando o reconhecimento como Patrimônio imaterial nacional.

Ações de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial

SUB-REGIONAL MATO GROSSO

1. 3º Encontro de salvaguarda da Viola de Cocho

Ações de inventário para o referenciamento de bens do patrimônio cultural de natureza material

1. Inventário de conhecimento do Patrimônio Ferroviário de Goiás

SUB-REGIONAL DE TOCANTINS

1. 2ª Etapa do Mapeamento do Patrimônio Cultural, material e Natural do Estado de Tocantins

As viagens da segunda etapa finalizaram-se em dezembro de 2008, quando foram visitados municípios das regiões norte e oeste do Estado.

Ações da área Museológica

1. Implantação do Museu de Arte Sacra de Pirenópolis/GO
2. Implantação do Museu das Artes do Divino na Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis/GO
3. 6ª Semana Nacional de Museus da Cidade de Goiás/GO.
4. Identificação do Acervo da Real Fazenda, Brasil Império.

Ações da área de Arqueologia

5. Realização da primeira etapa do Projeto de Mapeamento e atualização de dados acerca do Patrimônio Arqueológico e Implementação do Banco de Dados Digitalizado da 14ª SR.
6. Estudo para Chacela de Paisagem Cultural dos Sítios Arqueológicos da Pousada das Araras e Gruta do Diogo – Serranópolis/GO.

SUB-REGIONAL MATO GROSSO

1. Medidas de proteção ao Sítio Arqueológico Carne Seca.

- Realização de tombamentos e registros

A área tombada (que inclui o seu entorno) abrange parte da zona central da cidade e compreende o sítio natural, a malha urbana e as arquiteturas nela implantadas desde a fundação do município até a década de 1960.

No trecho estão localizadas, além das edificações vernaculares, os edifícios mais singulares do Centro Histórico, como a Catedral, o Seminário, a Cúria e a Casa de Câmara e Cadeia. O local ainda apresenta remanescentes da maior parte do acervo arquitetônico representativo

do período do Ciclo do Ouro (metade do séc. XVIII), até meados do séc. XX. O centro Histórico de Porto Nacional foi inscrito no Livro do Tombo Histórico.

- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

Sede 14ª Superintendência Regional

1. Aquisição de Mobiliários (Estantes para livros, cadeiras, bancada de trabalho, armário suspenso, mesas).
 2. Aquisição de equipamento de informática (notebook, Scanner, computadores, monitor, HD Sata, Placas de redes Wirelles, impressoras).
 3. Aquisição de Equipamento eletro-eletrônico (central telefônica, equipamento de som, aparelho de ar condicionado, micro-câmera de vídeo de segurança, controle de acesso inteligente (senha), aparelho de fax, lavadora de piso de alta-pressão, ar condicionado, TV LCD 42).
 4. Equipamento de nível a Laser – Trena (completo)
 5. Caminhonete Ford Ranger
- SUB-REGIONAL MATO GROSSO

1. Instalação de sistema e aparelhos de ar-condicionado
2. Caminhonete Ford Ranger XL 13P
3. Aparelho de GPS
4. Multicopiadora HP Laser jet3050

SUB-REGIONAL DE TOCANTINS

1. Instalação de 02 computadores novos
2. Máquina de cortar grama
3. Caminhonete Ford Ranger XL13P

ESCRITÓRIO TÉCNICO I – GOIÁS

1. Aquisição de impressora
2. Aparelho de fax
3. Aparelho de data Show
4. Telão
5. Máquina fotográfica

ESCRITÓRIO TÉCNICO I – GOIÁS

1. Sistema de Alarme

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

- Adesão de servidores: Restauradora (Termo de cessão), Historiadora (Termo de Cooperação), Arquivista (Redistribuição).

Capacitação de Recursos Humanos na área de Patrimônio Cultural

Sede da 14ª Superintendência Regional

1. Participação Oficina do Sistema Nacional de Patrimônio;
2. Curso de conservação de Bens Culturais promovido pelo Museu Antropológico da UFG;
3. Curso de Gestão de Contratos de Serviços e Suprimentos

4. Curso de princípios Básicos de Conservação em Fotografias promovido pela Associação de Amigos do Museu da Imagem e do Som de Goiás.
5. Curso de Introdução à elaboração de Inventários e Catálogos promovido pela Associação de Amigos do Museu da Imagem e do Som de Goiás.
6. Curso técnico de identificação da base de Filme Fotográfico e Higienização de negativos promovido pela Associação de Amigos do Museu da Imagem e do Som de Goiás,
7. Curso de Conservação de Bens Culturais promovido pelo Museu Antropológico da UFG,

SUB-REGIONAL TOCANTINS

8. Curso Ética e Serviço Público/ENAP
9. Participação no Fórum do Plano Nacional de Cultura
10. Educação Patrimonial/Casa do Patrimônio
11. Renovação do Apoio Institucional Do Programa Monumenta, a Arq. Cejane Leal Pacini Muniz

ESCRITÓRIO TÉCNICO I – GOIÁS

1. Educação Patrimonial/Casa do Patrimônio

ESCRITÓRIO TÉCNICO II – PIRENÓPOLIS

1. Curso Ética e Serviço Público/ENAP
2. Oficina do Plano Nacional de Cultura
3. Educação Patrimonial/Casa do Patrimônio

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

1. Participação no Projeto “Viva e Reviva Goiás”, patrocinado pela Secretaria Estadual de Educação, nas cidades de Goiás, Pirenópolis e Goianésia.
2. Participação no Recital no sábado de Aleluia, realizado na Igreja do Rosário, na cidade de Goiás.
3. Palestra em parceria com a Casa de Cora Coralina para participantes do Ponto de Cultura “Uma Janela para o Cinema” – Goiás/GO.
4. Participação em evento organizado pelo Reitor do Santuário do Divino Pai Eterno, em Trindade, referente à preservação do patrimônio cultural.

SUB-REGIONAL MATO GROSSO

1. Participação nas reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá
2. Oficina do Plano Nacional de Cultura

SUB-REGIONAL DE TOCANTINS

1. Oficina do Plano Nacional de Cultura
2. Oficina de capacitação “Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais”.
3. Participação na Reunião de Posse dos eleitos do Conselho Estadual de Cultura, onde a Chefe desta sub-regional é a suplente da cadeira de Patrimônio Histórico.

ESCRITÓRIO TÉCNICO I – GOIÁS

1. Oficina de capacitação “Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais”.

PROMOÇÃO DE EVENTOS

1. Exposição fotográfica do Patrimônio Cultural Karajá
2. Apoio financeiro aos vencedores do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade
3. Lançamento do DVD e CD-ROM “Kalunga: Patrimônio Imaterial”.

4. Produção de Exposição Itinerante do Material produzido pelo Instituto de pesquisa Etno Ambiental do Xingu – IPEAX, que culminou no Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.
5. Lançamento do livro “História da Terra e do Homem no Planalto Central” do escritor Paulo Bertran, na sede da 14ª SR/IPHAN.
6. Produção e lançamento do livro “Guia Afetivo da Cidade de Goiás”, do artista plástico Elder Rocha Lima, na sede da 14ª SR e Escritório técnico de Goiás/GO.
7. Lançamento do Livro Poemas e Sonhos de Construção do Escritor Tião Pinheiro.
8. Projeto Casas do Patrimônio – lançamento do Livro: “A Ditadura Militar em Goiás – Depoimentos para História”, do autor Pinheiro Sales.
9. Apoio à realização da V Mostra de Capoeira Angola do Grupo Calunga.
10. Apoio ao Projeto que culminou com a publicação e exposição permanente memória do Ministério Público Estadual de Goiás.
11. Palestra no Auditório da Prefeitura Municipal de Corumbáiba/GO.
12. Palestra no Colégio Marista de Goiânia sobre Patrimônio Cultural.

SUB-REGIONAL MATO GROSSO

1. Palestra Semana de Arquitetura da Unemat-Campus Barra do Bugre
2. Palestra Curso de Edificações CEFET – Diamantino
3. Palestra Curso de Turismo, Universidade Cândido Rondon – Cuiabá
4. Palestra Seminário Jubileu da Arquidiocese de Cuiabá – UFMT
5. Palestra Patrimônio Rural Mato-grossense – Unicamp
6. Palestra Oficina Seminário Regional – Plano Nacional de Cultura – Cuiabá

SUB-REGIONAL TOCANTINS

1. Fórum: Patrimônio, Identidade e Ação

O Iphan teve participação no projeto de educação patrimonial que teve como objetivo despertar na comunidade escolar a vontade e o desejo de participarem das ações de preservação do patrimônio cultural de Natividade. Ao final do projeto foi realizado o Fórum, onde a Chefe da Sub-regional/TO, ministrou uma palestra sobre Patrimônio Cultural e os trabalhos do Iphan. Ao final, em conjunto com a comunidade, elaborou-se uma carta das principais necessidades de projetos relativos ao patrimônio cultural da cidade. Carta essa que foi encaminhada aos vários órgãos responsáveis pela preservação do Patrimônio de Natividade.

2. Palestra em Porto Nacional

Atendendo a convite da Faculdade de Arquitetura de Porto Nacional, foi ministrada uma palestra a alunos e comunidade, sobre o que é o tombamento e o que muda na rotina da comunidade do centro histórico de Porto Nacional. Foram convidados, o Historiador da Fundação Cultural do Estado do Tocantins, Antônio Miranda; a Coordenadora do Museu Histórico de Porto Nacional, Yone da Silva; a chefe da Sub-regional/TO – 14ª SR IPHAN, Luciana Campos de Araújo e o técnico da 14ª SR Iphan, Paulo Sérgio Galeão.

ESCRITÓRIO TÉCNICO I – GOIÁS

1. Apoio ao evento da Semana Santa, abertura do Escritório Técnico – I para recepção de autoridades.
2. Apoio a apresentação do projeto revitalização do mercado Municipal.
3. Apoio ao evento 10ª FICA (Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental), período de 10ª 15/2008.
4. Lançamento do Livro “ A Ditadura Militar em Goiás: Depoimento para a História”, Coordenador Pinheiro Salles.
5. Lançamento do livro “O que teria na trouxa de Maria” de autoria da escritora Diane Valdez na sede do ETEC I/14ª SR/Iphan EM 14.07.2008.

6. Exposição "Entre Deux", artista plástico Pierre de Freitas na sede do ETEC I/14ª SR/IPHAN, período de 11 a 15/2008.

Ações de Educação Patrimonial

1. "Café com prosa"

O Projeto é parte integrante da ação institucional "Casas do Patrimônio", com o intuito de abrir a sede da 14ª SR em Goiânia à comunidade e transforma-la em espaço de referência na cidade, promovendo encontros e debates sobre patrimônio histórico. Em 2008, foram realizadas três edições do café com prosa que trataram das temáticas: paisagem cultural, patrimônio imaterial e educação patrimonial.

3. Editoração e lançamento do livro "Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados". O livro divulga os resultados do Curso de Educação Patrimonial, realizado em 2004, voltado para os professores da rede municipal de ensino. O curso resultou de uma parceria entre o Museu Antropológico da UFG, o Instituto do Trópico Sub-úmido e o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da UCG, a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia e o IPHAN.

SUB-REGIONAL TOCANTINS

1. Reunião com a comunidade do Centro Histórico de Porto Nacional

A Prefeitura Municipal organizou uma reunião com os moradores do centro histórico de Porto Nacional, a pedido desta sub-regional, onde participaram os técnicos da Fundação Cultural do estado, a chefe da SUB-regional/TO – 14ª SR IPHAN, Luciana Campos de Araújo. O chefe da Divisão Técnica da 14ª SR/IPHAN, Paulo Henrique Farsette e os representantes municipais. A reunião teve o objetivo de esclarecer para a comunidade quais os preceitos do tombamento, os trabalhos que o Iphan está planejando para a área tombada, assim como esclarecer dúvidas em geral.

ESCRITÓRIO TÉCNICO I – GOIÁS

1. "TOCANDO A OBRA"

Projeto dirigido a alunos do 5º ano do ensino fundamental, consiste em visita a obra do Convento do Rosário, as crianças participam de palestras com a equipe do IPHAN e com educadores, momento onde é trabalhado o contexto histórico e arquitetônico do monumento, sua importância e preservação. As atividades que são concretizadas na produção de pinturas e desenhos nos tapumes da obra, transformando-os em painéis.

2. Concurso de redação "MINHA CIDADE, MEU PATRIMÔNIO"

Projeto dirigido a alunos do 8º ano do Ensino Fundamental.

Ações de produção e distribuição de material sobre o Patrimônio Cultural

1. Vivências e Sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins

Publicação que reúne uma coletânea de artigos e rico material fotográfico com os primeiros resultados do projeto de mapeamento do patrimônio cultural e natural do estado de Tocantins.

2. Fênix – Restauro da Igreja Matriz de Pirenópolis

Publicado a caixa multimídia com retrospecto do monumento restaurado, sendo um documento técnico com grande contribuição para estudiosos da restauração.

3. Apoio à produção de material gráfico da Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis/GO

4. Manual de conservação do Centro Histórico de Natividade

5. Viola de Cocho: Patrimônio Cultural do Brasil – Divulgação de informações do Patrimônio cultural da viola-de-cocho na baixada cuiabana.

6. Projeto de Identidade visual para produtos a serem confeccionados por ocasião dos 120 Anos de Nascimento de Cora Coralina
7. Reprodução de DVD e CD-ROM "Kalunga: Patrimônio Imaterial".
8. Reprodução do DVD: "Veneno – Homenagem ao Maestro João Ribeiro".
9. Reprodução do DVD "O Toque do Tempo" – Documentário de Waldir de Pina sobre a Cidade de Pirenópolis.
10. Reprodução do CD-ROM "Goiás Patrimônio da Humanidade".

02- Listar as realizações/atividades/projetos da Superintendência realizados sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo Iphan.

1. Participação no Projeto "Viva e Reviva Goiás", patrocinado pela Secretaria Estadual de Educação, nas cidades de Goiás, Pirenópolis e Goianésia.
2. Participação no Recital no Sábado de Aleluia, realizado na Igreja do Rosário, na cidade de Goiás.
3. Palestra em parceria com a Casa de Cora Coralina para participantes do Ponto de Cultura "Uma Janela para o Cinema" – Goiás/GO.
4. Participação em evento organizado pelo Reitor do Santuário do Divino Pai Eterno, em Trindade, referente à preservação do patrimônio cultural.
5. Apoio à realização da V Mostra de Capoeira Angola do Grupo Calunga.
6. Apoio ao Projeto que culminou com a publicação e exposição permanente Memória do Ministério Público Estadual de Goiás.
7. Palestra no Auditório da Prefeitura Municipal de Corumbáiba/GO.
8. Palestra no Colégio Marista de Goiânia sobre Patrimônio Cultural.

- Não houve nenhuma inovação dos processos de Gestão da Política pública

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	197A04019GO	Recursos a ser utilizado pela 14ª SR/IPHAN em ações propostas pela Superintendente Regional, visando promover o patrimônio cultural através de palestras, aquisição de material publicitário como folders, cartazes e outros e aquisição de material permanente.	74.686,18	Goiânia	GO
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	197A07022GO	Diárias, Passagens Aéreas, Manutenção de Veículos oficiais e aquisição de combustível, para o desenvolvimento das ações de Inspeção Técnica e Fiscalização de Bens Culturais	95.475,18	Goiânia	GO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06020MT	Levantamentos e projeto de restauro da antiga Usina de Itaicy	93.333,33	Cuiabá	MT
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06021GO	Restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo de Pirenópolis / GO	114.250,00	Pirenópolis	GO

Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06039MT	Restauração Casa Sr. José dos Reis	79.162,20	Cuiabá	MT
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06040MT	Serviços de Manutenção e Instalações da Sede do IPHAN - Mato Grosso	90.000,00	Cuiabá	MT
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06041GO	Execução de serviços de conservação na sede da Fundação Educacional da cidade de Goiás (Fundação Cultural Frei Simão Dorvi)	154.800,00	Goiás	GO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06050GO	Restauração da Casa de Câmara e Cadeia em Corumbalza - Goiás	288.720,00	Corumbalza	GO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06070TO	OBRA DE RESTAURAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CASA DE AQUINA, EM NATIVIDADE - TO	179.399,13	Natividade	TO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06097GO	Restauração arquitetônica da Igreja Nossa Senhora do Carmo, Cidade de Goiás/GO.	347.334,35	Goiás	GO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06213TO	Exposição fotográfica do patrimônio cultural karajá	3.280,76	Formoso do Araguaia	TO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06214TO	Preservação de Acervo do Tocantins - Arquivo de Porto Nacional	24.975,00	Porto Nacional	TO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06219GO	Complementação da Ação: Obra Emergencial de Restauração e Conservação do Convento da Ordem Dominicana - Cidade de Goiás-GO-Processo 01516002630/2007-56	25.000,00	Goiás	GO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06222GO	INCREMENTANDO ACESSIBILIDADE NA BABILÔNIA / PIRENÓPOLIS - GO.	14.560,00	Pirenópolis	GO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06223TO	Restauração da Antiga Sede da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins	447.389,19	Palmas	TO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06227GO	Consolidação final da Mureta do Lago das Rosas	14.980,00	Goiânia	GO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06252GO	Preservação da Ponte Pênsil Affonso Penna	15.890,00	Itumbiara	GO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06255GO	Sistematização do Banco de dados referente ao Patrimônio Material sob a responsabilidade da 14ª SR/IPHAN	7.988,30	Goiânia	GO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06264GO	REABILITAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO A RUA EUGÊNIO JARDIM N.16 CIDADE DE GOIÁS/GO - 1º ETAPA	33.760,85	Goiás	GO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	197A06280GO	Serviços emergenciais da Igreja São João Batista - Antigo Arraial do Ferreiro/GO	14.900,00	Goiás	GO

Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	197A08036TO	Educação Patrimonial em cidades do Estado do Tocantins	24.960,00	Goiânia	GO
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	197A08037MT	Educação Patrimonial em cidades do Estado do Mato Grosso	19.999,00	Cuiabá	MT
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	197A08038GO	Educação Patrimonial em cidades do Estado de Goiás	55.000,00	Goiânia	GO
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	197A10009GO	Café com Prosa na Casa do Patrimônio	39.900,00	Goiânia	GO
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	197A10010GO	3ª edição do concurso de redação - Temática "Minha Cidade, Meu Patrimônio" dirigido a alunos do 8º ano do Ensino Fundamental.	12.000,00	Goiás	GO
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	197A10052MT	Premio Rodrigo Melo Franco de Andrade - Apoio financeiro ao vencedores do Prêmio - Instituto de Pesquisa Etno-Ambiental do Xingu/Ipeax, de Canarana/MT, com a ação Patrimônio indígena, história de nossa gente: resgatando a memória, as tradições e os lugares sagrados agora distantes de nós..	10.000,00	Canarana	MT
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	197A10053GO	Casas do Patrimônio - Lançamento do Livro "A Ditadura Militar em Goiás: Depoimentos para a História".	6.500,00	Goiânia	GO
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	197A10060GO	TOCANDO A OBRA - Lançamento do Livro Fênix	7.800,00	Pirenópolis	GO
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	197A10063TO	Lançamento do livro de poemas - DE SONHOS E DE CONSTRUÇÃO do escritor Tião Pinheiro.	6.000,00	Palmas	TO
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	197A10074GO	Lançamento do Livro - HISTÓRIA DA TERRA E DO HOMEM NO PLANALTO CENTRAL - História do Brasil - do escritor Paulo Bertran, na sede da 14ªSR/IPHAN, em Goiânia e Escritório Técnico I, na cidade de Goiás/GO	7.000,00	Goiânia	GO
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	197A10075GO	Lançamento do livro - GUIA AFETIVO DA CIDADE DE GOIÁS - do artista plástico Elder Rocha Lima, na sede da 14ª SR/IPHAN, em Goiânia e Escritório Técnico I, na cidade de Goiás/GO..	7.000,00	Goiânia	GO
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	197A10076MT	Produção de exposição itinerante do material produzido pelo Instituto de Pesquisa Etno Ambiental do Xingu/IPEAX, que culminou no Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.	6.500,00	Canarana	MT
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	197A10078GO	Divulgação do CD Musicas da Serra Dourada e dos Pirineus, Projeto Sons do Cerrado, Vol. 12	7.958,00	Goiânia	GO
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	197A10079GO	Divulgação do CD inédito intitulado Vereda Luminosa, vol.10, produzido pelo Projeto Sons do Cerrado	7.958,00	Goiânia	GO

Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11004GO	Relatório de Atividades da 14ª Superintendência Regional do IPHAN nos anos de 2000 a 2007.	15.950,00	Goiânia	GO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11006GO	CONFECÇÃO DE CONVITES E CATÁLOGO DOS EVENTOS QUE ACONTECERÃO NA CASA DO IPHAN EM GOIÁS DURANTE O FICA - FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VIDEO AMBIENTAL.	4.800,00	Goias	GO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11007GO	REPRODUÇÃO DO DVD VENENO - HOMENAGEM AO MAESTRO JOÃO RIBEIRO	6.400,00	Goias	GO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11027GO	Confecção de Convites e Cartazes para entrega de Obras de Restauração no âmbito da 14ª Superintendencia Regional/GO/MT/TO	8.500,00	Goiânia	GO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11032GO	Apoio à realização da V Mostra de Capoeira Angola do Grupo Calunga.	3.824,90	Goiânia	GO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11035GO	Reprodução do CD-ROOM - "GOIÁS - PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE"	5.700,00	Goias	GO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11036GO	Elaboração de projeto Gráfico e Diagramação de Material Informativo do Artista Plástico Elder Rocha Lima.	4.000,00	Goias	GO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11037GO	Reprodução do DVD "O TOQUE DO TEMPO" - Documentário - Cidade de Pirenópolis/GO.	11.600,00	Pirenópolis	GO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11069GO	Reprodução do DVD Canteiro Aberto, Vídeo Documentário sobre o restauro da Igreja Matriz de Pirenópolis/GO.	4.000,00	Pirenópolis	GO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11073GO	Impressão da logomarca do IPHAN em miolos de cadernos - Material promocional.	7.000,00	Goiânia	GO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11074GO	Impressão de imagens do patrimonio cultural em capas dura de caderno em espiral.	1.800,00	Goiânia	GO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11076GO	Editoração do Livro Patrimônio Cultural e Educação - Artigos e Resultados	6.500,00	Goiânia	GO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11080GO	Confecção de livreto sobre a fazenda Babilônia - Município de Pirenópolis/GO.	8.000,00	Goiânia	GO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11081GO	Reprodução de CD-ROM e DVD - "A HISTÓRIA DO POVO KALUNGA"	5.200,00	Goiânia	GO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11085GO	Criação de identidade para produtos a serem confeccionados por ocasião dos 120 anos de nascimento da Poetisa Cora Coralina e 20 anos de criação do Museu Casa de Cora Coralina.	8.000,00	Goiânia	GO

Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11086GO	Confecção de Convites:	2.000,00	Goiânia	GO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11087GO	Confecção de Cartilha Prevenção de Incêndios	8.000,00	Goiânia	GO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11089MT	Divulgação de informações do patrimônio cultural da Viola-de-Cocho na Baixada Cuiabana	700,00	Cuiabá	MT
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	197A11091TO	Cartilha para Porto Nacional e Monte do Carmo	7.800,00	Porto Nacional	TO
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	197A14053GO	Publicação do mapeamento de referências culturais do Estado de Goiás.	21.000,00	Goiânia	GO
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	197A14054GO	Produção de Documentário sobre a Procissão do Fogaréu na Cidade de Goiás	15.650,00	Goiânia	GO
Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural	197A15007GO	Aquisição de livros técnicos para a 14ªSR	39.321,25	Goiânia	GO
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	197A16037GO	Depam - Estudo para Chancela de Paisagem Cultural dos Sítios Arqueológicos Localizados na "Pousada das Araras" e "Gruta do Diogo", em Serranópolis-GO.	8.000,00	Serranópolis	GO
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	197A16038GO	Depam - Diagnóstico do centro histórico de Pilar de Goiás	41.400,00	Pilar de Goiás	GO
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	197A16108GO	DPA - Publicação do Relatório de Atividades da 14ª Superintendência Regional do IPHAN, nos anos de 2000 a 2008.	7.880,00	Goiânia	GO
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	197A16109GO	DPA - Produção de material informativo sobre o patrimônio arqueológico sob a responsabilidade da 14ª Superintendencia Regional	7.920,00	Goiânia	GO
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	197A16110GO	DPA - Material informativo de centros históricos tombados	7.980,00	Goiânia	GO
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	197A16111GO	DPA - Reedição do livro Patrimônio Cultural e Educação - Artigos e Resultados.	7.780,00	Goiânia	GO
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	197A16112GO	DPA - Reedição da Publicação "Para Preservar".	7.980,00	Goiânia	GO
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	197A16114GO	DEPAM - Publicação de cartilha de preservação dos bens culturais móveis.	7.800,00	Goiânia	GO

Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	197A16116TO	DEPAM - Produção de convites para o lançamento do livro VIVÊNCIAS E SENTIDOS	7.600,00	Palmas	TO
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	197A16117GO	DEPAM - Produção de material de papelaria com marca do Iphan	7.900,00	Goiânia	GO
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	197A16118GO	DEPAM - Acondicionamento do acervo documental fotografico sob a salvaguarda da 14ªSR/IPHAN	7.996,80	Goiânia	GO
Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial	197A18014TO	Oficinas de Saberes dos Povos Indígenas da Ilha do Bananal	29.063,00	Formoso do Araguaia	TO
Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	197A19013MT	Instrução do Processo de Registro do Patrimônio Imaterial do Ritual do Yãokwa do Povo Indígena Enawene Nawe (Etapa Audiovisual)	102.800,00	Cuiabá	MT
Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	197A19026GO	Pesquisa para a Instrução Técnica do Registro da Festa do Divino de Pirenópolis	12.048,19	Pirenópolis	GO
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	197A21018GO	Tratamento do acervo técnico arquivístico sob a responsabilidade da 14ª Superintendência Regional	84.768,12	Goiânia	GO
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	197A24025GO	Execução de Serviços de Manutenção de Bens Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	309.113,91	Goiânia	GO
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	197A24058GO	Serviços emergenciais de revisão na rede elétrica do Museu Ferroviário de Pires do Rio/GO.	14.973,05	Pires do Rio	GO
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	197A24059GO	Serviços emergenciais de revisão do telhado do Museu Ferroviário de Pires do Rio/GO.	14.797,80	Pires do Rio	GO
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	197A20049GO	Cadastramento de Bens arqueológicos: Mapeamento e identificação do Patrimônio Arqueológico do Estado de Goiás - Implementação do Banco de Dados da 14ª SR/IPHAN/GO/TO/MT.	49.999,20	Goiânia	GO
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	197A20050TO	Mapeamento do Patrimônio Natural e Cultural do Tocantins - parte 2	34.835,05	Araguaína	TO
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	197A20055GO	INVENTÁRIO DOS BENS MÓVEIS E INTEGRADOS QUE COMPÕEM O ACERVO DE ARTE SACRA DA CIDADE DE PIRENÓPOLIS - GO.	19.800,00	Pirenópolis	GO

15ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Distrito Federal

- Principais projetos realizados

1. Análise e acompanhamento do projeto para o Metro de Superfície de Brasília VLT;
2. Inventário de Bens Móveis e Integrados do Palácio do Itamaraty, Palácio da Alvorada e Granja do Torto;
3. Projeto de Restauro para a Igrejinha da 308 Sul.
4. Elaboração do cadastro de entrada e saída de obras de arte do País.
5. Elaboração de banco de dados sobre os antiquários no DF.
6. Campanha para cadastramento de antiquários junto ao Iphan.
7. Elaboração de Decreto que criará a Comissão de Curadoria de obras de arte e mobiliário para o Alvorada e Planalto
8. Organização e pré-seleção do Prêmio Rodrigo Mello Franco no DF
9. Restauro da Capela do Palácio da Alvorada - finalização
10. Inrc dos lugares de culto de matriz africana do df e entorno – 1ª etapa
11. Inrc do vale do amanhecer – 2ª etapa
12. Fórum de discussão e elaboração do curso de educação patrimonial na faculdade UNB Planaltina (fup)
13. Participação na Oficina de capacitação em educação patrimonial para educadores da rede pública de ensino do distrito federal
14. Participação Elaboração de Acordo de Cooperação Técnica com a ONG Artéria – Cultura e Cidadania para o Mapeamento Cultural do Distrito Federal.
15. Participação oficina de capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio;
16. Participação II Oficina de Pesquisa da Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência (COPEDOC/IPHAN).
17. Participação no Fórum Comunidades Quilombolas do Piauí e Patrimônio Cultural
18. Acompanhamento do processo de Registro do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste Brasileiro, promovido pelo DPI/IPHAN.
19. Participação em reuniões relacionadas a Termo de Cooperação Técnica de revisão do Plano Diretor do Parque da Cidade;
20. Coordenação do Inventário do Conjunto da Obra de Athos Bulcão iniciado em dezembro
21. Elaboração do projeto básico e reuniões preliminares do Plano de Ação de Reestruturação do Arquivo da Superintendência.
22. Levantamento fotográfico e Inventário do Palácio do Planalto.
23. Conclusão dos Inventários Arquitetônicos dos Palácios do Itamaraty e da Alvorada
24. Análise estrutural do edifício administrativo da Funarte
25. Participação em grupos de discussão do SICG
26. Análise de Processo referente à Cúria Metropolitana de Brasília PRONAC
27. Acompanhamento junto à Seduma/DF do projeto de revitalização do Setor Comercial Sul
28. Fiscalização da construção do Monumento da Missa Campal na Praça do Cruzeiro
29. Atualização do IBA da Torre de TV
30. Emissão de Pareceres referentes aos processos de fiscalização da área tombada e Distrito Federal
31. Vistorias de rotinas e de acordo com denúncias, na área tombada de Brasília
32. Finalização do livro “A Invenção da Superquadra”

- Não houve realização de tombamentos.

- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

Aquisição de um prédio localizado em área tombada, para a instalação da Superintendência regional, bem como, a Casa do Patrimônio de Brasília.

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

Houve por parte dos servidores mais interesse quanto aos processos licitatórios realizados nesta Superintendência.

Alguns Servidores participaram de Reuniões e seminários promovidos pelo Iphan ou em parceria com outros segmentos.

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

1. Consultoria no âmbito do Monumenta na SR/IPHAN-DF, para estudo de sobre Setor de Diversão Norte e Setor de Diversão Sul, tendo como referência a Rodoviária do plano piloto;
2. Projeto de Revitalização da Casa de Chá da Praça dos 3 Poderes;
3. Projeto de restauração da Praça das Fontes, Parque da Cidade.

- Não houve inovação dos processos de Gestão da Política pública

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	211A04020DF	Apoio operacional e administrativo de despesas que não foram previstas nas ações finalísticas da Unidade.	20.717,85	Brasília	DF
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	211A07001DF	Fiscalização. Inspeções Técnicas e Levantamentos de bens culturais no Distrito Federal.	21.000,00	Brasília	DF
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	211A06073DF	Restauração da Igrejinha - Brasília-DF	200.000,00	Brasília	DF
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	211A06074DF	Oficina Escola de restauro em mobiliário moderno - Prédios Públicos de Brasília	100.000,00	Brasília	DF
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	211A06085DF	RESTAURAÇÃO DA IGREJINHA	100.000,00	Brasília	DF
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	211A08030DF	Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial para Educadores da rede pública de ensino do Distrito Federal no Centro Educacional nº 1 na Região Administrativa de Candangolândia, Distrito Federal.	8.000,00	Brasília	DF
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	211A08031DF	Fórum de Discussão e Elaboração do Curso de Extensão de Educação Patrimonial na Faculdade UnB Planaltina (FUP) - Distrito Federal.	18.000,00	Brasília	DF

Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	211A10045DF	Exposição - Projeto Alvorada - Oficina Escola de Restauo do Mobiliário Moderno - Ministérios de Brasília	30.000,00	Brasília	DF
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	211A10077DF	Organização da Festa do Mamulengo e Seminário de Políticas de salvaguarda do Teatro de Bonecos em Brasília.	8.000,00	Brasília	DF
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	211A11009DF	Brasília - 50 anos	40.000,00	Brasília	DF
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	211A11010DF	Publicações de trabalhos relacionados ao Patrimônio Cultural do DF	92.000,00	Brasília	DF
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	211A11088DF	Serviço de copidesque e revisão dos originais e das provas diagramadas e gráficas para edição de livros.	9.600,00	Brasília	DF
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	211A12006DF	Acautelamento da Torre de TV e da Unidade de Vizinhança - Brasília - DF	34.000,00	Brasília	DF
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	211A12041DF	Levantamento dos projetos arquitetônicos dos Blocos Ministeriais - bens tombados pelo Iphan no Distrito Federal.	9.492,00	Brasília	DF
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	211A14008DF	INRC dos Lugares de Culto de Matriz Afro-Brasileira do Distrito Federal - 1ª Etapa (ação conjunta com a 14ªSR)	56.000,00	Brasília	DF
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	211A14024DF	INRC do Vale do Amanhecer - 2ª Etapa	70.000,00	Brasília	DF
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	211A14043DF	Inventário Nacional de Referências Culturais - Documentação sobre o Inventário da Feiras do DF.	13.953,60	Brasília	DF
Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural	211A15008DF	Estrut. Ampliação Biblioteca Referência da SR	10.470,70	Brasília	DF
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	211A16024DF	Depam - INBMI - Brasília - Módulo II - Obra de Athos Bulcão em Brasília	50.000,00	Brasília	DF
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	211A16048DF	Presi. - Oficina Escola de restauro de mobiliário moderno - prédios públicos de Brasília	75.000,00	Brasília	DF
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	211A16086DF	Aquisição de imóvel para instalação: sede da 15ª Superintendência Regional/DF, que abrigará a Casa do Patrimônio, Biblioteca Demonstrativa e Áreas para Oficinas e Exposições no Distrito Federal.	2.425.944,00	Brasília	DF
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	211A21015DF	Padronização e tratamento técnico dos acervos da 15ªSR/IPHAN	70.000,00	Brasília	DF

Identificação e Inventário de
Bens Culturais de Natureza

Material	211A20028DF	INBMI - Palácio do Planalto - Palácios Módulo I	50.000,00	Brasília	DF
			3.512.178,15		

16ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Rondônia/Acre

- Principais projetos realizados

1- Tombamento da Casa de Chico Mendes;

2- Execução do Projeto Levantamento das Referências Culturais de Xapuri, com a realização do seminário *Saberes dos Povos da Floresta: Indicativos e Recomendações para Salvaguarda*, realizado no dia 21 de dezembro de 2008, data em que os produtos do projeto foram apresentados às comunidades pesquisadas, a saber: Centro Histórico de Xapuri, Seringal Cachoeira, Bairro da Bolívia, Bairro Sibéria e parte da Reserva Extrativista Chico Mendes. Os produtos lançados, 01 DVD interativo, 03 Curtas de Animação, 01 documentário, 01 exposição fotográfica, 01 relatório e 01 catálogo de referências culturais, deverão ser encaminhados às instituições parceiras (Fundação de Cultura Elias Mansour, SEBRAE/Acre, Iphan e Ministério do Meio Ambiente) já no início do ano de 2009.

Este projeto iniciou-se a partir da parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, através do Proecotur, e a Fundação de Cultura do estado, ainda em 2006; posteriormente o Iphan, que de início havia cedido a metodologia do INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais), também alocou recursos, da ordem de R\$ 60 mil.

- Realização de tombamentos e registros

1- Tombamento da Casa de Chico Mendes, localizada à Rua Batista de Moraes, nº 10, Setor 1, Distrito 1, Lote 290, no centro de Xapuri, município do Acre. A reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio aconteceu em maio de 2008.

- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

Aquisição de veículo caminhonete Ranger e aquisição de dois computadores e instalação da internet na sub-regional do Iphan no Acre.

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

Não houve adesão de novos servidores no ano de 2008, entretanto, com a realização de concurso público para provimento de cargos temporários (EDITAL ESAF Nº 40, de 23 de julho de 2008 – Processo Seletivo Simplificado), a sub-regional do Iphan/Acre deverá receber, já no início de 2009, dois técnicos, um arquiteto e um técnico em arqueologia.

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

Cadastro Cultural: realizado em parceria com a Fundação de Cultura Elias Mansour, SEBRAE/Acre, SESC, Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil, CERNEGRO (representando a sociedade civil), a Associação dos Prefeitos do Acre. Esta atividade consiste num censo cultural no Estado do

Acre. A partir do início de 2008 elaboramos uma metodologia para cadastrar, em todos os municípios, os aparelhos culturais (teatros, cinemas, praças, monumentos), fazedores culturais (produtores, músicos, etc.), artesãos, dentre outras categorias, como parte integrante do Sistema de Informações Culturais do Estado do Acre.

Para esta atividade não entramos com recursos financeiros, parte das despesas foram custeadas pelo SEBRAE (locação de aeronave para deslocamento para os municípios de difícil acesso), combustível, hospedagem; e Fundação de Cultura Elias Mansour (contratação de serviços para consolidação de um banco de dados e um portal na internet).

- Não houve nenhuma inovação dos processos de Gestão da Política pública

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

16ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Sub-regional Acre

- Principais projetos realizados

1- Conclusão da obra de adaptação de espaço e inauguração do Centro de Pesquisa e Museu Regional de Arqueologia de Presidente Médici, no estado de Rondônia.

2- Desenvolvimento e conclusão do primeiro conjunto de ações relacionadas ao bem cultural (tombado em nível federal) Real Forte Príncipe da Beira, no município de Costa Marques/RO, quais sejam:

- ✓ Acompanhamento arqueológico das escavações de prospecção da Fundação das estruturas do Forte Príncipe da Beira;
- ✓ Elaboração do projeto arquitetônico de adequação para visitação da Fortaleza;
- ✓ Levantamento cadastral que subsidiará a intervenção voltada à sua estabilização estrutural.

3- Gestão do Programa de Arqueologia Preventiva dos grandes empreendimentos hidrelétricos do Rio Madeira; negociação das medidas compensatórias em benefício do Patrimônio Cultural do Estado.

4- Desenvolvimento e conclusão das obras de implantação de melhorias no Cemitério da Candelária, monumento tombado pela União como parte integrante da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, em Porto Velho/RO. As ações realizadas tiveram como objetivo promover melhorias que facilitassem o acesso, a permanência e o conhecimento do local e sua história pela população local.

5- Concepção de projeto com vistas à socialização de sítios arqueológicos na região de Presidente Médici/RO: o projeto prevê a sinalização, a proteção e a infra-estrutura para a visitação.

6- Acompanhamento/fiscalização/emissão de pareceres das obras sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Porto Velho junto ao Patrimônio Tombado da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e seu entorno. As obras específicas de recuperação do Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, bem como de restauração dos imóveis que compõem este Complexo Ferroviário vem sendo objeto de cuidadoso acompanhamento, envolvendo fiscalizações, reuniões de equipe, deslocamento de técnicos do IPHAN da área central para as discussões que possibilitem uma interferência obediente aos princípios da preservação.

As obras levadas a efeito no entorno do bem cultural em tela foram acompanhadas e fiscalizadas de maneira a orientar a adequação das mesmas aos ditames da preservação e garantir que esta orientação fosse seguida.

7- identificação/concepção de projeto de Educação Patrimonial a ser desenvolvido junto às escolas estaduais na cidade de Porto Velho/RO. Com o projeto pretende-se combinar incentivo à leitura e difusão e apropriação, por parte dos alunos, das noções básicas relacionadas ao Patrimônio Cultural, de maneira a incentivar os alunos a identificar/reconhecer suas referências culturais.

- Realização de tombamentos e registros

Na área de atuação da Superintendência, mais especificamente no âmbito da Sub-regional no Acre, foi realizado o tombamento da Casa de Chico Mendes. A instrução do processo de tombamento foi efetuada por técnicos da área central (DEPAM).

Embora não tenha havido outros tombamentos e registros, temos trabalhado no sentido de viabilizar os estudos necessários ao atendimento de demandas recebidas pela regional em Rondônia, assim como pela Sub-regional no Acre (podemos citar como exemplo o pedido de tombamento dos Postos Telegráficos da Comissão Rondon, em Rondônia; o pedido de tombamento de Porto Acre, no Acre).

- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

No ano de 2008 houve uma melhora significativa na estrutura física da unidade em Rondônia. Foi alugada uma casa para o funcionamento da sede (que anteriormente funcionava numa diminuta sala de um prédio ocupado por Secretarias Estaduais). Isto possibilitou a compra de equipamentos e mobiliário resultando em uma estrutura mais organizada e com condições para o desenvolvimento do trabalho necessário na unidade.

Esta mudança permitiu ainda um melhor trato da documentação e do acervo bibliográfico, assim como possibilitou o recebimento de mais estagiários (antes não havia como ampliar estas vagas por ausência de espaço físico).

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

A Superintendência manteve em 2008 a postura de incentivar a participação de seu quadro de funcionários nas atividades que, de alguma maneira, contribuem para sua formação profissional. Dessa maneira, participamos – sempre que possível – além dos cursos/seminários internos de capacitação, de alguns eventos relacionados à área de atuação do IPHAN. Podemos citar apenas como exemplo a II Oficina de Pesquisa da COPEDOC (RJ), o I Encontro de Escritórios Técnicos (SC), o curso à distância sobre o Patrimônio Imaterial (via web) e o curso de Gestão Cultural oferecido pelo Instituto Itaú Cultural e pelo SESC Rondônia (RO).

Foram incorporados novos estagiários de ensino superior (de História e Turismo), que incentivam a reflexão acerca das possibilidades de orientação a estes acadêmicos e a contribuição que um estágio em uma Instituição nos moldes do IPHAN pode oferecer às diversas áreas de formação.

- Não foram realizados projetos sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.
- Inovação dos processos de Gestão da Política pública

- Comentários adicionais

Em nosso ponto de vista o Relatório de Gestão constitui valioso instrumento de mapeamento e acompanhamento da ação das unidades, permitindo, inclusive, a reflexão acerca das ações e das metodologias de ação adotadas ao longo do ano.

Acreditamos que maior precisão seria alcançada se este questionário fosse um instrumento disponibilizado às unidades no início do ano (ao invés de no final), para que pudéssemos acompanhar cada questão proposta pelo questionário com o objetivo de fornecer um dado o mais próximo possível da realidade observada na rotina da SR.

Não podemos avaliar se esta proposta é viável, mas deixamos como sugestão para análise da equipe do Departamento.

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	219A04021RO	Gestão e Administração do Programa	31.760,29	Porto Velho	RO
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	219A07007RO	Ações de Fiscalização de bens culturais nos estados de Rondônia e Acre, em 2008.	49.235,27	Costa Marques	RO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	219A05107RO	Obra emergencial do laboratório de arqueologia em Presidente Médici.	6.460,00	Porto Velho	RO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	219A06037RO	Laboratório e Museu de Arqueologia de Presidente Médici/RO: aditivo das obras de adaptação de imóvel	15.104,35	Presidente Médici	RO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	219A06096RO	2ª etapa dos serviços de estabilização do Real Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques, RO.	318.514,58	Costa Marques	RO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	219A06199RO	Sinalização e proteção de sítios arqueológicos em risco de destruição na região de Presidente Médici e Riachuelo - RO, associada a atividades de educação patrimonial.	21.374,07	Presidente Médici	RO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	219A06216RO	2ª Etapa dos serviços de requalificação do Cemitério da Candelária	7.920,00	Porto Velho	RO
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	219A06268RO	Avaliação, interpretação e curadoria das peças lito-cerâmicas do acervo arqueológico do Museu Regional de Arqueologia de Presidente-Médici, resgatados da guarda de particulares.	9.600,00	Presidente Médici	RO
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	219A10040RO	"Patrimônio em foco": Concurso Estadual de Fotografia Patrimonial e exposição itinerante de imagens do patrimônio cultural.	7.950,00	Porto Velho	RO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	219A11028RO	Educação patrimonial no centro antigo de Porto Velho - RO	22.750,65	Porto Velho	RO
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	219A11034RO	Educação Patrimonial achados arqueológicos na região de Machadinho D'Oeste/RO	12.115,00	Machadinho D'Oeste	RO

Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	219A12025RO	Instrução do processo de tombamento da Estação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré no município de Guajará-Mirim/RO	8.000,00	Guajará-Mirim	RO
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	219A21017RO	Implantação da Biblioteca da 16ª Superintendência Regional em Porto Velho - Rondônia	11.998,53	Porto Velho	RO
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	219A20051AC	Complementação do projeto Identificação, Documentação, Mapeamento e Registro dos Sítios Arqueológicos com Estruturas de Terra (Geoglifos do Acre)	18.485,32	Plácido de Castro	AC
			541.268,06		

17ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Alagoas

Principais projetos realizados

1. Projetos iniciados no exercício de 2007 e finalizados no exercício de 2008:
 - 1.1. Reforma e adaptação de imóvel da extinta Rede Ferroviária em Maceió para a instalação da Sede do IPHAN e Casa do Patrimônio em Alagoas.
 - 1.2. Projetos do Programa Cidades-Pólo em Marechal Deodoro, em conjunto com o BNDES e a Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro: contratação de um banco de projetos de desenvolvimento cultural e valorização do patrimônio histórico.
 - 1.3. Projeto Museográfico e de Adaptação Arquitetônica do Museu Casa de Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios/AL.
 - 1.4. Serviços de restauração e adaptação museográfica na Casa Museu de Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios/AL.
 - 1.5. Patrimônio Azulejar Brasileiro: Restauração dos revestimentos em azulejaria das torres da Igreja de Nossa Senhora das correntes em Penedo/AL.
 - 1.6. Identificação e inventário do Patrimônio Azulejar em Alagoas.
 - 1.7. Pesquisa para reunir a documentação áudio-visual das referências culturais associadas à mandioca e à taipa, em Poxim e Pontal do Coruripe/AL (Patrimônio Imaterial).
 - 1.8. Pesquisa para Instruções de Tombamento dos sítios históricos de Água Branca e Porto de Pedras, da Vila Industrial Modernista de Rio Largo e da Igreja Matriz de Coqueiro Seco.
 - 1.9. Projeto de Pesquisa Identificação e Mapeamento dos antigos Engenhos de Açúcar na região de influência do Litoral Norte Alagoano.
 - 1.10. Serviços de restauração geral da cobertura e serviços estruturais no Complexo Conventual Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos em Penedo/AL.
 - 1.11. Restauração de esculturas em madeira policromada da Igreja de Nossa Senhora da apresentação, em Porto Calvo/AL.
 - 1.12. Projeto de Pesquisa Memória Oral sobre Sítios Históricos em Alagoas: comunidades ribeirinhas de Penedo.
 - 1.13. Projeto de cabeamento subterrâneo dos sítios históricos de Penedo e Piranhas.
 - 1.14. Projeto Circuito Arqueológico do Sertão Alagoano. Municípios de Piranhas, Olho d'Água do Casado e Delmiro Gouveia.
 - 1.15. Inventário de Conhecimento do Patrimônio Ferroviário da extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA - no estado de Alagoas.
 - 1.16. Mapeamento, cadastro e conservação dos sítios de arte rupestre do baixo São Francisco.
 - 1.17. Produção de cartilhas de Educação Patrimonial para os moradores dos Sítios Históricos de Penedo, Marechal Deodoro e Piranhas.
 - 1.18. Levantamento histórico-arqueológico da zona urbana de Porto de Pedras/AL.
 - 1.19. Serviços de restauração geral do Oratório da Força em Penedo/AL.
 - 1.20. Projeto de Restauração e adaptação de imóvel tombado visando à instalação de um albergue da juventude em Penedo/AL.

- 1.21. Restauração de imóvel da extinta Rede Ferroviária Federal, localizado no perímetro tombado em nível federal no município de Piranhas/AL, para instalação de um auditório, em parceria com a Prefeitura Municipal.
- 1.22. Reforma e adaptação da antiga Casa de Câmara e Cadeia, em Marechal Deodoro, para a instalação da Casa do Patrimônio do IPHAN.
- 1.23. Projeto de pesquisa para constituição de acervo sobre religiosidade popular na Igreja de São Gonçalo Garcia, em Penedo/AL.
- 1.24. Educação Patrimonial: impressão de folders para orientação de pintura nos sítios históricos tombados em Alagoas.
2. Projetos iniciados no exercício de 2008 (concluídos e em andamento):
 - 2.1. Restauração do altar-mor e tratamento de umidade ascendente e descendente, readaptação luminotécnica e embutimento de instalações elétricas da Igreja Nossa Senhora da Apresentação, em Porto Calvo.
 - 2.2. Restauração do altar-mor do Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, em Penedo.
 - 2.3. Projetos de requalificação paisagística da orla de Piranhas (rio São Francisco) e de um quarteirão de lojas do centro comercial de Penedo.
 - 2.4. Estruturação e acervo (aquisição de mobiliário e títulos) das bibliotecas das Casas do Patrimônio em Alagoas.
 - 2.5. Projeto de pesquisa Mapeamento e identificação dos Engenhos de Açúcar remanescentes no Sul de Alagoas.
 - 2.6. Projeto de pesquisa para a Instrução do processo de Registro do Modo de Fazer do Bico e Renda Singeleza, em Marechal Deodoro/AL.
 - 2.7. Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) de Marechal Deodoro: 1ª etapa - Levantamento Preliminar.
 - 2.8. Educação Patrimonial: elaboração e produção de material promocional para divulgar a implantação da Casa do Patrimônio do IPHAN em Marechal Deodoro.
 - 2.9. Educando o Construir: ação educativa de capacitação para mão-de-obra atuante em Sítios Históricos Tombados pelo IPHAN.
 - 2.10. Restauração do antigo "Sobrado dos Lessa", no centro histórico de Penedo, para instalação do Núcleo de Pesquisa e Educação Ambiental e Patrimonial da UFAL.
 - 2.11. Projeto de restauração e adaptação de imóvel tombado visando à instalação da Casa do Patrimônio do IPHAN em Penedo/AL.
 - 2.12. Projeto de restauração e adaptação de imóvel tombado para instalação de um albergue da juventude em Penedo/AL.
 - 2.13. Serviços de restauração e adaptação de Imóvel tombado visando à instalação de um Ponto de Cultura em Marechal Deodoro/AL.
 - 2.14. Serviços emergenciais de restauração do muro do Convento de Nossa Senhora dos Anjos, em Penedo/AL.
3. Concurso público:
 - 3.1. Ação educativa de divulgação e valorização da referência cultural das Lapinhas de Penedo/AL (concurso de premiação).

- Realização de tombamentos e registros

Realizamos as pesquisas para reunir a documentação necessária à instrução de tombamento dos sítios históricos de Água Branca e Porto de Pedras, da vila modernista anexa à antiga Destilaria Modelo do IAA, em Rio Largo, e da igreja matriz de Coqueiro Seco, que será encaminhada à Gerência de Proteção do DEPAM/IPHAN. O mesmo em relação à instrução do processo de registro do modo de fazer da Renda e Bico Singeleza, em Marechal Deodoro/AL, cuja documentação será encaminhada ao DPI/IPHAN. Entretanto, não existiram tombamentos ou registros realizados em Alagoas em 2008.

- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários: Não há.
- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

Mário Aloísio Barreto Melo

Oficina da Região Nordeste, para participar das discussões e grupos de trabalho sobre o Sistema Nacional de Patrimônio (04 a 05/11, em Recife/PE).

Marcos José Silva Rêgo

Encontro Administrativo do Planejamento 2008 da área administrativa, realizado em Petrópolis/RJ, promovido pela Direção do Departamento de Planejamento e Administração do IPHAN, tendo como convidados a Dr^a Lúcia Sampaio Alho – Procuradora Chefe, Dr^a. Wanda Lúcia Hengstler - procuradora e o Dr. João Emiliano de Queiroz - Auditor Interno (12 a 15/03, no Rio de Janeiro/RJ).

Curso Sob Medida de Gestão de Contratos e Serviços, realizado no período de 24 a 28/11/2008, em São Luís/MA, promovido pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública.

Reunião do Grupo de Trabalho de Gestão do Patrimônio, formado no Encontro de Petrópolis pela Direção do Departamento de Planejamento e Administração – DPA/IPHAN (08 a 10/04, em Brasília/DF).

Cursos de Gestão por Competências e Capacitação e Oficina de Metodologia de

Mapeamento de Competências, realizado pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (19 a 21/08, em Brasília/DF).

Viviane Oliveira de Jesus

Oficina da Região Nordeste, para participar das discussões e grupos de trabalho sobre o Sistema Nacional de Patrimônio (04 a 05/11, em Recife/PE).

Evandro Domingues:

Capacitação sobre prestação de contas e acompanhamento de convênios, ministrado pelos Técnicos do DPA/IPHAN Henrique Silva Barros e Moacir Carlos Borges, decorrente da indicação deste técnico para acompanhar o convênio firmado entre o DPI/IPHAN e a Fundação Municipal de Ação Cultural (Maceió/AL), através do edital 2007 PNPI/DPI (07 a 10/04, em Brasília/DF).

Reunião de Diretoria Colegiada do IPHAN, realizada na pousada do Convento do Carmo de Cachoeira/AB, para discutir a proposta de um *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do Patrimônio*, a proposta de regulamentação sobre o tema da *Paisagem Cultural*, apresentados pelo DEPAM/IPHAN, além da gestão do Patrimônio da RFFSA e questões relacionadas à Arqueologia

Histórica (23 a 25/04, em Cachoeira/BA).

1o Encontro de Escritórios Técnicos e Cidades Históricas (Depam/IPHAN), para discutir conceitos e conhecer ações de significância, relacionadas à gestão das Cidades Históricas (17 a 20/06, em São Francisco do Sul/SC).

Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio (Cogeprom/IPHAN), para discutir conceitos e conhecer ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo Iphan e outras instituições, a servirem de modelo para as ações educativas

desenvolvidas nas Casas do Patrimônio do Iphan (25 a 29/08, em Pirenópolis/GO).

2ª Oficina de Pesquisa: Metodologia de Pesquisa e Multidisciplinaridade no IPHAN (Copedoc/IPHAN), para discutir conceitos e conhecer ações de pesquisa relacionadas à gestão do patrimônio histórico e artístico nacional (01 a 05/09, no Rio de Janeiro/RJ)

Oficina da Região Nordeste, para participar das discussões e grupos de trabalho sobre o Sistema Nacional de Patrimônio (04 a 05/11, em Recife/PE).

Lauzanne Leão Ferreira:

1o Encontro de Escritórios Técnicos e Cidades Históricas (Depam/IPHAN), para discutir conceitos e conhecer ações de significância, relacionadas à gestão das Cidades Históricas (17 a 20/06, em São Francisco do Sul/SC).

Yuri Batalha de Magalhães

Oficina de Elaboração de Projetos Básicos, promovida pelo DPA/Iphan, que teve como objetivo principal discutir uma proposta para padronização de projetos dentro da Instituição (fluxo, requisitos básicos, etc). Futuramente, pretende-se lançar uma Norma Interna para ser seguida pelas Unidades e pela Sede do Iphan (12 a 14/08, em Brasília/DF).

Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, promovida pela COGEPROM/Iphan na cidade de Pirenópolis/GO, que teve como objetivo principal discutir a proposta de Casas do Patrimônio do Iphan. Além deste tema, foram apresentados algumas ações de educação patrimonial desenvolvidas por organizações e pelo próprio Iphan e também foram discutidas diretrizes a serem seguidas para o desenvolvimento das Casas do Patrimônio do Iphan em todo o Brasil (25 a 29/08, em Pirenópolis/GO).

Balaio do Patrimônio Imaterial e oficina de capacitação Patrimônio Imaterial: Para Saber Mais, promovidas pelo DPI/Iphan. Nestes eventos, além da apresentação das ações estaduais relacionadas com o patrimônio imaterial, os servidores do Iphan puderam conhecer e discutir as políticas de Patrimônio Imaterial do Iphan e os projetos e metodologias usadas nas ações (27/10 a 1/11, em Recife/PE)

Oficina Regional Norte do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural - SNPC – na Cidade de Belém, PA, aonde foram discutidos temas pertinentes ao sistema em implantação relacionados com as áreas de Arqueologia e Paleontologia (07 a 11/12, em Belém/PA).

Sandro Gama de Araújo

1o Encontro de Escritórios Técnicos e Cidades Históricas (Depam/IPHAN), para discutir conceitos e conhecer ações de significância, relacionadas à gestão das Cidades Históricas (17 a 20/06, em São Francisco do Sul/SC).

Balaio do Patrimônio Imaterial e oficina de capacitação Patrimônio Imaterial: Para Saber Mais, promovidas pelo DPI/Iphan. Nestes eventos, além da apresentação das ações estaduais relacionadas com o patrimônio imaterial, os servidores do Iphan puderam conhecer e discutir as políticas de Patrimônio Imaterial do Iphan e os projetos e metodologias usadas nas ações (27/10 a 1/11, em Recife/PE)

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

Em maio de 2007, o presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida, em conjunto com a 17ª SR/IPHAN Alagoas, deu início ao processo de negociação com a Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro e a direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para viabilizar a elaboração dos projetos necessários à captação de recursos do banco, através do *Programa Cidades Pólo*. O Programa é voltado à sustentabilidade da economia local, com base nas atividades culturais tradicionais da comunidade, prevendo investimentos no sítio histórico de Marechal

Deodoro, com atenção especial ao uso dos espaços a serem restaurados e adaptados.

Serão priorizados investimentos para a comunidade e sua cultura tradicional, agregando valor ao Patrimônio Cultural da cidade.

Em 2008, a 17ª SR contratou a elaboração dos projetos, possibilitando os investimentos do BNDES em obras de restauração e adaptação que valorizem atividades culturais da cidade que agregam valor econômico. Os projetos para investimentos do banco, voltados às atividades

tradicionais, incluem a restauração e adaptação do Mercado e Colônia dos pescadores, a reforma e adaptação do antigo Mercado Municipal para abrigar a atividade das rendeiras, a adaptação da Igreja da Ordem Terceira como conservatório para os músicos das filarmônicas, e a construção de um novo Mercado

Público, voltado também à gastronomia local. Outros projetos importantes (que vão orientar esse processo de captação de recursos, via Lei Rouanet) foram desenvolvidos por técnicos e estagiários da Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro, sob orientação de técnicos e consultores do IPHAN.

- Inovação dos processos de Gestão da Política pública

Em 2008, foram iniciados os contatos mais estreitos com a Reitoria da Universidade Federal de Alagoas no sentido de viabilizar a instalação de cursos universitários nas cidades tombadas de Penedo e Piranhas, com o objetivo de dinamizar a sua relação de ocupação e apropriação pelos moradores e novos estudantes, favorecendo a sustentabilidade do patrimônio edificado dos centros históricos. Essa iniciativa é um importante passo para aproximação entre as perspectivas de atuação do Iphan e da

UFAL, considerando a instalação dos cursos universitários como uma estratégia viável para reverter o esvaziamento dos centros históricos, promovendo a sua revalorização e recuperação, seja a partir apropriação dos espaços de vivência e convivência, seja a partir da nova demanda de serviços, residências e comércio.

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	217A04022AL	Gestão e Administração do Programa	26.503,78	Maceió	AL
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	217A07005AL	Fiscalização e Inspeção técnica do patrimônio cultural existente em Alagoas.	39.861,95	Maceió	AL
Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural	217A09018AL	Educando o Construir: educação patrimonial para mão-de-obra atuante em Sítios Históricos Tombados pelo IPHAN.	37.138,60	Piranhas	AL
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	217A06036AL	Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, em Porto Calvo/AL: Restauo do altar-mor e imagens sacras, tratamento geral de umidade ascendente e descendente, readequação luminotécnica e embutimento de instalações elétricas.	298.629,10	Porto Calvo	AL
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	217A06083AL	SERVIÇOS EMERGENCIAIS PARA RECONSTRUÇÃO DO MURO DO CONVENTO DE N. SRA. DOS ANJOS DE PENEDO/AL.	45.151,33	Penedo	AL
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	217A06095AL	Restauração do altar-mor da Igreja do Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, em Penedo/AL.	325.013,60	Penedo	AL
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	217A06266AL	Serviços de restauração de imóvel tombado no Sítio Histórico de Penedo para instalação do Curso de Extensão em Turismo da UFAL	309.751,41	Penedo	AL
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	217A08041AL	Ação educativa de valorização da referência cultural das Lapinhas de Penedo/AL.	6.000,00	Penedo	AL
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	217A11013AL	Educação Patrimonial: ação de promoção do patrimônio cultural de Marechal Deodoro	2.500,00	Marechal Deodoro	AL

Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	217A11038AL	Educação Patrimonial: impressão de folders para orientação de pintura nos sítios históricos tombados em Alagoas.	5.940,00	Marechal Deodoro	AL
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	217A14002AL	INRC de Marechal Deodoro/AL - 1ª etapa.	59.998,77	Marechal Deodoro	AL
Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural	217A15009AL	Acervos das bibliotecas das Casas do Patrimônio em Alagoas.	7.980,00	Maceió	AL
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	217A16022AL	Depam - Projeto de requalificação paisagística e urbanística da orla de Piranhas/AL.	40.000,00	Piranhas	AL
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	217A16023AL	Depam - Projeto de requalificação paisagística e urbanística do Centro Histórico de Penedo/AL.	30.000,00	Penedo	AL
Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	217A19001AL	Registro do Modo de Fazer do Bico e Renda Singeleza, em Marechal Deodoro/AL.	79.389,85	Marechal Deodoro	AL
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	217A21016AL	Estruturação das bibliotecas das Casas do Patrimônio em Alagoas.	7.970,00	Maceió	AL
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	217A20018AL	Mapeamento e identificação dos Engenhos de Açúcar remanescentes no Sul de Alagoas (2ª etapa).	49.682,35	Penedo	AL
			1.371.510,74		

18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Mato Grosso do Sul

- Principais projetos realizados

- Estruturação do dossiê de aplicação do Geoparque Bodoquena/Pantanal à categoria de Geoparks da UNESCO em parceria com o Governo do Estado (contratação de pessoa física especializada para coordenação dos trabalhos)

- Participação da Sra. Superintendente Regional, Maria Margareth Escobar Ribas Lima, na III Conferência Internacional de Geoparks, na cidade de Ornabruck, Alemanha, entre os dias 22 a 26 de junho de 2008, para apresentação da proposta sul-matogrossense do geoparque Bodoquena/Pantanal.

- Contratação de projeto de escavação no sítio arqueológico de Santiago de Xerez, no município de Aquidauana/MS (núcleo jesuítico espanhol fundado no século XVII em terras hoje brasileiras).

- Recuperação e restauro de pinturas artísticas do edifício Vasquez&Filhos na área tombada de Corumbá/MS

- Recuperação e adaptação do Forte de Coimbra, distrito de Coimbra, Corumbá/MS, tombado pelo IPHAN.

- Realização dos seminários: "1º Curso de Educação Patrimonial – Corumbá: Patrimônio de Todos", em Corumbá/MS em junho de 2008; "Serra da Bodoquena: Patrimônio Natural e Paisagem Cultural" em Bonito/MS, em novembro de 2008.

- Realização de tombamentos e registros

O estado de Mato Grosso do Sul tem três tombamentos pelo IPHAN, mas todos são anteriores à criação da unidade. São eles:

- Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá - Processo: 1182-T-85;

- Forte de Coimbra - Processo: 0917-T-74;

- Grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida em Bonito - Processo: 0979-T-78.

Há, ainda, o registro do Modo de fazer viola de cocho (e complexo musical/coreográfico do cururu e siriri), inscrito no Livro dos Saberes, Processo: 01450.01090/2004-03, realizado quando da criação da unidade.

Está em andamento a instrução do processo de tombamento da ponte ferroviária Eurico Gaspar Dutra sobre o rio Paraguai.

Aguarda-se o envio ao Conselho Consultivo do Processo de tombamento nº. 1536-T-06 (Complexo histórico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, localizada no município de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul).

Encontra-se tombado pelo Conselho Consultivo e ainda sob análise da PROFER o tombamento do sítio histórico no município de Jardim/MS denominado "local em que estiveram sepultados o guia Lopes, o coronel Camisão e o tenente-coronel Juvêncio", personagens da epopéia da Retirada da Laguna, Guerra do Paraguai.

Por fim, cumpre ressaltar que o estado tem uma inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO - o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (inscrito na Lista do Patrimônio Natural em 2000).

- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

01 Scanner

04 máquinas fotográficas digitais

01 Caminhonete Ford Ranger

02 Nobreaks

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

Treinamento de gestores setoriais do sistema de concessão de diárias e passagens.

Oficina de metodologia de mapeamento de competências.

Encontro de trabalho do planejamento 2008 – Área administrativa, em Petrópolis.

Sistema Nacional de Cultura em Campo Grande, setembro de 2008.

É importante ressaltar a perda pela unidade de 04 servidores concursados em dois anos (03 solicitações de exoneração e 01 cessão para outra unidade).

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

Levantamento arquitetônico do antigo Balneário Urucum, em Corumbá/MS, e pesquisa arqueológica preliminar a cargo da empresa de mineração Vale do Rio Doce.

- Não houve nenhuma inovação dos processos de Gestão da Política pública

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	214A04023MS	Gestão e Administração do Programa	32.148,36	Campo Grande	MS
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	214A07002MS	Fiscalização e Inspeção técnica da Unidade	59.996,24	Campo Grande	MS
Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural	214A09006MS	Oficina Escola de Ladrilho Hidráulico de Corumbá/MS	48.069,76	Corumbá	MS
Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural	214A09007MS	Capacitação de Guias de turismo da Gruta tombada do Lago Azul em Bonito-MS, sobre Patrimônio Cultural.	8.833,72	Campo Grande	MS
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	214A06054MS	Obra de Ampliação do Escritório Técnico de Corumbá-MS.	59.310,13	Corumbá	MS
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	214A11015MS	Placas de Identificação e sinalização de sítios arqueológicos	17.900,00	Campo Grande	MS
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	214A14001MS	Inventário de Referências Culturais da Região da Fronteira do Erval Sul-mato-grossense - Etapa de Documentação	24.500,00	Campo Grande	MS
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	214A14018MS	INRC da Região do Bolsão de Mato Grosso do Sul - 2ª etapa	36.299,56	Aparecida do Taboado	MS
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	214A16021MS	Depam - Estruturação da proposta de Geoparque da UNESCO para a serra da Bodoquena, em Mato Grosso do Sul.	60.000,00	Campo Grande	MS
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	214A24027MS	Levantamentos e inventário de estações da RFFSA em MS	69.999,99	Campo Grande	MS
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	214A24028MS	Recuperação do imóvel da antiga RFFSA, para implantação da sede da 18ª SR/IPHAN	186.000,00	Campo Grande	MS
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	214A20009MS	Identificação e inventário da arquitetura militar em Mato Grosso do Sul	34.790,00	Campo Grande	MS
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	214A20039MS	Inventário e levantamentos métrico-arquitetônicos e fotográficos de edificações em Mato Grosso do Sul	30.099,55	Campo Grande	MS
			667.947,31		

19ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Piauí

- Principais projetos realizados

- 1- Início da implantação da rede do patrimônio cultural no Piauí com a efetivação de 3 tombamentos (Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba, Ponte Metálica João Luis Ferreira e Floresta Fóssil do rio Poti) e a instrução técnica de mais quatro que se encontram na Procuradoria Federal para análise (Estabelecimentos das Fazendas Nacionais do Piauí: Escola Rural São Pedro de Alcântara, em Floriano e Fábrica de Manteiga e Queijo de Campinas; Igreja Nossa Senhora de Lourdes, em Teresina e Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca) além da instrução de dossiês de outros cinco conjuntos urbanos (conjunto da Praças da Liberdade, São Benedito e Pedro II, em Teresina; centros históricos de Oeiras, Campo Maior, Amarante e Pedro II).
- 2- Organização e participação do Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural, realizado no campus da Universidade Federal do Piauí, em parceria com Associação Nacional de História-Seção PI, com inúmeras atividades: palestras do presidente do IPHAN, diretores, superintendente e membros do Conselho do Patrimônio Cultural do IPHAN; apresentação de trabalhos de outros técnicos do IPHAN e comunidade acadêmica dentro da temática do evento-História e Patrimônio Cultural; exposição fotográfica com foco na rede do patrimônio cultural do Piauí, contemplando exemplos do patrimônio cultural, material e imaterial, apresentado em 40 painéis de lona de grandes dimensões; realização de solenidade de reconhecimento dos participantes locais do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Este evento permitiu a aproximação entre as manifestações da cultura popular e da cultura material do Piauí com e comunidade acadêmica, além de difundir o trabalho do IPHAN e possibilitar mais parcerias com outras instituições locais, pois conquistou grande repercussão local e teve grande participação.
- 3- Fórum das Comunidades Quilombolas e da Arte Santeira do Piauí, realizados como atividades paralelas do Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural, nos quais foram discutidas, com os representantes dos Quilombolas e santeiros, as formas de fomento e preservação de suas manifestações culturais.
- 4- Publicação do resultado do Inventário da Arte Santeira do Piauí.
- 5- Projeto de estrutura de visitação da Pedra de Castelo, sítio arqueológico e local de peregrinação religiosa, no município de Castelo.
- 6- Ações educativas no entorno da Serra da Capivara, desenvolvido pelo Escritório Técnico de São Raimundo Nonato em parceria com a Fundação Museu do Homem Americano e municípios de Coronel José Dias, João Costa e São Raimundo Nonato, no sudeste do Piauí, que culminou com a elaboração coletiva de uma cartilha, que foi editorada pela Superintendência para ser trabalhada na rede escolar destes municípios.
- 7- Implementação do Banco de projetos do Piauí com o desenvolvimento de projetos de conservação e restauração de imóveis mais representativos da cidade de Parnaíba.
- 8- Início da experiência do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão no Piauí, através da aplicação da metodologia no levantamento de informações sobre o sítio tombado de Parnaíba e sobre o sítio em processo de tombamento de Piracuruca.

- Realização de tombamentos e registros

- 1- Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, aprovado pelo Conselho do Patrimônio Cultural no dia 11 de setembro de 2009.
- 2- Ponte Metálica João Luis Ferreira, em Teresina, aprovado pelo Conselho do Patrimônio Cultural no dia 11 de setembro de 2009.

3- Floresta Fóssil do rio Poti, em Teresina, aprovado pelo Conselho do Patrimônio Cultural no dia 11 de setembro de 2009. Processos de registro desencadeados pelo apoio aos santeiros e produtores de cajuína para formulação dos pedidos de registro do ofício da arte santeira e do modo de fazer a cajuína.

- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

Aquisição de impressora, copiadora, fax, scanner, computador portátil, central telefônica, telefone, armários, cadeiras, mapotecas e recebimento do veículo Ford Hanger, ano 2007, adquirido pelo DPA.

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

-Reorganização de tarefas no âmbito do Gabinete e na Divisão Administrativa;

-Padronização do fluxo de documentos e processos para dar maior agilidade nos atos administrativos e melhorar a organização interna da Superintendência, promovida através de reuniões internas e participação dos técnicos das áreas fim e meio.

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

- 1- Ações educativas no entorno da Serra da Capivara, desenvolvido pelo Escritório Técnico de São Raimundo Nonato em parceria com a Fundação Museu do Homem Americano e municípios de Coronel José Dias, João Costa e São Raimundo Nonato, no sudeste do Piauí, que culminou com a elaboração coletiva de uma cartilha, que foi editorada pela Superintendência para ser trabalhada na rede escolar destes municípios.
- 2- Palestras sobre patrimônio e preservação proferidas por técnicos da Superintendência em escolas de ensino secundário em Teresina, João Costa, Coronel José Dias e Gervásio de Oliveira.
- 3- Apoio à inscrição de comunidades quilombolas (Lezeira da Comunidade Custaneira e Samba de Volta) e mestres santeiros de Teresina no prêmio de cultura populares do MINC e acompanhamento e orientação na utilização dos três prêmios conquistados.
- 4- Apoio aos santeiros e produtores de cajuína para formulação dos pedidos de registro do ofício da arte santeira e do modo de fazer a cajuína.

- Inovação dos processos de Gestão da Política pública

- 1- Implantação do sistema de rede VPN: aumentou a proteção das máquinas, a partir da limitação do uso de alguns programas.
- 2- Implantação do cartão corporativo que deu maior transparência aos gastos com suprimento de fundos.
- 3- Implantação do sistema de diárias e passagens: lisura e agilidade ao processo de solicitação, autorização e prestação de contas.

- Comentários Adicionais

A quantidade de pareceres técnicos aumentou significativamente a partir do tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, que possui cerca de 1500 imóveis. A tendência é a de crescer mais ainda com os novos tombamentos de conjuntos urbanos do Piauí, que se efetivarão brevemente.

- Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	218A04024PI	Gestão e Administração do Programa	26.283,65	Teresina	PI
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	218A06021PI	Inspeção técnica e fiscalização de bens protegidos no Piauí.	39.900,68	Teresina	PI
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	218A06016PI	Execução das Instalações de Segurança Contra Incêndio e Pânico nas Igrejas de N. S. das Vitórias (Oeiras) e N. S. do Carmo (Piracuruca) - Bens tombados pela União.	2.500,00	Teresina	PI
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	218A06017PI	Elaboração de plano de preservação para os sítios históricos das cidades de Oeiras, Parnaíba e Piracuruca.	90.300,00	Teresina	PI
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	218A06081PI	Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico do Piauí	264.376,84	Teresina	PI
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	218A10030PI	Educação patrimonial através da promoção e divulgação do patrimônio cultural do Piauí	40.000,00	Teresina	PI
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	218A10042PI	Cerimônia de reconhecimento dos concorrentes do PRMF do Piauí no I Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural	9.900,00	Teresina	PI
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	218A11026PI	Divulgação do patrimônio cultural - Edição patrimonial e produção de peças gráficas.	31.960,21	Teresina	PI
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	218A12030PI	Produção de vídeo para apresentação das propostas de tombamento dom Piauí no Conselho Consultivo do IPHAN.	7.980,00	Teresina	PI
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	218A14019PI	INRC Arte Santeira do Piauí - 3ª Etapa.	60.000,00	Teresina	PI
Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural	218A14030PI	Ampliação do acervo da biblioteca da 19ª SR	7.995,10	Teresina	PI
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	218A16054PI	DEPAM - Sinalização turística para os sítios históricos dos municípios de Oeiras e Parnaíba.	2.706,00	Teresina	PI
Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	218A19014PI	Registro dos Saberes e Fazeres tradicionais associados ao uso do Caju: A Cajuína do Piauí (1ª etapa)	59.996,30	Teresina	PI
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	218A21023PI	Conservação preventiva do Acervo da biblioteca e do arquivo da sede da 19ª SR/IPHAN e do Escritório Técnico, em São Raimundo Nonato.	27.897,40	Teresina	PI

Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	218A24029PI	Conservação e Restauração das Estações Ferroviárias de Teresina, Piracuruca e Floriópolis	156.992,54	Teresina	PI
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	218A20031PI	Identificação e inventário do acervo de bens móveis e integrados dos bens tombados e em processo de tombamento.	87.574,50	Teresina	PI
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	218A20032PI	Documentação e supervisão do Inventário de conhecimento das Comunidades Quilombolas do Estado do Piauí.	27.395,46	Teresina	PI
			943.758,68		

20ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Paraíba

- Principais projetos realizados

1. Homologação do Tombamento do Centro Histórico de João Pessoa.
2. Presença do Presidente do Iphan por ocasião do aniversário dos 423 anos da cidade de João Pessoa, para anunciar publicamente a homologação do Centro Histórico de João Pessoa, na tradicional Festa da Padroeira Nossa Senhora das Neves. Na oportunidade foi entregue o título de Cidadão Pessoaense à Luiz Fernando de Almeida e inaugurada oficialmente a sede da Superintendência Regional da Paraíba.
3. Reunião oficial dos parceiros da Cooperação Brasil Espanha (21 anos) para a Revitalização Integral do Centro Histórico de João Pessoa e para a manutenção da Oficina-Escola de João Pessoa, ocorrida em João Pessoa em 25/01/2008 para retomada e reorientação das ações, compromissos e responsabilidades do Governo Federal (Iphan); Governo Estadual (Secretaria de Planejamento) e Governo Municipal (Prefeitura Municipal) e da Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo-AECID. A ata dessa reunião deverá ser objeto de um termo/protocolo de intenções e compromissos.
4. Inauguração do Ponto de "Cultura Viva o Museu" no município de Areia, fruto de convênio firmado entre o Iphan e o MinC para *Pontos de Cultura em Sítios Históricos*, visando a reorganização, museologização e fortalecimento dos museus da cidade.
5. Inauguração do Ponto de Cultura "Caminhos de Acahuan" no município de Aparecida, no alto sertão paraibano no Conjunto Histórico Fazenda Acauã, fruto de convênio firmado entre o Iphan e o MinC para *Pontos de Cultura em Sítios Históricos*, visando a dinamização do uso, valorização do bem e da visitação àquele monumento.
6. Conclusão da instrução do Processo de Tombamento da área do Parque Natural do Cabo Branco (João Pessoa-PB).
7. Obra Emergencial: Estabilização, Consolidação e Restauo do Acervo Azulejar no Conjunto Franciscano em João Pessoa – conclusão da 1ª etapa e início da 2ª etapa.
8. Ação Emergencial: Estabilização, Consolidação e Restauo do Forro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo em João Pessoa – conclusão da 1ª etapa e início da 2ª etapa.
9. Ação Emergencial: Conclusão do processo de Estabilização do substrato das obras de arte das Pias de Água Benta da Nave da Igreja do Conjunto Franciscano.

10. Ação Emergencial no Conjunto Histórico Fazenda Acauã: Revisão da cobertura; recuperação das esquadrias; colocação de forro de madeira; serviços de pintura e limpeza na Casa Grande. Estabilização e consolidação estrutural; recuperação da cobertura; confecção das esquadrias externas; serviços externos de reboco, pintura e limpeza no casario anexo. Revisão e consolidação da pavimentação do pátio externo do conjunto.
11. Ação Emergencial: "Obras emergenciais em capelas tombadas pelo Iphan nos municípios de Santa Rita e Cruz do Espírito Santo - Capela de Nossa Senhora do Socorro e Capela do Engenho Una". As capelas da Várzea do Rio Paraíba vêm sendo objeto de acompanhamento sistemático da 20ª SR para ações de conservação e manutenção das suas estruturas físicas. Além destas ações, estão sendo realizadas ações de *educação patrimonial* junto às comunidades do entorno, para sensibilização quanto ao sentimento de pertencimento e à apropriação social daqueles monumentos.
12. Inventário de Conhecimento: "Patrimônio Rural Paraibano" Caminho dos Engenhos - 2ª Fase", desenvolvido na Várzea do Baixo rio Paraíba, Zona da Mata Paraibana, através de levantamentos arquitetônicos dos imóveis remanescentes de antigos engenhos, unidades produtoras de açúcar (municípios de Santa Rita, Pilar, São Miguel de Taipu, Cruz do Espírito Santo e Sapé). Ação apoiada pelo DEPAM em caráter de possível transversalidade envolvendo os estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o estabelecimento de Rotas culturais no âmbito regional. (A 1ª fase contemplou os municípios de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Lucena, Cruz do Espírito Santo e Sapé).
13. Inventário de Conhecimento: "Patrimônio Ferroviário" PB/RN – 2ª fase. Ação apoiada pelo Depam de caráter transversal abrangendo vários estados da federação
14. Inventário de Conhecimento: "Levantamento cadastral de Areia" utilizando a metodologia do SICG-Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, desenvolvida pelo Depam. (em andamento).
15. Estudo de Acautelamento: "Vale dos Dinossauros: Estudos de Referência para a Paisagem Cultural do Sertão Paraibano", na área do Parque Monumento Natural Vale dos Dinossauros em Sousa. O projeto é objeto de entendimentos envolvendo o Ministério Público Federal, a 20ª SR/Iphan-PB, o IBAMA, a SUDEMA, DNPM e o IPHAEP.
16. Mapeamento e Inventário Preliminar de Bandas Cabaçais no Sertão da Paraíba (Municípios de Cajazeiras, Cachoeira dos Índios, Monte Horebe, Pombal, Santa Helena, São José de Caiana, São José de Piranhas, Serra Grande e Triunfo).
17. 3ª Fase do Tratamento Arquivístico, Documental e Bibliográfico da 20ª SR, ação apoiada pela COPEDOC de caráter continuado.
- 18.** Realização de vistorias e inspeções técnicas em diversos municípios do estado da Paraíba, envolvendo Bens imóveis; Sítios Urbanos; Sítios Arqueológicos, Geológicos, Paleontológicos e Paisagísticos; Bens móveis e integrados e Bens culturais em processo de Tombamento.
19. Inspeções Técnicas e Fiscalização conjunta no âmbito do patrimônio Arqueológico, Paleontológico e Ambiental, envolvendo o Instituto Estadual de Patrimônio - IPHAEP e Órgãos do Meio Ambiente Estadual - SUDEMA e Federal – IBAMA e a Polícia Federal.
20. Embargos e notificações de obras irregulares: 04 (Quatro) em imóveis na área tombada da cidade de Areia e 01(um) em bem tombado em João Pessoa (Horto do Conjunto Franciscano).
21. Elaboração do Plano Museológico e Inventário do Acervo dos Museus da cidade de Areia.
22. Tratamento Arquivístico, Documental e Bibliográfico da 20ª SR - ação continuada e apoiada pela Copedoc, visando o tratamento técnico dos acervos bibliográficos e documentais da Superintendência.
23. Produção de peças gráficas (*banners, folders* e publicações) sobre os bens protegidos pelo Iphan na Paraíba e publicação do livro: "*De Filipéia à Paraíba. Uma cidade na*

estratégia de colonização do Brasil", que trata da evolução urbana da cidade de João Pessoa no período colonial. Ação apoiada pela Cogeprom.

24. Educação Patrimonial: Desenvolvimento do Projeto "A comunidade e o Patrimônio", junto aos moradores das áreas de entorno de capelas tombadas pelo Iphan na Várzea do rio Paraíba, visando estimular o sentimento de pertencimento e a apropriação social dos bens culturais pelas comunidades. Ação apoiada pela Cogeprom.
25. Conservação das Edificações sob administração da Superintendência Regional do Iphan na Paraíba: Casa 23 da Praça Anthenor Navarro (Centro Histórico de João Pessoa); Casa 30 no Largo do Antigo Erário (Centro Histórico de João Pessoa); Casa nº 68 na Praça Venâncio Neiva (Centro Histórico de João Pessoa) e Solar José Rufino (Conjunto Histórico, Paisagístico e Urbanístico de Areia).
26. Realização da Oficina de Museologia - *Implantação de Sistemas de Museus*, João Pessoa, apoiada pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan, em parceria com a Prefeitura Municipal de João Pessoa e Centro Cultural de São Francisco.
27. Cooperação Brasil-Espanha: Implementação de ações de Apoio ao "Programa de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa" e ao programa "Oficina-Escola de João Pessoa". (22 anos de Cooperação Técnica e Financeira)
28. Fiscalização e acompanhamento do Convênio nº 035/2008 Projeto Museu da cidade de Bananeiras (Bananeiras)
29. Fiscalização e acompanhamento do Convênio nº 033/2008 Projeto Modernização do Museu Casa do Artista Popular "Do Barro à Era Digital" (João Pessoa)
30. Fiscalização e acompanhamento do Convênio nº 070/2007 Ponto de Cultura Marcas Vivas de Cabaceiras (Cabaceiras)
31. Fiscalização e acompanhamento do Convênio nº 056/2007 Ponto de Cultura Caminhos de Acahuan (Aparecida)
32. Fiscalização e acompanhamento do Convênio nº 065/2007 Ponto de Cultura Viva o Museu (Areia)
33. Fiscalização e acompanhamento da Portaria nº 387/2008 Museu do Homem do Curimataú (Cuité)
34. Participação como membro efetivo das atividades e deliberações do Conselho de Proteção dos Bens Culturais da Paraíba, Órgão Deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP.
35. Participação como membro efetivo das atividades e deliberações da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla.
36. Participação e mediação de Palestra na 4ª Jornada de Turismo das Faculdades ASPER em João Pessoa.
37. Participação na avaliação de trabalhos de conclusão do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba/UFPB.
38. Participação como palestrante na 6ª Semana de Museus com o tema "Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento", na Casa do Artista Popular, João Pessoa.
39. Participação na mesa redonda do XV Fórum de Arquitetura: "Patrimônio Histórico" promovido pela Unipê – Centro Universitário de João Pessoa.
40. Participação no Seminário "A cidade de Areia no programa Monumenta", organizado pelo Ponto de Cultura Viva o Museu; Amar; Sebrae e Iphan, na cidade de Areia-PB.
41. Participação no "Seminário para elaboração do Plano de Ação para a Gestão Sustentável e Compartilhada dos Bens Históricos e Culturais de João Pessoa", promovido pela Coordenadoria de Proteção dos Bens Históricos e Culturais de João Pessoa-PROBECH.

42. Ministério Público Federal:

1. Procedimento Administrativo nº 1.24.001.00006/2002-94 - Bens Imóveis de valor Histórico e Arquitetônico inseridos no Perímetro Irrigado na Barragem de São Gonçalo em Sousa para fins de Conservação pelo DNOCS
2. Procedimento Administrativo nº 1.24.000.000175/2005-42 Ações de preservação na área do Sítio Histórico das Ruínas do Almagre no município de Cabedelo
3. Procedimento Administrativo nº 1.24.000.000425/2008-97 Ações de preservação no Patrimônio Arqueológico do município de Pedra Lavrada
4. Procedimento Administrativo nº 1.24.001.000127/2007-14 Ações de preservação do Sítio Arqueológico Pedra de Ingá no município de Ingá.
5. Procedimento Administrativo nº 124.000.000505/2004-19 Ações de preservação na área de entorno da Fortaleza de Santa Catarina no município de Cabedelo
6. Procedimento Administrativo nº 1.24.001.000271/2006-61 Ações de preservação no Patrimônio Arqueológico do Sítio Pindurão no assentamento São Vicente no município de Várzea.

43. Ministério Público Estadual:

1. Reclamação nº 12/2005 vistorias e projetos de conservação das Capelas da Várzea do Rio Paraíba - Santa Rita
2. Reclamação nº 04/2007, visando ações de preservação da antiga Torre do Atalaia do Forte Velho

44. Divulgação e contatos para os encaminhamentos de participação e seleção de candidatos no âmbito da SR Iphan Paraíba ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – Edição 2008

45. Participação no I Encontro de Coordenadores, apoio a equipe de pesquisa para o "Registro do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste: Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Côco" e acompanhamento dos procedimentos para as etapas posteriores desenvolvidos pela Gerência de Registro do DPI, visando o registro;
46. Realização de Oficina sobre o tema "Patrimônio Imaterial, Políticas e Diretrizes DPI/Iphan", em colaboração no Seminário do "Plano Nacional de Cultura: políticas públicas pela diversidade", realizado pela Câmara dos Deputados, Ministério da Cultura, Governo da Paraíba e Universidade Federal da Paraíba, ocorrido em João Pessoa, Hotel Ouro Branco;
47. Oficina do INRC com o apoio do DPI, para o Mapeamento e inventário preliminar de bandas cabaçais no sertão da Paraíba (nos municípios de Cajazeiras, Cachoeira dos Índios, Monte Horebe, Pombal, Santa Helena, São José de Caiana, São José de Piranhas, Serra Grande e Triunfo). Contatos com Prefeituras e Órgãos Culturais locais;
48. Participação nas atividades de definição de roteiros, indicação de bens protegidos, pesquisa e textos para sinalização turística do Centro Histórico de João Pessoa, convênio da Prefeitura Municipal de João Pessoa e Ministério do Turismo integrando equipe com a Secretaria Municipal de Turismo - Setur, Coordenadoria de Proteção dos Bens Históricos e Culturais de João Pessoa – Probec, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba – Iphaep e Comissão do Centro Histórico de João Pessoa;
49. Distribuição, casa a casa, aos proprietários e moradores da área tombada da cidade de Areia, do Manual de Orientação à população, denominado "Conjunto Histórico, urbanístico e paisagístico da Cidade de Areia: Patrimônio Nacional", junto com o folder "Inventário de Bens Imóveis do Sítio Histórico de Areia – 1ª fase", produzidos pela SR Iphan Paraíba. Esta ação de distribuição orientada para diálogo com os moradores teve a

colaboração da equipe de voluntários do Ponto de Cultura “Viva o Museu”, coordenado pela Associação Amigos de Areia - Amar;

- Não houve realização de tombamentos.
- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

1. Aquisição de 04 (quatro) impressoras para papel A-4.
2. 01 (uma) impressora para papel A-3.
3. 03 (três) estações de trabalho completas.
4. 01 (um) notebook.
5. 04 (quatro) no-breaks;
6. Aquisição de mobiliário complementar para o Gabinete da Superintendência;
7. Aquisição de 02 (duas) estações de trabalho completas
8. Aquisição de 02 (dois) aparelhos de ar-condicionado de 28.000 Btu's para a Sub-Regional do Rio Grande do Norte.

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

1. Participação de servidores da Superintendência Regional nos seguintes cursos de capacitação, promovidos pela Divisão de Capacitação e Desenvolvimento da Coordenação de Recursos Humanos:
 - “Curso de Gestores Setoriais do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens”: Nei Gomes Ferreira Braga e Manoel Ferreira Farias;
 - “Curso sob Medida de Gestão de Contratos de Serviços e Suprimentos”: Nei Gomes Ferreira Braga, Manoel Ferreira Farias e Ailton Anselmo Dias;
 - “V Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas”: Nei Gomes Ferreira Braga;
 - “Gestão de Competência na Área de Recursos Humanos”: Maria Olga Henriques.
2. Participação no “Encontro Técnico: Conservação e uso das Fortificações Brasileiras, no Forte de Copacabana, Rio de Janeiro-RJ”.
3. Participação no “Balaio do Patrimônio Cultural” Capacitação dos Servidores Iphan – Patrimônio Imaterial: para saber mais – Região Nordeste, em Recife-PE, com apresentação de resultados das ações do patrimônio imaterial desenvolvidas nas Unidades Regionais.
4. Participação no “Seminário de Planejamento Estratégico do IPHAN” em Cachoeira-BA.
5. Participação na “Oficina de Elaboração de Projetos”, em Brasília.
6. Participação na Oficina de Museologia “Implantação de Sistemas de Museus”, em João Pessoa-PB.
7. Participação no Encontro de Escritórios Técnicos do Iphan, em São Francisco do Sul-SC.
8. Participação na “1ª Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio/Iphan”, em Pirenópolis-GO.
9. Participação na VII Oficina do Programa de Especialização em Patrimônio/PEP, em Vassouras-RJ

10. Participação na I Oficina de Órgãos Estaduais do Patrimônio Cultural: “Construindo o Sistema Nacional do Patrimônio”, em Brasília-DF.

11. Participação na Oficina Regional: Construindo o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, em Recife-PE.

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

1. Apoio à 5ª Edição do Festival de Artes Visuais da Paraíba-FAVI-2008, promovido pela ASSOCIART-Associação de Artistas Plásticos do Estado da Paraíba.

2. Realização da Oficina “Azulejaria Portuguesa”: Aspectos Históricos e de Conservação, no Centro Cultural de São Francisco, em João Pessoa, com o palestrante Estácio Luiz Moreira Pinto Fernandes.

- Não houve nenhuma inovação dos processos de Gestão da Política pública

20ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Sub-regional

- Principais projetos realizados

1 - Inventário do Centro Histórico de Natal (continuação): nesta ação foram identificadas e inventariadas as edificações existentes no bairro da Ribeira referente à segunda etapa do Inventário do Centro Histórico de Natal, com objetivo de tombamento.

2 - Estudo para tombamento do Centro Histórico de Natal: teve como principal objetivo fornecer dados sistematizados sobre o Centro Histórico de Natal, visando embasar a instrução de seu processo de tombamento, estabelecendo os critérios que irão definir os perímetros de tombamento e de proteção de entorno.

3 - Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar (2ª Etapa): continuação da ação iniciada em 2007, que tem como objetivo coletar dados preliminares acerca da arquitetura rural do Seridó, a fim de localizar as áreas de maior relevância para futuras ações do Iphan / RN.

4 – Vistorias Técnicas: foram realizadas ao longo do ano vistorias técnicas em diversos monumentos tombados na esfera federal, tanto na cidade de Natal, como em municípios do interior. São eles:

- Fortaleza dos Reis Magos, Sobradinho (Museu Café Filho), Palácio do Governo – município de Natal/RN;
- Marco de Touros – município de Pedra Grande/RN;
- Casa de Câmara e Cadeia, Igreja de N.S. do Rosário – município de Acari/RN

5 – Pareceres Técnicos: a partir da demanda da comunidade local, foram elaborados pareceres técnicos visando a proteção de alguns edifícios de interesse histórico do Estado do Rio Grande do Norte, tais como o prédio que abrigou o antigo Cinema Nordeste, o Edifício Arpege, o painel de azulejos presente na Praça das Mães, o Engenho Guaporé e Complexo da RFFSA . Outros pareceres foram elaborados em função de demandas do Ministério Público acerca de sítios arqueológicos.

6 - Educação Patrimonial: elaboração de cartilhas educativas contendo informações sobre o processo tombamento e sobre o patrimônio arqueológico norte-riograndense. Além disso, também estão em fase de conclusão publicações contendo os resultados dos estudos para tombamento dos Engenhos do Vale do Rio Ceará-Mirim e de ação educativa sobre o patrimônio arqueológico do município de Tenente Ananias.

7 – Projetos de restauração/conservação: foram elaborados os projetos para as obras de restauração do Instituto Histórico e Geográfico do RN e para as obras de conservação da Sede do Iphan/RN.

- Não houve realização de tombamentos.
- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

Foi realizada licitação, com o objetivo de realização de serviços de manutenção na sede, os quais serão iniciados no mês corrente, incluído obras de reforma na copa e sanitários, além de climatização do prédio e sinalização funcional.

Foram adquiridos dois servidores para instalação da rede e um computador para atendimento do CEPROD.

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

Os dois únicos servidores concursados que ingressaram em 2007 saíram do quadro funcional da Sub-Regional: uma arquiteta que pediu licença sem remuneração, por motivo de mudança de Estado e um historiador que pediu transferência para outra unidade do IPHAN, por motivos particulares.

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

Estudo e catalogação de peças arqueológicas do acervo técnico de Sub-Regional, com apoio de Universidade Potiguar.

Apoio cultural a projetos de outros órgãos preservacionistas do Estado.

- Não houve inovação dos processos de Gestão da Política pública

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	215A04025PB	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	31.995,02	João Pessoa	PB
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	215A07003PB	Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais de Natureza Material/PB-RN	68.915,04	João Pessoa	PB
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	215A06034PB	Conservação das Edificações sob administração da Superintendência Regional do Iphan na Paraíba	49.486,38	João Pessoa	PB
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	215A06035RN	Obras de conservação da sede da Sub-Regional Iphan / RN.	43.218,00	Natal	RN

Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	215A06051PB	Restauração do Prédio da "Antiga Intendência da Alfândega" no Porto do Capim, em João Pessoa	447.367,87	João Pessoa	PB
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	215A06052PB	Obras emergenciais nas capelas tombadas pelo Iphan na Paraíba: Capela de Nossa Senhora do Socorro, Capela do Engenho Una e Capela de Nossa Senhora das Batalhas - 2ª Fase	57.667,10	João Pessoa	PB
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	215A06053PB	Obra Emergencial: Conjunto Histórico da Fazenda Acauã	41.915,00	Aparecida	PB
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	215A06079RN	Regularização do uso turístico e socialização dos sítios arqueológicos com pintura rupestres no Seridó/RN	55.058,63	Carnaúba dos Dantas	RN
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	215A06080PB	Recuperação do Sistema de Sustentação do Forro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo/PB - 2ª Fase	198.903,10	João Pessoa	PB
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	215A06091RN	Restauração e adequação do edifício principal do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal/RN	99.838,65	Natal	RN
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	215A06092PB	Estabilização, Consolidação e Restauo do Acervo Azulejar do Adro do Conjunto Franciscano de João Pessoa - 2ª Fase	219.974,55	João Pessoa	PB
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	215A06111RN	Restauração de imagens sacras (imagens de N. S. da Conceição; N. S. das Candeias; Sant' Anna Mestra, Reis Magos de Arez e o conjunto da Morte de Nossa Senhora)	60.000,00	Natal	RN
Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	215A08016RN	Educação Patrimonial e Sinalização do Sítio Arqueológico Furna dos Caboclos Bravos	9.871,07	Tenente Ananias	RN
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	215A11011PB	Programa de Divulgação do Patrimônio Cultural no âmbito da 20ª SR	42.644,25	João Pessoa	PB
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	215A16041RN	DEPAM -Criação de um banco de projetos da Sub-Regional - RN	20.000,00	Natal	RN
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	215A21022PB	Tratamento Técnico do Acervo Documental, Arquivístico e Bibliográfico da 20ª SR na Paraíba	84.614,90	João Pessoa	PB
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extingta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA	215A24032PB	Inventário de Conhecimento do Patrimônio Ferroviário existente no âmbito da 20ª SR/PB-RN - 2ª Fase	84.000,00	João Pessoa	PB
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	215A20007RN	Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar - 2ª Etapa	30.000,00	Caicó	RN
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	215A20008PB	Patrimônio Rural Paraibano: Caminho dos Engenhos - 2ª Fase	29.976,00	João Pessoa	PB

Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	215A20033PB	Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Areia/PB: Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados/INBI-SU - 2ª Fase	46.000,00	Areia	PB
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	215A20034PB	Cadastramento e Monitoramento do Patrimônio Arqueológico/PB-RN	7.954,10	João Pessoa	PB
			1.729.399,66		

21ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Espírito Santo

- Principais projetos realizados

- 1- Levantamento e diagnóstico do conjunto edificado de Muqui – núcleo urbano eclético representativo do período áureo do ciclo econômico do café, datado do período entre o final do século XIX até a década de 1930' – num total de 200 (duzentos) imóveis dentro do perímetro de interesse de preservação, para instrução do processo de pedido de tombamento;
- 2- Inventário das referências culturais das comunidades quilombolas do norte do Espírito Santo, através da metodologia do INRC, num total de 17 (dezesete) localidades inventariadas (1ª. etapa concluída e 2ª. etapa iniciada em 2008);
- 3- Projetos executivos de restauração e adaptação do imóvel tombado "sede da 21ª. SR " e do imóvel cedido ao IPHAN pela SPU para abrigar o anexo da SR (arquitetônicos e complementares);
- 4- Atualização e ampliação do cadastro de sítios arqueológicos localizados no Espírito Santo, que passa a contar com 375 sítios conhecidos, dos quais 239 já se encontram devidamente registrados;
- 5 - Inventário preliminar e manual de conservação preventiva dos bens móveis e integrados de quatro monumentos religiosos tombados, em Vitória, Guarapari, Araçatiba (Viana) e Vila Velha, num total de 102 fichas;
- 6- Mapeamento e identificação das referências culturais de vinte e uma localidades pomeranas, num universo de cerca de 5000 pessoas em 1235 unidades habitacionais, no município de Pancas, norte do ES, através de pesquisa do PEP;
- 7- Organização e sistematização dos arquivos digitais, por meio da implantação do servidor de arquivos da 21ªSR, conforme os parâmetros estabelecidos pela COINF para o funcionamento da rede VPN nacional, instalada em maio, nesta unidade;
- 8- Realização de pesquisa arqueológica prospectiva na comunidade quilombola de Linharinho, atendendo recomendação do Ministério Público Federal no sentido de avaliar a extensão e relevância do patrimônio arqueológico no local e a eventual necessidade de sua proteção;
- 9- Restauração da maquete do Convento da Penha, de autoria do escultor Álvaro Conde, em exposição na sede da 21ª. SR;
- 10- Publicação de 10.000 folders "Fazendo e Usando as Panelas de Barro de Goiabeiras", como apoio à Festa Anual das Panelas em Vitória, atendendo à solicitação da APG – Associação das Panelas de Goiabeiras.

- Realização de tombamentos e registros.

- 1- identificação e inclusão de dez grupos de jongo/caxambu tradicionais que estão em atividade no Espírito Santo no universo do bem registrado Jongo no Sudeste, com a entrega de certificados a quatro grupos do sul do ES em novembro de 2008;
- 2- processo de tombamento da Ilha de Trindade e Arquipélago Martins Vaz, ilhas oceânicas pertencentes ao Município de Vitória, aguardando inclusão na pauta do Conselho Consultivo.

- Principais realizações da Unidade, quanto à estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários:

1- Entrega dos projetos executivos de restauração e adaptação da sede da 21ª.SR e anexo; novos equipamentos e materiais permanentes serão adquiridos durante e após a execução das obras, previstas para 2009/2010;

2- Instalação e funcionamento do servidor de rede da 21ª.SR.

- Recursos Humanos – principais atividades e modificações

1- Atividades de Capacitação:

Curso de Contrato de Gestão e Suprimento - DPA

Curso de Elaboração e Gerenciamento de Projetos - DPA

Oficina de Projeto Básico - DPA

Oficina Casa do Patrimônio de Educação Patrimonial – COGEPROM

Oficina do PEP – Programa de Especialização em Patrimônio – COPEDOC

Oficina de Base de Dados - COPEDOC

Oficinas do Pontão do Jongo (03) – DPI

Balaio Cultural / Sudeste - DPI

2- Alterações dos quadros técnico e administrativo:

2.1- Quadro técnico reduzido para 05 (cinco) servidores, com a lotação da museóloga no DEMU;

2.2- Quadro Administrativo reduzido para 01 (um) servidor com a transferência/exoneração de três servidores, seguido de aumento temporário para dois servidores, com a nomeação da museóloga do DEMU para ocupar interinamente a chefia da divisão administrativa.

- Projetos realizados pela Superintendência sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo IPHAN.

1- Identificação e inclusão de dez grupos de jongo/caxambu tradicionais que estão em atividade no Espírito Santo no universo do bem registrado Jongo no Sudeste, através da articulação da 21ª.SR com as prefeituras municipais, as quais apoiaram a participação de representantes dos grupos nas oficinas do Pontão do Jongo em Miracema, estado do Rio de Janeiro; entrega de certificados do Jongo no sudeste - patrimônio imaterial a quatro grupos de caxambu do sul do ES, em novembro de 2008;

2- participação no I Seminário de Urbanismo Colonial, realizado pelo Mestrado em Cultura e Patrimônio, do Centro de Artes da UFES;

3- Instrução, orientação e acompanhamento dos processos de cessão provisória da SPU ao IPHAN, de duas estações do patrimônio ferroviário da extinta RFFSA, sendo uma na cidade de Vila Velha e a outra em Matilde, município de Alfredo Chaves;

4- parceria com o CETEM – Centro de Tecnologia Mineral / MCT , a CESAN – Companhia Espírito Santense de Saneamento e a PMV – Prefeitura Municipal de Vitória na salvaguarda do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, relativamente à proteção e manejo da jazida de argila, matéria-prima do bem registrado;

5- Sinalização interpretativa e participação no curso de formação dos monitores/guias dos monumentos tombados pelo IPHAN no Centro de Vitória, em parceria com a Prefeitura de Vitória, através do Projeto Visitar, realizado pela PMV;

6- atendimento a consultas, sendo 156 presenciais de pesquisadores externos, 73 através de telefone, além de encaminhamentos através de e-mails;

7- participação na 1ª. Conferência Municipal de Cultura de Vitória;

8- participação na oficina regional do Sistema do Patrimônio Cultural;

9- apoio à implantação da base de dados bibliográficos na 17ª.SR, atendendo à solicitação daquela unidade;

10- instrução de 03 processos relacionados a obras irregulares em entorno de bens tombados e a remuneração de prestador de serviço, em andamento na Procuradoria Geral Federal;

11- instrução e acompanhamento de demandas do Ministério Público Federal relacionadas à proteção do patrimônio arqueológico e ao entorno de bens tombados.

- Não houve nenhuma Inovação dos processos de Gestão da Política pública

Listagem de projetos realizados pela Superintendência

Ação	PI	Projeto	Empenhado	Município	UF
Gestão e Administração do Programa	216A04026ES	Gestão e Administração do Programa	4.784,30	Vitória	ES
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	216A06023ES	Vistoria Técnica de Bens tombados e de Interesse Cultural	3.718,47	Vitória	ES
Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	216A14012ES	Inventário das Referências Culturais das Comunidades Quilombolas do Norte do Espírito Santo - 2ª Fase	114.899,98	Conceição da Barra	ES
Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial	216A18005ES	Análise qualitativa e quantitativa do barro do Vale do Mulembá	867,00	Vitória	ES
			124.269,75		

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro II . A . 2 - Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	256.520,26	-	248.753,51	7.766,75	18.146.715,70	836.569,96	17.227.153,87	82.991,87
2007	2.070.298,24	16.514,31	2.038.635,33	15.148,60	25.291.238,79	490.169,23	24.040.439,70	760.629,86
2008	1.029.624,70	-	1.025.225,93	4.398,77	40.419.713,49	1.918.249,57	34.543.894,34	3.957.569,58
Total	3.356.443,20	16.514,31	3.312.614,77	27.314,12	83.857.667,98	3.244.988,76	75.811.487,91	4.801.191,31

Nota:

Devem ser informados os valores constantes do Siafi;

O quadro deve ser complementado por uma análise abordando;

- > as razões para a permanência de Restos a pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro;
- > discriminação de valores referentes a restos a pagar que permanecem no sistema sem que porventura sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Departamento de Planejamento e Administração

Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no exercício (conforme item V - 11. A . 3 do Anexo II da DN 96/2008 - TCU)

Tipo	Código Siasi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido/transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	UF	Vigência	Situação
Convênio	591341	01/2007	Cumprimento do denominado Plano de Salvaguada da Cachoeira de Iauaretê, lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri, Distrito de Iauaretê, no Município de São Gabriel da Cachoeira/AM	Convênio 04.05.07 1º aditivo 10.03.08	87.769,80	10.685,00	17.769,80	Instituto SocioAmbientaI - ISA CNPJ 00.081.906/0001-88	SP	31/05/08	Prestação de Contas APROVADA
Convênio	620675	29/2007	Execução do Projeto: Plano para concluir a Instalação do Museu Casa José Américo	Convênio 12.12.07 1º Aditivo 07.03.08 2º Aditivo 18.06.08	54.300,00	48.870,00	5.430,00	Fundação Casa de José Américo CNPJ 08.299.661/0001-71	PB	14/11/08	Processo enviado ao DEMU em 23.03.09 para emissão de Parecer

Convênio	611192	35/2007	Continuação das atividades de manutenção do Projeto Escola Oficina de Salvador - 5ª turma	Convênio 02.01.08 1º aditivo 07.08.08	113.623,50	89.995,50	23.628,00	Fundação de Apoio a Pesquisa e a Extensão - FAPEX CNPJ 14.645.162/00 01-91	BA	31/10/08	Processo enviado a COGEPROM em 17.02.09 para emissão de parecer.
Convênio	610863	36/2007	Execução do Projeto "Kene - Pinturas Tradicionais Kaxinawá"	Convênio 10.01.08 1º aditivo 07.01.09	100.000,00	80.000,00	20.000,00	Vídeo nas Aldeias CNPJ 03.941.844/00 01-25	PE	31/08/09	Convênio em vigência
Convênio	620246	37/2007	Revitalização do Museu de Arte de Brasília	Convênio 15.01.08 1º aditivo 02.10.08	300.000,00	270.000,00	30.000,00	Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal CNPJ 03.658.028/00 01-09	DF	30/04/09	Convênio em vigência
Convênio	610860	38/2007	Produção de um banco de imagens de bens culturais de natureza imaterial da Comunidade da Ilha de São José	Convênio 14.01.08	102.998,00	79.998,00	23.000,00	Associação Carolina Via Verde CNPJ 04.518.901/00 01-20	DF	30/12/08	Processo enviado ao DPI em 23.03.09 para emissão de Parecer
Convênio	610981	39/2007	Execução do Projeto denominado de Um Patrimônio Invisível: Documentação e pesquisa sobre os sistemas agrícolas do Rio Negro	Convênio 15.01.08 1º aditivo 02.01.09	100.281,40	79.679,00	20.602,40	Instituto SocioAmbientaI - ISA CNPJ 00.081.906/00 01-88	SP	30/07/09	Convênio em vigência

Convênio	610866	40/2007	Inventário dos Bens Culturais da Comunidade Assentamento São Francisco oriunda do Parque Nacional Grande Sertão Veredas - Fase Documentação	Convênio 02.01.08 1º aditivo 02.05.08	50.000,00	40.000,00	10.000,00	Fundação Pró-Natureza - FUNATURA CNPJ 02.618.445/00 01-65	DF	29/06/08	Prestação de Contas APROVADA
Convênio	610865	41/2007	Execução do Projeto denominado de "Ciganos: De Realidade e Anseios"	Convênio 10.01.08 1º aditivo 02.07.08	95.880,00	76.680,00	19.200,00	Associação de Preservação da Cultura Cigana - APRECI CNPJ 00.977.370/00 01-83	PR	29/08/08	Processo enviado ao DPA com sugestão de desaprovação das contas.
Convênio	610985	42/2007	Execução do Projeto "Yvy Rupa - A descoberta do Brasil (que ainda não houve) Visões Guarani da História do Brasil"	Convênio 15.01.08 1º aditivo 06.01.09	100.775,00	79.975,00	20.800,00	Associação de Pais e Mestres E.M.E.F Desembargador Amorim Lima CNPJ 52.023.322/00 01-50	SP	31/03/09	Convênio em vigência
Convênio	610987	43/2007	"Inventário e elaboração do dossiê de Registro do Ritual Yaokwa do Povo Enawene Nawe em Mato Grosso"	Convênio 15.01.08	75.000,00	60.000,00	15.000,00	Operação Amazônia Nativa - OPAN CNPJ 93.017.325/00 01-68	MT	29/12/08	Apresentou prestação de contas. Aguarda análise
Convênio	611203	44/2007	Modernização e Qualificação da Ações Educativas do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	Convênio 15.01.08 1º aditivo 01.07.08	79.407,23	62.707,23	16.700,00	Fundação Cultural de Joinville CNPJ 83.796.227/00 01-12	SC	29/09/08	Prestação de Contas APROVADA

Convênio	611150	45/2007	Projeto denominado Caminhos de Pirenópolis/A Trilha das Guerreiras	Convênio 15.01.08 1º aditivo 09.01.09	101.950,00	79.700,00	22.250,00	Guaimbê Espaço e Movimento Criativo CNPJ 04.874.425/00 01-80	DF	30/03/09	Convênio em vigência
Convênio	610891	46/2007	Projeto denominado de Inventário do Patrimônio Imaterial do Caminho da Tropas: saberes e fazeres construídos na vida e a lida do povo da Coxilha Rica	Convênio 15.01.08 1º aditivo 02.01.09	115.500,00	80.000,00	35.500,00	Associação Vianei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde - AVICITECS CNPJ 78.492.261/00 01-63	SC	30/03/09	Convênio em vigência
Convênio	619028	48/2007	Execução do Projeto do Pontão de Cultura para fortalecer o Samba de Roda do Recôncavo e como parte do Plano de Salvaguarda a ser implementado no Centro de Referência (Casa de Samba) na cidade de Santo Amaro/BA	Convênio 17.01.08 1º aditivo 02.01.09	450.000,00	400.000,00	50.000,00	Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia CNPJ 07.810.132/00 01-28	BA	31/05/09	Convênio em vigência. Apresentou P.C.Parcial.
Convênio	610868	49/2007	Execução do Projeto intitulado de "Mercado de São José: Memória e História"	Convênio 14.01.08 1º aditivo 02.01.09	99.877,69	79.887,61	19.990,08	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional - FADURPE CNPJ 08.961.997/00 01-58	PE	26/06/09	Convênio em vigência

Convênio	619044	50/2007	Execução do Projeto do Pontão de Cultura "Arte e Vida dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará"	Convênio 17.01.08 1º aditivo 02.01.09	452.660,00	300.000,00	52.660,00	Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena - IEPÉ CNPJ 05.398.088/00-01-65	SP	30/04/09	Convênio em vigência. 2ª diligência P.C Parcial, Ofício nº 106/2009 de 19.03.09
Convênio	620041	51/2007	Execução do Projeto do Ponto de Cultura do Rio Negro	Convênio 17.01.08 e 20.02.08 1º aditivo 06.01.09	450.000,40	300.000,00	50.000,40	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN CNPJ 05.543.350/00-01-18	AM	30/06/09	Convênio em vigência. Apresentou P.C Parcial. Ofício nº 61/09 de 11.02.09 Diligência
Convênio	619586	52/2007	Projeto do Pontão de Cultura "Acorda"	Convênio 17.01.08 1º aditivo 12.01.09	470.816,00	300.000,00	70.816,00	Secretaria de Estado de Cultura do Pará CNPJ 05.252.176/00-01-54	PA	30.04.09	Convênio em vigência.
Convênio	619577	53/2007	Execução do Projeto do Pontão de Cultura/ Salvação do Ofício das Baianas de Acarajé	Convênio 18.01.08 1º aditivo 07.01.09	450.000,00	300.000,00	50.000,00	Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivo e Similares do Estado da Bahia - ABAM CNPJ 02.561.067/00-01-20	BA	30.04.09	Convênio em vigência.
Convênio		54/2007	Ponto de Comunicação e Cultura por uma Alcântara Sustentável	Convênio 23.01.08 1º aditivo 02.01.08	180.700,30	144.560,24	36.140,06	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Alcântara CNPJ 06.155.384/00-01-06	MA	31/03/09	Convênio em vigência

Convênio	619024	55/2007	Execução do Ponto de Cultura Projeto MAO - Qualificação de Jovens em Conservação	Convênio 23.01.08 1º aditivo 02.01.09	505.330,60	349.995,40	101.066,12	Instituto Cultural Flavio Gutierrez CNPJ 02.930.235/00 01-08	MG	31/12/08	Convênio em vigência. Apresentou P.C Parcial.
Convênio	619030	56/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura "Caminhos de Acahuan"	Convênio 23.01.08	180.000,00	144.000,00	36.000,00	Acauã Produções Culturais CNPJ 12.724.456/00 01-83	PB	31/12/08	Ofício nº 102/09 de 17.03.09 cobrando P.C.
Convênio	625698	57/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura Biblioteca de Estudos Missioneiros	Convênio 23.01.08	132.052,40	125.402,40	6.650,00	Município de São Nicolau CNPJ 87.612.966/00 01-68	RS	31/12/08	Ofício nº 101/09 de 17.03.09 cobrando P.C.
Convênio	622951	58/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura Casa dos Oficinas "Lourenço José da Costa"	Convênio 23.01.08 1º aditivo 07.01.09	168.100,00	114.920,00	33.620,00	Município de Natividade CNPJ 01.809.474/00 01-41	TO	29/06/09	Convênio em vigência
Convênio	619079	59/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura "Janela para o cinema"	Convênio 23.01.08	81.273,60	65.063,60	16.210,00	Casa de Cora Coralina CNPJ 00.028.621/00 1-83	GO	31/12/08	Apresentou prestação de contas. Aguarda análise.

Convênio		60/2007	Execução do Projeto EDUCARTE: Educação Patrimonial, Cultural e Arte na Grande Pedro II	Convênio 22.01.08 1º Aditivo 06.01.09	200.780,00	160.624,00	40.156,00	Fundação Cultural Grande Pedro II CNPJ 05.950.722/0001-20	PI	31/12/09	Convênio em vigência
Convênio	620695	61/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura "Contadores de Estórias"	Convênio 23.01.08 1º aditivo 02.01.09	186.480,00	177.600,00	8.880,00	Município de São Miguel das Missões CNPJ 89.971.758/0001-80	RS	29/06/09	Convênio em vigência
Convênio	619086	62/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura na Casa Barão de Melgaço	Convênio 23.01.08	175.144,00	158.424,00	16.720,00	Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso CNPJ 33.005.448/0001-57	MT	31/12/08	Apresentou Prestação de Contas, aguarda análise
Convênio	615169	63/2007	Bem-te-vi - Oficinas artístico-culturais, audiovisuais, de cidadania e geração de renda em torno da memória do Jongo do Tamandaré	Convênio 18.01.08 Prorrog. Ofício 13.01.09	100.000,00	80.000,00	20.000,00	Associação Cultural Cachuera! CNPJ 02.910.189/0001-85	SP	25/01/09	Ofício nº 105/09 de 18.03.09 cobrando P.C.
Convênio	619576	64/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura "Olhos de Ver Belém"	Convênio 23.01.08 1º aditivo 04.11.08 2º aditivo 02.01.09	217.906,55	174.325,24	43.581,31	Associação FOTOATIVA CNPJ 03.667.829/0001-30	PA	29/03/09	Convênio em vigência

Convênio	619089	65/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura "Viva o Museu"	Convênio 23.01.08	155.800,00	148.000,00	7.800,00	Associação dos Amigos de Areia CNPJ 05.291.396/0001-97	PB	31/12/08	Apresentou prestação de contas. Aguarda análise.
Convênio	622061	66/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura Casa do Artesão - Centro de Treinamento Artesanal de Parnaíba	Convênio 23.01.08 Retificação 12.03.08	133.786,45	107.029,16	26.757,29	Cooperativa Artesanal Mista de Parnaíba Ltda - CAMPAL CNPJ 06.709.372/0001-78	PI	31/12/08	Apresentou prestação de contas. Aguarda análise
Convênio	619087	67/2007	Execução do Projeto Ponto de Cultura "Usina: Porto das Artes"	Convênio 23.01.08 1º Aditivo 06.01.09	88.800,00	80.000,00	8.800,00	Instituto Usina CNPJ 07.215.527/0001-82	MT	30/04/09	Convênio em vigência
Convênio	619045	69/2007	Execução do Projeto Ponto de Cultura do Jongo e do Caxambu	Convênio 17.01.08 1º aditivo 01.04.2009	500.000,00	300.000,00	100.000,00	Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional a Universidade Federal Fluminense CNPJ 03.438.229/0001-09	RJ	29/06/09	Convênio em vigência. Apresentou Prestação de Contas Parcial. Ofício nº 0066/2009 de 17.02.09 Diligência
Convênio		70/2007	Execução do Projeto Ponto de Cultura em Cabaceiras: Marcas Vivas de Cabaceiras	Convênio 23.01.08 1º aditivo 07.01.09	185.000,00	148.000,00	37.000,00	Município de Cabaceiras CNPJ 08.702.862/0001-78	PB	29/06/09	Convênio em vigência

Convênio	620038	71/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura "Memorial dos Imortais"	Convênio 23.01.08	42.853,23	40.710,56	2.142,67	Associação de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico de Corumbá de Goiás CNPJ 00.410.155/00-01-04	GO	31/12/08	Apresentou prestação de contas, aguarda análise.
Convênio	621681	72/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura "Grupo Camalote"	Convênio 23.01.08 1º Aditivo 06.01.09	243.504,00	194.803,20	48.700,80	Fundação Cândido Rondon CNPJ 04.202.329/00-01-96	MS	29/06/09	Convênio em vigência
Convênio	622266	74/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura "Saberes Locais do Artesanato e Vozes da Imigração"	Convênio 23.01.08	134.760,00	90.317,98	26.952,00	Município de Antônio Prado CNPJ 87.842.233/00-01-10	RS	31/12/08	Ofício nº 103/09 de 18.03.09 cobrando P.C.
Convênio	620521	76/2007	Projeto "Gira da Tradição"	Convênio 18.01.08 1º Aditivo 06.01.09	100.000,00	80.000,00	20.000,00	Fundação Municipal de Ação Cultural do Município de Maceió CNPJ 01.834.835/00-01-00	AL	29/06/09	Convênio em vigência
Convênio	625105	01/2008	Execução do Projeto: Modernização do Museu da Borracha	Convênio 06.06.08 1º Aditivo 06.01.09	89.336,10	80.302,15	9.033,95	Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour CNPJ 03.124.410/00-01-32	AC	30.06.09	Convênio em vigência

Convênio	626428	02/2008	Execução do Projeto: Museu da Memória de São Gabriel	Convênio 25.06.08 1º Aditivo 07.01.09	41.935,23	40.641,00	1.294,23	Município de São Gabriel CNPJ 13.891.544/00 01-32	BA	31.12.08	Ofício nº 071/09 de 26.02.09 Diligência na Prestação de Ccontas
Convênio	625791	03/2008	Aquisição de mobiliário para a reserva técnica do Museu do Homem do Norte	Convênio 18.06.08 1º Aditivo 02.01.09	93.990,00	86.490,00	7.500,00	Secretaria Municipal de Cultura do Município de Manaus CNPJ 07.979.060/00 01-47	AM	30.09.09	Convênio em vigência
Convênio	625522	04/2008	Execução do Projeto: Museu Maxakali	Convênio 18.06.08 1º Aditivo 07.01.09	44.968,20	42.968,20	2.000,00	Município de Machacalis CNPJ 18.404.921/00 01-85	MG	31.03.09	Convênio em vigência
Convênio	626439	05/2008	Execução do Projeto: Museu da Colonização	Convênio 20.06.08 1º Aditivo 02.01.09 2º Aditivo 06.03.09	57.381,21	52.681,21	4.700,00	Fundação Cultural de Palma Sola - FCPS CNPJ 09.291.701/00 01-00	SC	29.05.09	Convênio em vigência
Convênio	625524	06/2008	Execução do Projeto: A Modernização dos Museus Estaduais Goianos	Convênio 18.06.08 1º Aditivo 02.01.09	98.921,70	88.939,53	9.982,17	Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira - AGEPEL CNPJ 03.574.676/00 01-87	GO	30.04.09	Convênio em vigência
Convênio	626672	09/2008	Revitalização do Museu Antropológico de Osório	Convênio 24.06.08	56.876,25	45.537,00	11.339,25	Município de Osório CNPJ 88.814.181/00 01-30	RS	31.12.08	Apresentou a prestação de contas, aguarda análise

Convênio	627354	10/2008	Execução do Projeto: Museu Municipal Estação da Memória: A história desse meu lugar	Convênio 24.06.08 1º Aditivo 02.01.09	105.000,00	100.000,00	5.000,00	Município de Quatis CNPJ 39.560.008/00 01-48	RJ	30.06.09	Convênio em vigência
Convênio	625842	11/2008	Execução do Projeto: Memória, Cultura e Inclusão Social: Conhecendo o Museu da Baronesa através da educação	Convênio 24.06.08 1º Aditivo 06.01.09	21.000,00	15.510,00	5.490,00	Município de Pelotas CNPJ 87.455.531/00 01-57	RS	30.06.09	Convênio em vigência
Convênio	625525	12/2008	Montagem da Reserva Técnica do Acervo dos Museus da Fundação José Augusto (Museu Memorial Câmara Cascudo; Museu de Arte Sacra; Museu Casa Café Filho e Museu Capitão Antas)	Convênio 18.06.08 1º Aditivo 02.01.09	58.248,18	48.096,18	10.152,00	Fundação José Augusto CNPJ 08.327.389/00 01-96	RN	31.03.09	Convênio em vigência
Convênio	625526	13/2008	Execução do Projeto: Modernizar para Preservar - implementação de melhorias no sistema de segurança do Museu Vivo da Memória Candanga	Convênio 18.06.08 1º Aditivo 02.01.09	100.000,00	90.000,00	10.000,00	Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal CNPJ 03.658.028/00 01-09	DF	30.06.09	Convênio em vigência
Convênio	626091	14/2008	Execução do Projeto: Caarapó: Identidade e Cidadania	Convênio 25.06.08 Retific. 26.06.08	56.995,50	54.643,00	2.352,50	Município de Caarapó CNPJ 03.155.900/00 01-04	MS	31.02.08	Ofício nº 064/09 12.02.09 diligência na Prestação de Contas, reiterado pelo Ofício nº 106/2009 de 18.03.09
Convênio	626132	15/2008	Incremento da Coleção Paleontológica do Instituto Pau Brasil de História Natural	Convênio 26.06.08	57.750,00	46.200,00	11.550,00	Instituto Pau Brasil de História Natural CNPJ 03.085.119/00 01-00	SP	31.12.08	Apresentou Prestação de Contas, aguarda análise

Convênio	626443	16/2008	Execução do Projeto: Informatizar para Educar	Convênio 01.07.08	23.104,00	18.483,20	4.620,80	Fundação Econômico Miguel Calmon CNPJ 15.150.923/00 01-05	BA	31.12.08	Apresentou prestação de contas. Aguarda análise
Convênio	625917	17/2008	Execução do Projeto: Modernizando o Antigo	Convênio 25.06.08	46.857,00	39.907,00	6.950,00	Município de São Caetano CNPJ 10.091.585/00 01-56	PE	31.012.08	Apresentou prestação de contas, aguarda análise.
Convênio	625912	18/2008	Execução do Projeto: Museu da Memória de Alto Paraíso	Convênio 25.06.08	96.200,00	93.314,00	2.886,00	Município de Alto Paraíso CNPJ 01.740.455/00 01-06	GO	31.12.08	Ofício nº 075/09 de 04.03.09 cobrando prestação de contas
Convênio	626441	19/2008	Implantação do Museu Coleção de Memórias	Convênio 01.07.08	21.090,00	20.090,00	1.000,00	Município de Agrônômica CNPJ 83.102.590/00 01-90	SC	31.12.08	Ofício nº 077/09 de 04.03.09 cobrando prestação de contas
Convênio	626541	20/2008	Execução do Projeto: Museu da Cidade de Parambu (etapa1)	Convênio 01.07.08 1º Aditivo 06.01.09	70.717,00	63.517,00	7.200,00	Município de Parambu CNPJ 07.731.102/00 01-26	CE	31.03.09	Convênio em vigência
Convênio	626536	21/2008	Execução do Projeto: PROCAPEN - Modernização da Casa de Penedo	Convênio 01.07.08	110.517,85	85.729,62	24.788,23	Fundação Casa do Penedo CNPJ 24.180.721/00 01-99	AL	31.12.08	Ofício nº 078/09 de 04.03.09 cobrando prestação de contas
Convênio	626543	22/2008	Implantação do Museu Municipal de Pains	Convênio 01.07.08 1º Aditivo 02.01.09	141.370,39	98.870,13	42.500,26	Município de Pains CNPJ 20.920.575/00 01-30	MG	30.07.09	Convênio em vigência
Convênio	626556	23/2008	Execução do Projeto: Resgate Cultural de um Povo	Convênio 01.07.08 1º Aditivo 02.01.09	52.265,28	50.693,48	1.571,80	Município de Monsenhor Gil CNPJ 01.551.077/00	PI	29.06.09	Convênio em vigência

								06.554.877/00 01-00			
Convênio	627349	24/2008	Implantação do Museu Municipal de Sobradinho	Convênio 04.07.08 1º Aditivo 02.01.09	29.901,95	27.951,95	1.950,00	Município de Sobradinho CNPJ 87.592.861/00 01-94	RS	30.04.09	Convênio em vigência
Convênio		25/2008	Modernização do Centro Cultural Odilon Nunes em Amarante	Convênio 13.10.08 1º Aditivo 02.01.09	41.634,72	34.695,00	6.939,12	Fundação Cultural do Piauí - FUNDAC CNPJ 05.782.352/00 01-60	PI	29.06.09	Convênio em vigência
Convênio	627348	26/2008	Execução do Projeto: Protegendo o Patrimônio	Convênio 04.07.08	37.247,69	28.209,83	9.037,86	Fundação Cultural de Jaraguá do Sul CNPJ 83.785.014/00 01-95	SC	31.12.08	Apresentou Prestação de Contas, aguarda análise
Convênio	634523	28/2008	Execução do Projeto: O Museu Joaquim Caetano da Silva na era digital	Convênio 04.07.08 1º Aditivo 06.01.09	113.604,00	97.104,00	16.500,00	Estado do Amapá CNPJ 00.394.577/00 01-25	AP	30.06.09	Convênio em vigência
Convênio	635635	29/2008	Implantação do setor de ação cultural e educativa no Museu Histórico Pe. Carlos Weiss	Convênio 04.07.08 1º Aditivo 02.01.09	125.000,00	100.000,00	25.000,00	Universidade Estadual de Londrina CNPJ 78.640.489/00 01-53	PR	27.05.09	Convênio em vigência
Convênio	627345	30/2008	Modernização e Dinamização do Museu da Música, de Timbó	Convênio 04.07.08	125.014,36	100.000,00	25.014,36	Fundação Cultural de Timbó CNPJ 03.918.310/00 01-88	SC	31.12.08	Apresentou prestação de contas. Aguarda análise

Convênio	635516	31/2008	Reestruturação e Modernização dos Espaços Expositivos do Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia	Convênio 20.11.08 1º Aditivo 02.01.09	65.000,00	58.500,00	6.500,00	Universidade do Estado da Bahia - UNEB CNPJ 14.485.841/0001-40	BA	30.04.09	Convênio em vigência
Convênio	627343	33/2008	Modernização do Museu Casa do Artista Popular "Do Barro A Era Digital"	Convênio 04.07.08 1º Aditivo 02.01.09	37.834,00	31.564,00	6.270,00	Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico da Paraíba CNPJ 08.778.300/0001-08	PB	31.03.09	Convênio em vigência
Convênio	633940	34/2008	Modernização do Memorial Coruripense	Convênio 13.10.08	80.376,00	64.300,80	16.075,20	Município de Coruripe CNPJ 12.264.230/0001-47	AL	31.12.08	Ofício nº 080/09 de 04.03.09 cobrando prestação de contas
Convênio	633913	35/2008	Estruturação do Museu da Cidade de Bananeiras	Convênio 09.10.08 1º Aditivo 02.01.09	31.974,00	27.274,00	4.700,00	Município de Bananeiras CNPJ 08.927.915/0001-59	PB	31.03.09	Convênio em vigência
Convênio	627344	36/2008	Modernização do Memorial Coluna Prestes	Convênio 04.07.08 1º Aditivo 02.01.09	26.597,20	23.937,48	2.659,72	Fundação Cultural do Estado de Tocantins CNPJ 05.025.468/0001-54	TO	29.06.09	Convênio em vigência
Convênio	627351	37/2008	Execução do Projeto: Iny Heto - Museu dos Povos Indígenas da Ilha do Bananal: Javaé e Karajá	Convênio 04.07.08 1º Aditivo 02.01.09	99.550,23	87.490,23	12.060,00	Fundação Cultural do Estado do Tocantins CNPJ 05.025.468/0001-54	TO	29.06.09	Convênio em vigência
Convênio	634541	38/2008	Execução do Projeto: Museu Histórico e Etnográfico de Tocantinópolis	Convênio 16.07.08	73.097,00	64.241,00	8.856,00	Município de Tocantinópolis CNPJ 01.224.716/00	TO	31.12.08	Ofício nº 081/09 de 04.03.09 cobrando prestação de contas

								01-35			
Convênio	634050	39/2008	Implantação do Museu Municipal de Matelândia	Convênio 13.10.08 1º Aditivo 02.01.09	75.255,00	72.921,00	2.334,00	Município de Matelândia CNPJ 76.206.465/00-01-65	PR	29.06.09	Convênio em vigência
Convênio	629894	42/2008	Modernização do Arquivo e Biblioteca do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas	Convênio 14.08.08	16.950,00	13.560,00	3.390,00	Associação Amigos do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas CNPJ 03.244.992/00-01-90	MG	31.12.08	Ofício nº 082/09 de 04.03.09 cobrando prestação de contas
Convênio	629895	43/2008	Modernização do Museu Histórico Regional	Convênio 15.08.08 1º Aditivo 02.01.09	112.500,00	90.000,00	22.500,00	Fundação Universidade de Passo Fundo CNPJ 92.034.321/00-01-25	RS	31.03.09	Convênio em vigência
Convênio	629896	44/2008	Climatização do salão de exposição temporária e reserva técnica do Museu das Culturas Dom Bosco	Convênio 15.08.08 1º Aditivo 02.01.09	95.596,00	70.596,00	25.000,00	Missão Salesiana de Mato Grosso - Salesianos CNPJ 03.226.149/00-01-81	MS	15.04.09	Convênio em vigência
Convênio	629897	45/2008	Execução do Projeto: Melhorias nas condições das exposições temporárias e permanentes mediante aquisição de móveis expositores do Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense	Convênio 15.08.08	58.922,00	47.052,00	11.870,00	Fundação Educacional de Criciúma - FUCRI CNPJ 83.661.074/00-01-04	SC	31.12.08	Apresentou Prestação de Contas, aguarda análise

Convênio	633584	46/2008	Seminário patrimônio cultural e memória coletiva	Convênio 18.09.08	11.931,91	9.195,38	2.736,53	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado - FIDENE CNPJ 90.738.014/00-01-08	RS	31.12.08	Ofício nº 110/09 de 23.03.09. Diligência na prestação de contas.
Convênio	634548	47/2008	Implantação do Museu de Santana dos Montes	Convênio 04.11.08	98.710,00	77.150,00	21.560,00	Associação dos Amigos de Santana dos Montes CNPJ 04.016.947/00-01-41	MG	31.12.08	Prestação de Contas APROVADA
Convênio	635239	50/2008	Implantação do Museu da Usina do Itacy	Convênio 17.11.08	100.000,00	80.000,00	20.000,00	Instituto do Itacy CNPJ 07.558.456/00-01-10	MT	28.02.09	Ofício nº 118/2009 de 25.03.09 alertando sobre vencimento Prestação de Contas
Convênio	634583	51/2008	Execução do Projeto: Modernizando com novas Tecnologias do Planetário Móvel Maywaka	Convênio 04.11.08 1º Aditivo 02.01.09	113.011,20	94.176,00	18.835,20	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA CNPJ 34.927.285/00-01-22	AP	29.06.09	Convênio em vigência
Convênio	634542	56/2008	Seminário Cidadania, Memória e Patrimônio: os museus no contexto atual	Convênio 17.10.08	24.093,50	19.270,70	4.822,80	Fundação Educacional de Divinópolis - FUNEDI CNPJ 20.150.439/00-01-08	MG	18.01.09	Apresentou prestação de contas. Aguarda análise

Convênio	634036	57/2008	Simpósio Patrimônio, Memória e Sociedade - Tendências e Desafios	Convênio 21.10.08	24.972,00	19.972,00	5.000,00	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS CNPJ 29.978236/00-01-89	SP	31.12.08	Respondeu diligência, aguarda análise
Convênio	701411	58/2008	Preservação e Dinamização da Arte Popular Brasileira - Acervo do Museu Casa do Pontal	30.12.2008	332.550,00	0,00	67.500,00	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira CNPJ 03.360.608/00-01-15	RJ	30.11.09	Convênio em Vigência
Convênio	636681	59/2008	Ampliação do atendimento ao público e implantação de sistemas de segurança no Museu de Imagens do Inconsciente	Convênio 09.10.08 1º Aditivo 02.01.09	56.150,00	41.650,00	14.500,00	Sociedade Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente CNPJ 30.023.048/00-01-86	RJ	29.06.09	Convênio em vigência
Convênio	702692	67/2008	Estudos preliminares para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística	Convênio 20.01.09	586.000,00	0,00	117.200,00	Associação Brasileira de Linguística CNPJ 42.522.474/0001-43	PB	31.12.09	Convênio em vigência
Portaria		108/08	Realização do 3º Fórum Nacional de Museus	06.05.08	252.590,00	252.590,00	0,00	Universidade Federal de Santa Catarina CNPJ 83.899.526/00-01-82	SC	31.12.08	Ofício nº 115/09 de 25.03.09 cobrando Prestação de Contas
Portaria		172/08	Modernização e ampliação dos equipamentos para guarda e preservação do acervo do Museu Amazônico e para atendimento ao público	12.06.08	99.083,00	99.083,00	0,00	Universidade Federal do Amazonas CNPJ 04.378.626/00-01-97	AM	30.04.09	Portaria em vigência

Portaria		177/08	Implantação do sistema de climatização do Museu de Arqueologia da UFMS	19.06.08	57.270,00	57.270,00	0,00	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul CNPJ 15.461.510/00-01-33	MS	31.12.08	Apresentou prestação de contas. Aguarda análise
Portaria		211/08	Execução do Projeto: Sala da Cultura Popular do Museu de Artes da UFC - MAUC	30.07.08	71.420,90	67.958,00	3.462,90	Universidade Federal do Ceará CNPJ 07.272.636/00-01-31	CE	30.07.09	Portaria em vigência
Portaria		220/08	Atualização da Reserva Técnica do Museu da Universidade Federal do Pará	11.08.08	99.400,00	99.400,00	0,00	Universidade Federal do Pará CNPJ 34.621.748/00-01-23	PA	31.12.08	Devolveu o recurso. Ofício nº 038/09 de 30.01.09 reiterado pelo Ofício nº 117/2009 de 25.03.09 solicitando informações sobre recolhimento de valor.
Portaria		221/08	Modernização do Museu do Homem Sergipano	11.08.08	74.231,88	74.231,88	0,00	Universidade Federal de Sergipe CNPJ 13.031.547/00-01-04	SE	31.05.09	Portaria em vigência
Portaria		262/08	Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça - MINC/FUNARTE	22.08.08	200.000,00	200.000,00	0,00	Fundação Nacional de Artes - FUNARTE CNPJ 26.963.660/00-02-42	RJ	31.12.08	Apresentou prestação de contas. Aguarda análise
Portaria		263/08	Memória, Patrimônio e Novas Tecnologias: narrativas a favor da dignidade social	22.08.08 e 09.10.08	19.963,30	19.963,30	0,00	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO CNPJ 34.023.077/00-01-07	RJ	31.12.08	Ofício nº 112/09 de 25.03.09 cobrando Prestação de Contas

Portaria		304/08	Seminário Cultura Popular: patrimônio e políticas públicas	18.09.08, 23.09.08 e 09.10.08	4.987,00	4.987,00	0,00	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN CNPJ 24.365.710/0001-83	RN	31.12.08	Prestação de Contas APROVADA
Portaria		314/08	Museus - Patrimônio em Interlocução II	23.09.08	48.971,00	48.971,00	0,00	Universidade Federal de Uberlândia CNPJ 25.648.387/0001-18	MG	31.12.08	Apresentou prestação de contas. Aguarda análise.
Portaria		329/08	Seminários, Museus, Patrimônio, Memória e Sociedade	02.10.08 e 09.10.08	19.944,52	19.944,52	0,00	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS CNPJ 92.969.856/0001-98	RS	31.12.08	Apresentou prestação de contas. Aguarda análise
Portaria		345/08	Modernização do NUME: Interagindo com a História da Comunidade	21.10.08	98.000,00	98.000,00	0,00	Universidade Federal do Rio Grande - FURG CNPJ 94.877.586/0001-10	RS	31.12.08	Ofício nº 113/09 de 25.03.09 cobrando Prestação de Contas
Portaria		364/08	Implantação de Sistema Interativo de Informação e Comunicação Museu-Público	13.11.08	219.054,33	219.054,33	0,00	Universidade Federal da Bahia CNPJ 15.180.714/0001-04	BA	31.12.08	Ofício nº 114/09 de 25.03.09 cobrando Prestação de Contas
Portaria		370/08	Modernização do Museu de Geociências da Universidade de Brasília	27.11.08	99.705,00	99.705,00	0,00	Fundação Universidade de Brasília CNPJ 00.038.174/0001-43	DF	31.12.08	Cobrar P.C
Portaria		387/08	Museu Homem do Curimatáu	12.12.08	98.875,90	98.875,00	0,00	Universidade Federal de Campina Grande CNPJ 05.055.128/0001-76	PB	31.12.08	Ofício nº 116/09 de 25.03.09 cobrando Prestação de Contas

Termo de Cooperação	001/2008	Adequação do sistema de acessibilidade e segurança do Museu Oceanográfico	19.12.08	265.000,00	265.000,00	0,00	Universidade Federal do Rio Grande - FURG - CNPJ 94.877.586/00 01-10	RS	Termo de cooperação em vigência
TOTAL				13.329.603,63	10.070.410,22	1.874.707,81			

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Que, no período de 2008, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não é patrocinador de previdência complementar patrocinada.

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não se aplica.

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Que, no período de 2008, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não desenvolve atividade passível de ser beneficiada por renúncia tributária.

9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não se aplica.

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Que, no período de 2008, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não realizou operações de fundos.

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Despesas com cartão de crédito corporativo: serie histórica das despesas

	Fatura		Saque	
	Quantidade (1)	Valor	Quantidade	Valor
2006	17	10.144,86	33	8.946,00
2007	68	48.366,27	265	60.868,00
2008	148	59.834,74	30	11.175,00

(1) A quantidade refere-se a cada ocorrência da fatura (item de gasto)

Ministério da Cultura	
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	
Relatório de Gastos por Tipo de Operação	
Unidade: Sede/Iphan	
Limite de utilização de UG: 343026 50.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.39 / 33.90.30	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite
Ana Maria S Luz	300
Célio Ferreira	300
Ermelinda F Santos	300
Evelina Grunberg	300
Isabela H L Souza	600
Joaquina F Pacheco	300
Julia Nolasco	600
Lilian Oliveira	300
Luis A V dos Santos	600
Pedro S Moreira	300
Simone Novaes	300
Vera L G Carvalho	300
Walde de Macedo	600

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Ministério da Cultura	
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	
Relatório de Gastos por Tipo de Operação	
Unidade: 3a Superintendência Regional - 343003	
Limite de utilização de UG: R\$ 24.000,00	
Natureza dos gastos permitidos:339030/339033/339039	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite
Reginaldo de Jesus C de Araujo	R\$ 24.000,00

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG,
consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Ministério da Cultura	
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	
Relatório de Gastos por Tipo de Operação	
Unidade: 4a Superintendência Regional - 343004	
Limite de utilização de UG: 343004	
Natureza dos gastos permitidos: 339030, 339039	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite
José Clewton do Nascimento	R\$ 211,00
Hemilton Cândido Mendes	R\$ 1.002,48
Hemilton Cândido Mendes	R\$ 969,00
Ivanildo Soares da Silva	R\$ 166,00
Márcia Regina Pereira Lessa	R\$ 678,86
Márcia Regina Pereira Lessa	R\$ 565,40

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG,
consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Ministério da Cultura			
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN			
Relatório de Gastos por Tipo de Operação			
Unidade: 6a Superintendência Regional - 343006			
Limite de utilização de UG: R\$ 5.500,00			
Natureza dos gastos permitidos: (30)= R\$ 3.300,00 / (39)= R\$ 2.200,00			
Limites concedidos a cada portador:			
Portador	Limite Total	30	39
Alexandre Gianni Silva	1.000,00	600,00	400,00
Cynthia Vanderline Tarsis da Fontoura	600,00	300,00	300,00
Mônica da Costa	500,00	500,00	0,00
Manoel Vieira Gomes Junior	500,00	100,00	400,00
Laura Bahia Ramos Moure	700,00	400,00	300,00
Alexandre Gianni Silva	1.000,00	500,00	500,00
Mônica da Costa	500,00	500,00	0,00
Laura Bahia Ramos Moure	700,00	400,00	300,00

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Ministério da Cultura	
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	
Relatório de Gastos por Tipo de Operação	
Unidade: 8a Superintendência Regional - 343008	
Limite de utilização de UG: R\$ 200,00	
Natureza dos gastos permitidos: 339030	
Limites concedidos a cada portador 200,00	
Portador	Limite
MARTA MARIA SILVA CHAGAS	R\$ 200,00
Limite de utilização de UG: R\$ 100,00	
Natureza dos gastos permitidos: 339039	

Limites concedidos a cada portador 100,00	
Portador	Limite
MARTA MARIA SILVA CHAGAS	R\$ 100,00

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Ministério da Cultura	
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	
Relatório de Gastos por Tipo de Operação	
Unidade: 10a Superintendência Regional - 343010	
Limite de utilização de UG: R\$ 3.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 339030 e 339039	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite
Lia Heloisa Sicuro	R\$ 1.000,00

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Ministério da Cultura	
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	
Relatório de Gastos por Tipo de Operação	
Unidade: 13a Superintendência Regional - 343013	
Limite de utilização de UG: R\$20.000,00 (vinte mil reais)	
Natureza dos gastos permitidos: Utilização em viagens (abastecimento de veículos oficiais, estacionamento, pedágios, serviços e autopeças).	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite
CPF: 328.205.936-15 Henrique do Espírito Santo Folho Cargo: Motorista	R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Ministério da Cultura	
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	
Relatório de Gastos por Tipo de Operação	
Unidade: 14a Superintendência Regional - 343014	
Limite de utilização de UG: R\$ 50.000,00 anual / Total utilizado em 2008 R\$ 13.602,86	
Natureza dos gastos permitidos: 339030/339039 – Aquisição de Material de Construção / Aquisição de outros varejos / Aquisição de Combustível / Serviços e autopeças / Supermercado / Serviços	
Limites concedidos a cada portador: 1.000,00 mensal	
Portador	Limite
João Mariano Valadares Neto – 14º SR/IPHAN/Goiânia	R\$ 20.000,00 anual
Luciana Campos de Araújo – Sub Regional do Tocantins	R\$ 7.500,00 anual
Claudio Quóos Conte – Sub Regional do Mato Grosso	R\$ 7.500,00 anual

Elza Maria Gomes dos Santos – Sub Regional do Mato Grosso	
Edinéa de Oliveira Angelo - Escrit. Técnico I/Goiás/GO	R\$ 7.500,00 anual
Wanderley de Oliveira Silva – Escrit. Técnico I/Goiás/GO	
Paulo Sérgio R. A. Galeão – Escrit. Técnico II – Pirenópolis/GO	R\$ 7.500,00 anual
Adelmo de Carvalho – Escrit. Técnico II – Pirenópolis/GO	

- Foi feita uma previsão anual de R\$ 7.500,00 para cada vinculada e R\$ 20.000,00 para a sede da 14ª SR, num total de R\$ 50.000,00 anual para utilização no âmbito da 14ª SR/IPHAN.

- Em cada localidade foram autorizados 02 portadores, sendo que somente um receberia limite no cartão, o outro seria somente em caso de substituição na ausência do servidor.

- Em 2008 foi gasto com o Cartão Corporativo o valor total de R\$ 13.602,86, no âmbito da 14ªSR/IPHAN, nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins.

- O limite mensal autorizado a cada portador da SubR/MR, SubR/TO, Etec I e Etec II foi de R\$ 1.000,00;

- O limite mensal autorizado ao portador da sede da 14ª SR, foi de R\$ 2.000,00;
Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Ministério da Cultura	
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	
Relatório de Gastos por Tipo de Operação	
Unidade: 18ª Superintendência Regional - 343034	
Limite de utilização de UG: 5036,30	
Natureza dos gastos permitidos: 339030 e 339039	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite
Fabio Guimarães Rolim	2813,17
Elza Maria Gomes dos Santos Ximenes	1117,08
Maíra Torres Correa	1106,05

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Ministério da Cultura	
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	
Relatório de Gastos por Tipo de Operação	
Unidade: 19ª Superintendência Regional - 343036	
Limite de utilização de UG: 15.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: Materiais de construção, posto de combustíveis, saques (obs.:permissão de saque somente no sistema), serviços, supermercados, outros estabelecimentos.	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite
Ana Stela de Negreiros Oliveira	1.800,00
Claudiana Cruz dos Anjos	1.800,00

Iran Martins de Moura	2.738,00
Murilo Cunha Ferreira	2.289,00
Ricardo Augusto Pereira	2.199,00
Vivian Ramos de Moura Maggi Rocha	1.855,00

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Ministério da Cultura	
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	
Relatório de Gastos por Tipo de Operação	
Unidade: Museu de Biologia Mello Leitão	
Limite de utilização de UG: R\$ 3.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 339030	
Limites concedidos a cada portador: R\$ 3.000,00	
Portador: Marilande Angeli	Limite: R\$ 3.000,00

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Ministério da Cultura	
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	
Relatório de Gastos por Tipo de Operação	
Unidade: Paço Imperial	
Limite de utilização de UG: 343023	
Natureza dos gastos permitidos: 339030	
Limites concedidos a cada portador: 1.000,00	
Portador	Limite
AMAURY DOS SANTOS	R\$ 1.000,00

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Ministério da Cultura	
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	
Relatório de Gastos por Tipo de Operação	
Unidade: Museu Imperial	
Limite de utilização de UG: R\$ 8.939,69	
Natureza dos gastos permitidos: 339030 – MATERIAL DE CONSUMO	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite
FERNANDO FERREIRA BARBOSA	5.556,45
ELIANE MARCHESINE ZANATTA	2.383,24
ANTONIO BATISTA DIAS	1.000,00

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Vale destacar que todas as comunicações, diligências, solicitações de auditorias, solicitação de diligência e relatórios de auditoria emanadas da Controladoria Geral da União-CGU-PR, encaminhadas a esta Auditoria Interna, tiveram o devido encaminhamento junto as unidades desta Instituição. Para o encaminhamento de informações requeridas, a Auditoria Interna expediu memorandos às unidades do Iphan e ofícios à CGU-PR, bem como auxiliou na elaboração de documentos de resposta, prestando esclarecimentos e/ou encaminhando informações e documentos originários de diversas unidades desta Instituição, além de também disponibilizar os documentos solicitados, nos respectivos originais ou mediante cópias autenticadas por servidor público, na forma prevista na legislação. As recomendações e providências adotadas relacionadas ao Relatório de Avaliação de Gestão, exercício de 2007, constam do Plano de Providências encaminhado a CGU por meio do Ofício nº 22/2009/GAB/DPA/IPHAN, DE 10/02/2009.

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Nº ACÓRDÃO	ASSUNTO	PROVIDÊNCIAS
184/2008 Plenário	9.5 – esclarecer ao Iphan que, na emissão de novo ato de aposentadoria do Sr. Ítalo Campofiorito, o servidor poderá optar por uma das seguintes possibilidades: 9.5.1 – aposentadoria no cargo de Técnico IV junto ao Iphan renunciando à sua aposentadoria no cargo	Foi enviado o Memo nº 055/2008-Audin para a Coordenação de Recursos Humanos-DPA/IPHAN. Por meio do memorando nº 017/2008 a CRH informou as providências adotadas no âmbito do Iphan.
1.378/2008 2ª Câmara	9.2 – determinar ao Iphan, que em seus editais de licitação de serviços, abstenha-se de exigir a comprovação de existência de vínculo empregatício dos técnicos executores com a empresa licitante na data da entrega da proposta, limitando ao caso do responsável técnico a exigência de comprovação de tal vínculo, conforme estatuído no art.30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93;	A Audin/Iphan por intermédio do Memo 119/2008 encaminhou ao Departamento de Planejamento e Administração para conhecimento e providências. Por meio do memorando nº 663/2008 a Coordenação de Logística informou que: <i>acatamos a determinação nas futuras licitações par a contratação de serviços”</i> .
1.589/2008 1ª Câmara	<p>9.3. determinar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN que:</p> <p>9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>9.3.2. comunique aos interessados mencionados no subitem 9.1 acima a respeito deste Acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;</p> <p>9.4. alertar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, a respeito da possibilidade de emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas neste processo,</p>	A Audin/Iphan por intermédio do Memo 198/2008 encaminhou ao Departamento de Planejamento e Administração para conhecimento e providências. Por meio da Nota de Informação nº 012/2008-Benefício/CRH/Iphan informando as providências adotadas.

	para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, caput, do referido Regimento Interno;	
2.484/2008 Plenário	<p>9.3. fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência desta Deliberação, para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, em Santa Catarina e a Superintendência Estadual do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama/SC, elaborem projeto de gestão do patrimônio natural e arqueológico da referida Ilha, de modo a disciplinar a utilização do bem público tombado visando à sua proteção, sem excluir o direito de acesso e usufruto pela comunidade, visitantes e pesquisadores, devendo encaminhar ao TCU, ao final do prazo fixado, os documentos comprobatórios das medidas adotadas;</p> <p>9.4. determinar ao Iphan/SC que faça cumprir os termos do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público Federal em Santa Catarina, exigindo a apresentação por parte da Associação Couto de Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche da prestação de contas dos recursos recolhidos junto aos usuários, que objetivam a conservação da referida Ilha;</p>	<p>A Audin/Iphan por intermédio do Memo 252/2008 encaminhou a Superintendenciada Santa Catarina para adoção de providências. Foi encaminhado ao Departamento de Patrimônio Material o memo. 252/2008- Audin/Iphan para conhecimento.</p>
2.615/2008 2ª Câmara	<p>9.3. determinar ao Museu da República/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan que:</p> <p>9.3.1. nos próximos procedimentos licitatórios, em atendimento ao disposto no art. 43, inciso III, da Lei 8.666/93, observe, nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante, o prazo de recurso estabelecido no art. 109, inciso I, alínea "a", da mesma lei;</p> <p>9.3.2. atente, na elaboração de editais de futuras licitações, em incluir o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, conforme estabelece o art. 40, § 2º, da Lei 8.666/1993;</p>	<p>Foi encaminhado ao Museu da República o Memorando nº 196/2008-Audin/Iphan para conhecimento e adoção de providências. O Museu por meio do Memorando nº 005/2009 informou que vem adotando providências no sentido de observar as determinações.</p>
2.803/2008 Plenário	<p>1.6. Determinar ao Museu da República que:</p> <p>1.6.1 atente para o correto recebimento dos bens e serviços, abstendo-se de prever ou efetuar pagamentos</p>	<p>Foi encaminhado ao Museu da República o Memorando nº 011/2009-Audin/Iphan para conhecimento e adoção de providências. O Museu por meio do Memorando nº</p>

<p>antecipados, somente o fazendo quando: a.1) haja interesse público devidamente registrado; a.2) existam garantias suficientes para assegurar o ressarcimento em caso de inadimplência; e a.3) haja previsão no ato convocatório, nos termos do art. 73 da Lei 8.666/93, e para o cumprimento dos artigos 62 e 63 da Lei 4.320/64 e 38 do Decreto 93.872/86, consoante jurisprudência desta Corte;</p> <p>1.6.2 verifique a situação de regularidade do contratado ou do fornecedor, por ocasião da contratação e antes da realização do empenho da despesa, conforme art. 195, § 3º, da Constituição Federal/88 e art. 1º, § 1º, incisos I e II, do Decreto 1.094/94 (com redação dada pelo Decreto 4.485/02);</p> <p>1.6.3 observe a necessidade de a fase preparatória do pregão estar instruída com termo de referência, contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, bem como garantia de reserva orçamentária e indicação das respectivas rubricas, consoante exigem os incisos II e IV do art. 8º e incisos II e IV do art. 21º do Decreto 3.555/2000;</p> <p>1.6.4 proceda à designação formal de representantes para o efetivo acompanhamento e fiscalização da execução de cada contrato firmado, conforme caput do art. 67 da Lei 8.666/93, observando as prescrições dos §§ 1º e 2º do artigo citado;</p> <p>1.6.5 instrua os processos licitatórios, inclusive, quando for o caso, os de dispensa e inexigibilidade, com os seguintes elementos:</p> <p>1.6.5.1 projeto básico e orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição dos custos unitários, conforme prescrito no art. 7º, § 2º, incisos I e II, c/c o § 9º, da Lei 8.666/93, atentando para que o projeto básico contemple as disposições do inc. IX, do art. 6º, da mesma lei, inclusive quanto ao cronograma de execução;</p>	<p>006/2009 informou que vem adotando providências no sentido de observar as determinações.</p>
---	---

	<p>1.6.5.2 indicação dos recursos orçamentários destinados à licitação, em acordo com o inc. II do § 2º do art. 7º da Lei 8.666/93, evitando as ocorrências verificadas no Processo 01470.000116/2001-64;</p> <p>1.6.5.3 pareceres técnicos e jurídicos, consoante previsão do art. 38, VI e parágrafo único, da Lei 8.666/93;</p> <p>1.6.6 ao utilizar licitação na modalidade de convite, só dê continuidade aos certames em que o mínimo de três interessados de que trata o § 3º do art. 22 da Lei 8.666/93, corresponda efetivamente a três propostas válidas consoante jurisprudência desta Corte;</p> <p>1.6.7 nos próximos certames licitatórios, ao estabelecer critérios para aferir a capacidade técnica dos licitantes evite exigências que direcionem ou restrinjam o caráter competitivo do certame, a exemplo do ocorrido no Processo 01470.000116.2001-64, no qual foi solicitada a apresentação de comprovantes com características iguais ao objeto da licitação, em atenção ao disposto no art. 30, inc. II e § 3º, da Lei 8.666/93;</p> <p>1.6.8 promova a publicação resumida do instrumento de contrato, bem como de seus aditamentos na imprensa oficial, de acordo com a previsão constante do art. 61 da Lei 8.666/93, bem como cadastre os contratos no Siasg, conforme exigem anualmente as LDO's;</p> <p>1.6.9 observe os princípios da segregação de funções e da independência do controle, não permitindo que um único servidor seja responsável por solicitar, contratar, atestar e pagar por serviços de terceiros, a exemplo do ocorrido nos processos 01470.000062.2002-18 e 01470.000065.2002-51; e</p> <p>1.6.10 abstenha-se de parcelar serviços quando constituam objeto único, conforme previsto no art. 8º e 23º, §§ 1º e 5º, da Lei 8.666/93.</p>	
--	---	--

<p>3.909/2008 2ª Câmara</p>	<p>9.2. determinar à 5ª Superintendência Regional do Iphan que:</p> <p>9.2.1. submeta previamente à assessoria jurídica quaisquer contratos, acordos, convênios ou ajustes, inclusive os Termos de Cooperação, ou similares, celebrados entre o Instituto e outras entidades, e seus respectivos termos aditivos, e faça-os publicar no diário Oficial da União, em obediência aos artigos 38, § único, e 61 da Lei 8.666/1993;</p> <p>9.2.2. observe o disposto no art. 65, caput, da Lei 8.666/1993 quando da alteração de contratos regidos pela referida lei, cuidando para que as alterações, caso necessárias, sejam devidamente justificadas no processo, conforme alude o dispositivo;</p> <p>9.2.3. atente para o disposto nos arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964 de modo a evitar pagamentos por serviços não prestados, conferindo especial atenção à fase de liquidação da despesa, na qual os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço devem ser exigidos como condição para a concretização da autorização do pagamento;</p> <p>9.2.4. evite qualquer envolvimento, ainda que de forma indireta, com empresas de pessoas ligadas por algum grau de parentesco com servidores ou dirigentes da unidade com poder de decisão para escolha, indicação ou contratação, em situações semelhantes à indicada nestes autos, sob pena de violação aos princípios estatuídos no art. 37, caput, da Constituição Federal;</p>	<p>Foi encaminhado para a 5ª Superintendência Regional – Pernambuco o Memorando nº 253/2008, para conhecimento e providências.</p>
---------------------------------	---	--

ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES FORMULADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.

Por meio da verificação documental e orientação aos gestores, é realizado acompanhamento e monitoramento dos atos de gestão, ensejando a emissão

de correspondências, por meio das quais foram apontadas pendências e ou disfunções de caráter administrativo e recomendações de providências, visando o saneamento e correção para as falhas apontadas, em consonância com nossa realidade acerca da quantidade de correspondências emitidas no ano, força de trabalho, bem como os recursos materiais disponíveis, é elaborada planilha de acompanhamento, sendo emitidos memorandos reiterando o atendimento nas situações de pendência.

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADAS NO EXERCÍCIO

Atos	Quantidade	Registrados no SISAC Quantidade
Admissão	0	
Desligamentos	14	
Aposentadoria	27	27
Pensão	22	22

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Declaramos que não houve, no período de 2008, tomadas de contas-especiais.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional participou dos seguintes eventos internacionais:

- ❑ Sessão Extraordinária do Comitê Intergovernamental para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial na cidade de Sofia – Bulgária, em fevereiro de 2008.
- ❑ Participação no 4º Congresso Europeu de Investigación Arquitectónica y Urbana ocorrida em Janeiro de 2008 na cidade de Madri – Espanha.
- ❑ Curso de Gestão Del Patrimônio Mundial em Cuzco – Peru, ocorrida entre novembro e dezembro de 2008.
- ❑ Seminário de Estudos Avançados em Direito Público e Privado, com foco em Proteção Internacional dos Bens Culturais realizado na “The Hague Academy of International Law”, em Haia, Holanda – Fevereiro 2008.
- ❑ Participação na 75 º Reunião Ordinária do Conselho ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restauration of Cultural. O evento foi realizado em Roma em novembro de 2008.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. *Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal*. Brasília: coleção Gestão Pública, 2008.

AMARAL, Jair; AMORIM, Mônica; RABELO, Dayane; MOREIRA, Vilma; REBOUÇAS, Miriam; ROCHA, Glauter; SCIPIÃO, Tatiana. "Identificação de arranjos produtivos locais no Ceará". IN: LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E.; MACIEL, Maria L. *Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará:UFRJ, Instituto de Economia, 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*. Frederico A. Barbosa da Silva, autor. Brasília: Ministério da Cultura, 2007a.

220 p. – (Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 2)

BRASIL. Ministério da Cultura. *Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento*. Frederico A. Barbosa da Silva, autor – Brasília: Ministério da Cultura, 2007[b]. 308 p. – (Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 3).

BRASIL. Ministério da Cultura. "Pronunciamento do secretário executivo Juca Ferreira durante o lançamento do Programa Mais Cultura / Apresentação do Programa Mais Cultura", Brasília: Ministério da Cultura, 4 de outubro, 2007c. IN: <http://www.cultura.gov.br/site/?p=8237>.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. "Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais [Munic]", 2006.

http://www.cultura.gov.br/politicas/dados_da_cultura/economia_da_cultura/indicadores.php?p=30658&more=1&c=1&pb=1

Iphan. Departamento de Planejamento e Administração. "Patrimônio Cultural: análise orçamentária". Luís Alberto de Carvalho Caldas e Maria Emília Nascimento dos Santos [coord.] – Brasília: Iphan, 2007.

MATUS, Carlos. *Política, planejamento e governo*. Brasília: IPEA, 1996.

MINTZBERG, Henry. *Criando Organizações Eficazes: estruturas em cinco configurações*. São Paulo: Atlas, 2003.

OST, Christian; VAN DROOGENBROECK, Nathalie. REPORT ON ECONOMICS OF CONSERVATION: An appraisal of Theories, principles and methods. Brussels: ICOMOS-

INTERNATIONAL ECONOMICS COMMITTEE: Centre for economic research SIEGE: ICHEC Brussels Business School, 1998.

Disponível em:

<http://www.international.icomos.org/publications/economics98.htm>

SANTOS, Cecília R. *Novas Fronteiras e Novos Pactos para o Patrimônio Cultural*. Revista São Paulo em Perspectiva, vol.15, no.2, São Paulo, Apr./June, 2001.